



**O NOVO NORTE**

PROGRAMA OPERACIONAL  
REGIONAL DO NORTE

# MANUAL DE PROCEDIMENTOS

FEVEREIRO/2009

## FICHA TÉCNICA

### **Título**

Manual de Procedimentos do ON.2

### **Responsabilidade Técnica**

Secretariado Técnico de Apoio Jurídico,  
Contencioso, Auditorias e Gestão Financeira

### **Versão e Data**

Versão 02  
Fevereiro de 2009

# ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1   OBJECTIVO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO DO MANUAL DE PROCEDIMENTOS .....	11
2   ORGANIZAÇÃO DO MANUAL DE PROCEDIMENTOS .....	13
3   ELABORAÇÃO E REVISÃO DO MANUAL DE PROCEDIMENTOS .....	14
4   CONTROLO DO MANUAL DE PROCEDIMENTOS .....	14
<b>MÓDULO A   APRESENTAÇÃO E ESTRUTURA DO ON.2 .....</b>	<b>17</b>
1   O PROGRAMA OPERACIONAL .....	17
1.1   Enquadramento do ON.2.....	17
1.2   Apresentação do ON.2 .....	19
2   PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DO ON.2 .....	21
2.1   Eixo Prioritário I - Competitividade, Inovação e Conhecimento.....	21
2.2   Eixo Prioritário II - Valorização Económica de Recursos Específicos.....	24
2.3   Eixo Prioritário III - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial.....	27
2.4   Eixo Prioritário IV - Qualificação do Sistema Urbano .....	30
2.5   Eixo Prioritário V - Governação e Capacitação Institucional.....	33
2.6   Eixo Prioritário VI - Assistência Técnica.....	34
3   TIPOLOGIA DE OPERAÇÕES OBJECTO DE CO-FINANCIAMENTO PELO ON.2 .....	35
3.1   Eixo Prioritário I - Competitividade, Inovação e Conhecimento.....	35
3.2   Eixo Prioritário II - Valorização Económica de Recursos Específicos.....	40
3.3   Eixo Prioritário III - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial .....	42
3.4   Eixo Prioritário IV - Qualificação do Sistema Urbano .....	50
3.5   Eixo Prioritário V - Governação e Capacitação Institucional.....	54
3.6   Eixo Prioritário VI - Assistência Técnica.....	55
4   TIPOLOGIA DE OPERAÇÕES OBJECTO DE SUBVENÇÃO GLOBAL .....	56
<b>MÓDULO B   MODELO DE GESTÃO DO ON.2 .....</b>	<b>59</b>
1   AUTORIDADE DE GESTÃO .....	59
1.1   Autoridade de Gestão e principais funções.....	59
1.2   Funções formalmente delegadas pela Autoridade de Gestão: _Organismos Intermédios, forma de delegação, funções.....	64
2   ORGANIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GESTÃO DO ON.2 .....	68
2.1   Organização da Autoridade de Gestão .....	68
2.2   Organização das Estruturas de Gestão das Associações de Municípios_(Em fase de desenvolvimento). 79	
<b>MÓDULO C   CANDIDATURAS.....</b>	<b>81</b>
1   APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS.....	81
1.1   Modalidades de apresentação de candidaturas .....	81
1.2   Modalidades de candidaturas no ON.2 .....	83
1.3   Avisos/Convites para apresentação de candidaturas .....	86
1.4   Modo de apresentação das candidaturas.....	87

1.5   Tipo de candidaturas .....	89
2   CONDIÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS DE ADMISSIBILIDADE E ACEITABILIDADE DOS BENEFICIÁRIOS E DAS OPERAÇÕES .....	92
2.1   Os Beneficiários do ON.2 .....	92
2.2   Condições de admissibilidade e aceitabilidade dos Beneficiários .....	99
2.2.1   Condições gerais .....	99
2.2.2   Condições Específicas .....	100
2.3   Condições de admissibilidade e aceitabilidade das operações .....	101
2.3.1   Condições Gerais .....	101
2.3.2   Condições Específicas .....	112
3   DOSSIER DE CANDIDATURA .....	136
4   ELEGIBILIDADE DA DESPESA .....	139
4.1   Âmbito .....	139
4.2   Por tipologia das operações .....	140
4.3   Regras Gerais de elegibilidade da despesa .....	141
4.4   Regras de Elegibilidade da Despesa por Eixo Prioritário / _Regulamento Específico .....	164
<b>MÓDULO D   DECISÃO DE FINANCIAMENTO .....</b>	<b>187</b>
1   ADMISSÃO E ACEITAÇÃO DA CANDIDATURA .....	187
1.1   Verificação das condições gerais e específicas de admissão e aceitação do Beneficiário e da Operação .....	189
1.2   Proposta de decisão de admissão ou não admissão da candidatura e sua notificação .....	189
1.3   Decisões de admissão ou não admissão .....	191
2   ANÁLISE DA CANDIDATURA .....	191
2.1   Metodologia de análise .....	191
2.2   Critérios de selecção das operações por Regulamento Específico .....	193
2.2.1   EIXO I - Regulamento Específico Apoio às Acções Colectivas .....	193
2.2.2   EIXO I - Regulamento Específico Apoio às Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas .....	194
2.2.3   EIXO I - Regulamento Específico Economia Digital e Sociedade de Conhecimento .....	197
2.2.4   EIXO I - Regulamento Específico Economia Energia .....	198
2.2.5   EIXO I - Regulamento Específico Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento .....	198
2.2.6   EIXO I - Regulamento Específico Sistema de Apoios a Parques de Tecnologia e Incubadoras de Empresa de Base Tecnológica .....	200
2.2.7   EIXO I - Regulamento Específico Sistemas de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística .....	201
2.2.8   EIXO II - Regulamento Específico Valorização Económica de Recursos Específicos .....	202
2.2.9   EIXO III - Regulamento Específico Acções de Valorização do Litoral .....	203
2.2.10   EIXO III - Regulamento Específico Acções de Valorização e Qualificação Ambiental .....	204
2.2.11   EIXO III - Regulamento Específico Ciclo Urbano da Água - “vertente em baixa - modelo não verticalizado” .....	205
2.2.12   EIXO III - Regulamento Específico Equipamentos para a Coesão Local .....	206
2.2.13   EIXO III - Regulamento Específico Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados .....	207

2.2.14   EIXO III - Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos .....	208
2.2.15   EIXO III - Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos_Naturais e Tecnológicos - Acções imateriais .....	208
2.2.16   EIXO III - Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos_Naturais tecnológicos - Acções Materiais .....	209
2.2.17   EIXO III - Regulamento Específico Reabilitação de Locais_Contaminados e Zonas Extractivas .....	210
2.2.18   EIXO III - Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais .....	211
2.2.19   EIXO III - Regulamento Específico Requalificação da Rede Escolar de_1º Ciclo Ensino Básico e de Educação Pré - Escolar .....	212
2.2.20   EIXO III - Regulamento Específico Saúde .....	213
2.2.21   EIXO IV - Regulamento Específico Mobilidade Territorial .....	214
2.2.22   EIXO IV - Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para_a Regeneração Urbana .....	215
2.2.23   EIXO IV - Regulamento Específico Política de Cidades - Redes Urbanas_para a Competitividade e a Inovação .....	216
2.2.24   EIXO V - Regulamento Específico Promoção e Capacitação_Institucional .....	217
2.2.25   EIXO V - Regulamento Específico Sistema de Apoios à Modernização_Administrativa .....	218
2.2.26   EIXO VI - Regulamento Específico Assistência Técnica .....	220
2.3   Projectos geradores de receitas .....	221
2.3.1   Definição e âmbito de aplicação .....	221
2.3.2   Quadro regulamentar .....	222
2.3.3   Processo de determinação do fundo comunitário .....	223
2.3.4   Obrigações do Beneficiário e da Autoridade de Gestão .....	224
2.4   Selecção da Candidatura .....	225
3   DECISÃO DE FINANCIAMENTO .....	226
3.1   Proposta de Decisão de Financiamento .....	226
3.2   Desistência da candidatura .....	228
3.3   Decisão de Financiamento .....	228
3.4   Prazo de notificação da Decisão de Financiamento .....	229
3.5   Decisão de Financiamento sujeita a confirmação .....	229
3.5.1   Por parte da Autoridade de Gestão do ON.2 .....	229
3.5.2   Por parte da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais (CMC) .....	230
4   CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO .....	230
5   DECISÃO DE FINANCIAMENTO DOS GRANDES PROJECTOS .....	233
<b>MÓDULO E   MODIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DA DECISÃO DE FINANCIAMENTO .....</b>	<b>237</b>
1   MODIFICAÇÃO DA DECISÃO DE FINANCIAMENTO .....	237
1.1   Situações que podem originar Modificação da Decisão de Financiamento .....	237
1.2   Modificação da Decisão de Financiamento dos Grandes Projectos .....	239
1.3   Limite de modificações à Decisão de Financiamento .....	240
2   APRESENTAÇÃO DE UM PEDIDO DE MODIFICAÇÃO À DECISÃO DE FINANCIAMENTO POR INICIATIVA DO BENEFICIÁRIO .....	240
2.1   Análise do pedido de modificação à Decisão de Financiamento .....	241
2.2   Decisão sobre o pedido de modificação à Decisão de Financiamento .....	243

3   MODIFICAÇÃO DA DECISÃO DE FINANCIAMENTO POR INICIATIVA DA AUTORIDADE DE GESTÃO .....	243
4   EXTINÇÃO DA DECISÃO DE FINANCIAMENTO .....	245
4.1   Desistência da candidatura .....	245
4.1.1   Antes da celebração do Contrato de Financiamento .....	245
4.1.2   Após a celebração do Contrato de Financiamento .....	246
4.2   Invalidade da Decisão de Financiamento .....	246
4.2.1   Antes da celebração do Contrato de Financiamento .....	246
4.2.2   Após a celebração do Contrato de Financiamento .....	247
4.3   Efeitos do incumprimento do Contrato de Financiamento .....	248
<b>MÓDULO F   EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO .....</b>	<b>249</b>
1   EXECUÇÃO DAS OPERAÇÕES .....	249
1.1   Âmbito .....	249
1.2   Modalidades de Pedido de Pagamento .....	252
1.2.1   Tipo .....	252
1.2.2   Procedimentos para apresentação do Pedido de Pagamento .....	253
1.2.2.1   Normas comuns a todas as modalidades de Pedido de Pagamento .....	253
1.2.2.2   Normas específicas dos Pedidos de Pagamento .....	257
1.3   Pagamento da Comparticipação Comunitária .....	260
1.4   Parcerias .....	262
1.5   Requisitos dos Documentos de Despesa .....	263
1.6   Dossier da Operação .....	265
2   ACOMPANHAMENTO DAS OPERAÇÕES .....	270
2.1   Âmbito .....	270
2.2   Processo de Verificação do Pedido de Pagamento .....	273
2.2.1   Verificação do cumprimento dos procedimentos de contratação pública .....	273
2.2.2   Verificação do Pedido de Pagamento .....	274
2.2.2   Validação do Pedido de Pagamento .....	283
2.2.3   Pagamento .....	283
2.3   Processo de verificações no local .....	285
3   RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO .....	289
3.1   Apresentação dos Relatórios de Execução .....	289
3.2   Análise e aprovação dos Relatórios de Execução .....	292
<b>MÓDULO G   ENCERRAMENTO .....</b>	<b>295</b>
1   ENCERRAMENTO DAS OPERAÇÕES .....	295
2   ACOMPANHAMENTO DAS OPERAÇÕES APÓS O SEU ENCERRAMENTO .....	297
<b>MÓDULO H - GESTÃO DE DEVEDORES .....</b>	<b>299</b>
1   COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES À COMISSÃO EUROPEIA .....	299
2   CORRECÇÃO DE IRREGULARIDADES .....	304
3   REGISTO DE DÍVIDAS E RECUPERAÇÃO DE PAGAMENTOS_INDEVIDOS .....	305
3.1   Sistema de Gestão de Devedores do ON.2 .....	306

3.2   Recuperação de pagamentos indevidos .....	313
<b>MÓDULO I   CONTROLO INTERNO .....</b>	<b>315</b>
<b>MÓDULO J   INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE .....</b>	<b>321</b>
1   ENQUADRAMENTO .....	321
2   OBRIGAÇÕES E ESPECIFICAÇÕES.....	322
3   OBRIGAÇÕES DE INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE DOS BENEFICIÁRIOS .....	323
3.1   Na fase inicial .....	323
3.2   Durante a execução .....	324
3.3   Antes do encerramento .....	325
4   ACÇÕES DE APOIO E ESCLARECIMENTO.....	329
5   ACÇÕES DE ACOMPANHAMENTO.....	330
6   MANUAL DE IDENTIDADE DO ON.2 .....	331
6.1   Coexistência com outros símbolos e logótipos .....	331
6.2   Painel publicitário .....	333
6.3   Suportes, multimédia, vídeo e áudio .....	334
6.4   Entrevistas, dossiers de imprensa, <i>press releases</i> .....	334
6.5   Ficheiros disponíveis .....	335

## ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1 - Modelo de articulação entre os órgãos no ON.2 .....	18
Fig. 2 - Prioridades Estratégicas do ON.2 .....	20
Fig. 3 - Organograma da Autoridade de Gestão do ON.2 .....	70
Fig. 4 - Estrutura de candidatura - operações infra-estruturais .....	90
Fig. 5 - Estrutura de candidatura - operações imateriais .....	90
Fig. 6 - Estrutura de candidatura - operações mistas .....	91
Fig. 7 - Estrutura de candidatura - programa de acção / programa estratégico .....	91
Fig. 8 - Passos para determinar o montante do Fundo no âmbito de Projectos Geradores de Receitas .....	224
Fig. 9 - Fluxograma de admissão de análise de candidaturas .....	232
Fig. 10 - Índice do Dossier da Operação .....	269
Fig. 11 - Fluxograma do Pedido de Pagamento .....	285
Fig. 12 - Fluxograma sobre etapas do processo de comunicação de irregularidades .....	303
Fig. 13 - Fluxograma sobre as etapas do processo da dívida .....	312

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Revisões ao presente Manual .....	15
Tabela 2 - Modelo de Governação do QREN e do ON.2 .....	17
Tabela 3 - Tipologia de Acções do Eixo Prioritário I .....	22
Tabela 4 - Tipologia de Acções do Eixo Prioritário II .....	25
Tabela 5 - Tipologia de Acções do Eixo Prioritário III .....	28
Tabela 6 - Tipologia de Acções do Eixo Prioritário IV .....	31
Tabela 7 - Tipologia de Acções do Eixo Prioritário V .....	33
Tabela 8 - Tipologia de Acções do Eixo Prioritário VI .....	34
Tabela 9 - Tipologias de operações objecto da subvenção global .....	56
Tabela 10 - Competências da Autoridade de Gestão do ON.2 delegáveis e não delegáveis nos Organismos Intermédios (Associações de Municípios) .....	66
Tabela 11 - Funções desenvolvidas pelo Secretariado Técnico / Unidade Orgânica do ON.2 .....	71
Tabela 12 - Modalidades de candidatura por Eixo Prioritário/Regulamento Específico do ON.2 .....	83
Tabela 13   Documentos do Beneficiário a anexar ao formulário de candidatura .....	136
Tabela 14   Documentos da Operação a anexar ao formulário de candidatura .....	138
Tabela 15 - Elegibilidade das despesas realizadas com encargos gerais .....	144
Tabela 16 - Elegibilidade das despesas relativas a trabalhos a mais, adicionais de fornecimentos de bens e de aquisições de serviços e erros e omissões de projecto .....	159



Tabela 17 - Identificação dos Regulamentos Específicos de cada Eixo Prioritário do ON.2 .....	250
Tabela 18 - Documentos a remeter pelo Beneficiário.....	257
Tabela 19 - Elementos a acompanhar os Relatórios de Execução das operações.....	291
Tabela 20 - Informação constante do Sistema Contabilístico de Dívidas.....	307

## SIGLAS

**ADI** - Agência de Inovação

**AICEP** - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

**ANAFRE** - Associação Nacional de Freguesias

**ANMP** - Associação Nacional de Municípios Portugueses

**CCDR-N** - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

**CMC** - Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais

**COTEC Portugal** - Associação Empresarial para a Inovação

**CPA** - Código do Procedimento Administrativo

**EAT** - Estrutura de Apoio Técnico

**FEADER** - Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural

**FEDER** - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

**FEP** - Fundo Europeu das Pescas

**IAPMEI** - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

**IFDR** - Instituto de Financiamento para o Desenvolvimento Regional

**IGF** - Inspeção-Geral de Finanças

**MAOTDR** - Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

**NUT** - Núcleo de Unidade Territorial

**ON.2** - Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013

**PAISCTP** - Programas de Acção Intermunicipais de Serviços Colectivos Territoriais de Proximidade

**PO** - Programa Operacional

**POFC** - Programa Operacional Factores de Competitividade

**PROT** - Plano Regional de Ordenamento do Território

**PTD** - Programas Territoriais de Desenvolvimento

**QREN** - Quadro de Referência Estratégico Nacional

**REAPN** - Rede Europeia Anti-Pobreza

**TIC** - Tecnologias de Informação e Comunicação

**UC** - Unidade de Controlo

**UCF** - Unidade de Certificação Financeira

## INTRODUÇÃO

### 1 | OBJECTIVO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO DO MANUAL DE PROCEDIMENTOS

O ON.2 - O Novo Norte (Programa Operacional Regional do Norte 2007/2013) é um instrumento financeiro de apoio ao desenvolvimento regional do Norte de Portugal (NUT II), integrado no Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007/2013 (QREN) e no novo ciclo de fundos estruturais da União Europeia destinados a Portugal.

Com a aprovação do QREN, surgiram significativas alterações e exigências, relativamente a períodos anterior de Programação, cuja diversidade e complexidade, revelaram necessidade na sua organização e clarificação.

Estas alterações concretizam-se, desde logo, no facto de cada Programa Operacional (PO) ser apenas objecto de apoio financeiro por um fundo estrutural. O ON.2 é financiado exclusivamente pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

Além disso, o ON.2 apresenta um modelo de governação profundamente distinto do que estava anteriormente implementado.

Acresce que, pela primeira vez, um PO regional disponibilizará e financiará Sistemas de Incentivos ao investimento de empresas, visando designadamente objectivos de ‘Qualificação e Internacionalização de PME’, ‘Inovação’ e ‘Investigação e Desenvolvimento Tecnológico’.

A gestão dos Sistemas de Incentivos é desenvolvida por meio de um protocolo de delegação de competências celebrado entre a Autoridade de Gestão do ON.2 e os Organismos

Intermédios (Organismos Técnicos), comportando, assim, uma estrutura organizacional com interligações entre estas entidades.

Ainda no âmbito da delegação de competências são celebrados contratos de subvenção global entre a Autoridade de Gestão do ON.2 e Associações de Municípios.

É pelos motivos supra enunciados que surge o presente Manual de Procedimentos e que tem como objectivo estabelecer um conjunto de regras e procedimentos orientadores, aos quais se devem submeter, quer a Autoridade de Gestão, quer os Beneficiários, desde a submissão das candidaturas até ao seu encerramento, bem como a articulação entre os referidos intervenientes.

Os Organismos Intermédios (Organismos Técnicos) actuam de acordo com o Manual de Procedimentos da Rede de Sistemas de Incentivos do QREN e apenas supletivamente pelo presente Manual.

Os Organismos Intermédios (Associações de Municípios), no âmbito da subvenção global, regem-se na íntegra pelo presente Manual de Procedimentos, com as necessárias adaptações.

O ‘Manual de Procedimentos do ON.2’ obedece, assim, a toda a legislação comunitária e nacional, ao ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’, aos Regulamentos Específicos do ON.2 e respectivos Avisos/Convites para apresentação de candidaturas, bem como às Orientações Técnicas, gerais e específicas, emitidas pela Autoridade de Gestão do ON.2, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 46º do Decreto-Lei 312/2007 de 17 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei 74/2008 de 22 de Abril, que devem de igual modo ser conhecidas e respeitadas.

## 2 | ORGANIZAÇÃO DO MANUAL DE PROCEDIMENTOS

O presente Manual está organizado de acordo com a seguinte estrutura:

### PARTE I - MANUAL DE PROCEDIMENTOS

INTRODUÇÃO	OBJECTIVO, ÂMBITO, ESTRUTURA E REVISÃO DO MANUAL DE PROCEDIMENTOS
MÓDULO A	APRESENTAÇÃO E ESTRUTURA DO ON.2
MÓDULO B	MODELO DE GESTÃO DO ON.2
MÓDULO C	CANDIDATURAS
MÓDULO D	DECISÃO DE FINANCIAMENTO
MÓDULO E	MODIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DA DECISÃO DE FINANCIAMENTO
MÓDULO F	EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO
MÓDULO G	ENCERRAMENTO
MÓDULO H	GESTÃO DE DEVEDORES
MÓDULO I	CONTROLO INTERNO E AUDITORIAS
MÓDULO J	REGRAS DE INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE

### PARTE II - MANUAL DE PROCEDIMENTOS - ANEXOS

Os procedimentos e conteúdos descritos neste Manual, à excepção do Módulo I, aplicam-se aos Organismos Intermédios (Associações de Municípios) com as necessárias adaptações que decorrerem quer da sua Estrutura de Gestão quer dos Contratos de delegação de competências celebrados com a Autoridade de Gestão do ON.2.

Assim, sempre que os procedimentos resultarem de tarefas delegadas, referir-se-á o Organismo Intermédio (Associação de Municípios) como sendo a entidade designada pela Autoridade de Gestão do ON.2 para o efeito, utilizando a seguinte expressão ‘Associação de Municípios por esta designada’.

### 3 | ELABORAÇÃO E REVISÃO DO MANUAL DE PROCEDIMENTOS

O presente Manual de Procedimentos surgiu da proposta apresentada pelo ‘Secretariado Técnico de Apoio Jurídico, Contencioso, Auditoria e Gestão Financeira’ do ON.2, com os contributos dos restantes Secretariados Técnicos e com a validação da Comissão Directiva.

O Manual de Procedimentos será objecto de revisão e actualização, com o objectivo de introduzir, alterar ou extinguir regras ou procedimentos que se considerem pertinentes para adaptação do Documento à realidade e às necessidades sentidas com a prática quotidiana da gestão do Programa em convergência com as estratégias definidas.

Todas as sugestões de revisão ao presente Manual, sejam da iniciativa da Autoridade de Gestão do ON.2 ou das Associações de Municípios<sup>1</sup>, deverão ser apresentadas ao ‘Secretariado Técnico de Apoio Jurídico, Contencioso, Auditoria e Gestão Financeira, que as analisará e as submeterá à apreciação e aprovação da Comissão Directiva.

Este Manual não obsta a que os intervenientes no âmbito da Gestão possam pedir informações ou esclarecimentos sobre as matérias aqui vertidas e tratadas pelo citado Secretariado Técnico do ON.2, que se encontra disponível para prestar tal apoio.

### 4 | CONTROLO DO MANUAL DE PROCEDIMENTOS

O presente Manual está publicado electronicamente no site oficial do Programa e o sistema emite mensagens de alerta sempre que ao mesmo tenha sido introduzida alguma alteração. Na tabela infra serão registadas todas as revisões ao presente Manual.

---

<sup>1</sup> Cf. Números 2 e 3 da cláusula 10.<sup>a</sup> do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global, celebrado entre a Autoridade de Gestão do ON.2 e as Associações de Municípios.

**Tabela 1 - Revisões ao presente Manual**

VERSÃO INICIAL REVISÃO REVISÃO	Aprovação	Data
	Comissão Directiva	03/10/2008
	Comissão Directiva	02/02/2009





## MÓDULO A | APRESENTAÇÃO E ESTRUTURA DO ON.2

### 1 | O PROGRAMA OPERACIONAL

#### 1.1 | Enquadramento do ON.2

O ON.2 foi aprovado pela Decisão da Comissão C(2007) 5070 de 10 de Outubro de 2007. O enquadramento normativo comunitário, nacional, regulamentação específica, Orientações Técnicas e Avisos/Convites do Programa, está descrito no documento ‘Enquadramento normativo do ON.2’, o qual se encontra anexo ao ‘Sistema de Gestão e Controlo do ON.2 (Compliance Assessment)’.

O Decreto-Lei 312/2007 define o modelo de governação do QREN, e dos respectivos PO, e estabelece a estrutura orgânica relativa ao exercício das funções de gestão monitorização, auditoria e controlo, certificação, aconselhamento estratégico, acompanhamento e avaliação, nos termos de Regulamento (CE) 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho.

Infra e sucintamente dá-se nota do Modelo de Governação do QREN e do ON.2.

Tabela 2 - Modelo de Governação do QREN e do ON.2

TIPOLOGIA DAS FUNÇÕES DOS ÓRGÃOS DE GOVERNAÇÃO	QREN	ON.2
DIRECÇÃO POLÍTICA	Comissão Ministerial de Coordenação	
COORDENAÇÃO TÉCNICA GLOBAL	Comissão Técnica de Coordenação do QREN	
MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA	Observatório do QREN, Centro de Racionalidade Temática, Centro de Observação das Dinâmicas Regionais do Norte	
MONITORIZAÇÃO OPERACIONAL E FINANCEIRA	Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR)	
AUDITORIA E CONTROLO	Inspeção-Geral de Finanças (IGF), Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR)	
GESTÃO		Autoridade de Gestão do ON.2
ACONSELHAMENTO ESTRATÉGICO		Comissão de Aconselhamento Estratégico

TIPOLOGIA DAS FUNÇÕES DOS ÓRGÃOS DE GOVERNAÇÃO	QREN	ON.2
CONTROLO INTERNO		Autoridade de Gestão do ON.2
AVALIAÇÃO		Autoridade de Gestão do ON.2
PARTICIPAÇÃO ECONÓMICA, SOCIAL E INSTITUCIONAL		Comissão de Acompanhamento

A governação do ON.2 compreende, assim, órgãos de direcção política, órgãos de aconselhamento estratégico, órgãos de gestão e de acompanhamento e órgãos de monitorização.

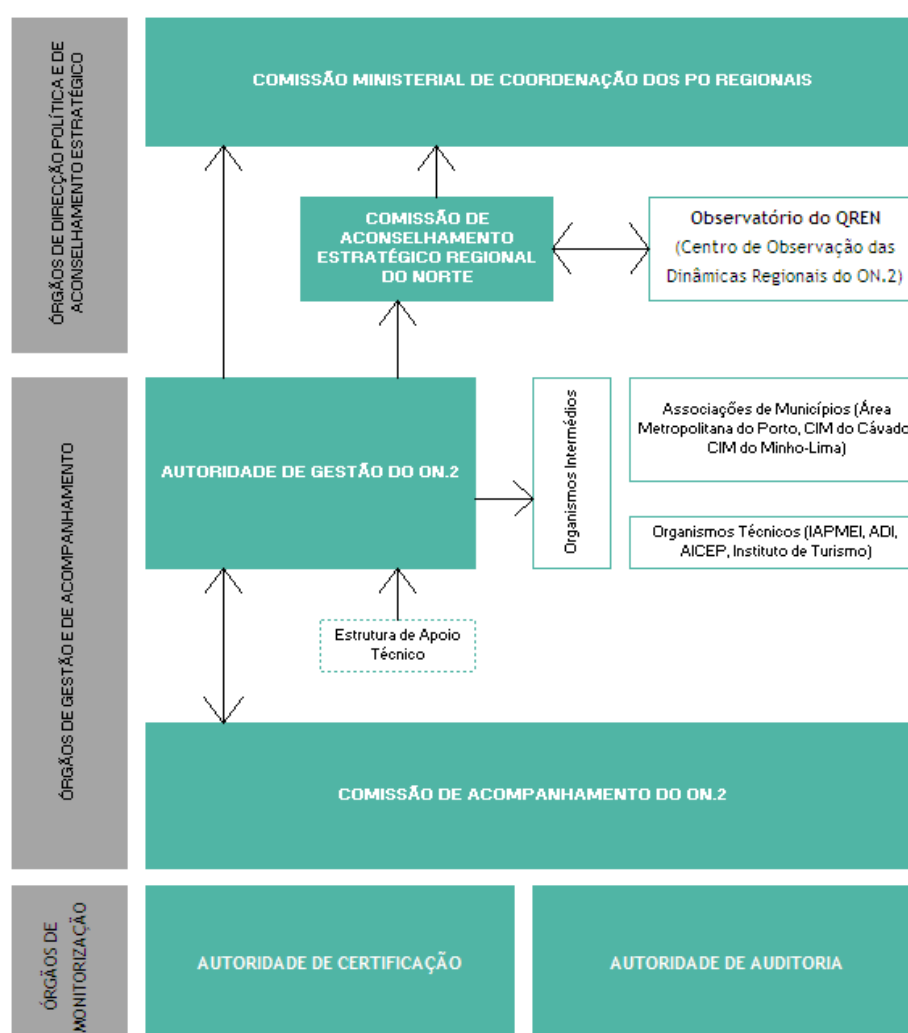


Fig. 1 - Modelo de articulação entre os órgãos no ON.2

## 1.2 | Apresentação do ON.2

O ON.2 está estruturado em seis Eixos Prioritários correspondentes às suas prioridades estratégicas (sendo um deles de natureza instrumental para assistência técnica e financeira à implementação do PO).

Cada Eixo Prioritário dispõe de um orçamento de fundo estrutural (neste caso do FEDER) destinado ao co-financiamento de candidaturas apresentadas pelos Beneficiários.

- Eixo Prioritário 1 - Competitividade, inovação e conhecimento;
- Eixo Prioritário 2 - Valorização económica de recursos específicos;
- Eixo Prioritário 3 - Valorização e qualificação ambiental e territorial;
- Eixo Prioritário 4 - Qualificação do sistema urbano;
- Eixo Prioritário 5 - Governança e capacitação institucional regional;
- Eixo Prioritário 6 - Assistência técnica.

A cada uma das Prioridades Estratégicas correspondem uma série de objectivos específicos, de acordo com o esquema que a seguir se explicita.

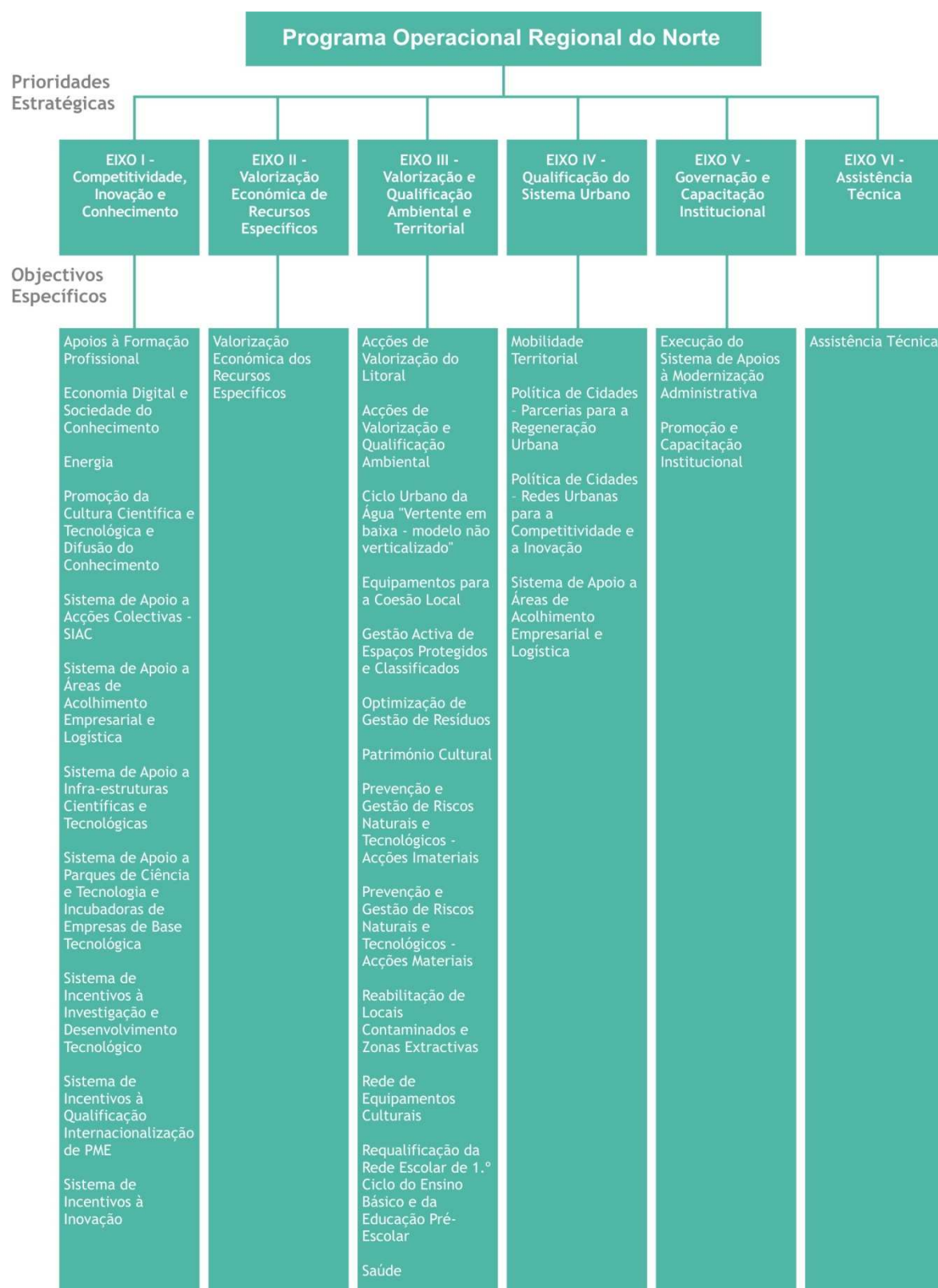


Fig. 2 - Prioridades Estratégicas do ON.2

Do conjunto dos Eixos Prioritários resultam subconjuntos de objectivos específicos, tendo em vista a concretização das prioridades estabelecidas. Estes Objectivos específicos, por sua vez, dão origem a tipologias de acções visadas pelo PO e que em pormenor se encontram descritas no documento '*Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013*' disponível no website do ON.2, [www.novonorte.qren.pt](http://www.novonorte.qren.pt).

## 2 | PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DO ON.2

### 2.1 | Eixo Prioritário I - Competitividade, Inovação e Conhecimento

Este Eixo Prioritário concentra os domínios de intervenção que mais directamente visam a recomposição da base económica da Região e o relançar da competitividade das actividades de bens transaccionáveis internacionalmente, englobando, de forma articulada, quer dinâmicas a partir dos sectores de especialização tradicional quer dinâmicas baseadas nos novos recursos existentes ao nível do conhecimento e das qualificações.

O ON.2 participa, assim, através deste Eixo, no Financiamento dos seguintes Sistemas de Incentivos do QREN aos investimentos das empresas da Região do Norte: “Qualificação e Internacionalização de PME”, “Inovação” e “Investigação e Desenvolvimento Tecnológico”.

Nas vertentes estratégicas da sua competitividade e desenvolvimento, o apoio do ON.2 ao investimento (de Micro e Pequenas Empresas da Região do Norte e, nalguns casos, de associações empresariais) é articulado (de forma autónoma) para as médias e grandes empresas com as linhas e oportunidades de financiamento do Programa Operacional Factores de Competitividade (POFC), organizadas e canalizadas através dos mesmos Sistemas.

O enquadramento nacional dos Sistemas de Incentivos ao investimento das Empresas determina um princípio de coordenação nacional, de que resulta a existência de uma entrada única e central de candidaturas, acessível através do portal [www.incentivos.qren.pt](http://www.incentivos.qren.pt)

As tarefas de apreciação técnica e acompanhamento das candidaturas são delegadas, aos Organismos Intermédios (Organismos Técnicos), com competências legalmente atribuídas nos domínios em causa, cabendo à Autoridade de Gestão do ON.2 a decisão de aprovação dos financiamentos, conforme descrito no Modulo D do presente Manual de Procedimentos.

Na tabela seguinte referem-se os objectivos específicos deste Eixo e as principais tipologias de acções associadas aos mesmos.

**Tabela 3 - Tipologia de Acções do Eixo Prioritário I**

Eixo Prioritário I - Competitividade, Inovação e Conhecimento	
<b>I. Prioridade Estratégica</b>	Promoção dos factores de competitividade, inovação e conhecimento, contribuindo, de forma decisiva, para o reforço da intensificação tecnológica da base produtiva regional.
<b>II Objectivos Específicos</b>	<b>Principais Tipologias de Acções</b>
Consolidação dos serviços colectivos regionais de suporte à inovação e promoção do sistema regional de inovação	Qualificação e promoção dos serviços colectivos e do sistema regional de suporte à inovação, envolvendo, nomeadamente, o desenvolvimento/consolidação de pólos universitários (através, designadamente, da melhoria da rede de infra-estruturas ligadas ao ensino superior, I&D e serviços de apoio universitários; do reforço da capacidade de investigação científica e tecnológica, bem como, de acções de cooperação/intercâmbio inter-regional e internacional em I&D em sectores de especialização regional e noutros em que a Região se vem afirmando, de acções de promoção do sistema regional de inovação) e a divulgação e animação científica e tecnológica e produção de recursos e conteúdos para esse efeito (por via da criação de contextos adequados de colaboração entre instituições científicas, empresas, autarquias, escolas e outras instituições da sociedade civil);
Apoio à criação e consolidação de “clusters” emergentes e de empresas de base tecnológica em sectores que promovam o interface com as competências e capacidades	Desenvolvimento e consolidação de “clusters” e empresas de base tecnológica, promovendo-se, (através, entre outros instrumentos de política, dos Sistemas de Incentivos de “I&D e Inovação” e de “Promoção da Eficiência Empresarial Colectiva”): <ul style="list-style-type: none"> <li>As instituições e serviços de apoio à criação e consolidação de empresas de base tecnológica, bem como, a implementação de redes institucionais e de modelos de promoção da criação de empresas de base tecnológica;</li> <li>O empreendedorismo de base tecnológica (incluindo <i>spin-offs</i>, <i>star-ups</i>, etc.) em áreas como as TIC e biotecnologia de modo a facilitar a transferência de</li> </ul>

Eixo Prioritário I - Competitividade, Inovação e Conhecimento	
regionais em ciência e tecnologia	<p>conhecimento técnico-científico para o mercado, transformando o potencial de ideias em inovação e em novos produtos, processos ou serviços em sectores de interface com essas tecnologias, como sejam a electrónica, máquinas e material eléctrico, saúde, dispositivos médicos, farmacêutica e agro-alimentar;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Iniciativas integradas de apoio à criação e consolidação de “clusters emergentes”, resultantes, nomeadamente, de interfaces de tecnologias como as TIC e a biotecnologia, com sectores como a electrónica, máquinas e material eléctrico, saúde, farmacêutica e dispositivos médicos ou o agro-alimentar, envolvendo, designadamente a criação de redes de empresas associadas a núcleos de I&amp;D, centros de formação avançada e centros tecnológicos, como resultado de lógicas de proximidade tendo em consideração o padrão de distribuição das competências residentes (académicas, empresarias, etc), promovendo, por esta via, a inovação nas empresas através de projectos de ligação efectiva entre o tecido produtivo e as instituições de I&amp;D.</li> </ul>
Promoção e desenvolvimento da rede de parques de ciência e tecnologia e de operações integradas de ordenamento e de acolhimento empresarial	<p>Promoção, desenvolvimento e consolidação da rede regional de “parques de ciência e tecnologia” e de “espaços de acolhimento empresarial” (envolvendo, entre outros instrumentos de política, Sistema de Incentivos de Promoção da Eficiência Empresarial Colectiva), através:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Da implementação e desenvolvimento de uma rede de Parques de Ciência e Tecnologia, enquanto espaços ou centros de prestação de serviços avançados às empresas que fomentem a articulação entre o tecido empresarial do Norte de Portugal, as infra-estruturas tecnológicas, o sistema de ensino superior e, em geral, o sistema científico e tecnológico;</li> <li>▪ De operações integradas, numa lógica condominial, de ordenamento e acolhimento empresarial, abrangendo, por exemplo, as componentes infra-estruturais, de equipamento, de logística, de investigação e desenvolvimento e de promoção do acolhimento industrial e do ordenamento espacial de actividades em geral.</li> </ul>
Requalificação, inovação e reforço das cadeias de valor nos sectores de especialização	<p>Requalificação, inovação e melhoria do posicionamento na cadeia de valor dos sectores de especialização (através, entre outros instrumentos de política, dos Sistemas de Incentivos de “Qualificação de PME” e de “Promoção da Eficiência Empresarial Colectiva”), por via de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apoio à intensificação tecnológica em empresas ligadas às “actividades tradicionais” (em particular, têxteis, vestuário, calçado, madeira e mobiliário), explorando a área das aplicações técnicas (novos materiais funcionais, têxteis técnicos e, em geral, funcionalização de produtos de vestuário e calçado, potenciando efeitos de “clustering” com outros sectores de aposta regional/nacional, como o automóvel, caminho de ferro, aeroespacial, turismo, lazer e defesa);</li> <li>▪ Promoção da inovação não tecnológica em empresas ligadas às “actividades tradicionais” (design, estilo, etc.) e de uma maior aproximação aos consumidores através de marcas próprias e de redes de distribuição adequadas;</li> <li>▪ Criação de núcleos de investigação e desenvolvimento tecnológico nas empresas que permitam a fixação de competências científicas e tecnológicas e, para além disso, que assegurem uma maior capacidade de interlocução com o sistema científico e tecnológico;</li> <li>▪ Criação de sistemas de bolsas de estudo para mestrandos/doutorandos que</li> </ul>

Eixo Prioritário I - Competitividade, Inovação e Conhecimento	
	<p>desenvolvam projectos de tese estritamente relacionados com os sectores estratégicos de desenvolvimento regional e promoção de “doutoramentos de indústria” (por oposição aos doutoramentos mais convencionais do tipo académico);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apoio à contratação de serviços avançados nas áreas da tecnologia e inovação quer por, simples, fornecimento de serviços quer por subcontratação clássica.</li> </ul>
<b>Promoção de acções colectivas de desenvolvimento empresarial</b>	<p>Promoção da actuação estratégica das estruturas associativas empresariais, nomeadamente relativas ao empreendedorismo feminino, através do apoio ao desenvolvimento de projectos comuns num determinado sector ou direccionados para o desenvolvimento de tecnologias de âmbito transversal;</p> <p>Promoção da gestão integrada e profissional de parques empresariais e outras infra-estruturas de acolhimento empresarial;</p> <p>Apoio à implementação de tecnologias de suporte à concepção e desenvolvimento de redes de cooperação entre empresas e/ou sectores;</p> <p>Promoção da oferta integrada de serviços inovadores de apoio às empresas (sobretudo nas áreas das TIC) junto das associações empresariais, potenciando a criação de pólos de competências;</p> <p>Apoio à realização de acções de demonstração junto das empresas, no âmbito da incorporação de novas tecnologias no desenvolvimento de novos produtos ou serviços ou na adopção de processos mais competitivos e inovadores.</p>
<b>Promoção da economia digital e da sociedade do conhecimento</b>	<p>Promoção da economia digital e da sociedade do conhecimento, através da criação e divulgação de novos conteúdos e serviços “on-line” e da generalização da utilização da internet.</p>
<b>Promoção de acções de eficiência energética</b>	<p>Promoção da eficiência energética, enquanto factor decisivo para a competitividade regional, através, nomeadamente, da concretização de planos de investimentos relativos ao sistema de abastecimento do gás natural (unidades autónomas de gás), da melhoria da eficiência das redes de transporte e de distribuição de electricidade (ligação à rede eléctrica de locais de produção de electricidade com base em fontes renováveis) e de apoio a projectos-piloto de produção (através de fontes renováveis) e de utilização racional de energia.</p>

## 2.2 | Eixo Prioritário II - Valorização Económica de Recursos Específicos

Este Eixo Prioritário reflecte a importância que é atribuída a recursos próprios do Norte de Portugal (recursos culturais, recursos simbólicos e identitários, etc.) no quadro de estratégias regionais simultaneamente diferenciadas e sustentáveis.



Com efeito, a existência de recursos específicos é um importante elemento diferenciador das estratégias regionais e a sua valorização económica pode gerar actividades em que a competitividade assenta na diferenciação decorrente da especificidade desses recursos. Esta componente da estratégia regional pode ser particularmente relevante para os territórios menos dotados em termos de recursos genéricos.

Na tabela seguinte referem-se os objectivos específicos deste Eixo e as principais tipologias de acções associadas aos mesmos.

**Tabela 4 - Tipologia de Acções do Eixo Prioritário II**

Eixo Prioritário II - Valorização Económica de Recursos Específicos	
<b>I. Prioridade Estratégica</b>	Valorização económica de recursos específicos do território, enquanto elementos-chave de uma estratégia territorialmente diferenciada de desenvolvimento regional, assente na promoção económica dos seus recursos próprios e, designadamente, do seu capital simbólico e identitário.
<b>II. Objectivos Específicos</b>	<b>Principais Tipologias de Acções</b>
<b>Valorização económica da excelência turística regional</b>	<p>Valorização económica da excelência turística regional (envolvendo, entre outros instrumentos de política, Sistema de Incentivos de Promoção da Eficiência Empresarial Colectiva), através do:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Programa de Promoção da Marca “Porto - Norte de Portugal” - abrangendo, designadamente, acções de promoção turística, quer no mercado nacional quer no mercado internacional, dirigidas aos segmentos de procura potencial dos principais produtos turísticos da Região do Norte (turismo de negócios, turismo urbano, turismo de natureza e aventura, turismo rural, enoturismo, turismo de saúde e turismo histórico cultural) concretizáveis através de, por exemplo, participação em feiras nos mercados de origem mais promissores, sessões de informação e seminários dirigidos a profissionais do sector e “opinion makers” e a concepção e execução de campanhas de imagem e de suportes informativos e promocionais;</li> <li>Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro - envolvendo um conjunto estruturado de intervenções de promoção e preservação dos seus recursos naturais, culturais, paisagísticos e patrimoniais em que se incluem, nomeadamente, acções de requalificação e valorização dos recursos naturais, culturais e histórico-patrimoniais do território classificado (designadamente, as do Eixo Património Mundial); iniciativas de sensibilização nas áreas ligadas à gestão e preservação de espaços; a promoção e dinamização turística dos espaços classificados (podendo passar, por exemplo, pela elaboração de material turístico-promocional; estruturação de roteiros e itinerários turísticos e realização de feiras temáticas associadas à identidade histórico-cultural); a informação e sinalização turística (implementação de sistemas de sinalização, informação e interpretação turística).</li> </ul>
<b>Valorização económica de</b>	Promoção económica de novos usos do mar (envolvendo, entre outros instrumentos de política, Sistema de Incentivos de Promoção da Eficiência Empresarial Colectiva), através da

Eixo Prioritário II - Valorização Económica de Recursos Específicos	
novos usos do mar	promoção da iniciativa empresarial associada aos novos usos económicos do mar (biotecnologia; energia; desportos náuticos e náutica de recreio), articulando os recursos e competências no domínio do mar (nomeadamente, em matéria de I&D e respectiva divulgação científica e tecnológica) com as actividades económicas emergentes, a requalificação de actividades tradicionais e as infra-estruturas associadas aos novos usos do mar.
Valorização da cultura e da criatividade	<p>Valorização da cultura e da criatividade (envolvendo, entre outros instrumentos de política, Sistema de Incentivos de Promoção da Eficiência Empresarial Colectiva), através:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Da promoção de um “cluster” de indústrias criativas, englobando actividades como a produção de conteúdos de natureza cultural, serviços de <i>design</i>, video, fotografia, moda, produção artística, cinema, arquitectura;</li> <li>▪ Do apoio à organização de grandes eventos culturais como forma de promoção e internacionalização de um “cluster” de indústrias criativas e, em particular, do seu tecido empresarial, quer pelo lado da procura (directamente, gerando oportunidades de prestação de serviços nessa mesma organização e, indirectamente, criando e consolidando novos públicos que permitam alargar o mercado local/nacional), quer pelo lado da oferta (afirmando internacionalmente a Região como produtora de bens e serviços associados a este tipo de indústria e projectando, também à escala internacional, os activos regionais associados à cultura e criatividade).</li> </ul>
Valorização de novos territórios de aglomeração de actividades económicas	<p>Valorização de novos territórios de aglomeração de actividades económicas (envolvendo, entre outros instrumentos de política, Sistema de Incentivos de Promoção da Eficiência Empresarial Colectiva), através:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ De acções de valorização da base competitiva de novos territórios de aglomeração de actividades económicas, a concretizar através de abordagens supramunicipais, de médio prazo, sustentadas em planos integrados de desenvolvimento (“acções integradas”, “pactos”, etc) que envolvam, por exemplo, a promoção da oferta de espaços ordenados para a localização industrial em territórios de baixa densidade, o reordenamento de espaços de elevada concentração industrial e de industrialização difusa, a promoção do empreendedorismo local, nomeadamente o empreendedorismo feminino como elemento de mobilização das mulheres para a vida activa, em articulação com o desenvolvimento das fileiras do turismo e dos produtos locais e a realização de acções e missões dirigidas de atracção de investimento externo;</li> <li>▪ Da promoção de programas de acção de desenvolvimento turístico, visando valorizar, de forma integrada, sub-espacos regionais de âmbito supramunicipal com vocação e/ou aptidão turística e produtos turísticos considerados prioritários. Assim, atendendo, por um lado, aos recursos turísticos que um determinado território possui (nomeadamente, ao nível do seu património natural, paisagístico e histórico-cultural) e, por outro, ao seu potencial de procura turística (quer no mercado nacional, quer internacional), pretende-se assegurar o dinamização de pólos de desenvolvimento turísticos sub-regionais e redes de produtos turísticos, assentes em padrões de qualidade e sustentabilidade e envolvendo projectos públicos e privados.</li> </ul>
Valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade e	<p>Valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade e diversificação da actividade económica dos territórios rurais (envolvendo, entre outros instrumentos de política, Sistema de Incentivos de Promoção da Eficiência Empresarial Colectiva), através, da dinamização de acções integradas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ De valorização de pólos de excelência rural - promoção de operações integradas de qualificação e dinamização de aldeias emblemáticas e de centros rurais com capacidade</li> </ul>

Eixo Prioritário II - Valorização Económica de Recursos Específicos	
diversificação da actividade económica dos territórios rurais	<p>de sustentação e efeito catalizador relativamente ao seu “hinterland”, abrangendo, em particular, acções de (a) valorização e requalificação do espaço público, (b) incentivo às actividades turísticas, artesanais e de desenvolvimento de produtos tradicionais e de qualidade, (c) diversificação de actividades em meio rural e (d) requalificação do património natural e construído;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>De valorização e gestão integrada de Sistemas Produtivos Locais - potenciando as vantagens da cooperação de conjuntos de empresas e de instituições geograficamente próximas que interagem no âmbito de um determinado sector de actividade. Um Sistema Produtivo Local caracteriza-se pela: (a) existência de uma concentração de PME; (b) integração dessas PME num determinado sector, numa perspectiva conjunta produto/mercado; (c) existência de fortes relações inter-empresariais; (d) acesso a um conjunto de serviços comuns; (e) existência de uma cultura comum. A sua valorização passa, por exemplo, por acções de diagnóstico, de promoção e comercialização, de desenvolvimento cooperativo, de mutualização de equipamentos ou de processos de certificação, de formação ou de inovação (organizacionais, tecnológicas, de processos, design, etc);</li> <li>De promoção de um “standard” mínimo de serviços em meio rural - visando melhorar a acessibilidade e o acesso a um padrão “standard” de serviços de proximidade, por exemplo, através do apoio a disponibilização e utilização de TIC e de outros serviços de proximidade em zonas de muito baixa densidade, à melhoria da mobilidade e densificação das inter-relações/interacções entre pessoas, instituições, empresas e outros agentes, a iniciativas locais de emprego (designadamente, de mulheres em zonas de baixa densidade).</li> </ul>

## 2.3 | Eixo Prioritário III - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial

O presente Eixo Prioritário visa promover o desenvolvimento integrado de comunidades sustentáveis na dupla vertente ambiental e numa perspectiva intergeracional, designadamente, através de acções de valorização e requalificação ambiental, da gestão da Rede Natura e biodiversidade e da qualificação dos serviços colectivos territoriais de proximidade.

O objectivo de promoção do desenvolvimento sustentável da Região do Norte e das suas comunidades é o de criar condições para que todos os seus habitantes possam usufruir de uma melhor qualidade de vida e ter acesso a um conjunto de serviços básicos, sem

comprometer, todavia, esses níveis de qualidade ambiental e de serviços colectivos para as gerações futuras.

A promoção do desenvolvimento sustentável da Região do Norte constitui, assim, um desafio multidisciplinar particularmente exigente, uma vez que a qualidade de vida e o bem estar da sociedade depende da prosperidade económica e da segurança, mas também de outras variáveis fundamentais, como por exemplo, um melhor ambiente, uma vida saudável, uma sociedade justa e inclusiva, uma educação sólida e assertiva, ou uma cultura viva e dinâmica.

Na tabela seguinte referem-se os objectivos específicos deste Eixo e as principais tipologias de acções associadas aos mesmos.

**Tabela 5 - Tipologia de Acções do Eixo Prioritário III**

Eixo Prioritário III - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial	
<b>I. Prioridade Estratégica</b>	Valorização e qualificação ambiental e territorial, através da promoção do desenvolvimento integrado de comunidades sustentáveis numa perspectiva inter-generacional, na dupla vertente ambiental e inclusiva.
<b>II. Objectivos Específicos</b>	Principais Tipologias de Acções
<b>Valorização e qualificação ambiental</b>	<p>Valorização e qualificação ambiental envolvendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Gestão da orla costeira, da rede hidrográfica e dos seus recursos, através do ordenamento/preservação da qualidade dos espaços e da valorização sustentável dos seus recursos e outros elementos identitários. Pretende-se concretizar abordagens supramunicipais, assentes em Planos Integrados de médio prazo, contemplando acções de: ordenamento e valorização do litoral e da rede hidrográfica, integradas em Planos de Praia, em projectos de intervenção ou em projectos de requalificação; ordenamento e requalificação da ocupação territorial das zonas costeiras e estuarianas (requalificação de frentes ribeirinhas, valorização e preservação de zonas fluviais, de albufeiras e respectiva envolvente, valorização de espaços degradados, ordenamento e valorização de núcleos de pesca artesanal em terrenos dominiais e de pontos de atracagem de embarcações, ordenamento e balizamento da navegação, apoio a actividades compatíveis com a sensibilidade dos ecossistemas costeiros e lagunares); ordenamento de zonas balneares ou mistas; promoção da utilização de meios alternativos ao automóvel individual no acesso às praias e a acessibilidade de utentes com mobilidade reduzida; actividades de divulgação e sensibilização visando a preservação dos valores naturais das zonas costeiras; a elaboração de estudos, planos e projectos necessários à concretização das acções previstas nesta tipologia.</li> <li>▪ Valorização e gestão de áreas ambientalmente críticas - através de programas de acção integrados de recuperação de passivos e de dissonâncias ambientais e</li> </ul>

Eixo Prioritário III - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial	
	<p>paisagísticas, incluindo, designadamente, iniciativas/projectos de reabilitação de áreas degradadas afectas à indústria extractiva e de sítios e solos contaminados considerados de intervenção prioritária a nível regional, onde não seja viável a aplicação do princípio do poluidor-pagador ou em que a recuperação comporte custos considerados elevados face à responsabilidade objectiva do “detentor” actual desse passivo e estejam em risco aquíferos ou ecossistemas e a segurança de pessoas, bem como de elaboração de estudos, planos e projectos necessários à concretização das acções de natureza física a co-financiar por esta tipologia de projectos;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Planos de acção de optimização da recolha selectiva e da triagem, contemplando, nomeadamente, a optimização das redes de recolha selectiva multimaterial; a requalificação e optimização das unidades de triagem de materiais; a recolha especial e tratamento de fracções de resíduos perigosos no fluxo urbano; acções de demonstração na gestão de resíduos que se constituam como impulso ao “mercado” de resíduos; a elaboração de estudos, planos e projectos necessários à concretização das acções de natureza física a co-financiar pela presente medida, bem como as actividades de gestão e acompanhamento da execução das referidas acções, e iniciativas de sensibilização para a prevenção e gestão de resíduos sólidos urbanos;</li> <li>Prevenção de riscos naturais, tecnológicos e sanitários - assegurando a protecção de pessoas e bens face a ocorrências de génese natural ou tecnológica, bem como, as condições adequadas de segurança sanitária em matéria de alimentação. Pretendem-se concretizar iniciativas inseridas em planos de prevenção de riscos naturais, tecnológicos e sanitários (por exemplo, prevenção e controlo de cheias e secas, reabilitação e defesa de zonas fluviais, protecção contra a erosão, controlo da poluição fluvial, prevenção de incêndios, zonas inundáveis, catástrofes em grandes equipamentos de transportes, refinarias, barragens), abrangendo, nomeadamente, a elaboração de planos de intervenção, acções de informação e sensibilização, a formação de recursos humanos em gestão de crises, a elaboração de manuais de procedimentos, a concepção e implementação de sistemas de informação, vigilância e monitorização (do ar, água, resíduos e ruído), acções de I&amp;D específicas, inventários e cartografia das zonas de risco, redes de equipamentos, infra-estruturas e veículos de prevenção e combate, e acções de cooperação interregional;</li> </ul>
Gestão activa da Rede Natura e da biodiversidade	<p>Valorização e gestão integrada da Rede Natura e da Biodiversidade (envolvendo, entre outros instrumentos de política, Sistema de Incentivos de Promoção da Eficiência Empresarial Colectiva) - através da concretização de intervenções integradas de gestão activa de espaços de sustentabilidade com incidência territorial nos sítios da Rede Nacional de Áreas Protegidas, Rede Natura 2000 ou zonas envolvente das albufeiras de águas públicas que disponham de planos de ordenamento aprovados. Pretende-se concretizar um conjunto de iniciativas inseridas em planos integrados de valorização e gestão de espaços de sustentabilidade, englobando, por exemplo, acções (empresarias) de oferta de alojamento, animação turístico-desportiva e de promoção do lazer, de valorização e promoção de produtos e serviços locais, de realização de estudos (de apoio à actividade produtiva, de mercado e marketing, de identificação e promoção do património natural e cultural, de estruturação do produto turístico-ambiental, de desenvolvimento estratégico e organizativo para fileiras produtivas, etc), de preservação da biodiversidade, de sensibilização e educação ambiental.</p>

Eixo Prioritário III - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial	
Qualificação dos serviços colectivos territoriais de proximidade	<p>Implementação de Programas de Acção Intermunicipal de Serviços Colectivos Territoriais de Proximidade (por NUT's III ou agrupamentos de NUT's III), privilegiando a sustentabilidade e qualificação dos serviços públicos locais (e não de mera disponibilização de equipamentos e infra-estruturas) e a constituição de modelos de provisão ajustados às características específicas dos distintos sub-espacos regionais (numa lógica de reengenharia funcional e territorial do modelo de prestação de serviços à escala local). Pretende-se melhorar, de forma sustentada, a qualidade e eficiência na provisão dos serviços colectivos territoriais de proximidade nas áreas do saneamento básico (ciclo urbano da água - baixa de sistemas não verticalizados), da educação (nomeadamente, rede escolar do 1º ciclo do ensino básico e de educação pré-escolar), da cultura (por exemplo, património cultural nacional e consolidação das redes de equipamentos colectivos), da saúde/qualidade de vida/lazer (nomeadamente, requalificação dos serviços de urgência, cuidados de saúde primários e acesso à consulta e cirurgia, outros equipamentos nas áreas da qualidade de vida e lazer e qualificação territorial e urbanística) e do desenvolvimento social (por exemplo, apoio à terceira idade, infância e juventude, prevenção e luta contra a tóxico-dependência, a marginalidade e a exclusão social, combate ao alcoolismo e acolhimento de crianças abandonadas e de imigrantes), envolvendo quer o investimento nas condições infraestruturais referidas e, especificamente, nos próprios equipamentos, quer o apoio a acções de natureza imaterial fundamentais para a efectiva prestação de serviços.</p> <p>Integram ainda as intervenções apoiadas no âmbito deste Eixo Prioritário o financiamento de equipamentos desportivos de pequena dimensão e de proximidade, que sejam justificados e explicitamente enquadrados em estratégias integradas de desenvolvimento urbano e de promoção da competitividade das cidades, seleccionadas nos termos legais e regulamentares pela Autoridade de Gestão tendo em conta o seu potencial para o desenvolvimento desportivo regional, tomando em consideração os efeitos e condicionantes económicos, territoriais e sociais. Os referidos equipamentos desportivos de proximidade visam disponibilizar espaços para a prática físico-desportiva facilmente acessíveis a partir dos locais de trabalho / residência, prosseguindo os seguintes objectivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ promover a actividade física e desportiva permanente, de modo acessível, saudável e em segurança, para todos os cidadãos,</li> <li>▪ recuperar o sentido lúdico das práticas físicas e desportivas,</li> <li>▪ (orientar a motivação para a aventura e para a descoberta de experiências motoras novas e</li> <li>▪ fomentar a participação e a solidariedade próprias da integração social.</li> </ul>

## 2.4 | Eixo Prioritário IV - Qualificação do Sistema Urbano

Este Eixo Prioritário elege as cidades e os sistemas urbanos como principais suportes da organização da actividade das pessoas, das empresas e de outras instituições,

relativamente às quais se pretende obter melhores níveis de competitividade tanto no quadro nacional como no quadro europeu.

Visa, assim, o reforço da competitividade do sistema urbano, promovendo a qualificação e a inter-conectividade da rede urbana da Região do Norte enquanto elemento catalisador da própria competitividade regional.

Na tabela seguinte referem-se os objectivos específicos deste Eixo e as principais tipologias de acções associadas aos mesmos.

**Tabela 6 - Tipologia de Acções do Eixo Prioritário IV**

Eixo Prioritário IV - Qualificação do Sistema Urbano	
<b>I. Prioridade Estratégica</b>	Reforço da competitividade do sistema urbano, promovendo a qualificação e a inter-conectividade da rede urbana da Região do Norte enquanto elemento catalisador da própria competitividade regional.
<b>II. Objectivos Específicos</b>	<b>Principais Tipologias de Acções</b>
Promoção de operações para a excelência urbana e de redes para a competitividade e inovação	<p>Promoção de redes urbanas para a competitividade e inovação (envolvendo, entre outros instrumentos de política, Sistema de Incentivos de Promoção da Eficiência Empresarial Colectiva), através:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Da constituição de redes urbanas para a competitividade e inovação, visando estimular o surgimento de estratégias partilhadas de inovação e reposicionamento internacional das cidades, incentivando-as a assumirem, num quadro de cooperação, estratégias de longo prazo de afirmação sólida e diferenciada na economia do conhecimento. Apoio, nomeadamente, a estratégias de cooperação inter-urbana em torno de projectos comuns de valorização dos factores de competitividade e respectivas estruturas de cooperação entre os actores públicos e privados dos centros urbanos envolvidos; acções comuns de atracção de investimentos, actividades e pessoas com forte conteúdo criativo, inovação e internacionalização, projectos de reforço da qualificação das funções das cidades e da sua projecção nacional e internacional, através da especialização e complementaridade dos grandes equipamentos e serviços, da coordenação e concertação da oferta de serviços de suporte e de acções de inserção em redes internacionais e investimentos, materiais e imateriais, de forte potencial estruturante, no quadro da estratégia comum;</li> <li>▪ De programas de valorização de vocações temáticas de cidades ou de redes de cidades - através da dinamização de um conjunto, tematicamente orientado e coerente, de projectos e acções de dimensão nacional e/ou internacional que permitam explicitar essas vocações diferenciadoras em matérias associadas, por exemplo, à sociedade e à economia do conhecimento e à promoção da metrópole criativa;</li> <li>▪ Promoção de operações integradas de valorização económica para a excelência urbana - o Programa de cada uma destas operações pode abranger, por exemplo, intervenções (a) em centros históricos, frentes costeiras ou ribeirinhas, edifícios de elevado valor patrimonial ou histórico, espaços públicos ou zonas verdes urbanas de</li> </ul>



Eixo Prioritário IV - Qualificação do Sistema Urbano	
	<p>carácter excepcional; (b) de valorização de zonas de urbanismo comercial; (c) de (re)criação de espaços e equipamentos colectivos de identidade e referência urbana, designadamente dos que resultem da recuperação de zonas industriais, portuárias e ferroviárias desactivadas; (d) de promoção de centros de estudo, cultura e conhecimento e/ou de outros espaços de utilização das TIC; (e) que apostem na reciclagem de produtos, na utilização de energias renováveis e em acções complementares de sensibilização e educação dos cidadãos no domínio do ordenamento do território.</p>
<p>Promoção de operações integradas em zonas prioritárias de regeneração urbana</p>	<p>Promoção de operações integradas em zonas prioritárias de regeneração urbana (envolvendo, entre outros instrumentos de política, Sistema de Incentivos de Promoção da Eficiência Empresarial Colectiva) - orientada para a revitalização sócio económica de espaços urbanos degradados, designadamente, de unidades geográficas urbanas com um conjunto de indicadores sócio-económicos desfavoráveis face à média nacional. Pretende-se concretizar um conjunto de iniciativas inseridas em operações integradas em zonas prioritárias de regeneração urbana, abrangendo, por exemplo, projectos de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(a) qualificação do espaço público,</li> <li>(b) organização, localização e desenvolvimento de actividade económica,</li> <li>(c) criação/remodelação de equipamentos culturais e desportivos de proximidade, bem como dos relativos à conciliação da vida profissional, pessoal e familiar,</li> <li>(d) prevenção, controlo e recuperação da toxicodependência,</li> <li>(e) sensibilização da população mais desfavorecida para a utilização de novas tecnologias de informação e comunicação,</li> <li>(f) inovação sócio-educativa e de animação sócio-cultural e desportiva,</li> <li>(g) apoio à população idosa e com necessidades especiais,</li> <li>(h) integração social e prevenção da delinquência.</li> </ul>
<p>Promoção da mobilidade urbana</p>	<p>Promoção da mobilidade urbana, orientada para a melhoria da eficiência dos transportes e mobilidade nos principais núcleos do sistema urbano regional, através de sistemas de transportes urbanos e suburbanos em sítio próprio, da realização de variantes a centros urbanos, do desenvolvimento de acções de qualificação dos sistemas de transportes públicos de passageiros, da eliminação de pontos de acumulação de sinistralidade rodoviária urbana, bem como a concretização de planos de mobilidade urbana sustentável e consequente reorientação de espaços canal para a multimodalidade (percursos pedonais e ciclovias, promoção do transporte público, acesso aos transportes públicos por pessoas de mobilidade reduzida, promoção da interoperabilidade e da intermobilidade) e o apoio a acções complementares nos domínios da logística e da micro-logística urbana e a investimentos nas redes integradas de centros coordenadores de transportes, portos e aeródromos fundamentais para o reforço e qualificação da rede urbana.</p>
<p>Promoção da conectividade do sistema urbano regional</p>	<p>Promoção de um conjunto de iniciativas/projectos estruturantes que contribuam para a melhoria da conectividade, mobilidade, capilaridade e da segurança nas redes rodoviárias de ligação inter-urbana, abrangendo, designadamente, o apoio ao desenvolvimento e/ou qualificação dos níveis de serviço de Itinerários Complementares, da rede de estradas nacionais e municipais de interesse regional e sub-regional (regionais, "a integrar na rede municipal" ou municipais), de vias ferroviárias, de cais fluviais e vias fluviais navegáveis, bem como a acções piloto de valorização integrada da rede e sistema de transportes colectivos em meio rural, fundamentais para a competitividade, sustentabilidade e integração do sistema urbano regional.</p>



## 2.5 | Eixo Prioritário V - Governação e Capacitação Institucional

No Eixo Prioritário V, em termos de Sociedade da Informação, privilegia-se a componente de governo electrónico, concebida como instrumento ao serviço de processos de reorganização dos serviços públicos desconcentrados e municipais. A articulação dos esforços em matéria de governo electrónico com a componente de ordenamento do território municipal e com a promoção de novos serviços locais em áreas remotas e fracamente povoadas, constituem possibilidades de aprofundamento da disseminação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) que podem ser potenciadas pelo ON.2.

Na tabela seguinte referem-se os objectivos específicos deste Eixo e as principais tipologias de acções associadas aos mesmos.

**Tabela 7 - Tipologia de Acções do Eixo Prioritário V**

Eixo Prioritário V - Governação e Capacitação Institucional	
<b>I. Prioridade Estratégica</b>	Promoção da governação e capacitação institucional, contribuindo, de forma predominantemente instrumental, para a modernização do quadro institucional de apoio ao desenvolvimento regional e local
<b>II. Objectivos Específicos</b>	<b>Principais Tipologias de Acções</b>
Modernização do Governo electrónico e melhoria da relação das empresas e dos cidadãos com a administração desconcentrada e local	<p>Modernização do Governo electrónico e melhoria da relação das empresas e dos cidadãos com a administração desconcentrada e local, envolvendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A modernização, melhoria da eficiência e articulação de serviços colectivos regionais, sub-regionais e locais, potenciando o Governo Electrónico das Instituições e das Comunidades;</li> <li>▪ O reforço de mecanismos e de estruturas de facilitação da relação da administração desconcentrada e local com as empresas e o cidadão (por exemplo, Lojas do cidadão e centros multi-serviços), a estruturação de manuais de qualidade, a certificação de serviços, a generalização da contabilidade por centro de custos, a definição e aplicação de indicadores de monitorização da qualidade na provisão de serviços, a disponibilização de serviços “on line”, a reorganização dos serviços e/ou dos procedimentos numa perspectiva intersectorial, o desenvolvimento de campanhas de sensibilização ou de prevenção, a estruturação de sistemas de informação territoriais de apoio ao planeamento de redes, serviços e valências e à avaliação de políticas, a dinamização de concursos de selecção e divulgação de práticas de excelência regionais, o apoio a projectos integrados de modernização de serviços colectivos ao cidadão e às empresas.</li> </ul>

Eixo Prioritário V - Governação e Capacitação Institucional	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Instrumentos de gestão e monitorização do território, das infra-estruturas e dos equipamentos colectivos.</li> </ul>
Promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional e local	<p>Promoção de projectos/iniciativas inovadoras e de elevado efeito demonstrativo de valorização regional e local que permitam densificar e qualificar redes de instituições regionais no exercício de funções, designadamente, nos domínios dos serviços às empresas, informação de apoio ao desenvolvimento, dinamização turística, desenvolvimento rural e local, promoção de produtos regionais ou de fileiras produtivas, cultura e artesanato e cooperação e promoção externa, promoção e sensibilização ambiental (por exemplo, Agendas XXI), promoção e produção de conteúdos regionais e formação para a inovação organizacional (por exemplo, concepção e gestão de projectos, gestão e inovação nas instituições, prospectiva e planeamento regional e local, estudos de mercado) que permita reforçar e qualificar as principais entidades de suporte ao desenvolvimento da Região, promovendo, em simultâneo, uma certa reengenharia institucional (através, por exemplo, de parcerias público-público e público-privado).</p>

## 2.6 | Eixo Prioritário VI - Assistência Técnica

A Assistência Técnica do Programa tem como objectivo a implementação e funcionamento dos sistemas e estruturas de coordenação, gestão, acompanhamento, controlo e avaliação e difusão do ON.2.

Na tabela seguinte refere-se o objectivo específico deste Eixo e as principais tipologias de acções associadas ao mesmo.

Tabela 8 - Tipologia de Acções do Eixo Prioritário VI

Eixo Prioritário VI - Assistência Técnica	
I. Prioridade Estratégica	Capacitação da Autoridade de Gestão para o eficaz desenvolvimento das suas competências
II. Objectivos Específicos	Principais Tipologias de Acções
Capacitação da Autoridade de Gestão para o eficaz	<p>Capacitação da Autoridade de Gestão para o eficaz desenvolvimento das suas competências, envolvendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Gestão, acompanhamento, controlo e avaliação do ON.2, incluindo, por exemplo, os encargos com a equipa de técnicos contratados ou afectos da Administração</li> </ul>

Eixo Prioritário VI - Assistência Técnica	
desenvolvimento das suas competências	<p>Pública, a aquisição de bens e serviços necessários à gestão, auditorias, fiscalização e acompanhamento das medidas co-financiadas pelo Programa;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Estudos e projectos, incluindo por exemplo, estudos de avaliação do impacto sectorial ou espacial, estudos de caracterização sectorial, social ou espacial, estudos estratégicos de natureza prospectiva, dinamização de observatórios e projectos-piloto de desenvolvimento regional, elaboração de estudos prévios, anteprojectos e programas/projectos técnicos de desenvolvimento regional e local;</li> <li>Aquisição ou aluguer de equipamento e aplicações informáticas para desenvolvimento do sistema de gestão, acompanhamento e monitorização;</li> <li>Serviços necessários à publicitação e divulgação das medidas co-financiadas pelo FEDER inseridas nos Eixos Prioritários e do ON.2 em geral, incluindo acções de sensibilização dos potenciais Beneficiários e de promoção;</li> <li>Edição de documentos, designadamente de divulgação e orientação sobre procedimentos ou de natureza técnica no âmbito dos objectivos das medidas;</li> <li>Realização dos Comitês de Acompanhamento.</li> </ul> <p>A dotação financeira da Assistência Técnica corresponde a 3,25% da dotação do Programa, ou seja, a 88.128.466 Euros FEDER.</p>

### 3 | TIPOLOGIA DE OPERAÇÕES OBJECTO DE CO-FINANCIAMENTO PELO ON.2

#### 3.1 | Eixo Prioritário I - Competitividade, Inovação e Conhecimento

##### Regulamento Específico - Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento

- São susceptíveis de financiamento no âmbito do presente Regulamento as seguintes tipologias de operações:
  - Projectos de criação e requalificação de infra-estruturas e equipamentos de divulgação e animação científica e tecnológica, nomeadamente no âmbito da rede de Centros de Ciência Viva;
  - Projectos de divulgação e promoção científica e tecnológica (incluindo a vertente ambiental) e produção de recursos e conteúdos para esse efeito (por via da criação de contextos adequados de colaboração entre instituições científicas, empresas, autarquias, escolas e outras instituições da sociedade civil).
- As operações podem ser desenvolvidas individualmente ou através da constituição de parcerias. Neste último caso os parceiros devem estabelecer um acordo parceria entre si que, entre outros

aspectos, defina qual é, entre eles, o responsável perante a Autoridade de Gestão e, consequentemente, se constitui como beneficiário da operação.

#### Regulamento Específico - Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística

1. São susceptíveis de financiamento no âmbito do presente Regulamento, as seguintes tipologias de operações:

a) Áreas de Acolhimento Empresarial

i) Infra-estruturas físicas: Projectos de infra-estruturas físicas de criação, expansão, qualificação e reconversão de AAE, inseridos numa óptica de coerência, racionalidade e complementaridade no seio da rede regional e supra-municipal de AAE. Esta tipologia compreende, nomeadamente, edifícios e instalações, infra-estruturas físicas de uso colectivo tais como infra-estruturas viárias, de telecomunicações, de banda larga, de distribuição de água e energia, de recolha de resíduos e efluentes e outras tecnicamente necessárias;

ii) Empreendedorismo: Projectos estruturados de promoção de novas empresas, promovidos pelas entidades gestoras de AAE ou por redes institucionais que integrem, entre outros parceiros, as referidas entidades gestoras, excluindo o co-financiamento directo de projectos empresariais;

iii) Serviços Partilhados e Acções de Divulgação: Projectos que visem o reforço da capacidade de gestão e serviços partilhados no âmbito de AAE visando a capacitação e o reforço do potencial humano e a disponibilização de uma oferta de serviços otimizados às entidades utilizadoras deste tipo de infra-estruturas, bem como projectos de melhoria da capacidade de gestão das entidades gestoras de AAE, incluindo acções de benchmarking internacional e a participação em redes, associações e consórcios internacionais; Incluem-se ainda nesta tipologia programas de divulgação da AAE junto de potenciais utilizadores;

b) Intervenções na rede logística de 2.º nível: Implementação ou reordenamento de áreas de actividade logística de 2º nível (não inseridas na rede nacional logística), envolvendo infra-estruturas físicas de criação, expansão, qualificação e reconversão de da rede logística de 2º nível, inseridos numa óptica de coerência, racionalidade e complementaridade com a rede nacional logística, a rede regional de áreas de acolhimento empresarial o micro-abastecimento logístico das principais cidades do sistema urbano regional.

#### Regulamento Específico - Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica

1. São susceptíveis de financiamento no âmbito do presente Regulamento, as seguintes tipologias de operações:

a) Infra-estruturas físicas PCT: Projectos de criação, consolidação, expansão ou requalificação de PCT compreendendo edifícios e instalações específicas de uso comum tais como laboratórios assim como infra-estruturas físicas de uso colectivo incluindo zonas comuns, infra-estruturas viárias, telecomunicações, infra-estruturas de banda larga, distribuição de água e energia, recolha de resíduos e efluentes e outras tecnicamente necessárias;

b) Infra-estruturas Físicas de Incubação de Empresas de Base Tecnológica: Projectos de criação, consolidação, expansão ou requalificação de IEBT compreendendo, nomeadamente, edifícios e instalações específicas de uso comum tais como laboratórios assim como infra-estruturas físicas de uso colectivo incluindo zonas comuns, infra-estruturas viárias, telecomunicações, banda larga, distribuição de água e energia, recolha de resíduos e efluentes e outras tecnicamente necessárias;

- c) Empreendedorismo Tecnológico: Projectos estruturados de promoção de novas empresas de base tecnológica, promovidos pelas entidades gestoras de PCT ou de IEBT ou por redes institucionais que integrem, entre outros parceiros, as referidas entidades gestoras, excluindo o co-financiamento directo de projectos empresariais;
- d) Serviços Partilhados: Reforço da capacidade de gestão e serviços partilhados no âmbito de PCT e IEBT visando a capacitação e o reforço do potencial humano e a disponibilização de uma oferta de serviços optimizados às entidades utilizadoras deste tipo de infra-estruturas, bem como projectos de melhoria da capacidade de gestão das entidades gestoras de PCT e IEBT, incluindo acções de benchmarking internacional e a participação em redes, associações e consórcios internacionais.

### Regulamento Específico - Energia

1. São susceptíveis de financiamento no âmbito do presente Regulamento, as seguintes tipologias de operações:
  - a) Projectos de investimentos em Unidades Autónomas de Gás (UGA's) inseridas no âmbito do sistema de abastecimento de gás natural, bem como investimentos em ramais de ligação à rede eléctrica de locais de produção de electricidade, com base em fontes renováveis;
  - b) Iniciativas-piloto inovadoras de produção (através de fontes renováveis) e de utilização racional de energia, envolvendo, nomeadamente, o apoio ao desenvolvimento de programas de acção e projectos-piloto de:
    - b.1) de utilização racional de energia e da eficiência energético-ambiental em equipamentos colectivos sociais existentes, bem como em edifícios de habitação social existentes, através da utilização de água quente solar para produção de águas quentes sanitárias;
    - b.2) valorização do potencial energético local e regional, que visem a promoção das energias renováveis e da eficiência energética, incluindo, por exemplo, a concepção e implementação de experiências-piloto de produção de energias renováveis com carácter demonstrador;
    - b.3) estruturação e dinamização de uma rede de centros de recursos partilhados ao nível intermunicipal no domínio da análise da utilização racional de energia e, em particular, do desempenho energético de edifícios;
    - b.4) definição e dinamização de Planos de Informação e de Comunicação para a promoção e valorização sustentável e utilização racional de energia ao nível das NUTS II, envolvendo, nomeadamente, a organização de seminários, actos públicos, acções de sensibilização pontual técnica específica e elaboração de guias práticos.
2. Atentas as especificidades territoriais, o quadro de elegibilidades previsto no respectivo PO Regional e os recursos disponíveis, são elegíveis ... no PO Norte, as tipologias de operações previstas nas alíneas a) e b) do número anterior.

### Regulamento Específico - Economia Digital e Sociedade do Conhecimento

- Podem ser apoiadas no âmbito do presente regulamento as seguintes tipologias de operações:
- a) Projectos de sensibilização, massificação e dinamização da utilização da Internet em Banda Larga em espaços de acesso públicos que reúnam as condições para o efeito;
  - b) Projectos ao nível dos conteúdos e plataformas de massificação e dinamização da Internet em Banda Larga de Alta Velocidade nos estabelecimentos de educação e ensino, no âmbito do Plano

Tecnológico da Educação;

- c) Projectos que visem integrarem as TIC nos processos de ensino e aprendizagem, no âmbito do Plano Tecnológico da Educação;
- d) Projectos de promoção da literacia digital, em particular os projectos baseados em relações de proximidade com grupos info-excluídos.
- e) Projectos de expansão da rede de espaços Internet.
- f) Projectos de apoio à dinamização de novos serviços de carácter comunitário.
- g) Projectos de criação e digitalização de conteúdos temáticos e desenvolvimento de conteúdos e aplicações científicas, educativas e culturais.
- h) Projectos de desenvolvimento de conteúdos e aplicações dirigidos ao melhoramento de processos e eficiência interna.
- i) Projectos de criação e desenvolvimento de conteúdos e aplicações dirigidas a cidadãos com necessidades especiais;
- j) Infra-estruturas de Banda Larga em áreas onde o “mercado” não encontre condições operacionais de disponibilização destes serviços, por questões de limiares demográficos.

#### Regulamento Específico - Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas

1. São susceptíveis de financiamento no âmbito do presente Regulamento, as seguintes tipologias de operações:

a) Infra-estruturas Tecnológicas:

- a.1) Infra-estruturas físicas e equipamentos: Projectos de expansão ou requalificação de infra-estruturas tecnológicas já existentes, podendo ainda ser considerados com carácter excepcional infra-estruturas físicas a desenvolver, em particular, no quadro de novas CTT, CT, INT e CEDP. Compreende, nomeadamente, edifícios e instalações específicas de uso comum, equipamentos laboratoriais e outros, que permitam o desenvolvimento de competências em áreas tecnológicas relevantes para a competitividade das empresas e/ou a difusão do conhecimento;
- a.2) Racionalização da Rede de Infra-estruturas Tecnológicas: Projectos de racionalização da rede nacional ou das redes regionais de Infra-estruturas Tecnológicas, com impacto significativo no aumento da eficiência na utilização de recursos e competências já existentes, promovendo a consolidação de Infra-estruturas Tecnológicas com massa crítica, combatendo a pulverização e a duplicação de entidades com objectivos sobrepostos e, ainda, promovendo a inserção das Infra-estruturas Tecnológicas em redes internacionais. Incluem-se nesta tipologia projectos de fusão e de criação de redes institucionais com Parques de Ciência e Tecnologia, Áreas de Acolhimento Empresarial e englobando ainda parceiros internacionais;

b) Infra-estruturas científicas:

- b.1) Construção e equipamento de novas instalações;
- b.2) Adaptação, renovação, actualização e expansão de equipamentos científicos e respectivas infra-estruturas de instituições científicas e tecnológicas;
- b.3) Remodelação ou adaptação de infra-estruturas da ciência com o objectivo de promoção das condições de segurança e da eficiência energética.

c) Plano Tecnológico da Educação:

- c.1) Projectos de infra-estruturas de redes e equipamentos tecnológicos;
- c.2) Projectos de desenvolvimento de plataformas e serviços tecnológicos para a Educação.

2. As operações financiadas no âmbito do presente Regulamento, para além de obedecerem às condições previstas no artigo 11.º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, devem respeitar as seguintes condições de admissibilidade e de aceitabilidade:
  - a) Enquadrar-se nas Áreas de Intervenção e Tipologias de Operações previstas no ponto 1 do presente Artigo;
  - b) Enquadrar-se, quando aplicável, nas orientações e prioridades definidas no Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT), e em planos sectoriais e de ordenamento do território;
  - c) Dispor, nos casos aplicáveis, de parecer conclusivo do organismo competente do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ou do Ministério da Economia e Inovação relativamente ao enquadramento da candidatura nos objectivos das políticas públicas das respectivas áreas sectoriais;
  - d) Não constituir candidatura financiada ou apresentada para financiamento a outro Programa Operacional;
  - e) Dispor, quando aplicável, de projecto técnico de engenharia/arquitectura aprovado nos termos legais e respectivo parecer sectorial;
  - f) O promotor deverá, quando aplicável, demonstrar capacidade para assegurar a continuidade futura da realização das acções e/ou das intervenções previstas no projecto;
3. A Autoridade de Gestão definirá para as diversas áreas de intervenção / tipologias de operações, os termos e prazos da emissão do parecer previsto na alínea e) do número anterior, após auscultação prévia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Ministério da Economia e Inovação, designadamente, quanto ao interesse e/ou dispensabilidade do referido parecer, bem como, quando aplicável, quanto ao organismo competente para o efeito.
4. As tipologias de operações previstas no ponto 1 do presente artigo, poderão, em sede de aviso de concurso e/ou de orientações técnicas gerais e específicas, ser objecto de uma especificação e /ou delimitação temática ou territorial consonante com as características socio-económicas e valências técnico-científicas de cada Região, bem como com a especificidade deste tipo de infra-estruturas.

#### Regulamento Específico - Sistema de Apoio a Acções Colectivas (SIAC)

1. São susceptíveis de financiamento os seguintes tipos de projecto:
  - a) Actividades de promoção, divulgação e imagem internacionais dos sectores, regiões e actividades com relevância para a economia nacional;
  - b) Informação, observação e vigilância prospectiva e estratégica, incluindo ferramentas de diagnóstico e de avaliação de empresas;
  - c) Criação e dinamização de redes de suporte às empresas e empreendedores;
  - d) Sensibilização para os factores críticos da competitividade e para o espírito empresarial;
  - e) Estudos de novos mercados, tecnologias e oportunidades de inovação;
  - f) Actividades de animação, coordenação e gestão da parceria, no âmbito de Estratégias de Eficiência Colectiva.
2. No âmbito das tipologia de projectos referidas no n.º 1, são susceptíveis de financiamento as seguintes áreas de intervenção:
  - a) Empreendedorismo e espírito empresarial, designadamente, o empreendedorismo jovem e feminino;
  - b) Inovação tecnológica, organizacional e de marketing;
  - c) Propriedade Industrial;



- d) Eficiência e diversificação energéticas;
  - e) Cooperação inter-empresarial;
  - f) Ambiente e desenvolvimento sustentável;
  - g) Informação de gestão orientada para PME;
  - h) Observação e vigilância para evolução de actividades económicas organizadas numa base regional ou sectorial, designadamente, programas de “benchmarking”;
  - i) Moda e design;
  - j) Promoção, divulgação e imagem de regiões, sectores, clusters, pólos de competitividade e tecnologia ou outras redes associadas a estratégias de eficiência colectiva.;
  - l) Representação dos interesses empresariais em organizações comunitárias e internacionais de natureza empresarial ou económica;
  - m) Internacionalização e acesso a mercados externos;
  - n) Promoção da responsabilidade social das empresas;
  - o) Valorização de recursos endógenos das regiões;
  - p) Promoção de actividades económicas em zonas urbanas;
  - q) Mecanismos inovadores de financiamento de PME, em particular de projectos inovadores.
3. Para além das áreas de intervenção referidas no número anterior, podem ainda ser apoiadas no SIAC outros domínios considerados prioritários, devidamente identificados nos Avisos Públicos, nomeadamente decorrentes de Estratégias de Eficiência Colectiva.

## 3.2 | Eixo Prioritário II - Valorização Económica de Recursos Específicos

### Regulamento Específico - Valorização Económica de Recursos Específicos

São susceptíveis de financiamento no âmbito do presente Regulamento, as seguintes tipologias de operações:

- a). Valorização económica da excelência turística regional, através, nomeadamente:
  - (a.i) Programa de Promoção da Marca “Porto - Norte de Portugal” - abrangendo, designadamente, acções de promoção turística, quer no mercado nacional quer no mercado internacional, dirigidas aos segmentos de procura potencial dos principais produtos turísticos da Região do Norte (turismo de negócios, turismo urbano, turismo de natureza e aventura, turismo rural, enoturismo, turismo de saúde e turismo histórico cultural) concretizáveis através de, por exemplo, participação em feiras nos mercados de origem mais promissores, sessões de informação e seminários dirigidos a profissionais do sector e “opinion makers” e a concepção e execução de campanhas de imagem e de suportes informativos e promocionais;
  - (a.ii) Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro - envolvendo um conjunto estruturado de intervenções de promoção e preservação dos seus recursos naturais, culturais, paisagísticos e patrimoniais em que se incluem, nomeadamente, acções de requalificação e valorização dos recursos naturais, culturais e histórico-patrimoniais do território classificado (designadamente, as do eixo Património Mundial); iniciativas de sensibilização nas áreas ligadas à gestão e preservação de espaços; a promoção e dinamização turística dos espaços classificados (podendo passar, por exemplo, pela



- elaboração de material turístico promocional; estruturação de roteiros e itinerários turísticos e realização de feiras temáticas associadas à identidade histórico-cultural); a informação e sinalização turística (implementação de sistemas de sinalização, informação e interpretação turística).
- b). Promoção económica de novos usos do mar, através da promoção da iniciativa empresarial associada aos novos usos económicos do mar (biotecnologia; energia; desportos náuticos e náutica de recreio), articulando os recursos e competências no domínio do mar (nomeadamente, em matéria de I&D e respectiva divulgação científica e tecnológica) com as actividades económicas emergentes, a requalificação de actividades tradicionais e as infra-estruturas associadas aos novos usos do mar.
- c). Valorização da cultura e da criatividade, através, nomeadamente:
- (c.i) Da promoção de um “cluster” de indústrias criativas, englobando actividades como a produção de conteúdos de natureza cultural, serviços de design, vídeo, fotografia, moda, produção artística, cinema, arquitectura;
  - (c.ii) Do apoio à organização de grandes eventos culturais como forma de promoção e internacionalização de um “cluster” de indústrias criativas e, em particular, do seu tecido empresarial, quer pelo lado da procura (directamente, gerando oportunidades de prestação de serviços nessa mesma organização e, indirectamente, criando e consolidando novos públicos que permitam alargar o mercado local/nacional), quer pelo lado da oferta (afirmando internacionalmente a Região como produtora de bens e serviços associados a este tipo de indústria e projectando, também à escala internacional, os activos regionais associados à cultura e criatividade).
- d). Valorização de novos territórios de aglomeração de actividades económicas, através, nomeadamente:
- (d.i) De acções de valorização da base competitiva de novos territórios de aglomeração de actividades económicas, a concretizar através de abordagens supramunicipais, de médio prazo, sustentadas em planos integrados de desenvolvimento (“acções integradas”, “pactos”, etc.) que envolvam, por exemplo, a promoção da oferta de espaços ordenados para a localização industrial em territórios de baixa densidade, o reordenamento de espaços de elevada concentração industrial e de industrialização difusa, a promoção do empreendedorismo local, nomeadamente o empreendedorismo feminino como elemento de mobilização das mulheres para a vida activa, em articulação com o desenvolvimento das fileiras do turismo e dos produtos locais e a realização de acções e missões dirigidas de atracção de investimento externo;
  - (d.ii) Da promoção de programas de acção de desenvolvimento turístico, visando valorizar, de forma integrada, sub-espacos regionais de âmbito supramunicipal com vocação e/ou aptidão turística e produtos turísticos considerados prioritários. Assim, atendendo, por um lado, aos recursos turísticos que um determinado território possui (nomeadamente, ao nível do seu património natural, paisagístico e histórico-cultural) e, por outro, ao seu potencial de procura turística (quer no mercado nacional, quer internacional), pretende-se assegurar o dinamização de pólos de desenvolvimento turísticos sub-regionais e redes de produtos turísticos, assentes em padrões de qualidade e sustentabilidade e envolvendo projectos públicos e privados.
- e). Valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade e diversificação da actividade económica dos territórios rurais, através, da dinamização de acções integradas:
- (e.i) De valorização de pólos de excelência rural - promoção de operações integradas de qualificação e dinamização de aldeias emblemáticas e de centros rurais com capacidade de sustentação e efeito catalizador relativamente ao seu “hinterland”, abrangendo, em particular, acções de (a) valorização e requalificação do espaço público, (b) incentivo às actividades turísticas, artesanais e de desenvolvimento de produtos tradicionais e de

qualidade, (c) diversificação de actividades em meio rural e (d) requalificação do património natural e construído;

- (e.ii) De valorização e gestão integrada de Sistemas Produtivos Locais - potenciando as vantagens da cooperação de conjuntos de empresas e de instituições geograficamente próximas que interagem no âmbito de um determinado sector de actividade. Um Sistema Produtivo Local caracteriza-se pela: existência de uma concentração de PME; integração dessas PME num determinado sector, numa perspectiva conjunta produto/mercado; existência de fortes relações interempresariais; acesso a um conjunto de serviços comuns; existência de uma cultura comum. A sua valorização passa, por exemplo, por acções de diagnóstico, de promoção e comercialização, de desenvolvimento cooperativo, de mutualização de equipamentos ou de processos de certificação, de formação ou de inovação (organizacionais, tecnológicas, de processos, design, etc.);
- (e.iii) De promoção de um “standard” mínimo de serviços em meio rural - visando melhorar a acessibilidade e o acesso a um padrão “standard” de serviços de proximidade, por exemplo, através do apoio a disponibilização e utilização de TIC e de outros serviços de proximidade em zonas de muito baixa densidade, à melhoria da mobilidade e densificação das inter-relações/interacções entre pessoas, instituições, empresas e outros agentes, a iniciativas locais de emprego (designadamente, de mulheres em zonas de baixa densidade).

### 3.3 | Eixo Prioritário III - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial

#### Regulamento Específico - Acções de Valorização do Litoral

São apoiadas no âmbito deste Regulamento operações das seguintes tipologias:

- Estudos de caracterização e suporte à elaboração, revisão ou alteração de planos especiais de ordenamento do território, nomeadamente planos de ordenamento da orla costeira e planos de estuários, bem como planos de intervenção e planos de requalificação urbana decorrentes daqueles planos de ordenamento do território;
- Estudos de dinâmica e caracterização da orla costeira, entendida como toda a faixa entre a linha de 500m para terra da Margem das Águas do Mar e a batimétrica -30m.  
Quando justificado, em função da dinâmica e da distribuição espacial dos sistemas costeiros, a área geográfica de incidência dos projectos pode ser alargada para além da área referida;
- Acções de ordenamento e valorização integradas em planos de praia, em projectos de intervenção, em projectos de requalificação, ou em planos que resultem da concretização das unidades operativas de planeamento e gestão (UOPG) previstas em planos especiais, incluindo acções incidentes em terrenos exteriores à zona terrestre de protecção (500m), desde que as mesmas estejam relacionadas com as acções constantes dos Planos/Projectos referidos;
- Infra-estruturas necessárias ao funcionamento e valorização dos espaços balneares, nomeadamente, acessos, miradouros ou outros elementos complementares, que não estando especificamente contemplados em projectos, se venha a concluir pela sua necessidade;
- Projectos e acções visando o ordenamento e requalificação da ocupação territorial das zonas costeiras, lagunares e estuarinas; nomeadamente requalificação de frentes ribeirinhas, e valorização de espaços degradados; ordenamento e valorização de núcleos de pesca artesanal

e de pontos de atracagem de embarcações; ordenamento e balizamento da navegação; apoio a actividades compatíveis com a sensibilidade dos ecossistemas costeiros e lagunares; remoção de obstáculos que prejudiquem o enquadramento paisagístico e a visualização da paisagem;

- Projectos e acções de reabilitação e monitorização de ecossistemas costeiros e de áreas ambientalmente degradadas, incluindo recuperação dunar; recarga de praias, desassoreamentos de canais, estabilização, desmonte e saneamento de arribas, balizamento e sinalização de áreas de risco, remoção de estruturas em áreas de risco em arribas, dunas, canais e linhas de água e zonas lagunares, bem como valorização e reforço de motas e margens de águas dominiais e descontaminação de zonas lagunares contaminadas e recuperação das degradadas;
- Estudo e reabilitação de aquíferos costeiros;
- Projectos e acções visando o ordenamento de usos em zonas balneares ou mistas;
- Projectos e acções que promovam a utilização de meios alternativos ao automóvel individual no acesso às praias e que contribuam para o acesso de utentes com mobilidade reduzida;
- Projectos e intervenções visando a preservação dos valores naturais das zonas costeiras e estuarinas e sua valorização, nomeadamente através de actividades de divulgação;
- Projectos e acções que incidam sobre a utilização de energias alternativas nos espaços públicos da orla costeira;
- Projectos e intervenções visando o usufruto da orla costeira como elementos singular da paisagem, nomeadamente percursos pedonais e interpretação da natureza, incluindo material didáctico e sinalética de apoio;
- Estudos, planos e projectos necessários à concretização das acções de natureza física a co-financiar pela presente tipologia de intervenção, bem como as actividades de gestão e acompanhamento da execução das referidas acções;
- Acções e iniciativas de sensibilização para o uso adequado das zonas costeiras;
- Acções de caracterização e identificação dos usos do território na orla costeira para apoio ao desenvolvimento de acções de planeamento, de gestão e obras enquadradas no POOC ou em zonas sensíveis da orla costeira;
- Aquisição de equipamento, cartografia, topografia, hidrografia, fotografia aérea e detecção remota, visando o controlo, observação sistemática e estudo da evolução e dinâmica da orla costeira.

#### Regulamento Específico - Acções de Valorização e Qualificação Ambiental

No âmbito sectorial desta acção serão apoiadas operações que, genericamente se poderão incluir nas seguintes tipologias:

- Preparação e implementação das Agendas 21 Locais;
- Requalificação ambiental e reabilitação do património natural;
- Implementação e optimização de sistemas de informação ambiental;
- Produção e aquisição de informação e cartografia de base e temática;
- Projectos demonstrativos e acções de informação e sensibilização para uso eficiente de energia e de fontes de energia ;
- Acções de informação, sensibilização e de educação ambiental;
- Estudos e relatórios técnicos sobre temas directamente ligados à avaliação, monitorização e qualificação ambiental;
- Construção, ampliação ou reabilitação das unidades laboratoriais e centros de aquisição e

processamento de dados nos domínios do ar, ruído, solos e aquisição de equipamentos necessários ao cabal desempenho das suas funções;

- Conclusão da rede de monitorização da qualidade do ar incluindo a criação ou remodelação de estruturas fixas e das redes de comunicações;
- Acções de mitigação dos efeitos da seca (em situações de emergência);
- Prevenção de acidentes de poluição dos principais focos poluidores associados a complexos industriais;
- Gestão de Recursos Hídricos - Águas Interiores:
- Elaboração de planos de gestão de bacias hidrográficas e planos específicos de gestão das águas;
- Elaboração ou revisão de Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas e Planos de Ordenamento de Estuários;
- Elaboração de estudos específicos relacionados com a gestão dos recursos hídricos;
- Implementação e remodelação das redes de monitorização dos recursos hídricos e de sistemas de informação do estado dos recursos hídricos;
- Construção, ampliação ou reabilitação de unidades laboratoriais no domínio da água;
- Estudos demonstrativos, estudos e acções de sensibilização para o uso eficiente e sustentável da água;
- Acções que visem a protecção de origens de água e a definição dos seus perímetros de protecção;
- Acções que visem a promoção da reutilização de águas residuais tratadas;
- Conservação e reabilitação da rede hidrográfica, incluindo limpeza e desassoreamento de linhas de água, zonas ribeirinhas e das zonas húmidas;
- Acções de valorização de zonas fluviais e recuperação do património associado;
- Valorização de albufeiras, incluindo sinalização e infra-estruturas de apoio;
- Avaliação e melhoria das condições de segurança de barragens.

#### Regulamento Específico - Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados

1. Neste âmbito são apoiadas as operações que, genericamente, estejam incluídos nas seguintes tipologias:

- a) Acções de gestão directa de intervenção em habitats e espécies nomeadamente:
  - i. Recuperação de espécies particularmente ameaçadas, de habitats e ecossistemas degradados, com estatuto de protecção
  - ii. Reintrodução de espécies particularmente ameaçadas, incluindo como factor de valorização sócio-económica local/regional;
  - iii. Conservação ex-situ de espécies particularmente ameaçadas, incluindo bancos de tecidos e germoplasma;
  - iv. Recuperação de abrigos e estruturas de reprodução;
  - v. Controlo e erradicação de espécies não-indígenas invasoras com impacte ambiental, social, económico e sanitário;
  - vi. Desenvolvimento de planos e medidas de avaliação, gestão e prevenção do risco associado ao trânsito e comércio de espécies não-indígenas (incluindo base transfronteiriça e transnacional);
- b) Acções de comunicação que permitam associar as intervenções desenvolvidas à

- sensibilização e envolvimento dos cidadãos para os valores de conservação;
- c) Introdução e ensaio de novas tecnologias e soluções inovadoras (e.g. na área da gestão directa da biodiversidade, minimização e compensação de impactes, com excepção das acções que decorram de processos de AIA);
  - d) Acções de apoio à visitação
    - i. Caminhos, trilhos e rotas temáticas;
    - ii. Sinalização e painéis, informativos e interpretativos;
    - iii. Observatórios;
    - iv. Infra-estruturas de informação e interpretação;
    - v. Suportes de comunicação e divulgação;
    - vi. Centros de serviço ao visitante;
    - vii. Natur-museus, relativos a temas magnos da conservação da natureza em Portugal;
    - viii. Centros de interpretação e informação;
    - ix. Equipamentos de suporte a actividades de relação com a natureza.
2. As operações candidatas a financiamento têm que apresentar um limiar mínimo de investimento, a definir em aviso de abertura de concurso.

#### Regulamento Específico - Optimização da Gestão de Resíduos

São elegíveis no âmbito do presente Regulamento as seguintes tipologias de operações:

- a) Intervenções que visem optimizar as redes existentes de recolha selectiva, designadamente, as que permitam diversificar modos de recolha e fluxos de resíduos recolhidos selectivamente, melhorar a gestão de resíduos perigosos presentes no fluxo de resíduos sólidos urbanos, bem como instalar sistemas de informação associados às redes de recolha;
- b) Acções que contribuam para optimizar as unidades de triagem existentes e aumentar a sua eficácia;
- c) Unidades de valorização energética do biogás de aterros;
- d) Acções de demonstração visando melhorar as práticas de gestão, impulsionar o mercado de resíduos, promover a redução da produção de resíduos sólidos urbanos e a separação de resíduos na origem;
- e) Estudos estratégicos e campanhas de sensibilização, de âmbito regional ou local, gerais ou específicas, orientadas para vários segmentos de público (doméstico, escolas, comércio, associações empresariais, etc.), visando melhorar o comportamento ambiental dos cidadãos e das empresas, divulgando informação sobre a sociedade da reciclagem e os novos padrões de consumo.

#### Regulamento Específico - Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais

1. São elegíveis, neste âmbito, diferentes tipologias de operações que concorram para melhorar a gestão preventiva dos riscos naturais, ambientais e tecnológicos a que o território português está exposto, a correcta utilização do território em condições de segurança e em benefício das comunidades humanas e a promoção de soluções integradas para diversos municípios.
2. Sem prejuízo de tipologias e âmbitos mais restritos ao nível de cada Programa Operacional, são elegíveis as seguintes operações:

- a) Criação, remodelação e ampliação da rede de Centros Municipais de Protecção Civil e respectivos sistemas de gestão;
- b) Aquisição de veículos para operações de socorro de protecção civil;
- c) Aquisição de equipamentos operacionais de protecção civil, para os corpos e bombeiros e serviços de protecção civil municipal;
- d) Reforço da arquitectura e desenvolvimento do sistema de informação de protecção civil nacional, incluindo as vertentes de comunicações, alerta, monitorização e localização, ao nível regional e sub-regional.

#### Regulamento Específico - Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções imateriais

São elegíveis, neste âmbito, operações dirigidas a um ou vários dos riscos definidos no Quadro I e abrangendo uma ou várias das componentes referidas em seguida:

- a) Avaliação da susceptibilidade, entendida como a probabilidade de ocorrência de um fenómeno perigoso numa dada área;
- b) Avaliação da perigosidade, entendida como a possibilidade de ocorrência de um fenómeno perigoso, num determinado período de tempo e numa dada área;
- c) Avaliação da vulnerabilidade, entendida como o grau de perda de um elemento ou conjunto de elementos expostos (pessoas, bens ou ambiente) a um perigo de determinada magnitude;
- d) Avaliação de risco, entendida como probabilidade de ocorrência de um fenómeno perigoso e respectiva estimativa das suas consequências sobre pessoas, bens ou ambiente, expressas em danos corporais e/ou prejuízos materiais, directos ou indirectos;
- e) Criação e revisão de planos de emergência de âmbito municipal;
- f) Estudos e criação de instrumentos de âmbito regional e municipal, destinados a suprir as lacunas existentes tanto na área da protecção civil, como na identificação de forma sistemática e à escala adequada, dos diferentes riscos do território;
- g) Divulgação e sensibilização no domínio da protecção civil, de âmbito regional e municipal, com o intuito de melhorar o grau de conhecimento e de preparação da população no que respeita aos riscos a que está exposta.

#### Regulamento Específico - Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas

São elegíveis no âmbito do presente regulamento as seguintes tipologias de operações:

- a) Acções correctivas para redução e eliminação dos focos de contaminação de áreas degradadas afectas à indústria extractiva ou em sítios e solos contaminados considerados de intervenção prioritária a nível regional ou local;
- b) Acções preventivas em áreas degradadas afectas à indústria extractiva ou em sítios e solos contaminados considerados de intervenção prioritária a nível regional ou local, envolvendo a instalação de barreiras físicas impeditivas da difusão dos contaminantes;
- c) Acções de requalificação ou regeneração de áreas degradadas afectas à indústria extractiva, sítios e solos contaminados e locais de deposição indevida de resíduos não urbanos ou equiparados a urbanos, considerados de intervenção prioritária a nível regional ou local;
- d) Acções de monitorização da contaminação em sítios e solos contaminados considerados de intervenção prioritária a nível regional ou local;
- e) Estudos, planos e projectos necessários à concretização das acções de natureza física a co-

financiar pelo Programa.

#### Regulamento Específico - Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar

1. São elegíveis neste âmbito as seguintes tipologias de operações:
  - a) construção de raiz de novos Centros Escolares, integrando preferencialmente o 1.º Ciclo e a Educação Pré-Escolar;
  - b) ampliação/requalificação de Escolas *destinadas ao 1.º Ciclo do Ensino Básico e dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar*.
2. São elegíveis no âmbito do presente regulamento as intervenções a realizar na área correspondente à NUTS II.

#### Regulamento Específico - Saúde

1. São elegíveis a financiamento comunitário as operações relativas aos seguintes tipos de unidades de saúde:
  - a) Unidades hospitalares - reforço da diferenciação e complementaridade de serviços;
  - b) Unidades da rede de urgência e emergência;
  - c) Unidades de cuidados primários e de saúde pública, incluindo unidades de saúde familiar e centros de saúde;
2. São, ainda, elegíveis alguns estudos estratégicos que se revele indispensável desenvolver, relativamente às tipologias de operações identificados no n.º 1.

#### Regulamento Específico - Património Cultural

1. No âmbito das áreas de intervenção descritas no artigo 3º, são susceptíveis de apoio as seguintes tipologias de operações:
  - a) Conservação, restauro, valorização ou reabilitação de monumentos, conjuntos e sítios arqueológicos, classificados ou vias de classificação nos termos legais em vigor, associáveis ou não a um território envolvente específico;
  - b) Criação de centros interpretativos de património cultural e criação, remodelação e instalação de serviços de apoio ao visitante;
  - c) Criação, remodelação, ampliação, recuperação, modernização e beneficiação de instalações, imóveis e espaços envolventes de museus que integram a Rede Portuguesa de Museus ou a eles afectos, bem como a instalação ou requalificação de exposições permanentes e temporárias dos museus integrados na Rede Portuguesa de Museus;
  - d) Realização de programas de animação do património cultural, criação de circuitos ou roteiros de património associados a redes de cooperação e organização de bens patrimoniais culturais em rede;
  - e) Valorização, sensibilização, divulgação e promoção do património cultural móvel, imóvel, imaterial e oral que contribuam para o acréscimo de públicos;
  - f) Inventariação, investigação e divulgação dos patrimónios rural, fluvio-marítimo e edificado vernacular, bem como do «saber-fazer» antigo dos artesãos, das artes tradicionais, da literatura oral, da medicina popular, nos domínios etnográfico e antropológico, e



- levantamento de expressões culturais tradicionais imateriais individuais e colectivas, designadamente através do seu registo videográfico e fonográfico;
- g) Edição de publicações e outros suportes documentais e digitais com conteúdos relativos ao património cultural e actividades de inventariação e investigação científica sobre o património cultural;
  - h) Conservação, restauro e valorização do património cultural móvel classificado, em vias de classificação, ou pertencente a museus da Rede Portuguesa de Museus;
  - i) Projectos que visem a divulgação de “boas práticas” de conservação, restauro e valorização do património cultural;
  - j) Elaboração de cartas de risco e planos de segurança do património cultural imóvel classificado;
  - k) Projectos integrados de salvaguarda, valorização e animação do património;
2. As operações integradas referidas na alínea k) do nº 1 do presente artigo poderão abranger as diversas tipologias referidas nas alíneas a) a j), desde que sejam apresentadas sob a forma de um plano integrado e os objectivos das mesmas concorram para o mesmo fim, ou seja, promover a salvaguarda e a fruição do património cultural.

#### Regulamento Específico - Ciclo Urbano da Água - “vertente em baixa - modelo não verticalizado”

1. As tipologias de operações que podem ser apoiadas incluem:
- a) Investimento incorpóreo:
    - i) Estudos, projectos e assessorias (excluem-se os Planos Gerais, os Planos Directores e o próprio Documento de Enquadramento Estratégico);
    - ii) Acções de natureza imaterial com relevância para o desenvolvimento dos sistemas, em particular acções de sensibilização ambiental, de uso eficiente da água e de promoção do serviço público que permitam identificar “outputs” concretos e individualizados, com tradução exclusiva na área de incidência do PO Regional, quando desenvolvidas pelos Serviços da Administração Pública Central e/ou desconcentrada do MAOTDR e pelas Associações de Municípios e/ou Juntas Metropolitanas.
  - b) Investimento corpóreo de redes de abastecimento de água em “vertente em baixa - modelo não verticalizado”:
    - i) A construção, remodelação e ampliação de infra-estruturas, designadamente condutas de abastecimento, estações elevatórias, equipamentos e reservatórios;
    - ii) Telegestão;
    - iii) Restabelecimento de acessibilidades e de serviços afectados pela construção de infra-estruturas (reposição para as mesmas condições iniciais);
    - iv) Acções complementares de compensação e outras medidas adicionais de integração ambiental que as autoridades ambientais competentes venham a exigir, designadamente, a minimização de impactes ambientais.
  - c) Investimento corpóreo de redes de drenagem de águas residuais em “vertente em baixa - modelo não verticalizado”:
    - i) A construção, remodelação e ampliação de infra-estruturas, designadamente de colectores de saneamento, equipamentos e estações elevatórias, que estejam integradas com a vertente em alta e em que esteja assegurado um tratamento adequado, que permita o cumprimento das normas de descarga a fixar pela entidade competente;
    - ii) Restabelecimento de acessibilidades e de serviços afectados pela construção de infra-



estruturas (reposição para as mesmas condições iniciais);

- iii) Acções complementares de compensação e outras medidas adicionais de integração ambiental que as autoridades ambientais competentes venham a exigir, designadamente, a minimização de impactes ambientais.

2. Se considerados prioritários no âmbito do DEE aprovado, poderão ainda ser considerados como tipologias de operações elegíveis:

- a. Soluções de menor escala e equipamentos que se destinem a servir aglomerados de pequena dimensão em que, no caso das redes de drenagem de águas residuais, esteja assegurado a jusante o cumprimento das normas de descarga a fixar pela entidade competente;
- b. Intervenções que assegurem a melhoria da qualidade do tratamento actual e tenham como objectivos o cumprimento da Directiva 91/271/CEE.

#### Regulamento Específico - Equipamentos para a Coesão Local

1. São elegíveis no âmbito do presente regulamento as seguintes tipologias de operações:

- a) **Equipamentos desportivos**, de proximidade e pequena escala global, de interesse municipal e intermunicipal, não abrangidos pelo POVT, designadamente os inseridos nas seguintes tipologias de Instalações Desportivas de Base Recreativa (Decreto-Lei 317/97 de 25/11):
  - (i) Equipamentos polivalentes e adaptáveis a actividades físico - desportivas não formais;
  - (ii) Equipamentos de base formativa (sem bancadas fixas para espectadores).
- b) **Equipamentos sociais**, de âmbito supra-municipal, que demonstrem, em sede de candidatura ter uma procura mínima, exterior ao Município que receberá o equipamento, de 25% da sua capacidade total, sendo prioritários a construção, qualificação e/ou equipamento dos seguintes tipos de equipamentos: creches, lares de apoio, centros de acolhimento temporário, lares de infância e juventude, apartamento de autonomização, centros de apoio a imigrantes, centros de dia, lares de idosos, serviços de apoio domiciliário, centro de actividades ocupacionais, lares residenciais, residências autónomas e unidades de cuidados continuados integrados a pessoas dependentes.
- c) **Equipamentos públicos específicos** vocacionados para a promoção de serviços, actividades e recursos, sobretudo quando concorram para requalificar e animar o património construído ou integrem intervenções de regeneração urbana

#### Regulamento Específico - Rede de Equipamentos Culturais

São susceptíveis de apoio no âmbito do presente regulamento, as seguintes operações:

- 1. Criação, ampliação, instalação e desenvolvimento de serviços de Bibliotecas Públicas a integrar na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, de acordo com as especificações técnicas definidas no anexo A do presente regulamento;
- 2. Criação, instalação e desenvolvimento de serviços de Arquivos Públicos, de acordo com as especificações técnicas definidas no anexo B do presente regulamento;
- 3. Recuperação e valorização de teatros e cineteatros, de acordo com as especificações técnicas definidas no anexo C do presente regulamento;
- 4. Programação cultural em rede, com a participação de diferentes equipamentos culturais, de acordo com as especificações técnicas definidas no anexo D do presente regulamento;
- 5. Equipamento de recintos de exibição cinematográfica com sistemas de cinema digital e produção de conteúdos digitais, de acordo com as especificações técnicas definidas no anexo E

do presente regulamento;

6. Estruturação e consolidação de centros de arte contemporânea, de acordo com as normas definidas no anexo F do presente regulamento

### 3.4 | Eixo Prioritário IV - Qualificação do Sistema Urbano

#### Regulamento Específico - Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação

1. Um Programa Estratégico deve incluir operações - projectos ou grupos coerentes de projectos - relativas, nomeadamente a:
  - a) Animação da rede de cidades (fórum de cooperação, conferências, sítio web);
  - b) Lançamento de estruturas de cooperação interurbana, nomeadamente parcerias operacionais para projectos específicos, agências de desenvolvimento, centros para promoção das competências específicas das cidades, incluindo serviços de apoio aos actores económicos, culturais e sociais;
  - c) Estabelecimento de redes entre equipamentos públicos: programação, especialização de serviços, partilha de recursos, criação de estruturas de gestão em comum;
  - d) Desenvolvimento de comunidades de utilização avançada de tecnologias de informação e comunicação, incluindo a criação das respectivas infra-estruturas como suporte a aplicações, serviços e conteúdos inovadores que promovam novos modelos competitivos, novos modelos de aprendizagem e a inclusão na sociedade da informação e do conhecimento;
  - e) Parcerias entre instituições de ensino superior e instituições de I&D, juntamente com outros parceiros, empresariais e institucionais, no sentido de promover a capacidade criativa e inovadora do tecido económico e social e de dinamizar a introdução da inovação nos serviços e funções urbanas;
  - f) Organização de eventos de projecção internacional;
  - g) Marketing urbano, incluindo comunicação e imagem do cidade/rede de cidades, participação em redes internacionais, estruturas de prospecção exterior e divulgação de oportunidades de investimento;
  - h) Criação de espaços, centros comunitários e equipamentos - em particular para acolhimento de pessoas (estudantes, investigadores estrangeiros, recursos humanos qualificados e profissionais criativos) ou de novas actividades e serviços (culturais, económicos, educacionais e de inclusão) - que contribuam para a diferenciação e a internacionalização das cidades;
  - i) Investimentos necessários à viabilização da estratégia temática de cooperação, incluindo a construção de equipamentos colectivos e a recuperação e valorização de elementos do património histórico e cultural;
  - j) Reforço e sustentabilidade dos fluxos de pessoas e bens, incluindo as condições de acessibilidade, entre os diversos nós da rede de cidades.
2. A tipologia de operações referida no número anterior aplica-se, com as devidas adaptações, quando o Programa Estratégico for promovido por uma rede de actores de uma mesma cidade.

### Regulamento Específico - Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana

1. As operações elegíveis no âmbito de um Programa de Acção devem corresponder a uma intervenção que inclua, de forma integrada e coerente, operações relativas a:
  - a) Qualificação do espaço público e do ambiente urbano, nomeadamente:
    - Modernização das infra-estruturas urbanas, incluindo a instalação de infra-estruturas para as tecnologias de informação;
    - Melhoria do ambiente urbano, em especial, criação e qualificação de espaços verdes urbanos, e valorização de frentes ribeirinhas e marítimas;
    - Melhoria da acessibilidade e mobilidade, promovendo os modos de transporte favoráveis ao ambiente, a circulação ciclável e pedonal, a reestruturação da rede viária e a criação de estacionamento e a supressão de barreiras arquitectónicas;
    - Equipamentos colectivos de identidade e referência urbana;
    - Recuperação e qualificação do espaço público, incluindo mobiliário urbano e equipamento estruturante;
    - Melhoria da qualidade visual da paisagem urbana;
    - Promoção da multifuncionalidade dos espaços urbanos;
    - Criação de estruturas de gestão e manutenção do espaço público;
    - Apoio técnico aos moradores para auto-reabilitação dos edifícios e habitações;
    - Desenvolvimento de tecnologias e processos de planeamento urbano participado.
  - b) Desenvolvimento económico, nomeadamente:
    - Recuperação de edifícios e espaços para a instalação de novas actividades económicas;
    - Apoio a iniciativas económicas das populações locais nomeadamente através de formas adequadas de apoio técnico e organizativo, bem como apoio financeiro no respeito das regras dos auxílios de Estado.
    - Desenvolvimento de novas oportunidades de qualificação, de auto-emprego e de empreendedorismo, em que se privilegia a exploração do potencial das TIC;
  - c) Desenvolvimento social, nomeadamente:
    - Qualificação e modernização dos serviços de interesse colectivo para a população ou as empresas;
    - Criação/remodelação de equipamentos e de serviços de proximidade;
    - Dinamização de actividades recreativas e desportivas;
    - Melhoria de competências e da inserção no mercado de trabalho, em particular das pessoas em risco de exclusão social;
    - Acções de conciliação da vida familiar com a vida profissional;
    - Prevenção da toxicodependência, da delinquência e de comportamentos anti-sociais.
  - d) Desenvolvimento cultural, nomeadamente:
    - Recuperação e valorização do património cultural, incluindo, desde que possível, a refuncionalização do património edificado em desuso;
    - Criação e dinamização de equipamentos culturais;
    - Qualificação e modernização de serviços culturais vocacionados para a educação artística e a fruição cultural;
    - Dinamização das actividades culturais.
  - e) Acções associadas à animação da Parceria Local e à dinamização do Programa de Acção e sua divulgação, com um limite de 10% do montante global de investimento.
2. Sem prejuízo de opção por uma abordagem integrada envolvendo as diversas dimensões referidas no n.º1, as operações elegíveis no âmbito da estratégia de qualificação dos pequenos centros com potencial estruturante do território regional, a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 5º, podem respeitar apenas à qualificação do espaço público e do ambiente urbano, nos termos da alínea a) do número anterior.

### Regulamento Específico - Mobilidade Territorial

1. São elegíveis diferentes tipologias de operações que concorram para melhorar a mobilidade, os vários tipos de acessibilidade e uma articulação mais eficaz entre modos de transporte.
2. São elegíveis através dos Programas Operacionais Regionais as operações constantes nos números I.1 a I.5 do Anexo I ao presente Regulamento.
3. São elegíveis através do Programa Operacional Temático Valorização do Território as operações constantes no número I.6 do Anexo I ao presente Regulamento.

#### Anexo I

Tipologias de operações elegíveis conforme previsto nos números 2 e 3 do Artigo 3º do Regulamento Específico Mobilidade Territorial: Acessibilidades e Transportes Nacionais, Regionais, Locais e Urbanos.

#### I.1. Programa Operacional Regional do Norte

Conforme previsto no número 2 do artigo 3.º, são elegíveis no Eixo IV - Qualificação do Sistema Urbano do Programa Operacional Regional do Norte as seguintes tipologias de operações:

1. Redes e sistemas urbanos de mobilidade, nomeadamente:
  - Variantes a centros urbanos que contribuam para o reordenamento dos diferentes níveis da rede viária;
  - Centros coordenadores de transporte e parques de estacionamento, sobretudo os periféricos ou os integrados em operações de requalificação urbana que favoreçam a intermodalidade, a libertação de espaço público para modos de transporte mais sustentáveis ou a melhoria da acessibilidade aos transportes público;
  - Sistemas ferroviários ligeiros (metro) e ultraligeiros (eléctricos rápidos);
  - Promoção da mobilidade sustentável e de modos alternativos de transporte (redes de ecopistas, ciclovias, pedonal, acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida, etc.), incluindo, por exemplo, a criação de corredores próprios uni ou multimodais;
  - Promoção da oferta de soluções inovadoras de transporte colectivo e micrologística em meio urbano;
  - Intervenção que visem promover a segurança e reduzir a sinistralidade rodoviária intra-urbana, designadamente, no que respeita a peões e bicicletas;
  - Protecção contra o ruído gerado na rede rodoviária em meio urbano e suburbano;
  - Sistemas de controlo de tráfego rodoviário e de passageiros, sistemas inteligentes de apoio à exploração e de informação aos condutores e passageiros;
  - Renovação de material de transporte, com vista à melhoria da eficiência energética das frotas das empresas municipais e serviços municipalizados de transporte de passageiros.
2. Redes e sistemas nacionais, regionais e locais de mobilidade, nomeadamente:
  - Construção/beneficiação de Itinerários Complementares, definidos no Plano Regional de Ordenamento do Território como prioritários a nível regional;
  - Requalificação/beneficiação de troços da rede viária nacional e regional, incluindo obras de arte;
  - Construção/beneficiação de troços da rede municipal e de eixos supramunicipais que contribuam para organizar uma rede local de itinerários estruturantes, assim como a instalação de sinalização indicativa e de código, a definir para conjuntos de municípios;
  - Infra-estruturas de transporte fluvial e intervenções em portos e requalificação da rede secundária de aeródromos, bem como a melhoria das acessibilidades a infra-estruturas portuárias, aeroportuárias, logísticas, corredores de tráfego comercial, a áreas de concentração industrial, empresarial ou outros pólos de interesse regional;

- Promoção da mobilidade sustentável, de modos alternativos de transporte e de soluções inovadoras de transporte colectivo (p. ex: ciclovias, estruturas de prestação de serviços de transporte público personalizado, utilização colectiva de transporte público individual, racionalização da oferta de transportes públicos nos espaços de baixa densidade em articulação com a rede de transportes escolares, etc.);
- Intervenções que visem promover a segurança e reduzir a sinistralidade rodoviária (redução de pontos negros, escolas de trânsito, etc.);
- Planos e estudos intermunicipais estratégicos de transporte, designadamente os planos intermunicipais de mobilidade, que fomentem a articulação entre os diferentes modos de transporte, a racionalização do sistema e a minimização dos custos de investimento e de exploração.

### Regulamento Específico - Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística

1. São susceptíveis de financiamento no âmbito do presente Regulamento, as seguintes tipologias de operações:

a) Áreas de Acolhimento Empresarial

- i) Infra-estruturas físicas: Projectos de infra-estruturas físicas de criação, expansão, qualificação e reconversão de AAE, inseridos numa óptica de coerência, racionalidade e complementaridade no seio da rede regional e supra-municipal de AAE. Esta tipologia compreende, nomeadamente, edifícios e instalações, infra-estruturas físicas de uso colectivo tais como infra-estruturas viárias, de telecomunicações, de banda larga, de distribuição de água e energia, de recolha de resíduos e efluentes e outras tecnicamente necessárias;
- ii) Empreendedorismo: Projectos estruturados de promoção de novas empresas, promovidos pelas entidades gestoras de AAE ou por redes institucionais que integrem, entre outros parceiros, as referidas entidades gestoras, excluindo o co-financiamento directo de projectos empresariais;
- iii) Serviços Partilhados e Acções de Divulgação: Projectos que visem o reforço da capacidade de gestão e serviços partilhados no âmbito de AAE visando a capacitação e o reforço do potencial humano e a disponibilização de uma oferta de serviços optimizados às entidades utilizadoras deste tipo de infra-estruturas, bem como projectos de melhoria da capacidade de gestão das entidades gestoras de AAE, incluindo acções de benchmarking internacional e a participação em redes, associações e consórcios internacionais; Incluem-se ainda nesta tipologia programas de divulgação da AAE junto de potenciais utilizadores;

b) Intervenções na rede logística de 2.º nível: Implementação ou reordenamento de áreas de actividade logística de 2º nível (não inseridas na rede nacional logística), envolvendo infra-estruturas físicas de criação, expansão, qualificação e reconversão de da rede logística de 2º nível, inseridos numa óptica de coerência, racionalidade e complementaridade com a rede nacional logística, a rede regional de áreas de acolhimento empresarial o micro-abastecimento logístico das principais cidades do sistema urbano regional.

### 3.5 | Eixo Prioritário V - Governação e Capacitação Institucional

#### Regulamento Específico - Sistema de Apoios à Modernização Administrativa

- 1 - São susceptíveis de apoio as seguintes tipologias de operações, individuais e transversais, de Modernização Administrativa:
- a) Operações de qualificação e simplificação do atendimento dos serviços públicos aos cidadãos e às empresas, nomeadamente:
    - i. Projectos ou grupos de projectos de expansão e reorganização da rede nacional de Lojas do Cidadão e Empresas;
    - ii. Projectos ou grupos de projectos de criação de unidades móveis associadas à rede de Lojas do Cidadão, enquanto complemento vocacionado para melhorar a prestação de serviços públicos em áreas de baixa densidade, através da integração de recursos e de uma maior proximidade aos cidadãos e empresas;
    - iii. Projectos ou grupos de projectos de organização e integração transversal de serviços administrativos e de disponibilização de informação, apoiados em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), em função das necessidades dos respectivos utentes finais, cidadãos e empresas, nomeadamente numa lógica de “balcão único”;
    - iv. Projectos ou grupos de projectos de disponibilização de serviços com recurso a tecnologias multi-canal para atendimento e/ou comunicação dentro da Administração Pública e entre a Administração Pública e os cidadãos e empresas;
    - v. Projectos ou grupos de projectos de avaliação da satisfação dos utentes, monitorização dos níveis de serviço alcançados, de certificação de qualidade dos serviços, e introdução e difusão de melhores práticas orientadas para os cidadãos e empresas.
    - vi. Projectos ou grupos de projectos que permitam a redução dos custos de contexto e difusão de boas práticas nos serviços públicos da área da justiça e que favoreçam a competitividade;
    - vii. Projectos ou grupos de projectos de desregulamentação e aumento da disponibilização do acesso aos serviços públicos de justiça por parte das empresas e dos cidadãos, com o recurso à utilização das TIC.
  - b) Operações de racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública, nomeadamente:
    - i. Projectos ou grupos de projectos de racionalização e simplificação organizacional;
    - ii. Projectos ou grupos de projectos de reengenharia e desmaterialização nos processos, seja nos processos de interação entre a Administração e os cidadãos e empresas, seja nos processos internos à própria Administração, designadamente segundo uma perspectiva de integração transversal;
    - iii. Projectos ou grupos de projectos de promoção da inovação organizacional e de gestão na Administração Pública;
    - iv. Projectos ou grupos de projectos de criação de redes de relação e partilha de conhecimento na Administração Pública.
  - c) Operações no domínio da administração em rede, nomeadamente:
    - i. Projectos ou grupos de projectos de desenvolvimento de infra-estruturas tecnológicas de suporte a iniciativas de modernização administrativa na Administração Pública;
    - ii. Projectos ou grupos de projectos de desenvolvimento dos mecanismos necessários para assegurar a interoperabilidade entre os vários sistemas de informação da Administração Pública, designadamente com recurso à identificação electrónica;
    - iii. Projectos ou grupos de projectos de desenvolvimento de soluções de comunicação

- integradas, que assegurem a conectividade entre os serviços públicos, com base em mecanismos de segurança adequados, numa óptica de racionalização das infra-estruturas e/ou serviços de comunicações do Estado;
- iv. Projectos ou grupos de projectos de implementação das prioridades definidas a nível europeu para a área da administração electrónica;
  - v. Projectos ou grupos de projectos de implementação de instrumentos de gestão e monitorização do território, das infra-estruturas e dos equipamentos colectivos;
  - vi. Projectos ou grupos de projectos de implementação de tecnologias inovadoras na Administração Pública, designadamente ao nível do desenvolvimento de mecanismos de participação e do reforço da administração electrónica no exercício de cidadania.
- 2 - As operações globais, tal como definidas na alínea d) do artigo 4.º, são susceptíveis de apoio no âmbito do Programa Operacional Factores de Competitividade.

#### Regulamento Específico - Promoção e Capacitação Institucional

1. São susceptíveis de financiamento no âmbito do presente regulamento, as operações que visem a preparação de parcerias estratégicas para a implementação de iniciativas inovadoras para o desenvolvimento territorial, bem como a promoção de projectos inovadores com elevado efeito demonstrativo, que, simultaneamente, permitam a densificação e qualificação das redes de instituições regionais de apoio ao desenvolvimento em exercício de funções.
2. Essas iniciativas poderão incidir em domínios, tais como: prospectiva e planeamento; informação de apoio ao desenvolvimento; dinamização turística; desenvolvimento local; promoção dos produtos regionais ou de fileiras produtivas; valorização do património, cultura e artesanato; acções de promoção e valorização da escola e das qualificações escolares como motores de desenvolvimento regional; acções de dinamização dos interfaces entre a escola e agentes locais, nomeadamente empresas, instituições gestoras de equipamentos culturais e de lazer; cooperação e promoção externa; valorização dos recursos naturais e sensibilização ambiental; promoção e produção de conteúdos regionais e apoio à inovação organizacional.
3. As tipologias de operações previstas neste artigo poderão, em sede de aviso de abertura e/ou de orientações técnicas gerais e específicas, ser objecto de uma especificação e/ou delimitação temática ou territorial consonante as características sócio-económicas e valências técnico-científicas de cada Região.

### 3.6 | Eixo Prioritário VI - Assistência Técnica

#### Regulamento Específico - Assistência Técnica

O Eixo da Assistência Técnica destina-se a apoiar as seguintes tipologias de operações:

- a. Estudos, projectos e acções destinadas a assegurar a concepção, preparação, gestão, acompanhamento, controlo, monitorização e avaliação dos POR;
- b. Estudos, projectos e acções de suporte à tomada de decisão no âmbito do desenvolvimento regional, da criação de instrumentos de apoio ao planeamento e à gestão estratégica e que visem, em geral, aprofundar o conhecimento e a reflexão sobre a respectiva Região;



- c. Estudos, projectos e acções necessários à implementação das diversas tipologias de operações, dinamização de observatórios de desenvolvimento regional, elaboração, dinamização e seguimento de agendas prioritárias, de programas de acção e de iniciativas piloto de desenvolvimento regional e dinamização de acções inovadoras de identificação e disseminação de boas práticas de âmbito regional ligadas aos objectivos e à estratégia do respectivo POR;
- d. Criação e funcionamento de todas as estruturas de apoio técnico e respectivo apoio logístico de cada POR;
- e. Estudos, projectos e acções de promoção, publicidade e divulgação do POR; f. Instalação e desenvolvimento de instrumentos eficazes e tecnologicamente adequados de recolha e tratamento da informação, designadamente georeferenciada, necessária às tarefas de gestão, controlo, acompanhamento, monitorização e avaliação do POR;
- g. Acções de cooperação, intercâmbio de experiências e benchmarking com outros Estados-Membros;
- h. Apoio a acontecimentos e manifestações de impacto na Região, relacionadas com a acção e o papel desempenhado pelos fundos estruturais.

## 4 | TIPOLOGIA DE OPERAÇÕES OBJECTO DE SUBVENÇÃO GLOBAL

No âmbito do processo de contratualização, de acordo com os ‘Contratos de Delegação de Competências com Subvenção Global’ celebrados entre a Autoridade de Gestão do ON.2 e as Associações de Municípios, ficou acordado a contratualização com dotações financeiras por Regulamento/Tipologia, as quais se identificam na Tabela infra:

Tabela 9 - Tipologias de operações objecto da subvenção global

Eixo Prioritário	Objectivo Específico	Tipologia / Sub-tipologia	Regulamento Específico Aplicável
I. Competitividade, Inovação e Conhecimento	Promoção de Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial	Acções de Acolhimento Empresarial	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística
	Promoção da Economia Digital e da Sociedade do Conhecimento	Criação e Divulgação de Conteúdos e Serviços on-line	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento



Eixo Prioritário	Objectivo Específico	Tipologia / Sub-tipologia	Regulamento Específico Aplicável
II. Valorização Económica de Recursos Específicos	Valorização de novos territórios de aglomeração de actividades económicas	Acções Integradas de Valorização Territorial	Valorização Económica de Recursos Específicos
III. Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial	Qualificação dos serviços colectivos territoriais de proximidade	Ciclo Urbano da Água	Ciclo Urbano da Água - "Vertente em baixa - Modelo não Verticalizado"
		Resíduos Sólidos	Optimização da Gestão de Resíduos
		Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo e Pré-escolar	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo e Pré-escolar
IV. Qualificação do Sistema Urbano	Promoção da Mobilidade Urbana	Variantes e centros urbanos	Mobilidade Territorial
		Planos de Mobilidade Urbana Sustentável	
		Qualificação do Sistema de Transportes Públicos de Passageiros	
		Eliminação de pontos negros	
	Promoção da Conectividade do Sistema Urbano Regional	Acções Piloto de Valorização Integrada da Rede e Sistemas de Transportes Colectivos em Meio Rural	Mobilidade Territorial
		Intervenções Estruturantes em Cais Fluviais e Vias Navegáveis	
		Qualificação dos Níveis de Serviço de rede de EENN e EEMM	
V. Governação e Capacitação Institucional	Modernização do Governo Electrónico e melhoria da relação das empresas e dos cidadãos com a Administração Desconcentrada e Local	Operações de racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública	Sistema de Apoio à Modernização Administrativa
		Operações no domínio da Administração em Rede	
		Balcões multiserviços móveis	
	Promoção da Capacitação Institucional e de Desenvolvimento Regional e Local	Projectos/iniciativas inovadoras e de elevado efeito demonstrativo de valorização regional e local	Promoção e Capacitação Institucional



## MÓDULO B | MODELO DE GESTÃO DO ON.2

### 1 | AUTORIDADE DE GESTÃO

#### 1.1 | Autoridade de Gestão e principais funções

As competências da Autoridade de Gestão do ON.2 encontram-se definidas no artigo 46.º do Decreto-Lei 312/2007.

Sendo da responsabilidade da Autoridade de Gestão do ON.2, através da Comissão Directiva mediante iniciativa de qualquer dos seus membros, assegurar a gestão e a qualidade da execução do PO de acordo com os princípios de boa gestão financeira, compete-lhe, com excepção das tarefas delegadas nos Organismos Intermédios (nos termos estabelecidos nos artigos 61.º, 63.º e 64 do Decreto-Lei 312/2007):

- Propor, no âmbito de cada tipologia de investimentos susceptível de financiamento pelo PO, regulamentos e aprovar orientações técnicas, administrativas e financeiras relativas às candidaturas a financiamento pelo PO, ao processo de apreciação das candidaturas e ao acompanhamento da execução das operações financiadas;
- Propor, nas situações previstas na alínea e) do n.º 7 do artigo 40.º do Decreto-Lei 312/2007, a aprovação pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO (CMC) das candidaturas a financiamento pelo PO que, reunindo condições de aceitabilidade, tenham mérito adequado a receber apoio financeiro;
- Aprovar as candidaturas a financiamento pelo PO que, reunindo condições de aceitabilidade, tenham mérito adequado a receber apoio financeiro;
- Propor as tipologias de investimentos cujas candidaturas a financiamento pelo PO são objecto de apreciação de mérito com recurso a entidades externas;

- Confirmar as decisões de aprovação do financiamento pelos Organismos Intermédios (Associações de Municípios) responsáveis pela subvenção global;
- Elaborar, após apreciação pela CMC e aprovação pela Comissão de Acompanhamento do ON.2 e apresentar à Comissão Europeia os relatórios anuais e final de execução do ON.2;
- Fornecer ao IFDR, as informações que lhes permitam apreciar e transmitir à Comissão Europeia, nos termos regulamentares comunitários, as propostas relativas a grandes projectos, sendo esta função do IFDR, desempenhada por um serviço funcionalmente independente dos serviços de auditoria e de certificação;
- Submeter à apreciação da Comissão Técnica de Coordenação do QREN propostas de revisão e de reprogramação do PO, eventualmente envolvendo reprogramações noutros PO;
- Assegurar o exercício das actividades necessárias no âmbito das candidaturas e execução dos projectos apoiados por programas de iniciativa comunitária ou por linhas orçamentais específicas do orçamento comunitário, designadamente nas situações em que se verifiquem complementaridades entre os referidos projectos e os que são financiados pelos respectivos PO;
- Elaborar e assegurar a execução do plano de comunicação do PO e garantir o cumprimento dos requisitos em matéria de informação e publicidade estabelecidos nos normativos comunitários e nacionais;
- Apreciar a aceitabilidade e o mérito das candidaturas a financiamento pelo PO, assegurando designadamente que as operações são seleccionadas em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO;
- Assegurar que são cumpridas as condições necessárias de cobertura orçamental das operações;
- Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO;
- Garantir o cumprimento dos normativos aplicáveis, designadamente nos domínios da concorrência, da contratação pública, do ambiente e da igualdade de oportunidades;

- Assegurar a conformidade dos contratos de financiamento e dos termos de aceitação das operações apoiadas com a decisão de concessão do financiamento e o respeito pelos normativos aplicáveis;
- Verificar que foram fornecidos os produtos e os serviços financiados;
- Verificar a elegibilidade das despesas;
- Assegurar que as despesas declaradas pelos Beneficiários para as operações foram efectuadas no cumprimento das regras comunitárias e nacionais, podendo promover a realização de verificações de operações por amostragem, de acordo com as regras comunitárias e nacionais de execução;
- Assegurar que os Beneficiários e outros organismos abrangidos pela execução das operações mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para todas as transacções relacionadas com a operação sem prejuízo das normas contabilísticas nacionais;
- Assegurar a criação e o funcionamento de um sistema informatizado de recolha e tratamento dos registos contabilísticos de cada operação financiada pelo PO, bem como uma recolha dos dados sobre a execução necessários para a gestão financeira, o acompanhamento, as verificações, as auditorias e a avaliação, bem como para a monitorização estratégica, operacional e financeira do QREN;
- Criar e garantir o funcionamento de um sistema adequado e fiável de validação das despesas, e assegurar que a Autoridade de Certificação recebe todas as informações necessárias sobre os procedimentos e verificações levados a cabo em relação às despesas com vista à certificação;
- Participar na elaboração do plano global de avaliação do QREN e dos PO referido na alínea f) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei 312/2007, e elaborar o plano de avaliação do PO;
- Assegurar que as avaliações operacionais do PO são realizadas em conformidade com as disposições comunitárias e com as orientações nacionais aplicáveis;
- Assegurar a criação e o funcionamento de um sistema de controlo interno que previna e detecte as situações de irregularidade e permita a adopção das medidas correctivas oportunas e adequadas;

- Assegurar a recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional;
- Elaborar a descrição do sistema de gestão e controlo interno do PO;
- Celebrar Contratos de Financiamento relativos às operações aprovadas e acompanhar a realização dos investimentos;
- Transmitir os Relatórios referidos na alínea f) do n.º 1, do artigo 46.º do Decreto-Lei 312/2007, após aprovação, à Assembleia da República e ao Conselho Económico e Social;
- Praticar os demais actos necessários à regular e plena execução do PO.

Constituem competências do Presidente da Comissão Directiva, sem prejuízo da possibilidade da sua delegação:

- Representar a Comissão Directiva e o PO em quaisquer actos e actuar em nome desta junto da CMC, de instituições nacionais e estrangeiras, comunitárias ou internacionais;
- Convocar e dirigir as reuniões da Comissão Directiva e assegurar o cumprimento das respectivas deliberações;
- Presidir ou integrar os órgãos participados pela Autoridade de Gestão;
- Vincular a Comissão Directiva;
- Praticar os actos necessários à regular e plena execução do PO, bem como ao normal funcionamento do respectivo Secretariado Técnico no âmbito da gestão dos recursos humanos, financeiros, materiais e patrimoniais, tendo em conta os limites legais previstos, e que não constituam competência da respectiva Comissão Directiva;
- Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos por lei, regulamento ou que lhe sejam delegados pela Comissão Directiva;
- Tomar as decisões e praticar todos os actos que, dependendo de deliberação da Comissão Directiva, por motivo imperioso de urgência, devam ser praticados imediatamente, sem prejuízo do dever de ratificação dos actos na primeira reunião ordinária subsequente.

No âmbito das competências da Comissão Directiva do ON.2 e ao abrigo do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 46.º do Decreto-Lei 312/2007 e nas disposições contidas nos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), foram subdelegadas, nos vogais executivos da Comissão Directiva as competências descritas no Despacho 1/2008 de 14 de Maio, respectivamente:

Na Vogal Executiva: Teresa Cristina Costa Leite de Azevedo:

- Prossecução dos objectivos ligados ao sistema de incentivos; às políticas de conhecimento e inovação e à valorização económica dos recursos inerentes aos Eixos Prioritários I, II e V e aos respectivos domínios de intervenção do ON.2,
- Representar a Comissão Directiva e o ON.2 em quaisquer actos no âmbito dos Eixos Prioritários I, II e V e actuar em nome desta junto de instituições nacionais e estrangeiras, comunitárias ou internacionais no âmbito dos referidos Eixos e
- Vincular a Comissão Directiva no âmbito dos Eixos prioritários I, II e V.

No Vogal Executivo: Carlos Manuel Duarte de Oliveira:

- Prossecução dos objectivos ligados às políticas de competitividade dos territórios e às políticas de cidades inerentes aos Eixos Prioritários III e IV e aos respectivos domínios de intervenção do ON.2,
- Representar a Comissão Directiva e o ON.2 em quaisquer actos no âmbito dos Eixos Prioritários III e IV e actuar em nome desta junto de instituições nacionais e estrangeiras, comunitárias ou internacionais no âmbito dos referidos Eixos,
- Vincular a Comissão Directiva no âmbito dos Eixos Prioritários III e IV.

## 1.2 | Funções formalmente delegadas pela Autoridade de Gestão:

### Organismos Intermédios, forma de delegação, funções

#### Nos Organismos Intermédios (Organismos Técnicos)

O Decreto-Lei 312/2007, na alínea d) do artigo 60.º define como Organismos Intermédios - *“qualquer organismo ou serviço público ou privado que actue sob a responsabilidade de uma autoridade de gestão ou que desempenhe funções em nome desta autoridade em relação aos Beneficiários que executam as operações”* Concretizando o mesmo preceito legal que *“os organismos intermédios são as entidades que, no quadro dessas operações, tomam a iniciativa, estabelecem as especificações técnicas e administrativas, contratam a execução, asseguram o financiamento, recebem os documentos comprovativos da execução e das despesas realizadas, acompanham a execução, exercem o controlo, designadamente financeiro, sobre a execução e avaliam as realizações e os resultados alcançados, nos termos da delegação de competências de gestão que lhe forem conferidas”*.

Na sequência do exposto anteriormente é de salientar a regulamentação formulada pelos:

- Decreto-Lei 287/2007 de 17 de Agosto, que aprovou o enquadramento nacional dos Sistemas de Incentivos (SI) ao Investimento das Empresas, definindo as condições e as regras a observar por esses SI aplicáveis no território continental Português para o período 2007-2013;
- Portarias 1462/2007 (alterada pela Portaria 711/2008 de 31 de Julho), 1463/2007 (alterada pela Portaria 250/2008 de 4 de Abril) e 1464/2007, todas de 15 de Novembro, que aprovaram, respectivamente, o Regulamento do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas (“SI I&DT”), o Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (“SI Qualificação de PME”) e o Regulamento do Sistema de Incentivos à Inovação (“SI Inovação”).

Através da celebração de Protocolos, foram delegadas as seguintes funções:



- Apreciar a aceitabilidade e o mérito das candidaturas a financiamento pelo PO, assegurando designadamente que as operações são seleccionadas em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO;
- Assegurar que são cumpridas as condições necessárias de cobertura orçamental das operações;
- Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO, recolhendo e conservando todos os documentos comprovativos da verificação das condições gerais e específicas de elegibilidade do(s) Beneficiário(s) e do projecto ao sistema de incentivo relevante;
- Garantir o cumprimento dos normativos aplicáveis, designadamente nos domínios da concorrência, da contratação pública, dos auxílios estatais, do ambiente e da igualdade de oportunidades;
- Assegurar a conformidade dos contratos de financiamento e dos termos de aceitação das operações apoiadas com a decisão de concessão do financiamento e o respeito pelos normativos aplicáveis;
- Verificar que foram fornecidos os produtos e os serviços financiados;
- Verificar a elegibilidade das despesas, identificando e justificando a natureza e o montante das despesas elegíveis e não elegíveis previstas nas candidaturas;
- Assegurar que as despesas declaradas pelos Beneficiários para as operações foram efectuadas no cumprimento das regras comunitárias e nacionais, podendo promover a realização de verificações de operações por amostragem, de acordo com as regras comunitárias e nacionais de execução;
- Assegurar que os Beneficiários e outros organismos abrangidos pela execução das operações mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para todas as transacções relacionadas com a operação sem prejuízo das normas contabilísticas nacionais;
- Celebrar Contratos de Financiamento relativos às operações aprovadas e acompanhar a realização dos investimentos.

### Nos Organismos Intermédios (Associações de Municípios)

Para além da delegação de competências supra descrita impõe-se, ainda referir que, de acordo com o preceituado nos artigos 63º e 64º do Decreto-Lei 312/2007, foram delegadas competências em Associações de Municípios através da celebração, a 19 de Dezembro de 2008, dos ‘Contratos de delegação de competência com subvenções globais’ entre estas entidades e a Autoridade de Gestão do ON.2.

Neste contexto, identificam-se infra as competências que, nos termos estabelecidos nos referidos Contratos, foram ou não delegadas. De realçar que, por força deste mesmo dispositivo legal, as competências delegadas não podem ser objecto de sub-delegação.<sup>2</sup>

**Tabela 10** - Competências da Autoridade de Gestão do ON.2 delegáveis e não delegáveis nos Organismos Intermédios (Associações de Municípios)

COMPETÊNCIAS	DELEGÁVEIS?	
	Sim	Não
Propor, no âmbito de cada tipologia de investimentos susceptível de financiamento pelo ON.2, regulamentos e aprovar orientações técnicas, administrativas e financeiras relativas às candidaturas a financiamento pelo ON.2, ao processo de apreciação das candidaturas e ao acompanhamento da execução das operações financiadas;		X
Nas situações previstas na alínea e) do n.º 7 do artigo 40.º, propor a aprovação pela CMC das candidaturas a financiamento pelo ON.2 que, reunindo condições de aceitabilidade, tenham mérito adequado a receberem apoio financeiro;		X
Aprovar as candidaturas e financiamento pelo ON.2 que, reunindo condições de aceitabilidade, tenham mérito adequado a receber apoio financeiro, bem como revogar as decisões de financiamento nos casos de incumprimento dos contratos;	X	
Confirmar as decisões de aprovação dos Organismos Intermédios;		X
Propor as tipologias de investimentos cujas candidaturas a financiamento pelo ON.2 são objecto de apreciação de mérito com recurso a entidades externas;		X
Elaborar e, após apreciação pela CMC e aprovação pela Comissão de Acompanhamento do ON.2, apresentar à Comissão Europeia os relatórios anuais e final de execução do PO;		X
Fornecer à Autoridade de Certificação as informações que lhes permitam apreciar e transmitir à Comissão Europeia, nos termos regulamentares comunitários, as propostas relativas a Grandes Projectos;		X
Submeter à apreciação da Comissão Técnica de Coordenação do QREN propostas de revisão e de reprogramação do PO, eventualmente envolvendo reprogramações noutros PO;		X
Assegurar o exercício das actividades necessárias no âmbito das candidaturas e execução dos		X

<sup>2</sup> Cf. Cláusulas 2.ª e 3.ª do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global, celebrado entre a Autoridade de Gestão do ON.2 e as Associações de Municípios.

COMPETÊNCIAS	DELEGÁVEIS?	
	Sim	Não
projectos apoiados por programas de iniciativa comunitária ou por linhas orçamentais específicas do orçamento comunitário, designadamente nas situações em que se verifiquem complementaridades entre os referidos projectos e os que são financiados pelos respectivos PO;		
Elaborar e assegurar a execução do plano de comunicação do ON.2 e garantir o cumprimento dos requisitos em matéria de informação e publicidade estabelecidos nos normativos comunitários e nacionais;		X
Apreciar a aceitabilidade e o mérito das candidaturas a financiamento pelo ON.2, assegurando designadamente que as operações são seleccionadas em conformidade com os critérios aplicáveis ao Programa;	X	
Assegurar de que são cumpridas as condições necessárias de cobertura orçamental das operações;	X	
Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo ON.2;	X	
Garantir o cumprimento dos normativos aplicáveis, designadamente nos domínios da concorrência, da contratação pública, dos auxílios estatais, do ambiente e da igualdade de oportunidades;	X	
Assegurar a conformidade dos contratos de financiamento e dos termos de aceitação das operações apoiadas com a decisão de concessão do financiamento e o respeito pelos normativos aplicáveis;	X	
Verificar que foram fornecidos os produtos e os serviços financiados;	X	
Verificar a elegibilidade das despesas, identificando e justificando a natureza e o montante das despesas elegíveis e não elegíveis previstas nas candidaturas;	X	
Assegurar que as despesas declaradas pelos Beneficiários para as operações foram efectuadas no cumprimento das regras comunitárias e nacionais, podendo promover a realização de verificações de operações por amostragem, de acordo com as regras comunitárias e nacionais de execução;	X	
Assegurar que os Beneficiários e outros organismos abrangidos pela execução das operações mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para todas as transacções relacionadas com a operação sem prejuízo das normas contabilísticas nacionais;	X	
Assegurar a criação e o funcionamento de um sistema informatizado de recolha e tratamento dos registos contabilísticos de cada operação financiada pelo ON.2, bem como uma recolha dos dados sobre a execução necessários para a gestão financeira, o acompanhamento, as verificações, as auditorias e a avaliação, bem como para a monitorização estratégica, operacional e financeira do QREN;		X
Criar e garantir o funcionamento de um sistema adequado e fiável de validação das despesas, e assegurar que a Autoridade de Certificação recebe todas as informações necessárias sobre os procedimentos e verificações levados a cabo em relação às despesas com vista à certificação;		X
Participar na elaboração do plano global de avaliação do QREN e dos PO referido na alínea f) do n.º 1 do artigo 8.º e elaborar o plano de avaliação do ON.2;		X
Assegurar que as avaliações operacionais do ON.2 são realizadas em conformidade com as disposições comunitárias e com as orientações nacionais aplicáveis;		X

COMPETÊNCIAS	DELEGÁVEIS?	
	Sim	Não
Assegurar a criação e o funcionamento de um sistema de controlo interno que previna e detecte as situações de irregularidade e permita a adopção das medidas correctivas oportunas e adequadas;		X
Assegurar a recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional;	X	
Elaborar a descrição do sistema de gestão e controlo interno do PO;		X
Celebrar contratos de financiamento relativos às operações aprovadas e acompanhar a realização dos investimentos;	X	
Transmitir os relatórios referidos na alínea f) do n.º 1, após aprovação, à Assembleia da República e ao Conselho Económico e Social;		X
Praticar os demais actos necessários à regular e plena execução do ON.2.		X

## 2 | ORGANIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GESTÃO DO ON.2

### 2.1 | Organização da Autoridade de Gestão

O Decreto-Lei 312/2007 define o modelo de governação do QREN, e dos respectivos PO, e estabelece a estrutura orgânica relativa ao exercício das funções de gestão monitorização, auditoria e controlo, certificação, aconselhamento estratégico, acompanhamento e avaliação, nos termos de Regulamento (CE) 1083/2006.

O exercício das competências de gestão dos PO definidas nos artigos 60.º do Regulamento (CE) 1083/2006 e 46º do Decreto-Lei 312/2007, é da responsabilidade de uma Autoridade de Gestão, que assume a forma jurídica de uma Estrutura de Missão, nos termos da Lei 4/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei 105/2007, de 3 de Abril.

A Autoridade de Gestão do ON.2 foi criada, através da Resolução do Conselho de Ministros 169/2007, de 19 de Outubro e é presidida pelo seu Gestor, que é por inerência o Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Norte (CCDR-N).

Esta Autoridade de Gestão é composta por uma Comissão Directiva, formada pelo Gestor que preside e quatro vogais (dois deles com funções executivas) e por um Secretariado Técnico.

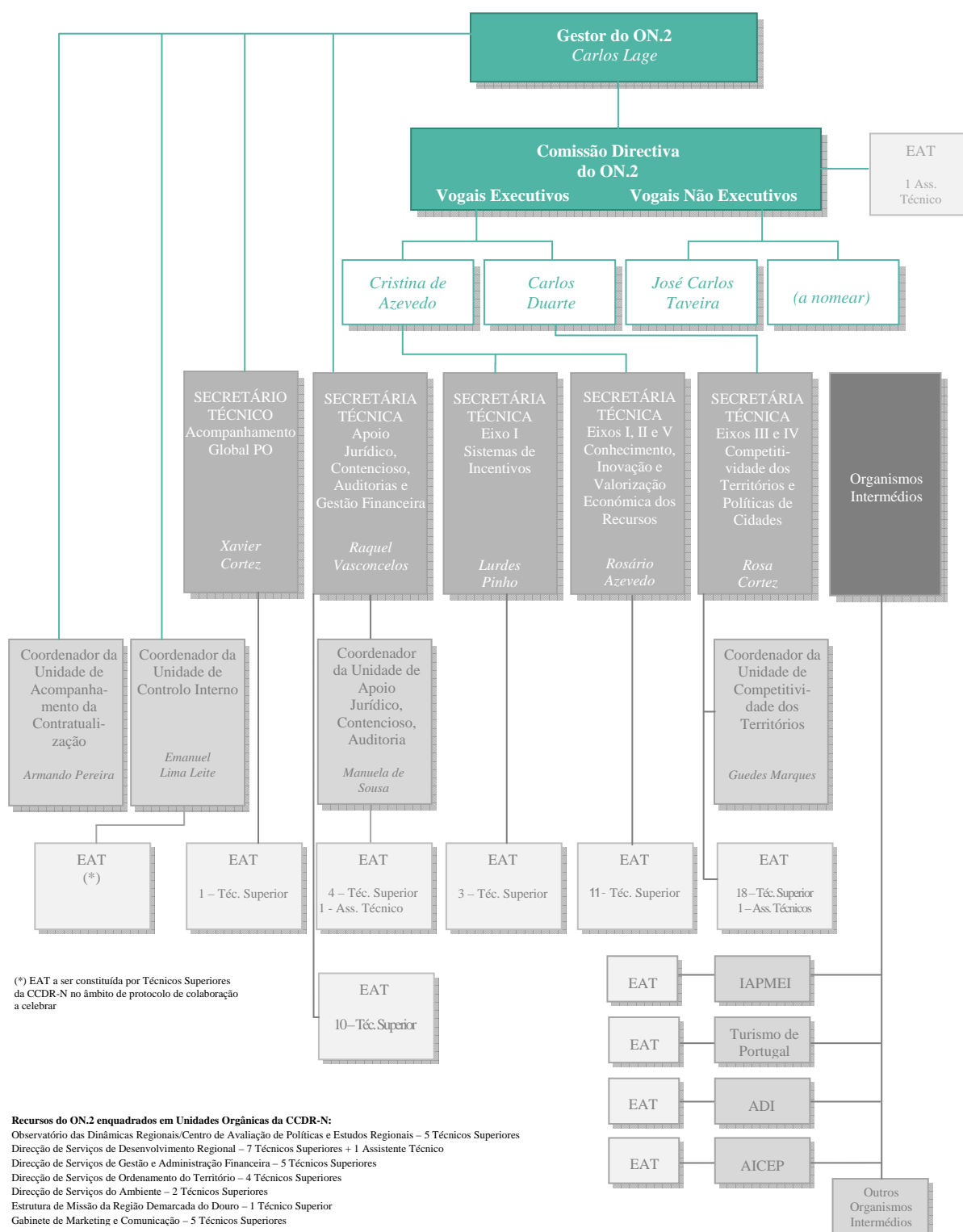


Fig. 3 - Organograma da Autoridade de Gestão do ON.2

Sobre as funções a desenvolver por cada Secretariado Técnico no âmbito da Estrutura de Gestão do Programa, na Tabela infra são apresentadas de uma forma sucinta as mais relevantes.

**Tabela 11** - Funções desenvolvidas pelo Secretariado Técnico / Unidade Orgânica do ON.2

SECRETARIADO TÉCNICO / UNIDADE ORGÂNICA	FUNÇÕES QUE DESENVOLVE
Secretariado Técnico de Acompanhamento Global	<p><b>Desempenha funções de apoio ao Presidente da Comissão Directiva e aos órgãos de gestão do ON.2:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Coordena o gabinete do Presidente da Comissão Directiva do ON.2 e promove a interligação com os restantes secretariados técnicos, bem como com os serviços da CCDR-N, departamentos governamentais e outras instituições;</li> <li>▪ Prepara os despachos do Presidente e as deliberações a apresentar à Comissão Directiva do ON.2 e procede à sua divulgação;</li> <li>▪ Secretaria as reuniões dos órgãos do ON.2;</li> <li>▪ Procede à divulgação das deliberações;</li> <li>▪ Promove a divulgação da informação entre os Secretariados Técnicos, nomeadamente através de reuniões periódicas, onde se fazem pontos de situação e discutem práticas de gestão;</li> <li>▪ Gere a plataforma colaborativa.</li> </ul>
Secretariado Técnico de Apoio Jurídico, Contencioso, Auditorias e Gestão Financeira	<p><b>Desempenho de todas as funções jurídicas, administrativas e financeiras, de natureza transversal de apoio ao ON.2, intervindo neste âmbito:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Na gestão operacional do ON.2;</li> <li>▪ No acompanhamento do processo de candidatura das operações, suas alterações/reformulações;</li> <li>▪ No acompanhamento do processo de execução das operações;</li> <li>▪ No acompanhamento do processo de contratualização com as Associações de Municípios;</li> <li>▪ No acompanhamento da execução dos Protocolos estabelecidos com o IFDR e o IAPMEI e, igualmente com o IFDR e o Instituto de Turismo de Portugal, no âmbito dos Regulamentos dos Sistemas de Incentivos;</li> <li>▪ Na articulação com as Autoridades de Certificação e de Auditoria.</li> </ul> <p><b>Igualmente, desempenho de funções específicas, designadamente:</b></p> <p><b>De natureza técnico-administrativa:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elaboração da descrição do Sistema de Gestão e Controlo do ON.2 e respectiva actualização necessária ao longo do período de programação;</li> <li>▪ Produção de orientações de gestão de índole técnica, administrativa e/ou financeira;</li> <li>▪ Operacionalização e acompanhamento da execução do Eixo 6 do ON.2 - Assistência Técnica;</li> </ul>

SECRETARIADO TÉCNICO / UNIDADE ORGÂNICA	FUNÇÕES QUE DESENVOLVE
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Acompanhamento de auditorias externas e follow-up das suas recomendações;</li> <li>▪ Colaboração na preparação dos Relatórios Anuais e Final de execução do ON.2, contribuindo nos temas jurídicos, administrativos e financeiros a desenvolver.</li> </ul> <p><b>De natureza jurídica:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assessoria à Autoridade de Gestão em matérias de natureza jurídica;</li> <li>▪ Apoio aos Secretariados Técnicos na análise do cumprimento, pelos Beneficiários, das normas jurídicas aplicáveis, nomeadamente em matérias relativas a mercados públicos, concorrência, igualdade de oportunidades, ambiente e ordenamento do território;</li> <li>▪ Assessoria aos Secretariados Técnicos no âmbito dos trâmites dos procedimentos de decisão de financiamento, designadamente no que respeita à concretização do direito de audiência dos interessados;</li> <li>▪ Elaboração de minutas de contratos e de outros instrumentos jurídicos;</li> <li>▪ Verificação da conformidade legal de actos administrativos, de contratos de qualquer natureza, de regulamentos, de acordos e de protocolos;</li> <li>▪ Acompanhamento e verificação da conformidade legal dos avisos para apresentação de candidaturas;</li> <li>▪ Elaboração de propostas ou apreciação de orientações técnicas ou normas de gestão;</li> <li>▪ Elaboração de informações requeridas, pela Autoridade de Certificação, quer de âmbito técnico, financeiro e/ou jurídico</li> <li>▪ Elaboração de informações requeridas, pela Autoridade de Auditoria, quer de âmbito técnico, financeiro e/ou jurídico;</li> <li>▪ Acompanhamento dos procedimentos de maior complexidade em matéria de contratação pública;</li> <li>▪ Acompanhamento jurídico dos processos de correcções de irregularidades e de recuperação dos montantes indevidamente pagos;</li> <li>▪ Acompanhamento de acções de controlo promovidas pelas entidades de Certificação e Auditoria e respectivas acções de follow-up;</li> <li>▪ Apoio jurídico no âmbito da aplicação da tabela de correcções financeiras da Comissão Europeia às irregularidades detectadas em sede de acções de acompanhamento ou de controlo;</li> <li>▪ Acompanhar os processos de impugnação administrativa (reclamações ou recursos hierárquicos) e os processos judiciais em geral, e em especial os de contencioso administrativo;</li> <li>▪ Elaboração de participações criminais e acompanhamento dos respectivos processos;</li> <li>▪ Tratamento e divulgação de informação jurídica actualizada sobre legislação comunitária, nacional e regulamentar aplicável;</li> <li>▪ Implementação e actualização de uma base de dados com a gestão da informação jurídica relevante.</li> </ul> <p><b>De carácter financeiro:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Monitorização financeira do ON.2, efectuando a recolha e o tratamento dos dados relativos à sua execução financeira e aos resultados financeiros alcançados;</li> </ul>



SECRETARIADO TÉCNICO / UNIDADE ORGÂNICA	FUNÇÕES QUE DESENVOLVE
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Colaboração, na área financeira, nas propostas de revisão e reprogramação do ON.2;</li> <li>▪ Produção de informações de âmbito financeiro requeridas pela Autoridade de Certificação;</li> <li>▪ Produção de informações de âmbito financeiro requeridas pela Autoridade de Auditoria;</li> <li>▪ Validação da execução financeira das operações, com a excepção das que decorrem da contratualização com os Organismos Intermédios;</li> <li>▪ Processamento das autorizações de pagamento das operações a enviar à Autoridade de Certificação para execução dos respectivos pagamentos, com a excepção das que decorrem da contratualização com os Organismos Intermédios;</li> <li>▪ Verificação do cumprimento dos pressupostos financeiros do encerramento das operações;</li> <li>▪ Análise financeira dos relatórios finais de execução das operações;</li> <li>▪ Acompanhamento financeiro das operações durante a fase de exploração, se aplicável;</li> <li>▪ Implementação e manutenção do Sistema de Gestão de Devedores, relativo ao registo de situações de anomalia e/ou irregularidade que obriguem à recuperação, junto dos Beneficiários, de valores de pagamentos realizados;</li> <li>▪ Desencadeamento, em articulação com a Autoridade de Certificação, dos processos de recuperação dos montantes indevidamente pagos aos Beneficiários, nos quais tenham sido detectadas irregularidades.</li> </ul>
Secretariado Técnico dos Sistemas de Incentivos	<p><b>Desempenho de funções ao nível da:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Participação nas tarefas de gestão operacional dos Sistemas de Incentivos desenvolvidas pela Rede que, para o efeito, foi constituída a nível nacional, envolvendo as Autoridades de Gestão do POFC e dos PO Regionais e os Organismos Técnicos, (IAPMEI, AICEP, Turismo de Portugal e ADI). (Vidé Manual de Procedimentos dos Sistemas de Incentivos)</li> <li>▪ Colaboração com os Organismos Técnicos no desenvolvimento de todas as tarefas relacionadas com a gestão do ciclo de vida das operações, conforme definido nos Protocolos estabelecidos entre a Autoridade de Gestão do ON.2 e os Organismos Técnicos Intermédios.</li> <li>▪ Acompanhamento/verificação do trabalho dos Organismos Técnicos, no âmbito das funções de análise e gestão do ciclo de vida das operações, delegadas nesses organismos, através dos Protocolos estabelecidos com os mesmos.</li> <li>▪ Apoio à Comissão Directiva do ON.2 na supervisão da execução dos Protocolos celebrados com os Organismos Técnicos.</li> <li>▪ Colaboração nas funções de avaliação e monitorização do ON.2, designadamente através da recolha e tratamento de informação sobre execução física e financeira dos Sistemas de Incentivos, bem como na preparação de relatórios de execução do Programa.</li> </ul>

SECRETARIADO TÉCNICO / UNIDADE ORGÂNICA	FUNÇÕES QUE DESENVOLVE
<p><b>Secretariado Técnico da Competitividade dos Territórios e das Políticas de Cidades</b></p>	<p><b>Desempenho de funções ao nível da:</b></p> <p><b>A. Gestão Operacional do ON.2:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elaboração de propostas de regulamentos específicos sobre financiamento do ON.2</li> <li>▪ Elaboração de propostas de grelhas de análise do mérito das candidaturas, tendo por base os critérios de selecção aprovados pela Comissão de Acompanhamento, quando aquelas funções não sejam atribuídas pela Comissão Directiva a peritos externos</li> <li>▪ Produção de orientações de gestão de índole técnica, administrativa e/ou financeira</li> <li>▪ Operacionalização dos concursos (organização dos dossiers de candidatura e formatação dos Avisos, com respeito pelas orientações para o efeito definidas pela Comissão Directiva)</li> <li>▪ Identificação dos requisitos gerais e específicos de admissão e aceitação dos Beneficiários e das operações, tendo por base as disposições regulamentares, incluindo eventuais Orientações Técnicas que tenham sido aprovadas pela Comissão Directiva</li> <li>▪ Prestação de esclarecimentos ao público em geral relacionados com concursos abertos pela Autoridade de Gestão</li> <li>▪ Definição e preparação do formulário e dossier de Grandes Projectos</li> </ul> <p><b>B. Acompanhamento do processo de candidatura das operações</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Acompanhamento e controlo da recepção das candidaturas, tendo em vista a respectiva aceitação</li> <li>▪ Verificação do enquadramento da operação e do Beneficiário por verificação da instrução do dossier de candidatura e confirmação do cumprimento das condições gerais e específicas relativas quer ao Beneficiário quer à operação</li> <li>▪ Resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos ao Beneficiário</li> <li>▪ Comunicação da aceitação ou não aceitação da candidatura com audiência prévia dos interessados</li> <li>▪ Elaboração do Projecto de Decisão sobre a admissibilidade ou não da candidatura</li> <li>▪ Análise das alegações apresentadas pelo Beneficiário</li> <li>▪ Preparação da informação para a tomada de Decisão Final sobre a admissibilidade ou não admissibilidade da candidatura, considerando as eventuais alegações apresentadas pelo Beneficiário</li> <li>▪ Notificação da decisão ao Beneficiário</li> <li>▪ Avaliação das candidaturas admitidas</li> <li>▪ Análise e quantificação do mérito da candidatura. Quando a Comissão Directiva tenha designado peritos externos para avaliação do mérito das candidaturas estabelecimento da interlocução com peritos externos que para este efeito tenham sido indicados pela Comissão Directiva, tendo em vista o exercício das funções especificadas pela Comissão Directiva</li> <li>▪ Resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos ao Beneficiário</li> <li>▪ Emissão de parecer técnico relativo ao apuramento do mérito das candidaturas com base na metodologia de aplicação dos critérios de selecção explicitada nos Avisos de Abertura/ estabelecimento da interlocução com peritos externos que para este</li> </ul>

SECRETARIADO TÉCNICO / UNIDADE ORGÂNICA	FUNÇÕES QUE DESENVOLVE
	<p>efeito tenham sido indicados pela Comissão Directiva, tendo em vista a apresentação daquele parecer técnico à Comissão Directiva</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Selecção da operação de acordo com a classificação obtida, nos casos em que essa selecção não tenha de ser efectuada pelo perito externo que eventualmente tenha sido designado pela Comissão Directiva para avaliação do mérito das candidaturas</li> <li>▪ Elaboração do Projecto de Decisão Favorável, Condicional ou Desfavorável, nos casos em que esse Projecto de decisão não tenha de ser efectuado pelo perito externo que eventualmente tenha sido designado pela Comissão Directiva para avaliação do mérito das candidaturas</li> <li>▪ Audiência prévia dos interessados</li> <li>▪ Análise das alegações do Beneficiário</li> <li>▪ Elaboração da Decisão Final sobre o co-financiamento</li> <li>▪ Notificação da Decisão ao Beneficiário</li> <li>▪ Preparação da minuta de contrato a enviar para aprovação do Beneficiário, tendo por base a minuta aprovada pela Comissão Directiva do ON.2;</li> <li>▪ Verificação dos requisitos e legitimidade dos outorgantes aquando da celebração do Contrato de Financiamento</li> <li>▪ Divulgação Pública no Site do ON.2 das candidaturas aprovadas</li> <li>▪ Preparação e sistematização de informação relacionadas com os concursos abertos e respectivos resultados para reporte às Autoridades Competentes</li> </ul> <p><b>C. Execução das operações</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Participação na verificação/análise dos Pedidos de Pagamento: aspectos administrativos, técnicos e físicos</li> <li>▪ Participação nas verificações no local: aspectos administrativos, técnicos e físicos</li> <li>▪ Participação na análise dos relatórios anuais de execução</li> </ul> <p><b>D. Encerramento das operações</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Participação na verificação do cumprimento dos pressupostos do encerramento das operações</li> <li>▪ Participação na análise dos relatórios finais de execução</li> <li>▪ Acompanhamento das operações durante a fase de exploração, se aplicável.</li> </ul>
<p><b>Secretariado Técnico do Conhecimento, da Inovação e Valorização Económica dos Recursos</b></p>	<p><b>Desempenho de funções ao nível da:</b></p> <p><b>A. Gestão Operacional do ON.2:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elaboração de propostas de regulamentos específicos sobre financiamento do ON.2</li> <li>▪ Elaboração de propostas de grelhas de análise do mérito das candidaturas, tendo por base os critérios de selecção aprovados pela Comissão de Acompanhamento, quando aquelas funções não sejam atribuídas pela Comissão Directiva a peritos externos</li> <li>▪ Produção de orientações de gestão de índole técnica, administrativa e/ou financeira</li> <li>▪ Operacionalização dos concursos (organização dos dossiers de candidatura e formatação dos Avisos, com respeito pelas orientações para o efeito definidas pela Comissão Directiva)</li> <li>▪ Identificação dos requisitos gerais e específicos de admissão e aceitação dos</li> </ul>

SECRETARIADO TÉCNICO / UNIDADE ORGÂNICA	FUNÇÕES QUE DESENVOLVE
	<p>Beneficiários e das operações, tendo por base as disposições regulamentares, incluindo eventuais Orientações Técnicas que tenham sido aprovadas pela Comissão Directiva</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Prestação de esclarecimentos ao público em geral relacionados com concursos abertos pela Autoridade de Gestão</li> <li>▪ Definição e preparação do formulário e dossier de Grandes Projectos</li> </ul> <p><b>B. Acompanhamento do processo de candidatura das operações</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Acompanhamento e controlo da recepção das candidaturas, tendo em vista a respectiva aceitação</li> <li>▪ Verificação do enquadramento da operação e do Beneficiário por verificação da instrução do dossier de candidatura e confirmação do cumprimento das condições gerais e específicas relativas quer ao Beneficiário quer à operação</li> <li>▪ Resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos ao Beneficiário</li> <li>▪ Comunicação da aceitação ou não aceitação da candidatura com audiência prévia dos interessados</li> <li>▪ Elaboração do Projecto de Decisão sobre a admissibilidade ou não da candidatura</li> <li>▪ Análise das alegações apresentadas pelo Beneficiário</li> <li>▪ Preparação da informação para a tomada de Decisão Final sobre a admissibilidade ou não admissibilidade da candidatura, considerando as eventuais alegações apresentadas pelo Beneficiário</li> <li>▪ Notificação da decisão ao Beneficiário</li> <li>▪ Avaliação das candidaturas admitidas</li> <li>▪ Análise e quantificação do mérito da candidatura. Quando a Comissão Directiva tenha designado peritos externos para avaliação do mérito das candidaturas estabelecimento da interlocução com peritos externos que para este efeito tenham sido indicados pela Comissão Directiva, tendo em vista o exercício das funções especificadas pela Comissão Directiva</li> <li>▪ Resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos ao Beneficiário</li> <li>▪ Emissão de parecer técnico relativo ao apuramento do mérito das candidaturas com base na metodologia de aplicação dos critérios de selecção explicitada nos Avisos de Abertura/ estabelecimento da interlocução com peritos externos que para este efeito tenham sido indicados pela Comissão Directiva, tendo em vista a apresentação daquele parecer técnico à Comissão Directiva</li> <li>▪ Selecção da operação de acordo com a classificação obtida, nos casos em que essa selecção não tenha de ser efectuada pelo perito externo que eventualmente tenha sido designado pela Comissão Directiva para avaliação do mérito das candidaturas</li> <li>▪ Elaboração do Projecto de Decisão Favorável, Condicional ou Desfavorável, nos casos em que esse Projecto de decisão não tenha de ser efectuado pelo perito externo que eventualmente tenha sido designado pela Comissão Directiva para avaliação do mérito das candidaturas</li> <li>▪ Audiência Prévia dos Interessados</li> </ul>

SECRETARIADO TÉCNICO / UNIDADE ORGÂNICA	FUNÇÕES QUE DESENVOLVE
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Análise das alegações do Beneficiário</li> <li>▪ Elaboração da Decisão Final sobre o co-financiamento</li> <li>▪ Notificação da Decisão ao Beneficiário</li> <li>▪ Preparação da minuta de contrato a enviar para aprovação do Beneficiário, tendo por base a minuta definida pelo Secretariado Técnico Transversal</li> <li>▪ Verificação dos requisitos e legitimidade dos outorgantes aquando da celebração do Contrato de Financiamento</li> <li>▪ Divulgação Pública no Site do ON.2 das candidaturas aprovadas</li> <li>▪ Preparação e sistematização de informação relacionadas com os concursos abertos e respectivos resultados para reporte às Autoridades Competentes</li> </ul> <p><b>C. Execução das operações</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Participação na verificação/análise dos Pedidos de Pagamento: aspectos administrativos, técnicos e físicos</li> <li>▪ Participação nas verificações no local: aspectos administrativos, técnicos e físicos</li> <li>▪ Participação na análise dos relatórios anuais de execução</li> </ul> <p><b>D. Encerramento das operações</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Participação na verificação do cumprimento dos pressupostos do encerramento das operações</li> <li>▪ Participação na análise dos relatórios finais de execução</li> <li>▪ Acompanhamento das operações durante a fase de exploração, se aplicável.</li> </ul>
<p><b>Unidade de Controlo Interno</b></p>	<p><b>Desempenho de funções ao nível de:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Implementação do sistema de controlo interno do ON.2;</li> <li>▪ Elaboração dos planos anuais de controlo e dos respectivos relatórios anuais;</li> <li>▪ Monitorização, em colaboração com os Secretariados Técnicos, do correcto funcionamento dos procedimentos de verificação da realização física e financeira das intervenções e de validação das despesas;</li> <li>▪ Realização de acções de controlo interno sobre a actividade desenvolvida pelos Organismos Intermédios no âmbito dos processos de delegação de competências;</li> <li>▪ Apresentação de propostas à Comissão Directiva sobre alterações aos procedimentos de gestão instituídos, com vista ao seu aperfeiçoamento, bem como alterações aos normativos do ON.2.</li> </ul>
<p><b>Unidade de Acompanhamento da Contratualização</b></p>	<p><b>Desempenho de funções ao nível de:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Interligação entre a Comissão Directiva/Secretários Técnicos e as Associações de Municípios no âmbito do processo de confirmação da aprovação das operações enquadradas nos Planos Territoriais de Desenvolvimento (PTD);</li> <li>▪ Acompanhamento da execução dos contratos de delegação de competências nas Associações de Município assegurando:             <ul style="list-style-type: none"> <li>▸ A divulgação das directrizes e/ou orientações emanadas pela Autoridade de Gestão do ON.2 ou pelos órgãos de governação do QREN e das autoridades comunitárias;</li> </ul> </li> </ul>

SECRETARIADO TÉCNICO / UNIDADE ORGÂNICA	FUNÇÕES QUE DESENVOLVE
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ O apoio às Associações de Municípios tendo em vista o cumprimento por estas das funções que lhe estão legalmente atribuídas;</li> <li>▶ A coordenação do processo de avaliação anual da execução dos PTD e sua integração nos relatórios anuais de execução do ON.2;</li> <li>▪ Apoio à Autoridade de Gestão do ON.2 na supervisão da execução dos contratos de delegação de competências.</li> </ul>

No que respeita ao Secretariado Técnico do Sistema de Incentivos as tarefas de gestão inerentes ao ciclo de vida das operações, são em grande medida desenvolvidas pelos Organismos Intermédios (Organismos Técnicos), nos termos legais dos Protocolos celebrados, bem como do respectivo Manual de Procedimentos, assim como nos termos definidos nos Contratos de Financiamento.

Para além dos Secretariados Técnicos, compostos por 5 Secretários Técnicos, 76 Técnicos Superiores e 4 Assistentes Técnicos, o ON.2 tem igualmente 4 Coordenadores de equipas multidisciplinares, nos termos dos nºs 6 e 7 do Anexo IV da Resolução do Conselho de Ministros 25/2008:

- Coordenador da equipa multidisciplinar do controlo interno: é responsável por todas as actividades ligadas ao controlo interno, estando directamente dependente do Gestor. A sua equipa é constituída por técnicos superiores da CCDR-N, no âmbito de um protocolo de colaboração a celebrar;
- Coordenador da equipa multidisciplinar da contratualização com as Associações de Municípios: é responsável pelo acompanhamento da execução do contrato de delegação de competências nas Associações de Municípios, estando dependente do Gestor e do vogal executivo responsável pela contratualização;
- Coordenador da equipa multidisciplinar de assessoria jurídica, contencioso e auditoria: é responsável pela coordenação das tarefas inerentes a essas áreas, estando na dependência da Secretária Técnica do Apoio Jurídico, Contencioso, Auditoria e Gestão Financeira;

- Coordenador da equipa multidisciplinar da valorização do território: é responsável técnico pelo Eixo III do ON.2, estando dependente da Secretária Técnica da Competitividade dos Territórios e das Políticas de Cidades.

## 2.2 | Organização das Estruturas de Gestão das Associações de Municípios

(Em fase de desenvolvimento).





## MÓDULO C | CANDIDATURAS

### 1 | APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

Na sequência da elaboração e aprovação dos Regulamentos Específicos que dão enquadramento às candidaturas no âmbito do ON.2 e após a aprovação, pela Comissão de Acompanhamento do ON.2, de um conjunto de critérios de selecção de candidaturas para financiamento, completou-se o quadro normativo principal do PO.

#### 1.1 | Modalidades de apresentação de candidaturas

As candidaturas poderão ser apresentadas, à Autoridade de Gestão do ON.2 (ou à Associação de Municípios por esta designada), de acordo com a(s) modalidade(s) definida(s) nos Regulamentos Específicos e nos Avisos/Convites para apresentação de candidaturas, que enquadram a operação a candidatar, ou seja:

- Em Concurso (podendo incluir uma fase de pré-candidatura)
- Por Convite Público Prévio
- Em períodos pré-determinados
- Em contínuo;

##### A - Modalidade de Concurso

Esta modalidade caracteriza-se pela possibilidade de apresentação de candidaturas num intervalo de tempo pré-definido e para um montante de dotação de Fundo previamente determinado, podendo ser enquadráveis em uma ou mais tipologias de operações, de acordo com as condições divulgadas. As candidaturas serão hierarquizadas por ordem decrescente, de acordo com a pontuação decorrente da avaliação de mérito, para efeitos de selecção dentro da dotação financeira a conceder no âmbito do concurso.

## B - Modalidade de Convite Público Prévio

Esta modalidade está prevista no Regulamento Específico do Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA) para projectos que devam ser objecto de um processo negocial com a Autoridade de Gestão do ON.2 (ou com a Associação de Municípios por esta designada), na sequência de prévio convite desta a um Beneficiário, para apresentação de um Programa de Acção para determinado período.

## C - Apresentação de candidaturas em períodos pré-determinados

A apresentação de candidaturas em períodos pré-determinados caracteriza-se pela possibilidade dessa apresentação decorrer num intervalo de tempo pré-definido, e de poderem ser enquadráveis em uma ou mais tipologias de operações, nos termos e nas condições que vierem a ser divulgadas.

Nesta modalidade, a selecção das candidaturas será feita ao longo do período de apresentação, à medida que as mesmas vão sendo recepcionadas, aceites e analisadas, até ao limite da dotação de Fundo fixada em cada Aviso e disponível para o efeito.

## D - Apresentação de candidaturas em contínuo

Na modalidade de apresentação de candidaturas em contínuo, a submissão em permanência das candidaturas enquadráveis nos domínios de intervenção cujos regulamentos prevejam essa modalidade, é possível a partir do momento da sua abertura formal, publicitada nos *sítios* do Programa e do QREN, e noutros meios de divulgação considerados pertinentes. A Autoridade de Gestão do ON.2 (ou a Associação de Municípios por esta designada) pode, todavia, suspender ou encerrar a apresentação de candidaturas nesta modalidade, sempre que tal se justifique. Qualquer decisão neste sentido, será devidamente publicitada nos meios de divulgação anteriormente referidos.

Nesta modalidade, as candidaturas serão analisadas e seleccionadas ao longo do período de apresentação de candidaturas, em conformidade com a avaliação de mérito de cada

candidatura face à pontuação mínima de aprovação fixada no Aviso/Convite, enquanto exista dotação orçamental disponível.

## 1.2 | Modalidades de candidaturas no ON.2

Para cada um dos Eixos Prioritários do ON.2 e para cada tipologia de operações enquadrável nos mesmos e, ainda, de acordo com o legalmente estabelecido, a apresentação de candidaturas processa-se de acordo com a tabela infra:

**Tabela 12 - Modalidades de candidatura por Eixo Prioritário/Regulamento Específico do ON.2**

Eixos	Regulamento Específico	Modalidades de Candidatura
Eixo I	Apoio às Acções Colectivas	Concurso ou Convite (este será publicitado e objecto de processo negocial com o ON.2)
	Apoio às Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	Concurso em períodos pré-determinados.
	Economia Digital e Sociedade de Conhecimento	Concurso em períodos pré-determinados.
	Energia	Concurso em períodos pré-determinados.
	Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	Concurso em períodos pré-determinados.
	Sistema de Apoios a Parques de Tecnologia e Incubadoras de Empresa de Base Tecnológica	Concurso em períodos pré-determinados.
	Sistemas de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	Concurso em períodos pré-determinados.
Eixo II	Valorização Económica de Recursos Específicos	Convite público para apresentação de Programas de Acção; Convite público para apresentação de pré-candidaturas; Convite público para apresentação de candidaturas; Convite público a uma entidade de administração pública para apresentação de um Programa de Acção ou candidatura no âmbito das suas competências.
Eixo III	Acções de Valorização do Litoral	Concurso.
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	Concurso.

Eixos	Regulamento Específico	Modalidades de Candidatura
	Ciclo Urbano da Água - “vertente em baixa - modelo não verticalizado”	Convite Público para apresentação de Programas de Acção, envolvendo um conjunto integrado de pré-candidaturas Convite público para apresentação de pré-candidaturas; Convite público para apresentação de candidaturas; Outras modalidades a definir em orientações técnicas gerais e específicas do ON.2.
	Equipamentos para a Coesão Local	Concurso ou Convite directo para apresentação de Programas de Acção, em contínuo ou em períodos pré - determinados.
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	Concurso.
	Optimização da Gestão de Resíduos	Concurso para a apresentação de operações individuais ou Programas de Acção, em contínuo ou em períodos pré - determinados.
	Património Cultural	Concurso.
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções imateriais	Concurso.
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais tecnológicos - Acções Materiais	Concurso.
	Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas	Concurso ou Convite público, para a apresentação de Programas de Acção, em contínuo ou em períodos pré - determinados.
	Rede de Equipamentos Culturais	Concurso.
	Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo Ensino Básico e de Educação Pré - Escolar	Concurso.
	Saúde	Concurso.
Eixo IV	Mobilidade Territorial	Concurso para a apresentação de operações individuais ou Programas de Acção, em contínuo ou em períodos pré - determinados.
	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	Concurso para apresentação de Programas de Acção Concurso para apresentação de operações individuais para Aglomerados Urbanos
Eixo V	Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação	A selecção dos Programas Estratégicos, que enquadram as operações objecto de apoio, é feita através de, pelo menos, 3 concursos abertos mediante Aviso a publicar pela Autoridade de Gestão do ON.2.

Eixos	Regulamento Específico	Modalidades de Candidatura
	Promoção e Capacitação Institucional	Convite Público para apresentação de Programas de Acção; Convite público para apresentação de pré-candidaturas; Convite público para apresentação de candidaturas; Outras modalidades, a definir em orientações técnicas gerais e específicas.
	Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	Concurso, em contínuo ou em períodos pré - determinados.
	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa	Concurso Convite Público Prévio para a apresentação de candidaturas das operações descritas no ponto i) da alínea a) do nº1 do art.12º do Regulamento Específico - AMA - Beneficiário único.
Eixo VI	Assistência Técnica	Em períodos pré - determinados.

A modalidade de concurso envolve alguma especificidade no caso dos dois Regulamentos Específicos inseridos no Eixo IV Qualificação do Sistema Urbano, relativos à ‘Política de Cidades - Parecerias para a Regeneração Urbana’ e ‘Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação’ - em que através desta modalidade serão previamente seleccionados, respectivamente Programas de Acção e Programas Estratégicos em que se inserirão as operações que posteriormente serão objecto de candidatura, nos termos do protocolo de financiamento decorrente dos programas seleccionados.

Ainda sobre o ‘Regulamento Específico Parcerias para a Regeneração Urbana’, poderão ser seleccionadas operações individuais para aglomerados urbanos, no âmbito da estratégia de qualificação dos pequenos centros com potencial estruturante do território regional não inseridas em Programa de Acção, no quadro da modalidade de concurso.

### 1.3 | Avisos/Convites para apresentação de candidaturas

A abertura do Programa à apresentação de candidaturas em qualquer uma das modalidades anteriormente referidas, será anunciada através de Avisos/Convites publicados nos *website* do ON.2 e do QREN e noutros meios de divulgação considerados pertinentes, contendo, entre outras, as seguintes informações:

- Os Eixos Prioritários e Domínios de Intervenção abrangidos;
- As áreas temáticas visadas;
- As tipologias de operações abrangidas;
- As entidades beneficiárias;
- A dotação de Fundo a conceder (no caso das modalidades de apresentação de candidaturas em períodos pré-determinados ou através de concurso);
- As taxas de co-financiamento;
- A duração máxima das operações;
- Identificação dos critérios e/ou subcritérios de selecção;
- Metodologia de apuramento do mérito da operação e respectiva ponderação;
- Definição de regras específicas de aplicação de cada um dos critérios de selecção, com a identificação dos parâmetros que os densificam e correspondente quantificação e pontuação;
- A descrição dos procedimentos de análise das candidaturas a financiamento e dos prazos envolvidos;
- A indicação dos suportes informativos inerentes ao concurso, incluindo linha de apoio à apresentação de candidaturas.
- A divulgação pública no site dos resultados;
- A legislação relevante de enquadramento;
- As fontes de informação relativas ao Programa;

- As obrigações e procedimentos de informação e publicidade.

No caso de Avisos/Convites para apresentação de candidaturas promovidos pelas Associações de Municípios, estas devem acordar com a Autoridade de Gestão do ON.2 os períodos relativos à abertura, suspensão e encerramento da apresentação de candidaturas bem como a dotação FEDER a associar a cada concurso.<sup>3</sup>

Sem prejuízo dos documentos que devem constituir o ‘Dossier de Candidatura’, elencados no ponto 3 do presente Módulo, os Avisos/Convites para apresentação de candidaturas poderão ainda identificar outros documentos a incluir no referido Dossier.

Podem ainda definir, em função das prioridades e outras regras específicas também previstas nos Regulamentos Específicos:

- Limites quanto à natureza das entidades beneficiárias;
- Ajustamentos das condições de elegibilidade estabelecidas no Regulamento Específico aplicável;
- Normas técnicas a observar pelas operações.

## 1.4 | Modo de apresentação das candidaturas

As candidaturas ao Programa são apresentadas/submetidas através do Sistema de Informação do ON.2 (SIGON.2), acessível em [www.novonorte.qren.pt](http://www.novonorte.qren.pt). Para a sua formalização, é obrigatório o preenchimento completo do formulário de candidatura (seguindo as instruções constantes do ‘Guião de Apoio ao Preenchimento do Formulário de Candidatura’), e a anexação dos documentos adiante referidos no ponto 3 deste Módulo.

<sup>3</sup> Cf. Alínea f) da cláusula 12.ª do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global, celebrado entre a Autoridade de Gestão do ON.2 e as Associações de Municípios.

Caso a dimensão da totalidade da informação a juntar ao formulário de candidatura não permita a sua inserção em Sistema ou em casos de ocorrência de constrangimentos no próprio Sistema de Informação, a mesma deverá ser enviada em suporte electrónico apropriado.

Como requisito prévio à submissão de candidaturas, os Beneficiários deverão proceder ao seu registo em SIGON.2. Para apoiar os potenciais Beneficiários no referido registo existe um 'Guião de Apoio ao Preenchimento do formulário para Registo de Beneficiários', disponível no próprio Sistema. Como tal, só após o registo de uma entidade é possível submeter uma candidatura para apreciação.

Após a submissão, com sucesso, de uma candidatura é gerado um aviso electrónico de recepção para o Beneficiário, o qual poderá sempre consultar, para este efeito, o interface do ON.2 de submissão de candidaturas.

Uma vez recepcionada no Sistema de Informação, é atribuída à candidatura um Código de Operação, sendo a mesma direccionada para o Secretariado Técnico (ou para a Estrutura de Apoio Técnico (EAT) da Associação de Municípios designada para o efeito), responsável pelo Eixo de acordo com a tipologia de operação e correspondente Aviso/Convite.

Importa, ainda referir que, em concursos da responsabilidade da Autoridade de Gestão do Programa, o Beneficiário dispõe de uma linha telefónica de atendimento exclusiva para lhe dar apoio e que funciona todos os dias úteis das 10.00h às 12.00h e das 15.00h às 17.00h, através da qual poderão prestados esclarecimentos e facultadas informações no âmbito dos avisos/convites em curso, bem como da possibilidade colocarem questões por escrito ou via e-mail.



## 1.5 | Tipo de candidaturas

Uma candidatura ao ON.2 pode assumir as seguintes formas:

- **Operação** - consiste num projecto, executado por um ou mais Beneficiários, o qual pode ser constituído por uma ou mais componentes (no caso de operações infra-estruturais) e/ou por uma ou mais acções (no caso de operações imateriais);
- **Programa de Acção / Programa Estratégico** - constituído por um conjunto de Operações, resultando de um processo estruturado de cooperação entre as várias entidades envolvidas e cumprindo as especificações constantes do correspondente Regulamento Específico.

Conforme referido, uma operação pode ser executada por um ou mais Beneficiários, pelo que, sempre que da candidatura aprovada resulte a execução de mais do que uma acção (no caso de operações imateriais) ou do que uma componente (no caso de operações infra-estruturais), não será de admitir mais do que um parceiro responsável pela realização de cada uma das acções/componentes.

Esta responsabilidade assume-se a nível físico e financeiro e deve obrigatoriamente ser identificada em sede de apresentação da candidatura ao Programa, devendo tal facto ser igualmente traduzido no acordo escrito a celebrar entre os diversos parceiros. De referir que neste caso, cabe ao parceiro que assume a coordenação geral da operação ('chefe de fila') a submissão da candidatura, através do SIGON.2, e assegurar a interlocução dos vários Beneficiários junto da Autoridade de Gestão do ON.2 (ou da Associação de Municípios por esta designada) sobre questões técnicas, administrativas e financeiras da operação.

Em termos ilustrativos, apresentam-se de seguida um conjunto de figuras que caracterizam as diversas estruturas de operações a co-financiar no âmbito do ON.2.

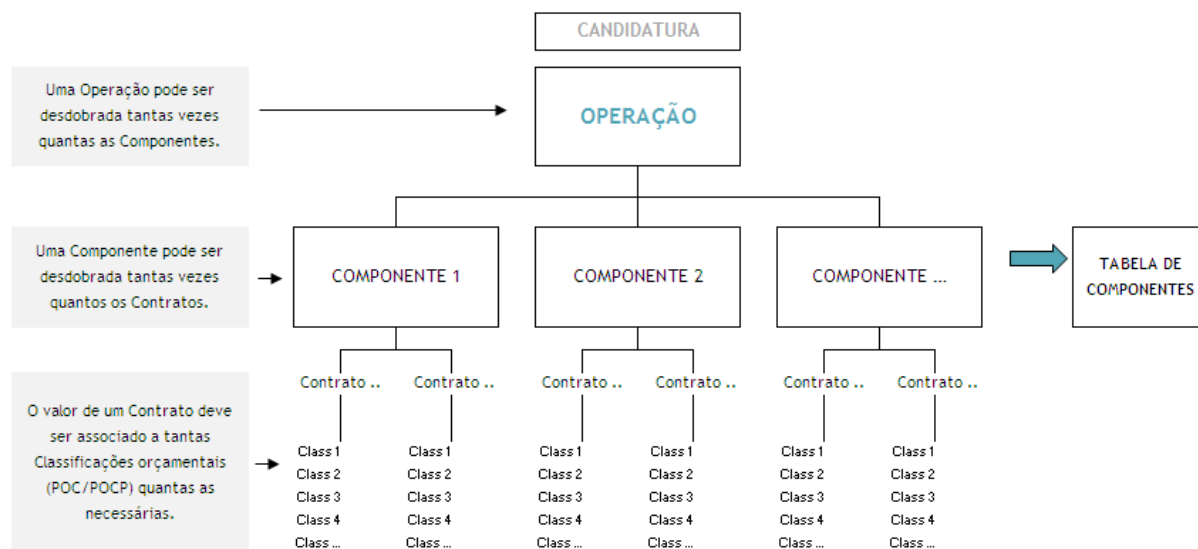


Fig. 4 - Estrutura de candidatura - operações infra-estruturais

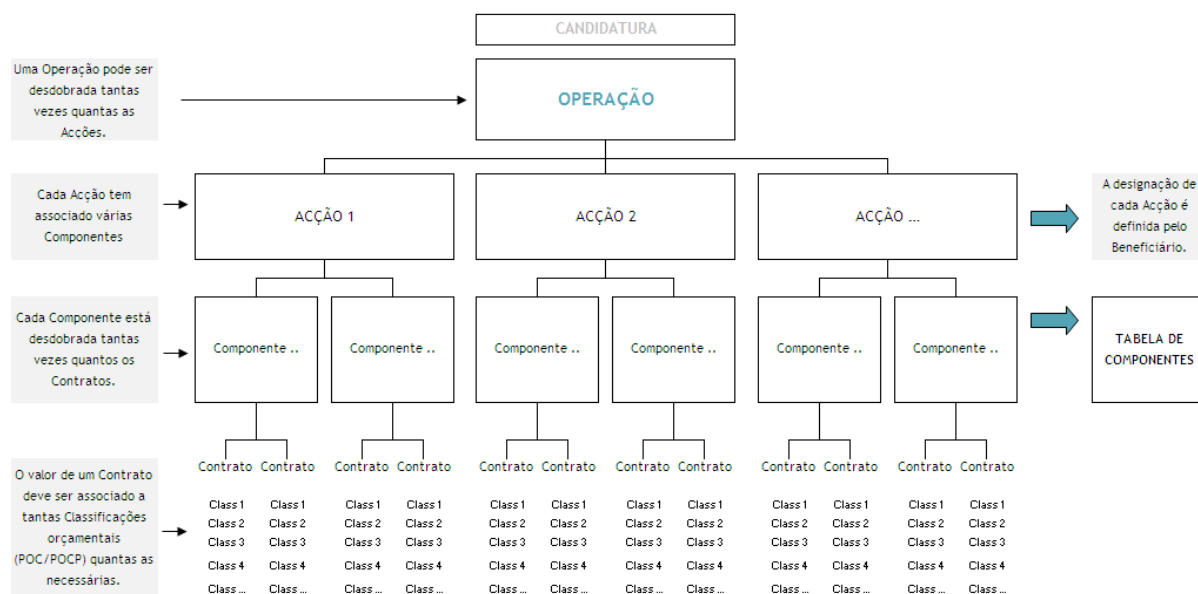
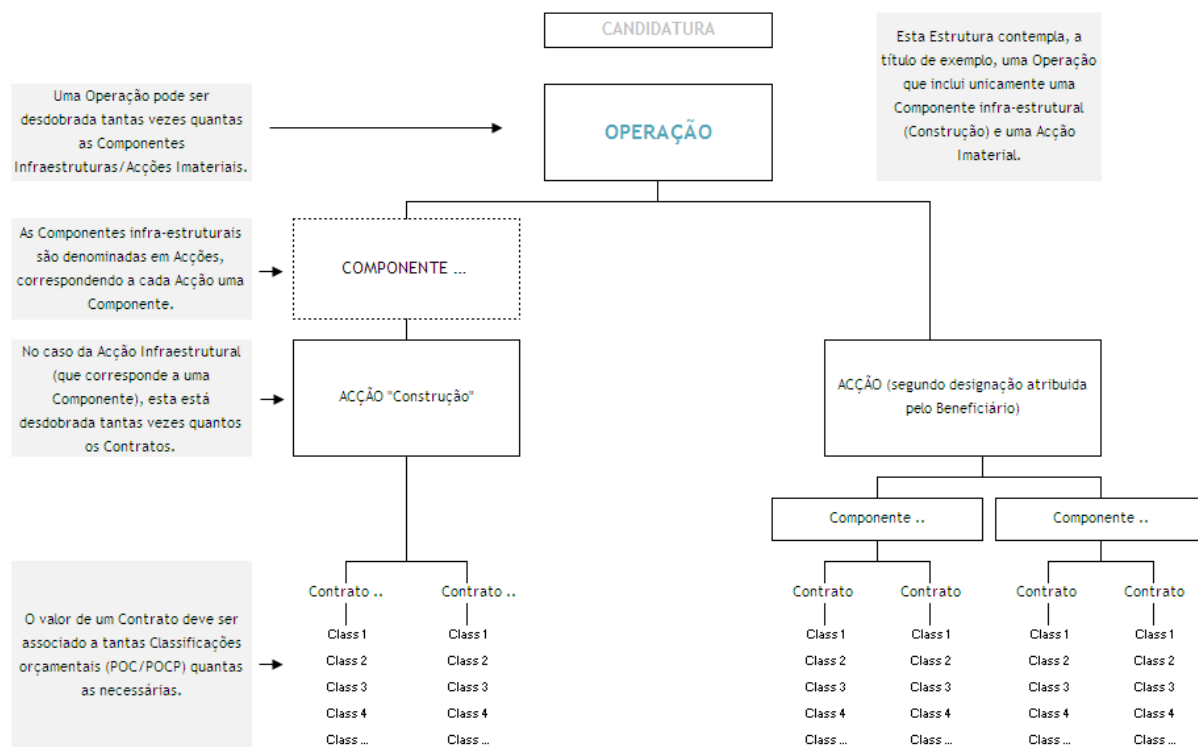
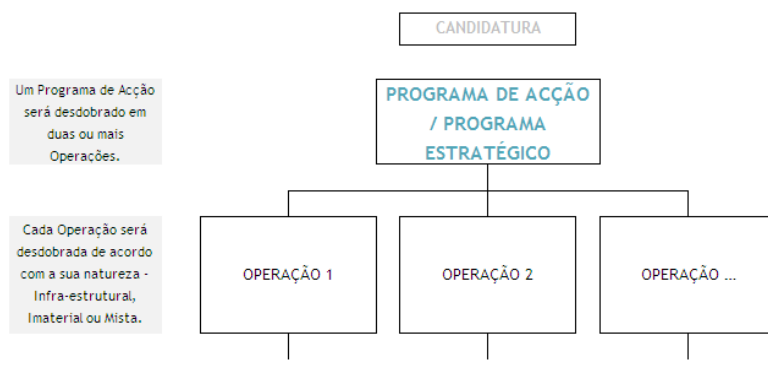


Fig. 5 - Estrutura de candidatura - operações imateriais



**Fig. 6 - Estrutura de candidatura - operações mistas**



**Fig. 7 - Estrutura de candidatura - programa de acção / programa estratégico**

## 2 | CONDIÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS DE ADMISSIBILIDADE E ACEITABILIDADE DOS BENEFICIÁRIOS E DAS OPERAÇÕES

Quer os Beneficiários quer as Operações a financiar, para além de preencherem as condições previstas nos artigos 10.º e 11.º do ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’, quando aplicável, deverão igualmente respeitar:

- as condições definidas em cada Regulamento Específico;
- as condições definidas nos Avisos/Convites para apresentação de candidaturas;
- as Orientações Técnicas gerais e específicas emitidas pela Autoridade de Gestão do ON.2

A consulta destes documentos está disponível *online* no website do ON.2, [www.novonorte.qren.pt](http://www.novonorte.qren.pt), através das opções: documentos, legislação e candidaturas

### 2.1 | Os Beneficiários do ON.2

Os Beneficiários do ON.2, por Eixo/Regulamento, encontram-se identificados nos quadros infra:

#### EIXO I - Competitividade, Inovação e Conhecimento

Regulamento Específico	Beneficiários Elegíveis
<b>Apoio às Acções Colectivas</b>	Entidades Públicas com competências específicas em políticas públicas no domínio empresarial; Associações que com aquelas entidades tenham estabelecido parcerias para a prossecução de políticas públicas; Associações Empresariais e entidades do sistema científico e tecnológico (SCT).
<b>Apoio às Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas</b>	<i>Tipologias Infra-estruturas Tecnológicas:</i> Pessoas colectivas sem fins lucrativos do SCTN (públicas ou privadas), ou consórcios, de entidades por elas participadas sob qualquer forma jurídica desde que o capital/participação seja detido, maioritariamente, por entidades não prosseguindo fins

Regulamento Específico	Beneficiários Elegíveis
	<p>lucrativos;</p> <p>Entidades sem fins lucrativos e com personalidade jurídica internacional vocacionados para actividades de I&amp;DT;</p> <p>Entidades da Administração Pública Central do Ministério da Educação no âmbito do plano tecnológico da educação.</p> <p><i>Tipologias Infra-estruturas Científicas:</i></p> <p>Instituições de Ensino Superior, Universitário e Politécnico e entidades por ela criadas;</p> <p>Instituições Públicas com actividades de I&amp;D;</p> <p>Laboratórios do Estados e outros Serviços Públicos vocacionados para actividade de I&amp;D;</p> <p>Instituições Privadas sem fins lucrativos que tenham como objectivo principal actividades de I&amp;D, designadamente laboratórios associados;</p> <p>Entidades sem fins lucrativos com personalidade jurídica internacional vocacionadas para actividades de I&amp;D.</p>
<b>Economia Digital e Sociedade de Conhecimento</b>	<p>Administração Pública Central;</p> <p>Administração Pública Local do Continente e suas Associações;</p> <p>Área Metropolitanas;</p> <p>Empresas Públicas Municipais, Intermunicipais e Metropolitanas;</p> <p>Serviços Municipalizados;</p> <p>Instituições Públicas ou Privadas sem fins lucrativos que promovam ou desenvolvam actividades educativas sociais, culturais, científicas ou tecnológicas;</p> <p>Sociedade, Agências ou Consórcios de Desenvolvimento Nacional, Regional e Local com capitais maioritariamente públicos.</p>
<b>Energia</b>	<p>Municípios, Associações de Municípios a Áreas Metropolitanas;</p> <p>Empresas Públicas Municipais, Intermunicipais e Metropolitanas e Serviços Municipalizados;</p> <p>Organismos da Administração Pública Central directa ou indirecta;</p> <p>Outras entidades públicas;</p> <p>Pessoas colectivas de direito privado sem fins lucrativos mediante protocolo ou outra forma de cooperação com Municípios, Associações de Municípios a Áreas Metropolitanas;</p> <p>Empresas concessionárias do transporte e distribuição de gás natural de electricidade, respectivamente para as operações previstas na alínea a) do nº 1 do artigo 5º do Regulamento Específico.</p>
<b>Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento</b>	<p>Municípios e suas Associações e Áreas Metropolitanas;</p> <p>Fundações que desenvolvam actividades científicas e tecnológicas;</p> <p>Associações Empresariais, Centros Tecnológicos, Parques de Ciência e tecnologia e Outras Instituições Privadas sem fins lucrativos que promovam ou desenvolvam actividades científicas e tecnológicas;</p> <p>Instituições de Ensino de diferentes graus incluindo do ensino superior, seu institutos e centros de investigação e desenvolvimento.</p>

Regulamento Específico	Beneficiários Elegíveis
<b>Sistema de Apoios a Parques de Tecnologia e Incubadoras de Empresa de Base Tecnológica</b>	Entidades sem fins lucrativos do SCTN (públicas ou privadas), ou entidades por ela participadas, sobre qualquer forma jurídica, desde que o capital/participação seja detido, maioritariamente, por entidades não prosseguindo fins lucrativos; Outras entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que tenham como objectivo a promoção do empreendedorismo de base científica e/ou tecnológica; Business Innovation Centers.
<b>Sistemas de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística</b>	Associações Empresariais; Municípios e Associações de Municípios e Áreas Metropolitanas; Sociedade gestoras de capitais maioritariamente públicos, vocacionadas para actividades de criação, gestão e dinamização de áreas de acolhimento empresarial; Outras entidades, sem fins lucrativos, vocacionadas para actividades de criação, gestão e dinamização de áreas de acolhimento empresarial.

## EIXO II - Valorização Económica de Recursos Específicos

Regulamento Específico	Beneficiários Elegíveis
<b>Valorização Económica de Recursos Específicos</b>	Municípios e Associações de Municípios e Áreas Metropolitanas; Empresas Públicas Municipais, Intermunicipais e Metropolitanas; Agências de Desenvolvimento Regional; Organismos da Administração Pública Central directa ou indirecta; Outras Entidades Públicas; Outras pessoas colectivas sem fins lucrativas de direito e de direito privado, bem como outras entidades públicas ou privadas similares.

## EIXO III - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial

Regulamento Específico	Beneficiários Elegíveis
<b>Acções de Valorização do Litoral</b>	Serviços e Organismos do Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional; Serviços do Ministério de Obras Públicas, Transportes e Comunicações e Autoridade Marítima; Municípios e suas Associações; Outras entidades, públicas ou privadas sem fins lucrativos mediante protocolo ou outra forma de contratualização estabelecida com Serviços e Organismos do Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional e Municípios e suas Associações.
<b>Acções de Valorização e Qualificação Ambiental</b>	Serviços e Organismos do Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional; Municípios e suas Associações;

Regulamento Específico	Beneficiários Elegíveis
	Outras entidades, públicas ou privadas mediante protocolo ou outra forma de contratualização estabelecida com Serviços e Organismos do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional ou em simultâneo com estes e com Municípios e suas Associações.
<b>Ciclo Urbano da Água - “vertente em baixa - modelo não verticalizado”</b>	Municípios e Associações de Municípios e Juntas Metropolitanas e comunidades intermunicipais; Serviços Municipalizados; Sector Empresarial Local de capital exclusivamente público ou misto; Empresas públicas devidamente articuladas com os Municípios envolvidos, Concessionárias de Sistemas Municipais ou Intermunicipais; Concessionárias de Sistemas Multi Municipais; Para acções de natureza imaterial são ainda considerados Serviços e Organismos da Administração Pública Central do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, incluindo os seus serviços desconcentrados.
<b>Equipamentos para a Coesão Local</b>	Municípios e Associações de Municípios e Áreas Metropolitanas; Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou equiparadas; Outras entidades públicas ou entidades privadas declaradas de utilidade pública, nomeadamente empresas do sector Empresarial do Estado ou do Sector Empresarial Local, que tenham como objecto principal a intervenção e o desenvolvimento de actividades no âmbito das tipologias de equipamentos em causa, mediante protocolos ou outras formas de cooperação com os Municípios ou a Administração Central.
<b>Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados</b>	Serviços e Organismos do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional; Municípios e suas Associações; Outras entidades, públicas ou privadas sem fins lucrativos mediante protocolo ou outra forma de contratualização estabelecida com Serviços e Organismos do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional e os Municípios e suas Associações.
<b>Optimização da Gestão de Resíduos</b>	Municípios, Associações de Municípios e Serviços Municipalizados; Sistemas de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos; CCDR e outros organismos da Administração Pública Central; Outras entidades públicas e privadas mediante protocolos ou outras formas de cooperação com as entidades referidas nas alíneas a) ou em simultâneo com as entidades previstas nas alíneas a) a c).
<b>Património Cultural</b>	Organismos Nacionais e Regionais do Ministério da Cultura; Municípios; Associações de Municípios; Outras entidades públicas ou equiparadas, nomeadamente empresas públicas ou municipais detidas pelo Estado ou pelas Autarquias que tenham como objecto principal o desenvolvimento de actividades culturais; Parcerias entre Instituições Públicas ou Privadas sem fins lucrativos que prossigam fins culturais;

Regulamento Específico	Beneficiários Elegíveis
	Fundações, Associações e outras entidades sem fins lucrativos que prossigam fins culturais; Outras entidades da administração Central e Instituições sem fins lucrativos que detenham à sua guarda património imóvel ou móvel, classificado ou em vias de classificação, ou que tutelem museus da rede portuguesa de museus.
<b>Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções imateriais</b>	Governos Cívicos; Organismos da Administração Central Desconcentrada; Municípios; Agrupamentos de Municípios; Associações de Municípios; Associações Humanitárias de Bombeiros.
<b>Prevenção e Gestão de Riscos Naturais tecnológicos - Acções Materiais</b>	Governos Cívicos; Municípios; Agrupamentos de Municípios; Associações de Municípios; Associações Humanitárias de Bombeiros.
<b>Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas</b>	Serviços e Organismos do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional; Serviços e Organismos do Ministério da Economia e Inovação; Empresas Públicas Tuteladas pelos Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional e Ministérios da Economia e Inovação; Municípios, Associações de Municípios e Junta Metropolitana; Outras entidades, públicas ou privadas sem fins lucrativos mediante protocolo ou outra forma de contratualização estabelecida com Serviços e Organismos do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, Serviços e Organismos do Ministério da Economia e Inovação, Municípios, Associações de Municípios e Junta Metropolitana.
<b>Rede de Equipamentos Culturais</b>	Organismos Regionais e Nacionais do Ministério da Cultura; Municípios, Associações de Municípios e Áreas Metropolitanas; Outras entidades públicas ou equiparadas, nomeadamente empresas públicas ou municipais detidas pelo Estado ou pelas Autarquias que tenham como objecto principal o desenvolvimento de actividades culturais; Instituições Privadas sem fins lucrativos que prossigam fins culturais, em parceria com instituições públicas; Fundações, Associações e outras entidades sem fins lucrativos que prossigam fins culturais.
<b>Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo Ensino Básico e de Educação Pré - Escolar</b>	Municípios.
<b>Saúde</b>	Hospitais e Outras Instituições do Serviço Nacional de Saúde cuja actividade técnica se



Regulamento Específico	Beneficiários Elegíveis
	<p>integre na prestação de cuidados de saúde;</p> <p>Outros Organismos do Ministério da Saúde, designadamente administrações regionais de saúde;</p> <p>No caso de operações da área de emergência médica apenas o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM);</p> <p>Outras entidades públicas mediante acordo estabelecido com outros Organismos do Ministério da Saúde, designadamente administrações regionais de saúde.</p>

#### EIXO IV - Qualificação do Sistema Urbano

Regulamento Específico	Beneficiários Elegíveis
<b>Mobilidade Territorial</b>	<p>Câmara Municipais, Associações de Municípios;</p> <p>Empresas Municipais ou Intermunicipais, públicas ou com capitais maioritariamente públicos; operadores de transporte público de passageiros;</p> <p>CCDR e outros Organismos da Administração Pública, Empresas ou Associações de Empresas Públicas ou com capitais públicos que operem na área da segurança rodoviária, dos transportes e acessibilidades, ou da logística.</p>
<b>Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana</b>	<p>Autarquia Locais e suas Associações;</p> <p>Serviços da Administração Central;</p> <p>Outras Entidades Públicas;</p> <p>Empresas Públicas;</p> <p>Associações Empresariais;</p> <p>Empresas Privadas no quadro de parcerias público-privado lideradas por entidades públicas ou no quadro do regime de auxílios de Estado;</p> <p>Instituições de Ensino e Formação Profissional;</p> <p>Centros de I&amp;D;</p> <p>Organizações não Governamentais;</p> <p>Fundações e Associações sem fins lucrativos que subscrevam o protocolo de parceria local.</p>
<b>Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação</b>	<p>Autarquia Locais e suas Associações;</p> <p>Serviços da Administração Central;</p> <p>Outras Entidades Públicas Empresas Privadas no quadro de parcerias público-privado lideradas por entidades públicas;</p> <p>Associações Empresariais;</p> <p>Instituições de Ensino Superior;</p> <p>Centros de I&amp;D;</p> <p>Organizações não Governamentais;</p> <p>Fundações e Associações sem fins lucrativos que subscrevam o “ Pacto para a Competitividade e Inovação Urbanas”.</p>

Regulamento Específico	Beneficiários Elegíveis
<b>Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística</b>	<p>Associações Empresariais;</p> <p>Municípios e Associações de Municípios e Áreas Metropolitanas;</p> <p>Sociedades gestoras de capitais maioritariamente públicos, vocacionadas para actividades de criação, gestão e dinamização de áreas de acolhimento empresarial;</p> <p>Outras entidades, sem fins lucrativos, vocacionadas para actividades de criação, gestão e dinamização de áreas de acolhimento empresarial.</p>

## EIXO V - Governação e Capacitação Institucional

Regulamento Específico	Beneficiários Elegíveis
<b>Promoção e Capacitação Institucional</b>	<p>Municípios e Associações de Municípios e Áreas Metropolitanas;</p> <p>Empresas Municipais ou Intermunicipais e Metropolitanas e Serviços Municipalizados;</p> <p>Agências de Desenvolvimento Regional;</p> <p>Organismos da administração pública central directa ou indirecta;</p> <p>Outras entidades públicas;</p> <p>Outras pessoas colectivas de direito público ou de direito privado sem fins lucrativos, bem como outras entidades públicas ou privadas similares.</p>
<b>Sistema de Apoios à Modernização Administrativa</b>	<p>Entidades da Administração Central do Estado;</p> <p>Entidades da Administração Local do Estado;</p> <p>Entidades da Administração Local Autárquica;</p> <p>Agências de Desenvolvimento Regional de capitais maioritariamente públicos.</p> <p>A Agência para a Modernização Administrativa é entidade beneficiária única no caso das tipologias de operações identificadas no ponto i) da alínea a) do n.º 1 do artigo 5º e no n.º 2 do mesmo artigo do Regulamento Específico.</p>

## EIXO VI - Assistência Técnica

Regulamento Específico	Beneficiários Elegíveis
<b>Assistência Técnica</b>	<p>Órgãos de Governação dos POR (Comissões de Aconselhamento Estratégico Regional, Autoridades de Gestão e Comissões de Acompanhamento dos PO Regionais do Continente) previstos nos números 3, 4, 5 do artigo 33º do Decreto-lei 312/2007;</p> <p>Centros de Observação das Dinâmicas Regionais previstos no art. 10º do Decreto-lei 312/2007;</p> <p>Entidades com responsabilidades na gestão de cada um dos PO Regionais, nos termos do artigo 42º e do nº 2 do artigo 59º do Regulamento (CE) 1083/2006;</p> <p>Serviços e Organismos Públicos responsáveis pelo apoio administrativo técnico, logístico e financeiro às entidades supra referidas.</p>

## 2.2 | Condições de admissibilidade e aceitabilidade dos Beneficiários

### 2.2.1 | Condições gerais

O cumprimento das condições gerais de admissibilidade e aceitabilidade dos Beneficiários, é exigido nos seguintes termos<sup>4</sup>:

- Estarem previstos como Beneficiários nos Eixos Prioritários do ON.2 e na tipologia de investimentos a que se candidatam (ver ponto 2.1;
- Cumprirem as condições legais necessárias ao exercício da respectiva actividade, nomeadamente terem a situação regularizada em matéria de licenciamento da actividade do estabelecimento;
- Comprovarem que têm a situação regularizada face à administração fiscal e à segurança social, ou concederem autorização de acesso à respectiva informação pela Autoridade de Gestão;
- Demonstrarem adequadas condições de solvabilidade financeira, cuja aferição deverá ser explicitada nos regulamentos específicos ou em orientações técnicas gerais e específicas do ON.2, de acordo com a tipologia de Beneficiários;
- Disporem de contabilidade organizada de acordo com o plano de contabilidade aplicável;
- Comprometerem-se a cumprir a programação temporal, física e financeira da operação;
- Não terem sido responsáveis pela prestação de informações falsas ou pela viciação de dados, de forma premeditada com o objectivo de obter um benefício indevido, ocorridas na apresentação, na apreciação ou no acompanhamento dos investimentos em operações ou projectos objecto de co-financiamento comunitário, incluindo o atribuído no âmbito do QCA III e do Fundo de Coesão II, no período de cinco anos antes da apresentação da candidatura;

---

<sup>4</sup> Cfr. Artigo 10.º do 'Regulamento Geral do FEDER e do Fundo de Coesão'.

- Não terem sido responsáveis pela apresentação da mesma candidatura, no âmbito da qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável;
- Encontrarem-se legalmente constituídos à data da celebração do contrato de financiamento;
- Desenvolverem as respectivas actividades no território abrangido pelo ON.2 e pela tipologia de investimentos a que se candidatam;
- Possuírem, ou poderem assegurar, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação.

### 2.2.2 | *Condições Específicas*

Os Beneficiários definidos em todos os Regulamentos Específicos do ON.2 estão sujeitos às seguintes condições específicas:

- O seu objecto, competências e natureza das suas actividades devem ser coerentes com os objectivos do domínio de intervenção a que respeita a operação a candidatar.
- Dar cumprimento às disposições legais, regulamentares e contratuais associadas ao co-financiamento comunitário.

Para os Regulamentos Específicos do Eixo V, os Beneficiários devem ainda observar o cumprimento das seguintes condições:

#### Sistemas de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA)

No caso de operações transversais, envolverem pelo menos duas entidades que se proponham integrar os resultados da operação na sua actividade.

Os Beneficiários, para efeitos de aceitação da candidatura, devem ainda:

- Indicar um responsável pela operação pertencente à entidade beneficiária ou, no caso de operações transversais, à entidade que assume a coordenação global da operação;
- Cumprir, quando existam investimentos em formação profissional, as regras a definir em diploma específico.

Nos casos das operações transversais e das operações globais, a entidade beneficiária que assume a coordenação geral compromete-se a verificar que cada Beneficiário participante na operação cumpre as condições de admissão e aceitação estabelecidas neste sistema de apoios.

### Promoção e Capacitação Institucional

No caso de operações de carácter imaterial, o Beneficiário deverá, quando aplicável, demonstrar capacidade para assegurar a continuidade futura da realização das acções.

## 2.3 | Condições de admissibilidade e aceitabilidade das operações

### 2.3.1 | Condições Gerais

O cumprimento das condições gerais de admissibilidade e aceitabilidade das operações é exigido nos seguintes termos<sup>5</sup>:

- Estarem previstas nos Eixos Prioritários do ON.2 e na tipologia de operações a que se candidatam;
- Cumprirem as disposições legais, nacionais e comunitárias, em matéria de licenciamentos ou autorizações prévias ao arranque da operação.

<sup>5</sup> Cfr. Artigo 11º do ‘Regulamento Geral do FEDER e Fundo de Coesão’.

Relativamente a esta última condição geral referir as seguintes orientações sobre disposições aplicáveis em matéria de concursos públicos, auxílios estatais, igualdade de oportunidades e regras ambientais:

#### a) Mercados Públicos

Em termos práticos, o Beneficiário, para cada processo de adjudicação já concluído no momento da apresentação da sua candidatura, declara de modo expresse e inequívoco, que se compromete a assegurar a conformidade das operações com os procedimentos legais nacionais e comunitários aplicáveis em matéria de mercados públicos (contratação pública). No mesmo momento é-lhe exigido o preenchimento de uma ‘Ficha de cumprimento dos procedimentos de contratação pública’ (ANEXO C1) bem como a remessa dos documentos de verificação nela exigidos.<sup>6</sup>

Nos casos em que, no momento da apresentação da candidatura o procedimento de contratação pública não estiver iniciado ou concluído, é solicitado ao Beneficiário que apresente a declaração de compromisso do cumprimento das regras nacionais e comunitárias de contratação pública, já referida no parágrafo anterior e posteriormente preencha e remeta a referida Ficha de Cumprimento em momento anterior à apresentação do primeiro Pedido de Pagamento<sup>7</sup>.

De salientar que a Ficha de Cumprimento é acompanhada de um ‘Guião de Preenchimento - Notas Explicativas’ que contém um conjunto de regras extraídas do corpo legislativo em vigor, e que procura evidenciar os principais parâmetros que condicionam o procedimento contratual em cada uma das suas etapas.

Nestas orientações a Autoridade de Gestão recomenda uma particular atenção designadamente aos aspectos enunciados que deverão sustentar a actuação do Beneficiário, e que permitem uma correcta evidência do seu cumprimento em matéria de contratação pública.

<sup>6</sup> Sobre esta matéria consultar Orientação de Gestão 2/2008 (aprovada pela Comissão Directiva em 06/09/2008).

<sup>7</sup> Sobre esta matéria atenda-se às regras estabelecidas no Módulo F.

## b) Auxílios Estatais

Os auxílios estatais são instrumentos essenciais às políticas económicas, no entanto pressupõem um controlo apertado da Comissão Europeia de modo a não configurarem factores de distorção da concorrência.

O regime comunitário de auxílios estatais assenta, assim, num sistema de autorização prévia, nos termos do qual a Comissão Europeia determina se uma medida de auxílio que o Estado-Membro pretenda conceder pode beneficiar das derrogações previstas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 87º do Tratado da União Europeia.

As principais derrogações a esta obrigação de notificação, aplicadas no contexto dos Fundos Estruturais, encontram-se previstas nas alíneas a) e c) do n.º 3 do artigo 87º do Tratado da União Europeia, a saber:

1. Os auxílios isentos ao abrigo de regulamentos de isenção, legitimados pelos artigos 1º e 2º do Regulamento (CE) 994/98 [www.qren.pt/download.php?id=462](http://www.qren.pt/download.php?id=462) do Conselho de 7 de Maio e os auxílios concedidos ao abrigo da regra *de minimis*

Por estes regulamentos, a Comissão Europeia pode, declarar determinadas categorias de auxílios estatais compatíveis com o Tratado, no caso de preencherem determinadas condições, isentando-as dessa forma da obrigação de notificação prévia e de aprovação pela Comissão. Existem actualmente vários regimes de isenção previstos em Regulamentos Comunitários, aguardando-se, à data, a emissão pela Comissão Europeia de um regulamento de isenção geral que agrupará o conjunto dos regulamentos de isenção por categoria existentes.

A regra de *minimis* foi estabelecida a fim de isentar as subvenções de montante reduzido. Estabelece um limiar abaixo do qual o auxílio não é abrangido pelo âmbito de aplicação do n.º 1 do artigo 87.º e, por conseguinte, não está sujeito ao procedimento de notificação do n.º 3 do artigo 88.

No presente período de programação, e desde o dia 1 de Janeiro de 2007 que se encontram em vigor novas regras relativamente aos Auxílios de *minimis*:

- Regulamento (CE) 1998/2006 da Comissão de 15 de Dezembro relativo à aplicação dos artigos 87.º e 88.º do Tratado aos auxílios de *minimis*;
- Regulamento (CE) 1976/2006 da Comissão de 20 de Dezembro que altera o Regulamento (CE) 2204/2002, o Regulamento (CE) 70/2001 e o Regulamento (CE) 68/2001 relativamente à prorrogação dos prazos de vigência.

### Limiar

Os auxílios concedidos num período de três anos e que não excedem um limiar de 200 000 euros não são considerados auxílios estatais na acepção do n.º 1 do artigo 87.º

Este tipo de auxílios, devido ao seu reduzido valor, não é considerado incompatível com o mercado comum, não sendo necessário proceder à sua notificação à Comissão Europeia.

2. Os auxílios estatais com finalidade regional que atendem às desvantagens das regiões desfavorecidas e promovem a coesão económica, social e territorial dos Estados-Membros e da Comunidade no seu todo.

Estes auxílios distinguem-se dos restantes por serem destinados a promover o desenvolvimento das regiões menos favorecidas, quer pelo facto de possuírem um nível de vida anormalmente baixo e registarem uma grave situação de subemprego, quer pelo facto de serem regiões com dificuldades definidas tendo por base critérios nacionais propostos pelos Estados-Membros.

Atento o disposto nas Orientações relativas aos Auxílios Estatais com finalidade Regional para o período 2007-2013 (2006/C 54/08), publicadas no JOUE de 04-03-2006, bem como no Regulamento (CE) 1628/2006 de 24/10/2006 e na Decisão (N 727/06 - Portugal)



publicada no JOUE C 68 de 24-03-2007, a Comissão Europeia adopta para cada Estado-Membro e para um determinado período de programação o mapa de auxílios regionais.

Para Portugal, a Comissão Europeia aprovou em 07-02-2007 o ‘Mapa nacional dos auxílios estatais com finalidade regional’, relativo ao período de 2007-2013, tendo o mesmo sido publicado no JO C 68 de 24/3/2007 - N 727/06 PORTUGAL.

De acordo com o mapa aprovado a degressividade das intensidades é efectuada em dois períodos: 2007-2010 e 2011-2013:

Limite máximo dos auxílios ao investimento regional no âmbito do ON.2:

NUT II	NUT III	2007-2010	2011-2013
NORTE	Alto Trás-os-Montes Ave Cávado Douro Entre Douro e Vouga Grande Porto Minho-Lima Tâmega	30	30

Para projectos de investimento com despesas elegíveis inferiores a 50 milhões de euros, a taxa máxima será acrescida das majorações de 10 pontos percentuais (p.p) para Médias Empresas e de 20 p.p. para Pequenas e Micro Empresas.

Para determinar se um auxílio é ou não compatível com o mercado comum ao abrigo do Regulamento (CE) 1628/2006, é necessário tomar em consideração a intensidade do auxílio e, por conseguinte, o montante do auxílio expresso em equivalente-subvenção que permite comparar a intensidade dos auxílios concedidos de diferentes formas.

No cálculo do equivalente-subvenção dos auxílios a desembolsar em diversas prestações deve ser aplicada a taxa de juro prevalecente no mercado aquando da concessão do auxílio. Para assegurar uma aplicação uniforme, transparente e simples das regras em matéria de auxílios estatais, é conveniente considerar que as taxas do mercado aplicáveis para efeitos do Regulamento (CE).1628/2006 são as taxas de referência. Estas taxas são as fixadas periodicamente pela Comissão e publicadas no JOCE e na internet.

Os Estados-Membros são obrigados a notificar individualmente os auxílios com finalidade regional, no caso de o auxílio proposto ultrapassar o auxílio máximo permitido que um investimento de 100 milhões de euros pode obter de acordo com as regras seguidamente definidas.

Os auxílios com finalidade regional para grandes projectos de investimento cujas despesas elegíveis correspondam aos limiares a seguir determinados, serão sujeitos a um limite inferior ajustado do auxílio com finalidade regional, com base na seguinte escala:

DESPESAS ELEGÍVEIS	LIMITE AJUSTADO DO AUXÍLIO
Até 50 milhões de euros	100% do limite regional
Parte entre 50 e 100 milhões de euros	50% do limite regional
Parte acima de 100 milhões de euros	34% do limite regional

Os projectos sujeitos a notificação individual não são elegíveis caso ocorra uma das duas situações seguintes:

- O Beneficiário do auxílio é responsável por mais de 25 % das vendas do produto em questão antes do investimento ou responde, após o investimento, por mais de 25 %
- A capacidade criada pelo projecto é superior a 5% da dimensão do mercado calculado, utilizando os dados relativos ao consumo aparente do produto em causa, excepto se a taxa de crescimento média anual do consumo aparente durante os últimos cinco anos for superior à taxa de crescimento média anual do PIB do EEE.

Por último, a Autoridade de Gestão do ON.2 exige, que o Beneficiário, no momento da apresentação da sua candidatura, declare sob compromisso de honra que assegurará de modo expresso e inequívoco a conformidade das operações abrangidas pela sua candidatura com os procedimentos legais nacionais e comunitários aplicáveis em matéria de auxílios estatais.

### c) Igualdade de oportunidades

A igualdade de oportunidades entre todas as pessoas, sejam estas homens ou mulheres, portadoras ou não de deficiência ou de diferentes raças ou etnias, religiões e credos, idade ou orientação sexual, é uma das dimensões estratégicas da política comunitária.

Neste contexto, em Março de 2006, foi adoptado pela Comissão Europeia o Roteiro para a Igualdade entre os sexos e aprovado no Conselho Europeu, o Pacto Europeu para a Igualdade entre os Géneros, com o objectivo de:

- Contribuir para concretizar as ambições da UE em matéria de igualdade entre homens e mulheres, tal como consignado no Tratado;
- Pôr termo às disparidades entre homens e mulheres no emprego e na protecção social, contribuindo assim para a plena utilização do potencial produtivo da força de trabalho europeia e,
- Contribuir para enfrentar os desafios demográficos através da promoção de um maior equilíbrio entre vida profissional e familiar para as mulheres e para os homens.

Estes documentos estabeleceram um conjunto de prioridades de acção que serão consideradas como princípios de carácter transversal a adoptar no âmbito da implementação do QREN e dos PO, sendo estes:

- Atingir iguais oportunidades económicas para mulheres e homens;
- Assegurar a conciliação na vida profissional, na vida pessoal e na vida familiar;
- Promover a igualdade na participação de homens e mulheres na tomada de decisões;
- Erradicar a violência e o tráfico baseado no género;
- Erradicar os estereótipos da sociedade baseados no género.

No que respeita à intervenção do ON.2 em matéria de igualdade de oportunidades, destaca-se a um nível mais global a intervenção dos representantes da Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género na Comissão de Acompanhamento do Programa e a definição no ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’ e nos Regulamentos Específicos associados ao ON.2 da obrigatoriedade do cumprimento dos normativos comunitários e nacionais sobre igualdade de oportunidades.

Em particular, relativamente à forma como os princípios acima referidos se reflectem em concreto nas tipologias de operações abrangidas por este Programa, destacam-se os seguintes aspectos:

- No contexto dos Sistemas de Incentivos, previstos no Eixo Prioritário I - Competitividade, Inovação e Conhecimento, o apoio ao empreendedorismo qualificado contempla a atribuição de uma majoração para os projectos promovidos por empresárias e jovens (sempre que esteja assegurado que estes detêm uma participação de pelo menos 50% no capital da empresa);
- Ainda nos Sistemas de Incentivos, no Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME é financiado o apoio à definição e implementação de planos de igualdade com contributos efectivos para a conciliação da vida profissional com a vida familiar e para a facilitação do mercado de trabalho inclusivo;
- No objectivo específico ‘Qualificação dos serviços colectivos territoriais de proximidade’, do Eixo Prioritário III - Valorização e Qualificação Ambiental, está contemplado o financiamento de equipamentos e acções de desenvolvimento social, no âmbito da prevenção da exclusão social e do apoio aos imigrantes;
- No Eixo Prioritário IV - Qualificação do Sistema Urbano, as tipologias de operações abrangidas pelas Parcerias para a Regeneração Urbana incluem o apoio a acções de conciliação da vida familiar com a profissional e a melhoria de competências e da inserção no mercado de trabalho, em particular de pessoas em risco de exclusão social.

Acresce referir que é igualmente exigível ao Beneficiário, em sede de preenchimento dos dados gerais da candidatura que, ao nível dos indicadores de emprego, mencione o número/duração de relações contratuais a preencher em função do género (ANEXO C2).

Por último, a Autoridade de Gestão do ON.2, exige, que o Beneficiário, no momento da apresentação da sua candidatura, declare sob compromisso de honra que assegurará de modo expresso e inequívoco a conformidade das operações abrangidas pela sua candidatura com os procedimentos legais nacionais e comunitários aplicáveis em matéria de igualdade de oportunidades. (ANEXO C2)

Esta orientação é igualmente objecto de verificação mediante o preenchimento de uma *Check-list* (ANEXO F6) produzida no âmbito das visitas ao local.

#### d) Regras ambientais

As acções co-financiadas devem ser coerentes com os princípios e objectivos de desenvolvimento sustentável e melhoria do ambiente referidos no Tratado da União Europeia. Assim, devem observar a legislação comunitária e nacional em matéria de ambiente, de acordo com o disposto no artigo 6º do Tratado e nos termos do qual as *“exigências em matéria de protecção de ambiente devem ser integradas na definição e aplicação das políticas”* da União Europeia.

O cumprimento das regras comunitárias e nacionais em matéria de protecção do ambiente encontra-se assegurado no documento de programação do ON.2. Deste documento destaca-se que:

*“(...) o processo de programação e execução do Programa Operacional foi marcado por exigência acrescida no que toca à avaliação de potenciais efeitos provocados pelas intervenções estruturais sobre o Ambiente.*

*No cumprimento da Directiva 2001/42/CE relativa à Avaliação dos Efeitos de Determinados Planos e Programas no Ambiente, o presente Programa Operacional foi objecto de uma avaliação ambiental estratégica e mereceu avaliação positiva global.*

*Durante a execução do Programa as acções co-financiadas pelos Fundos Estruturais devem, assim, ser coerentes com os princípios e objectivos do desenvolvimento sustentável e da protecção e melhoria do ambiente referidos no Tratado e reforçados na Estratégia de Lisboa renovada.*

*As acções co-financiadas pelos Fundos Estruturais devem respeitar igualmente a legislação comunitária em matéria de ambiente. O Estado-Membro dá a garantia formal que não deixará deteriorar os sítios a proteger ao título da Rede Natura 2000 aquando da realização das intervenções co-financiadas pelos Fundos Estruturais.*

*As autoridades ambientais são associadas à execução do Programa Operacional, contribuindo nomeadamente para a definição:*

- *Dos objectivos e metas ambientais e de sustentabilidade para todos os Eixos prioritários de desenvolvimento do Programa;*
- *Da estratégia, do programa e das medidas específicas no domínio do ambiente.*

*As autoridades públicas ambientais participarão ainda na definição das normas e dos procedimentos de execução para os Eixos prioritários, incluindo a colaboração com as autoridades responsáveis na determinação dos critérios de elegibilidade e de selecção de projectos.*

*Serão responsáveis pela aplicação da política e legislação comunitária e nacional em vigor no domínio do ambiente, sendo igualmente chamadas a emitir o seu parecer sobre os projectos de investimento no âmbito do processo de avaliação de impacte ambiental”*

O cumprimento das regras comunitárias e nacionais em matéria de protecção do ambiente encontra-se assegurado, ainda, no disposto no artigo 19º do ‘Regulamento Geral FEDER e

Fundo de Coesão’ e na cláusula relativa às obrigações dos Beneficiários que consta dos diversos Regulamentos Específicos aplicáveis ao ON.2.

Com efeito, o ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’ estabelece para as operações, como condição geral de admissão, o dever de cumprirem as disposições legais, nacionais e comunitárias, em matéria de licenciamentos ou autorizações prévias, aplicáveis ao arranque da operação e, como condição geral de aceitação, o Regulamento refere o dever de verificarem a conformidade com a legislação nacional e comunitária que lhes seja aplicável, incluindo a legislação ambiental.

Paralelamente, é também exigido que as operações disponham de toda a informação requerida no Regulamento Específico e demonstrem um grau de maturidade adequado. Neste contexto, destaca-se ainda que a própria avaliação de mérito das candidaturas submetidas no âmbito dos regulamentos específicos que regulam as intervenções de preservação, reabilitação ambiental e gestão do património natural, inclui como critério de selecção o enquadramento do projecto apresentado nos planos de ordenamento do território e documentos estratégicos de enquadramento ambiental aplicáveis na área de implementação do mesmo.

No ON.2 está definido, para todos os Regulamentos Específicos dos seus Eixos Prioritários, a demonstração do grau adequado de maturidade das operações.

Este requisito prende-se com a necessidade de salvaguardar a celeridade que é imposta à execução das operações pelas regras comunitárias, significando, em termos práticos que os processos de licenciamento ou autorização dos projectos de natureza material se encontram concluídos ou praticamente finalizados.

Daí decorre que a demonstração do cumprimento da legislação sobre Ambiente, e também sobre Ordenamento do Território, já foi devidamente verificada pelas autoridades competentes. Na candidatura exige-se apenas a apresentação dos documentos comprovativos dos licenciamentos ou autorizações exigíveis para a fase em que se encontra a operação.

Relativamente ao financiamento, em concreto, de operações no âmbito da preservação do património natural, em particular nas áreas abrangidas pela Rede Natura, o ON.2, no seu Eixo Prioritário III - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial, prevê o apoio a acções de gestão activa da Rede Natura e da biodiversidade, enquadrado pelo 'Regulamento Especifico Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados'.

A Autoridade de Gestão do ON.2, exige, que o Beneficiário, no momento da apresentação da sua candidatura, declare sob compromisso de honra que assegurará de modo expresse e inequívoco a conformidade das operações abrangidas pela sua candidatura com os procedimentos legais nacionais e comunitários aplicáveis em matéria de ambiente. (ANEXO C2)

Esta orientação é igualmente objecto de verificação mediante o preenchimento de uma *Check-list* (ANEXO F6) produzida no âmbito das visitas ao local.

### 2.3.2 | Condições Específicas

Identificam-se seguidamente as condições de admissibilidade e aceitabilidade das respectivas operações, que constam de cada Regulamento Específico.

De referir, uma vez mais, que a definição de condições específicas adicionais de operações poderá ser ainda efectuada em sede dos Avisos/Convites e/ou de Orientações Técnicas, gerais e específicas, do Programa.

## EIXO I - Competitividade, Inovação e Conhecimento

### Regulamento Específico Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento

- Enquadrar-se nas Áreas de Intervenção e Tipologias de Operações previstas no ponto 1, alíneas a) e b) do artigo 3.º;



- Enquadrar-se, quando aplicável, nas orientações e prioridades definidas nos planos de ordenamento do território, designadamente no Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT), e em planos sectoriais;
- Serem apresentadas nos termos, condições e prazos fixados pela Autoridade de Gestão;
- Cumprir todos os requisitos administrativos formais relativos ao processo de candidatura (correcta e completa instrução e preenchimento do formulário e anexos);
- Dispor de parecer conclusivo do organismo competente do Ministério da Ciência e Tecnologia relativamente ao enquadramento da candidatura nos objectivos da política pública da respectiva área sectorial;
- Não constituir candidatura financiada ou apresentada para financiamento a outro PO;
- Dispor, quando aplicável, de projecto técnico de engenharia/arquitectura aprovado nos termos legais e respectivo parecer sectorial;
- No caso de operações de carácter imaterial, o promotor deverá, quando aplicável, demonstrar capacidade para assegurar a continuidade futura da realização das acções.

### Regulamento Específico Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística

- Enquadrar-se nas Áreas de Intervenção e Tipologias de Operações previstas no artigo 5.º;
- Enquadrar-se, quando aplicável, nas orientações e prioridades definidas no PROT e em planos sectoriais e de ordenamento do território;
- Serem apresentadas nos termos, condições e prazos fixados pela Autoridade de Gestão;
- Cumprir todos os requisitos administrativos formais relativos ao processo de candidatura;

- Não constituir candidatura financiada ou apresentada para financiamento a outro programa nacional ou comunitário
- Respeitar os procedimentos legalmente exigidos em termos de contratação pública;
- Dispor, quando aplicável, de projecto técnico de engenharia/arquitectura aprovado nos termos legais e respectivo parecer sectorial;
- O Beneficiário deverá, quando aplicável, demonstrar capacidade para assegurar a a continuidade futura da realização das acções e previstas nas operações.
- Acresce ainda que, as tipologias de operações previstas no artigo 5.º do presente Regulamento, poderão, em sede de aviso de concurso e/ou de orientações técnicas administrativas e financeiras, ser objecto de uma especificação e/ou delimitação temática ou territorial consonante com as características sócio-económicas de cada região, bem como com a especificidade deste tipo de infra-estruturas.

### Regulamento Específico dos Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica

- Enquadrar-se nas Áreas de Intervenção e Tipologias de Operações previstas no artigo 5.º;
- Enquadrar-se, quando aplicável, nas orientações e prioridades definidas no PROT, e em planos sectoriais e de ordenamento do território;
- Serem apresentados nos termos, condições e prazos fixados pela Autoridade de Gestão;
- Cumprir todos os requisitos administrativos formais relativos ao processo de candidatura;
- Dispor, nos casos aplicáveis, de parecer conclusivo do organismo competente do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ou do Ministério da Economia e Inovação relativamente ao enquadramento da candidatura nos objectivos das políticas públicas das respectivas áreas sectoriais;
- Não constituir candidatura financiada ou apresentada para financiamento a outro programa nacional, comunitário ou internacional;

- Respeitar os procedimentos legalmente exigidos em termos de contratação pública;
- Dispor, quando aplicável, de projecto técnico de engenharia/arquitectura aprovado nos termos legais e respectivo parecer sectorial;
- O Beneficiário deverá, quando aplicável, demonstrar capacidade para assegurar a continuidade futura da realização das acções previstas nas operações;

Para as operações previstas neste Regulamento, a Autoridade de Gestão definirá, em sede de aviso de concurso e/ou de orientações técnicas administrativas e financeiras, para as diversas tipologias de operações previstas no artigo 5.º, os termos e prazos da emissão do parecer atrás mencionado, após auscultação prévia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Ministério da Economia e Inovação, designadamente, quanto ao interesse e/ou dispensabilidade do referido parecer, bem como, quando aplicável, quanto ao organismo competente para o efeito.

Finalmente, as tipologias de operações poderão, em sede de aviso de concurso e/ou de orientações técnicas administrativas e financeiras, ser objecto de uma especificação e/ou delimitação temática ou territorial consonante com as características socioeconómicas e valências técnico-científicas de cada Região, bem como com a especificidade deste tipo de infra-estruturas.

### Regulamento Específico do Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas

- Enquadrar-se nas Áreas de Intervenção e Tipologias de Operações previstas no ponto 1 do artigo 5.º;
- Enquadrar-se, quando aplicável, nas orientações e prioridades definidas no PROT, e em planos sectoriais e de ordenamento do território;
- Dispor, nos casos aplicáveis, de parecer conclusivo do organismo competente do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ou do Ministério da Economia e Inovação relativamente ao enquadramento da candidatura nos objectivos das políticas públicas das respectivas áreas sectoriais;

- Não constituir candidatura financiada ou apresentada para financiamento a outro PO;
- Dispor, quando aplicável, de projecto técnico de engenharia/arquitectura aprovado nos termos legais e respectivo parecer sectorial;
- O Beneficiário deverá, quando aplicável, demonstrar capacidade para assegurar a continuidade futura da realização das acções e / ou das intervenções previstas no projecto;

Para as operações previstas neste Regulamento, a Autoridade de Gestão do ON.2 definirá, em sede de aviso de concurso e/ou de orientações técnicas administrativas e financeiras, para as diversas tipologias de operações previstas no artigo 5.º, os termos e prazos da emissão do parecer atrás mencionado, após auscultação prévia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Ministério da Economia e Inovação, designadamente, quanto ao interesse e/ou dispensabilidade do referido parecer, bem como, quando aplicável, quanto ao organismo competente para o efeito.

Finalmente, as tipologias de operações poderão, em sede de aviso de concurso e/ou de orientações técnicas administrativas e financeiras, ser objecto de uma especificação e/ou delimitação temática ou territorial consonante com as características socioeconómicas e valências técnico-científicas de cada Região, bem como com a especificidade deste tipo de infra-estruturas.

### Regulamento Específico Sistema de Apoio a Acções Colectivas

- Enquadrar-se nas Áreas de Intervenção previstas no artigo 5.º do presente Regulamento;
- Evidenciar uma natureza colectiva e ter uma abordagem inovadora de forma a assegurar impactes estruturantes nos respectivos domínios;
- Prever e garantir uma divulgação alargada das conclusões e efeitos mais relevantes do projecto com vista a estimular a procura e suscitar, por efeito-imitação, o desenvolvimento de acções de natureza semelhante;

- Envolver recursos humanos qualificados, cujo currículo evidencie e garanta a adequada execução do projecto;
- Ser suportado por uma estrutura organizacional adequada às exigências do projecto, incluindo os mecanismos de articulação, acompanhamento e avaliação do mesmo;
- Ser distinto de qualquer candidatura financiada ou apresentada para financiamento a outro PO do QREN;
- Ser apresentado nos termos, condições e prazos fixados pela Autoridade de Gestão;
- Não incluir despesas anteriores à data da candidatura, à excepção dos adiantamentos para sinalização, relacionados com o projecto, até ao valor de 50% do custo de cada aquisição, e das despesas relativas aos estudos prévios, desde que realizados há menos de um ano;
- Ter uma duração máxima de execução de dois anos, excepto em casos devidamente justificados;
- Demonstrar, quando integrar acções de formação profissional, que o projecto formativo se revela coerente e consonante com os objectivos do projecto e cumpre todas as regras definidas no Regulamento Específico.

Os projectos em co-promoção devem, além dos requisitos supra mencionados, verificar as seguintes condições:

- Identificar o coordenador do projecto;
- Apresentar um protocolo que explicita o âmbito da cooperação, identifique os diversos parceiros, os papéis e actividades de cada um, a orçamentação associada a cada intervenção, bem como os mecanismos de articulação, acompanhamento e avaliação previstos.

Os projectos devem, ainda ter natureza colectiva, abrangente e não discriminatória e da sua execução devem resultar benefícios potenciais para todas as empresas alvo ao

desenvolverem-se como medidas de carácter geral destinadas a reforçar a competitividade de um sector, região ou da globalidade da economia nacional.

Não são elegíveis projectos que configurem situações passíveis de enquadramento nas regras de auxílios estatais na acepção dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE, com excepção das situações identificadas no n.º 5 do artigo 5.º.

### Regulamento Específico da Economia Digital e Sociedade de Conhecimento

- As operações, para efeitos de aceitação, devem cumprir, como condições específicas, os princípios orientadores e normas técnicas aplicáveis às tipologias de operações, determinados nas orientações técnicas gerais e específicas dos PO.

### Regulamento Específico Energia

- Enquadrar-se nas Áreas de Intervenção e Tipologias de Operações previstas no artigo 5.º;
- Enquadrar-se, quando aplicável, nas orientações e prioridades definidas no PROT, e em planos sectoriais e de ordenamento do território;
- Serem apresentados nos termos, condições e prazos fixados pela Autoridade de Gestão;
- Cumprir todos os requisitos administrativos formais relativos ao processo de candidatura;
- Não constituir candidatura financiada ou apresentada para financiamento a outro programa nacional ou comunitário;
- Respeitar os procedimentos legalmente exigidos em termos de contratação pública;
- Dispor, quando aplicável, de projecto técnico de engenharia/arquitectura aprovado nos termos legais e respectivo parecer sectorial;

- No caso de operações de carácter imaterial, o Beneficiário deverá, quando aplicável, demonstrar capacidade para assegurar a continuidade futura da realização das acções.

## Eixo II - Valorização Económica de Recursos Específicos

### Regulamento Específico Valorização Económica de Recursos Específicos

- Enquadrar-se nas Áreas de Intervenção e Tipologias de Operações previstas no n.º 1 do artigo 4.º;
- Enquadrar-se, quando aplicável, nas orientações e prioridades definidas no PROT, e em planos sectoriais e de ordenamento do território;
- Serem apresentados nos termos, condições e prazos fixados pela Autoridade de Gestão;
- Cumprir todos os requisitos administrativos formais relativos ao processo de candidatura;
- Não constituir candidatura financiada ou apresentada para financiamento a outro programa nacional ou comunitário;
- Respeitar os procedimentos legalmente exigidos em termos de contratação pública;
- Dispor, quando aplicável, de projecto técnico de engenharia/arquitectura aprovado nos termos legais e respectivo parecer sectorial;

## EIXO III - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial

### Regulamento Específico de Acções de Valorização do Litoral

- Conformidade com os objectivos do PO e integração na presente tipologia de intervenção;

- Existência de uma estratégia de intervenção global de natureza integrada de requalificação, valorização e gestão da zona costeira e estuarina que inclua o conjunto das acções candidatas a co-financiamento, respectivo cronograma de execução, estimativa de investimento, programação financeira plurianual e identificação das entidades executoras;
- Justificação do enquadramento das acções candidatas a co-financiamento nos documentos de referência estratégica e operacional, nomeadamente, na Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional, nos planos de ordenamento da orla costeira ou nos planos de ordenamento de estuários, ou outros planos que se tornem necessários à implementação destes, como sejam os planos de praia, os planos de intervenção os planos que resultem da concretização das unidades operativas de planeamento e gestão previstas em planos especiais e projectos de requalificação, ou em termos mais genéricos planos ou programas que, comprovadamente, prossigam os objectivos de valorização e requalificação de áreas litorais;
- Exposição do modelo de financiamento da gestão (no período de exploração) das infra-estruturas físicas previstas na candidatura;
- Justificação da necessidade de realização do investimento para as acções de natureza imaterial;
- Cumprimento das disposições legais, nacionais e comunitárias, designadamente em matéria de ordenamento do território, ambiente e igualdade de oportunidades;
- Existência de projecto técnico de engenharia/arquitectura aprovado nos termos legais, quando aplicável;
- Não constituir candidatura financiada ou apresentada para financiamento a outro programa comunitário;
- Ter início físico num prazo máximo de seis meses após a aprovação da candidatura.



### Regulamento Específico das Acções de Valorização e Qualificação Ambiental

- Estar em conformidade com os objectivos do Programa e integrar-se na respectiva Acção;
- Exposição do modelo de financiamento da gestão (no período de exploração) das infra-estruturas físicas previstas na candidatura;
- Justificação da necessidade de realização do investimento para as acções de natureza imaterial;
- Cumprir as disposições legais, nacionais e comunitárias, designadamente em matéria de ambiente e igualdade de oportunidades;
- Dispor de projecto técnico de engenharia/arquitectura aprovado nos termos legais, quando aplicável;
- Não constituir candidatura financiada ou apresentada para financiamento a outro programa comunitário.

Nas operações relativas à gestão de recursos hídricos que tenham uma abrangência superior à NUT II, a admissibilidade e aceitação da candidatura deverá ocorrer preferencialmente no PO onde a operação seja mais relevante ou se considere mais viável de acordo com o despacho do Ministro da Tutela.

### Regulamento Específico da Optimização da Gestão de Resíduos

- Enquadram-se no respectivo PO, nas orientações estratégicas do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU) II e demonstram o seu contributo para a prossecução dos objectivos estabelecidos nos planos multimunicipais, intermunicipais e municipais de acção legalmente exigidos;
- Demonstram que foram iniciados os procedimentos legalmente exigidos para a sua execução;
- Respeitam os procedimentos legalmente exigidos em termos de contratação pública;

- Não se encontram concluídas física e financeiramente à data de apresentação da candidatura;
- Não terem obtido financiamento nem serem candidatas através de outro programa comunitário para qualquer componente da operação;
- A sua programação financeira não exceder um período de dois anos.

### Regulamento Específico da Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas

- Enquadrar-se nos objectivos definidos no respectivo PO;
- Não se encontrar concluída física e financeiramente à data de apresentação da candidatura;
- Não ter obtido financiamento através de outro programa comunitário para qualquer componente da operação;
- A sua programação financeira não exceder um período de dois anos.

### Regulamento Específico da Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções imateriais

- Serem apresentadas nos termos e condições a divulgar pela Autoridade de Gestão;
- Cumprirem todos os requisitos administrativos formais relativos ao processo de candidatura;
- Não estarem concluídas física e financeiramente à data da apresentação da candidatura;
- Não apresentarem programação financeira para um período superior a dois anos;
- Não incluírem despesas anteriores a 1 de Janeiro de 2007;
- Apresentarem adequada cobertura orçamental;

- Não constituírem candidatura financiada ou apresentada para financiamento a outro programa comunitário.
- Estar em conformidade com o disposto no artigo 1º e prevista na tipologia de operações a que se candidata;
- Justificar a necessidade de realização do investimento, demonstrando coerência na fundamentação da sua necessidade e da oportunidade da sua realização;
- Demonstrar o cumprimento das disposições legais, nacionais e comunitárias, nos procedimentos de contratação pública já concluídos ou a decorrer e incluir declaração de compromisso para aqueles a realizar, quando aplicável;
- Demonstrar o cumprimento das disposições legais, nacionais e comunitárias, no domínio do ambiente e ordenamento do território, quando aplicável;
- Incluir declaração de compromisso pelo respeito da legislação nacional e comunitária em matéria de igualdade de oportunidades, informação e publicidade.

São, ainda, condições específicas de acesso:

- Nas operações apresentadas no domínio da protecção civil, possuir parecer técnico favorável da Autoridade Nacional de Protecção Civil, no que se refere à componente técnica, à adequação às políticas regionais de protecção civil e tendo em conta os riscos existentes;
- Nas restantes operações, possuir parecer técnico favorável da CCDR territorialmente competente;
- Nas operações de inventariação e cartografia de zonas de susceptibilidade, perigosidade, vulnerabilidade e de riscos, apenas serão admissíveis candidaturas que contemplem a realização de estudos detalhados, compatíveis com a elaboração de cartas temáticas, na escala de 1:25.000 ou de maior pormenor, designadamente nas escalas de planeamento municipal/local;
- Excepcionalmente, podem ser admitidas outras escalas que se mostrem mais adequadas ao âmbito espacial do estudo e à natureza do risco.

## Regulamento Específico da Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais

- Serem apresentadas nos termos e condições a divulgar pela Autoridade de Gestão;
- Cumprirem todos os requisitos administrativos formais relativos ao processo de candidatura;
- Não estarem concluídas física e financeiramente à data da apresentação da candidatura;
- Não apresentarem programação financeira para um período superior a dois anos, ou três anos, no caso de se tratar de uma candidatura para a criação, remodelação ou ampliação da rede de Centros Municipais de Protecção Civil;
- Não incluírem despesas anteriores a 1 de Janeiro de 2007;
- Apresentarem adequada cobertura orçamental;
- Não constituírem candidatura financiada ou apresentada para financiamento a outro programa comunitário.
- Estar em conformidade com o disposto no artigo 4º e prevista na tipologia de operações a que se candidata;
- Apresentar o modelo de financiamento da gestão das infra-estruturas físicas previstas na candidatura;
- Dispor de projecto técnico de engenharia/arquitectura aprovado nos termos legais, quando aplicável;
- Demonstrar o cumprimento das disposições legais, nacionais e comunitárias, nos procedimentos de contratação pública já concluídos ou a decorrer e incluir declaração de compromisso para aqueles a realizar;
- Demonstrar o cumprimento das disposições legais, nacionais e comunitárias, no domínio do ambiente e ordenamento do território;
- Incluir declaração de compromisso pelo respeito da legislação nacional e comunitária em matéria de igualdade de oportunidades, informação e publicidade.

- Possuir parecer técnico favorável da Autoridade Nacional de Protecção Civil, no que se refere à componente técnica, à adequação às políticas de meios, equipamentos e infra-estruturas, tendo em conta os riscos existentes.

### Regulamento Específico da Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados

- Estar em conformidade com os objectivos do Programa e integrar-se no presente Eixo Prioritário e Acção;
- Estar em conformidade com os objectivos e disposições previstos nos planos estratégicos, nomeadamente na Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, no Plano Sectorial da Rede Natura 2000, nos Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas e/ou no “Programa de visitação e comunicação na Rede Nacional de Áreas Protegidas”, quando aplicável;
- Cumprir as disposições legais, nacionais e comunitárias, designadamente em matéria de ambiente e igualdade de oportunidades;
- Dispor de projecto técnico de engenharia/arquitectura aprovado nos termos legais, quando aplicável;
- Não constituir candidatura financiada ou apresentada para financiamento a outro programa comunitário.

### Regulamento Específico da Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico da Educação Pré - Escolar

- Proposta de intervenção devidamente inscrita no âmbito da Carta Educativa Municipal, nos termos descritos no n.º 2 do artigo 3.º;
- A proposta de operação deve conter memória descritiva da intervenção, medição e orçamento por escola, cronograma financeiro e de execução material da operação, bem como apresentar todos os documentos necessários à instrução da candidatura e previstas no respectivo formulário;

- Projecto técnico aprovado pelo Ministério da Educação, através da Plataforma Informática de Monitorização da Requalificação da Rede Escolar do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar;
- Ter início físico num prazo máximo de seis meses após a aprovação da candidatura.

A aprovação, pelo Ministério da Educação, do projecto técnico atrás mencionado no número anterior resulta de um parecer conjunto da respectiva Direcção Regional de Educação e do Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, de acordo com o seguinte:

- A instrução do parecer e validação dos elementos relativos ao cumprimento dos requisitos funcionais e referências técnicas das intervenções e integração na rede escolar serão da responsabilidade da Direcção Regional de Educação respectiva;
- O Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, após a análise da Direcção Regional de Educação, emitirá a devida autorização, tendo em conta o previsto na respectiva Carta Educativa Municipal e a análise em termos de evolução demográfica da população escolar.

### Regulamento Específico da Saúde

- Enquadrar-se nos objectivos da intervenção e do PO bem como da política sectorial respectiva;
- Dispor dos elementos técnicos essenciais ao seu desenvolvimento:
  - ▶ projectos técnicos devidamente aprovados, nos termos da legislação aplicável;
  - ▶ estudos de viabilidade - técnica, económica, financeira, ambiental;
  - ▶ parecer favorável emitido pelo serviço competente do Ministério da Saúde.
- Demonstrar possuir a necessária capacidade financeira para assegurar a contrapartida nacional, assegurando as condições de boa execução da operação;

- Demonstrar condições de sustentabilidade da operação objecto de em termos de recursos humanos, técnicos e financeiros;
- Não se encontrar concluída à data de apresentação da candidatura;
- Iniciar a sua realização física no prazo máximo de quatro meses após a data de aprovação/homologação do processo de concessão de co-financiamento;
- Apresentar um período de execução de 24 meses, excepto quando a decisão de aprovação/homologação definir outro prazo de execução;
- Apresentar um custo elegível igual ou superior a 200 mil euros.

### Regulamento Específico do Património Cultural

- Enquadrar-se nas tipologias de operações previstas no artigo 5º do presente Regulamento;
- Enquadrar-se nas orientações e prioridades definidas no PROT, quando aplicável;
- Dispor de projecto técnico de engenharia/arquitectura aprovado nos termos legais;
- Cumprir as normas técnicas inerentes às tipologias de operações, bem como, dispor de parecer favorável emitido por organismo competente do Ministério da Cultura, quando aplicáveis e devidamente explicitadas em sede de avisos de abertura de concursos;
- Dispor de plano de actividades para o período posterior à conclusão da operação;
- Apresentar sustentabilidade técnica, económica e financeira adequada à sua dimensão e complexidade;
- Não se encontrar concluído à data de apresentação da candidatura;
- Dispor de indicadores de acompanhamento, realização e resultado que possibilitem a verificação do desenvolvimento da operação e a avaliação de progresso;
- No caso de projectos integrados, previstos na alínea k) do nº 1 do artigo 5º, dispor ainda de plano integrado da operação que enquadre e justifique as diferentes acções a realizar;

- No caso de operações de carácter imaterial, dispor por acção, de memória descritiva pormenorizada e orçamento detalhado com justificação para o cálculo do valor de cada rubrica;
- No caso de operações de carácter imaterial, o Beneficiário deverá demonstrar capacidade para assegurar a continuidade futura da realização das acções, quando aplicável;
- No caso de acções compostas por estudos e projectos, estas apenas podem ser aceites, desde que incluídas em operações de carácter mais abrangente e realizadas por entidades externas ao Beneficiário da operação.

### Regulamento da Rede de Equipamentos Culturais

- Enquadrar-se nas tipologias de operações previstas no artigo 4º do presente Regulamento e nas respectivas especificações técnicas referidas nos anexos A a F deste Regulamento;
- Enquadrar-se nas orientações e prioridades definidas no PROT, quando aplicável;
- Dispor, quando aplicável, de projecto técnico aprovado nos termos da legislação em vigor e regulamentação específica do sector e respectivo parecer sectorial e de orçamento e especificações técnicas adequadas nos casos da aquisição de equipamento/mobiliário;
- Identificar, as medições e orçamento, afectos a cada uma das funções, no caso de se tratar de uma operação concebida para mais do que uma função cultural;
- Dispor de plano de actividades para o período de três anos após a conclusão da operação, quando aplicável;
- Demonstrar sustentabilidade técnica, económica e financeira adequada à sua dimensão e complexidade para o período de três anos após a conclusão da operação;
- Não se encontrar concluído física e financeiramente à data de apresentação da candidatura;



- Dispor de indicadores de acompanhamento, realização e resultado que possibilitem a verificação do desenvolvimento da operação e a avaliação de progresso.

### Regulamento Específico do Ciclo Urbano da Água - Vertente em Baixa - Modelo Não Verticalizado

- Enquadrar-se nas tipologias de operações previstas no ponto 1 e 2 do artigo 8º do presente Regulamento;
- Enquadrar-se nas orientações e prioridades definidas nos instrumentos de gestão do território, nomeadamente no PROT, e em planos de ordenamento do território e planos sectoriais, quando aplicável;
- Serem apresentados nos termos, condições e prazos fixados pela Autoridade de Gestão;
- Cumprir todos os requisitos administrativos formais relativos ao processo de candidatura (correcta e completa instrução e preenchimento do formulário e anexos);
- Não constituir candidatura financiada ou apresentada para financiamento a outro PO;
- Dispor de projecto(s) técnico(s) de engenharia/arquitectura aprovado(s), à data de apresentação da candidatura, nos termos da legislação em vigor e regulamentação específica do sector e, quando aplicável, respectivo parecer sectorial;
- Não se encontrar concluído física e financeiramente à data de apresentação da candidatura;
- No caso de projectos de carácter imaterial, o Beneficiário deverá demonstrar capacidade para assegurar a continuidade futura da realização das acções, quando aplicável;
- Dar origem a realizações (“outputs”) com incidência exclusiva na respectiva NUT II.

### Regulamento Específico dos Equipamentos para a Coesão Local

- Enquadrarem-se nas orientações estratégicas e objectivos específicos do respectivo PO;
- Dispirem de projecto técnico aprovado, à data de apresentação da candidatura, nos termos da legislação em vigor e da regulamentação específica do sector e, quando aplicável, respectivo parecer sectorial favorável;
- Não se encontrarem concluídas física e financeiramente à data de apresentação da candidatura;
- Não terem obtido financiamento nem serem candidatas através de outro programa comunitário para qualquer componente da operação;
- A sua programação financeira não exceder um período de três anos.

### EIXO IV - Qualificação do Sistema Urbano

#### Regulamento Específico da Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação

- Estar prevista num Programa Estratégico seleccionado pela Autoridade de Gestão nos termos do artigo 12º deste Regulamento;
- Não constituir candidatura nem integrar operações financiadas ou apresentadas para financiamento a outro PO;
- Poder ser realizada no prazo previsto para a execução do Programa Estratégico;
- Dispor de projecto técnico de engenharia/arquitectura aprovado nos termos legais, quando aplicável;
- Demonstrar possuir os atributos adequados à rentabilização social do projecto;

- No caso de operações de carácter imaterial, o Beneficiário deverá demonstrar capacidade para assegurar a continuidade futura da realização das acções, quando aplicável;
- Não incluir despesas anteriores a 1 de Janeiro de 2007;
- Não se encontrar concluída, física e financeiramente, à data de apresentação da candidatura;
- Apresentar:
  - ▶ quantificação dos objectivos e metas, tendo por referência, nomeadamente, indicadores referidos na alínea g) do nº 6 do artigo 6º;
  - ▶ plano de gestão e de viabilidade económico/financeira após a execução da operação, quando aplicável;
  - ▶ plano de monitorização ambiental antes, durante e após a execução da operação, quando aplicável.

### Regulamento Específico da Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana

- Estarem previstas num Programa de Acção seleccionado pela Autoridade de Gestão nos termos do artigo 13º ou na estratégia de qualificação dos pequenos centros com potencial estruturante do território regional, a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 5º;
- Não constituírem candidaturas nem integrar operações financiadas ou apresentadas para financiamento a outro PO;
- Poderem ser realizadas no prazo previsto para a execução do Programa de Acção;
- Disporem de projectos técnicos de engenharia/arquitectura aprovados nos termos legais, quando aplicável;
- Demonstrarem possuir os atributos adequados à rentabilização social do projecto;
- No caso de operações de carácter imaterial, o Beneficiário deverá demonstrar capacidade para assegurar a continuidade futura da realização das acções, quando aplicável;

- Não se encontrarem concluídas, física e financeiramente, à data de apresentação da candidatura;
- Apresentarem:
  - ▶ quantificação dos objectivos e metas, tendo por referência, nomeadamente, indicadores referidos na alínea i) do nº 5 do artigo 6º;
  - ▶ plano de gestão e de viabilidade económico/financeira após a execução do projecto, quando aplicável;
  - ▶ plano de monitorização ambiental antes, durante e após a execução da operação, quando aplicável;
  - ▶ sempre que possível documento referente ao impacto na igualdade de género.

### Regulamento Específico do Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística

- Enquadrar-se nas Áreas de Intervenção e Tipologias de Operações previstas no artigo 5.º;
- Enquadrar-se, quando aplicável, nas orientações e prioridades definidas no PROT, e em planos sectoriais e de ordenamento do território;
- Serem apresentados nos termos, condições e prazos fixados pela Autoridade de Gestão;
- Cumprir todos os requisitos administrativos formais relativos ao processo de candidatura;
- Não constituir candidatura financiada ou apresentada para financiamento a outro programa nacional ou comunitário;
- Respeitar os procedimentos legalmente exigidos em termos de contratação pública;
- Dispor, quando aplicável, de projecto técnico de engenharia/arquitectura aprovado nos termos legais e respectivo parecer sectorial;

- O Beneficiário deverá, quando aplicável, demonstrar capacidade para assegurar a continuidade futura da realização das acções e previstas nas operações.

### Regulamento Específico - Mobilidade Territorial

- Demonstrar grau de maturidade adequado, comprovado pela publicação de anúncio do procedimento concursal;
- Não se encontrarem concluídas fisicamente (inexistência de recepção provisória) e financeiramente, à data de apresentação da candidatura;
- Nenhuma das componentes da operação ter obtido financiamento através de outro programa comunitário;
- Demonstrarem a relevância estratégica e o enquadramento nos objectivos, nomeadamente do QREN, dos documentos de orientação estratégica aplicáveis e do respectivo PO;
- Fundamentarem a necessidade e a oportunidade da sua realização;
- Evidenciarem uma optimização dos investimentos na perspectiva do interesse público e dos benefícios esperados.

No caso de operações que constituam Grandes Projectos, na acepção do artigo 39º do Regulamento (CE) 1083/2006, as candidaturas devem ser completadas com as informações previstas no artigo 40º do mesmo Regulamento e no n.º 2 do artigo 14º do 'Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão'.

### EIXO V - Capacitação Institucional Regional

#### Regulamento de Execução do Sistema de Apoios à Modernização Administrativa

- Terem carácter inovador para a Administração Pública ou basearem-se em boas práticas com resultados reconhecidos, numa lógica de melhoria da eficácia e

eficiência dos serviços e de melhoria da qualidade do atendimento aos cidadãos e empresas;

- Ser pertinente a sua realização, salientando o seu contributo para a modernização da organização, devendo assegurar transformações qualitativas significativas nas funções regulares desempenhadas pelo Beneficiário;
- Incluir apenas despesas posteriores à data da candidatura, à excepção dos adiantamentos para sinalização, relacionados com a operação, até ao valor de 50% do custo de cada aquisição, e das despesas relativas aos estudos prévios, desde que realizados há menos de um ano;
- Ser objecto de uma caracterização técnica e de um orçamento suficientemente detalhados e fundamentados, com uma estrutura de custos adequada aos objectivos visados, e incluir indicadores de acompanhamento, de realização e de resultado que permitam avaliar o grau de execução da operação e os progressos realizados;
- Garantir a sustentabilidade da intervenção após a cessação do apoio através da apresentação de um plano que identifique a incorporação dos seus resultados nas actividades do Beneficiário durante o prazo de 3 anos;
- Não constituir candidatura apresentada para financiamento a outro PO;
- Cumprir os princípios orientadores e normas técnicas aplicáveis às tipologias de operações, tal como determinadas, até ao momento dos respectivos avisos de abertura de concursos, pelas entidades competentes, designadamente pela Agência para a Modernização Administrativa, enquanto entidade responsável pela coordenação do processo de implementação das políticas públicas nacionais no domínio da Modernização Administrativa;
- Manter afectos à respectiva actividade os activos respeitantes ao investimento apoiado, bem como a manter a localização geográfica definida na operação, durante o período de cinco anos após a conclusão da operação, podendo as Autoridades de Gestão autorizar alterações de localização ou prazos diferentes, desde que permitidos pela legislação nacional e comunitária aplicável.

No caso de operações transversais, além dos requisitos supra enumerados, devem ainda ser verificadas para efeitos de aceitação, as seguintes condições:

- Envolver pelo menos dois Beneficiários;
- Ser nomeado como coordenador da operação o Beneficiário que incorpore na sua actividade a parcela mais significativa do investimento elegível, ao qual compete assegurar a coordenação global da operação e a interlocução dos vários Beneficiários junto da Autoridade de Gestão em tudo o que respeite à gestão técnica, administrativa e financeira da operação;
- Existir um acordo escrito entre as entidades envolvidas, explicitando o âmbito da cooperação, a identificação do coordenador da operação, a responsabilidade conjunta entre as partes, deveres e direitos das partes, e questões inerentes à propriedade final dos bens de equipamento adquiridos ou desenvolvidos no âmbito da execução da operação;
- Prever um adequado nível de disseminação e transferência dos resultados da operação para outras entidades públicas.

### Regulamento Específico da Promoção e Capacitação Institucional

- Enquadrar-se nas Áreas de Intervenção e Tipologias de Operações previstas no artigo 4º;
- Enquadrar-se, quando aplicável, nas orientações e prioridades definidas no PROT, e em planos sectoriais e de ordenamento do território;
- Cumprir todos os requisitos administrativos formais relativos ao processo de candidatura;
- Não constituir candidatura financiada ou apresentada para financiamento a outro programa nacional ou comunitário;
- Dispor, quando aplicável, de projecto técnico de engenharia/arquitectura aprovado nos termos legais e respectivo parecer sectorial.

## EIXO VI - Assistência Técnica

### Regulamento Específico - Assistência Técnica

- Ser apresentadas nos termos, condições e prazos fixados pela Autoridade de Gestão;
- Fundamentar os custos e o calendário de realização para cada componente apresentada;
- Não constituir candidatura financiada ou apresentada para financiamento a outro programa comunitário;
- Dar origem a realizações com incidência predominante na NUT II correspondente.

## 3 | DOSSIER DE CANDIDATURA

De modo a instruir correctamente um formulário de candidatura, a Autoridade de Gestão do ON.2 elaborou o ‘Guião de Apoio ao Preenchimento do Formulário de Candidatura’, do qual resulta que deverão ser anexados ao mesmo os elementos que abaixo se identificam e que farão parte integrante do Dossier de Candidatura:

Tabela 13 | Documentos do Beneficiário a anexar ao formulário de candidatura

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	OBSERVAÇÃO	ANEXO APLICÁVEL A:
01	Estatutos ou Lei Orgânica do(s) Beneficiário(s) da operação,	Não aplicável no caso dos Beneficiários públicos	Operações Infra-Estruturais e Imateriais
02	Curriculum da entidade beneficiária	Deve ser efectuada uma apresentação sumária de projectos em que a entidade participou e que demonstrem a sua experiência na realização de acções semelhantes às que são objecto na presente candidatura.	Operações Imateriais



CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	OBSERVAÇÃO	ANEXO APLICÁVEL A:
03	Curricula da equipa técnica e/ou contratos de trabalho	Deve ser efectuada a apresentação dos curricula vitae de todos os elementos da equipa técnica que já estão contratados à data da candidatura e respectivo contrato de trabalho para os elementos com afectação de remuneração à candidatura.	Operações Imateriais
04	Relatório e contas	No caso de entidades privadas apresentar relatório e contas do último ano aprovados pelos órgãos sociais competentes da entidade (poderão ser solicitados dados complementares sobre a situação económico-financeira da entidade)	Operações Infra-Estruturais e Imateriais
05	Situação contributiva perante o Estado (tributária e segurança social) por parte do(s) Beneficiário(s)	Deve ser apresentada autorização para consulta, pela Autoridade de Gestão do ON.2 (através do N.I.P.C. 600074404), da situação contributiva por parte do(s) Beneficiário(s) ou, em alternativa, declaração emitida pelos organismos competentes comprovativa da regularidade daquela situação contributiva	Operações Infra-Estruturais e Imateriais
06	Regime do IVA a que se encontra sujeito o(s) Beneficiário(s)	Deve ser apresentada declaração fiscal sobre a situação tributária do(s) Beneficiário(s) quanto ao regime do IVA a que se encontra sujeito	Operações Infra-Estruturais e Imateriais
07	Protocolo de parceria	No caso de a candidatura prever a realização de parcerias com outras entidades, deve ser apresentado Protocolo que estabeleça as responsabilidades de cada parceiro,	Operações Infra-Estruturais e Imateriais
08	Declaração(ões) de Compromisso do Beneficiário/Parceiros	Declaração(ões) conforme modelo disponibilizado no site do ON.2 devidamente assinadas e carimbadas	Operações Infra-Estruturais e Imateriais
09	Declaração para intervir no espaço abrangido pelo projecto infra-estrutural	Deve ser apresentada Declaração que comprove que está devidamente salvaguardada a legitimidade do Beneficiário para intervir no espaço abrangido pelo projecto infra-estrutural.	Operações Infra-Estruturais
10	Outros documentos	Tendo em conta o enquadramento constante do Regulamento Específico aplicável devem ser remetidos outros documentos que possam ser relevantes para a apreciação da candidatura	Operações Infra-Estruturais e Imateriais

Tabela 14 | Documentos da Operação a anexar ao formulário de candidatura

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	OBSERVAÇÃO	ANEXO APLICÁVEL A:
01	Memória descritiva complementar	Deverá ser apresentada uma memória descritiva completa que deverá complementar e dar coerência aos elementos (justificação, objectivos, descrição das actividades, indicadores de realização e de resultados, etc.) que constam no formulário de candidatura	Operações Infra-Estruturais e Imateriais
02	Fundamentação da aplicação dos critérios de selecção	Deverá ser apresentado um documento anexo, tendo em conta os critérios definidos no respectivo Aviso/Convite para apresentação de candidaturas	Operações Infra-Estruturais e Imateriais
03	Estudo de viabilidade económico-financeira	A apresentar quando aplicável	Operações Infra-Estruturais e Imateriais
04	Projecto(s) técnico(s) de execução e orçamento(s)	Deve(m) ser apresentado(s): cortes, plantas e alçados devidamente identificados, memória descritiva do projecto de execução e mapa de medições / orçamento	Operações Infra-Estruturais
05	Aprovação do(s) projecto(s) técnico(s) de execução	Deve ser apresentado o comprovativo relativo à aprovação do(s) projecto(s) técnico(s) de execução, de acordo com a legislação aplicável	Operações Infra-Estruturais
06	Extracto legendado das Plantas de Ordenamento e de Condicionantes do respectivo PDM	Deve ser apresentado o extracto legendado das Plantas de Ordenamento e de Condicionantes do respectivo PDM, nas quais deve ser implantada a área de intervenção e as operações objecto da candidatura	Operações Infra-Estruturais
07	Planta de implantação	Deve ser apresentada a Planta, tamanho A4, que permita ter uma percepção geral da implantação da zona a requalificar, para fácil reprodução e manuseamento	Operações Infra-Estruturais
08	Orçamentos e/ou facturas pró-forma	Deve ser apresentada a justificação/base de cálculo (preços e quantidades) de cada componente do orçamento da candidatura. Deverão ser incluídos orçamentos e/ou facturas pró-forma	Operações Imateriais
09	Cadernos de encargos (com as cláusulas jurídicas e técnicas) para estudos e/ou trabalhos especializados	No caso da operação incluir a realização de estudos e/ou trabalhos especializados deverão ser anexados os cadernos de encargos (com as cláusulas jurídicas e técnicas). No caso concreto dos trabalhos especializados, caso não se justifique a realização de caderno de encargos, deverão ser apresentadas propostas de fornecedores para a realização desses trabalhos especializados com orçamentos devidamente detalhados e justificados	Operações Imateriais
10	Pareceres	Devem ser apresentados os pareceres das entidades com competência relevante na aprovação do(s) projecto(s) de execução (designadamente, IGESPAR, no caso de	Operações Infra-Estruturais

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	OBSERVAÇÃO	ANEXO APLICÁVEL A:
		património classificado, parecer EIA, quando aplicável, e similares)	
11	Enquadramento das actividades constantes da candidatura em matéria de IVA	Deve ser apresentada declaração(ões) quanto ao enquadramento das actividades constantes da candidatura em matéria de IVA	Operações Infra-Estruturais e Imateriais
12	Propriedade dos terrenos	Deve ser apresentada a documentação que comprove a propriedade dos terrenos necessários à concretização da operação	Operações Infra-Estruturais
13	Propriedade dos outros imóveis	Deve ser apresentada a documentação que comprove a propriedade dos imóveis a intervir	Operações Infra-Estruturais
14	Fotografias	Devem ser apresentadas Fotografias, em número máximo de 6, que sejam elucidativas quanto à situação física da área e/ou edificado a intervir, em data prévia à concretização do investimento	Operações Infra-Estruturais
15	Plano de comunicação		Operações Infra-Estruturais e Imateriais
16	Outros documentos	Tendo em conta o enquadramento constante do Regulamento Específico aplicável devem ser remetidos outros documentos que possam ser relevantes para a apreciação da candidatura	Operações Infra-Estruturais e Imateriais

## 4 | ELEGIBILIDADE DA DESPESA

### 4.1 | Âmbito

As regras de elegibilidade das despesas no âmbito do ON.2 correspondem às disposições contidas em:

- ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’, em termos gerais;

- Regulamentos Específicos/Avisos/Convites/Orientações Técnicas e de Gestão do ON.2, e no presente Manual de Procedimentos, em termos específicos.

## 4.2 | Por tipologia das operações

Para determinar a elegibilidade das despesas importa atender à cada uma das tipologias de operações aceites no âmbito do ON.2: operações infra-estruturais e operações imateriais.

Em ambas as tipologias, a elegibilidade das despesas é a que decorre das disposições identificadas no ponto anterior, sendo que, para ambos os casos importa conhecer os tipos de despesas admitidos:

### A - Operações/Acções Infra-estruturais

Terrenos<sup>8</sup> e / ou Imóveis  
 Serviços - Testes e Ensaios  
 Serviços - Estudos Técnicos Específicos  
 Serviços - Honorários, Projecto Técnico  
 Construção  
 Serviços - Fiscalização e Assistência Técnica  
 Equipamentos - De informática, administrativo, básico, software informático e ferramentas e utensílios  
 Equipamentos - Viaturas (se elegível no Aviso)

### B - Operações/Acções Imateriais

#### PESSOAL<sup>9</sup>

**Remunerações:** Director do Projecto / Pessoal Técnico / Pessoal Administrativo

**Abonos variáveis ou eventuais**

**Contribuições para a Segurança Social**

**Estrutura de Apoio Técnico (Eixo VI)**

#### BENS E SERVIÇOS<sup>10</sup>

**Bens:** Matérias-primas / Prémios e artigos de promoção

**Serviços:** Encargos com instalações / Limpeza e higiene / Conservação de bens / Aluguer de instalações / Aluguer de material informático / Aluguer de outros bens / Comunicações / Transportes / Representação / Seguros / Estudos, pareceres, projectos consultadoria / Publicidade / Trabalhos especializados

<sup>8</sup> Sobre a elegibilidade destas despesas no âmbito do ON.2 cfr alínea G do ponto 4.3 do presente Módulo.

<sup>9</sup> Sobre a elegibilidade destas despesas no âmbito do ON.2 cfr alínea J do ponto 4.3 do presente Módulo.

<sup>10</sup> Sobre a elegibilidade destas despesas no âmbito do ON.2 cfr alínea C do ponto 4.3 do presente Módulo.

#### EQUIPAMENTOS<sup>11</sup>

De informática, administrativo e básico

Software informático

Ferramentas e utensílios

### 4.3 | Regras Gerais de elegibilidade da despesa

Cumprindo o disposto no artigo 6.º do ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’:

- São elegíveis para financiamento do FEDER no âmbito do ON.2, as despesas efectuadas com a realização de operações, aprovadas pela Autoridade de Gestão do ON.2 (ou pela Associação de Municípios por esta designada), em conformidade com os critérios de selecção aprovados pela Comissão de Acompanhamento do Programa, e que se enquadrem em Regulamento Específico, Orientações Técnicas do ON.2 e Avisos/Convites para apresentação de candidaturas;
- Não são elegíveis, considerando porém as excepções previstas, as despesas que constam do Anexo III daquele Regulamento, do qual faz parte integrante, e do artigo 7.º do Regulamento (CE) 1080/2006, relativo ao FEDER. De referir que, em Regulamento Específico, Orientações Técnicas e Avisos/Convites para apresentação de candidaturas poderão ser fixadas regras mais restritivas de elegibilidade, bem como nas tipologias de operações elegíveis, em termos de âmbito temático, territorial ou noutras condicionantes aplicáveis.

Em termos de elegibilidade temporal, são elegíveis as despesas que tiverem sido efectivamente pagas pelos Beneficiários entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2015, sendo que, as operações a financiar não podem ter sido concluídas antes da data de elegibilidade inicial.

As despesas são justificadas pelos custos reais incorridos, podendo ser imputadas à operação numa base *pro-rata* assente em métodos de cálculo justos e equitativos,

<sup>11</sup> Sobre a elegibilidade destas despesas no âmbito do ON.2 cfr alínea F do ponto 4.3 do presente Módulo.

aprovados pela Autoridade de Gestão do ON.2 (ou pela Associação de Municípios por esta designada).

Ainda sobre a elegibilidade das despesas para efeitos de co-financiamento FEDER, de realçar as seguintes regras:

### A - Amortizações

De acordo com o ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’, os custos relativos a amortizações não são elegíveis para efeitos de co-financiamento pelo FEDER.

Exceptuam-se desta regra os custos relativos a amortizações de imóveis ou de bens de equipamento relativamente às quais existe uma ligação directa com a execução da operação, desde que estejam preenchidas cumulativamente as seguintes condições:

- Não terem sido utilizadas subvenções nacionais ou comunitárias para a compra desses imóveis ou equipamentos;
- A amortização estar em conformidade com as regras de contabilidade pertinentes;
- A amortização referir-se exclusivamente ao período de co-financiamento da operação em questão.

### B - Contribuições em espécie

De acordo com o ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’, as contribuições em espécie, quer sejam bens móveis ou imóveis ou trabalho não remunerado, não são elegíveis para efeitos de co-financiamento pelo FEDER.

## C - Encargos Gerais

Nos termos da alínea n) do Anexo I do ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’ consideram-se encargos gerais os *“encargos indirectos<sup>12</sup> atribuídos a um projecto determinado. Podem incluir, por exemplo, rendas, electricidade, aquecimento, água, limpeza, custos operacionais com equipamentos eléctricos e electrónicos, comunicações”*.

As despesas relativas a encargos gerais não são elegíveis para efeitos de co-financiamento pelo FEDER, com excepção de:

- Despesas com encargos gerais, baseadas nos custos reais, incorridos com a execução da operação co-financiada pelo FEDER e imputadas à operação numa base pro-rata segundo um método de cálculo justo e equitativo, devidamente justificado e periodicamente revisto, até ao limite de:
  - ▶ 20% das despesas elegíveis da operação no caso de projectos de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico promovidos por entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional;
  - ▶ 10% nos restantes casos;
- Despesas dos projectos aprovados no âmbito dos Eixos de Assistência Técnica.

A este propósito clarifica-se, sobre a elegibilidade da despesa resultante de encargos gerais no âmbito do ON.2, que para além da regra disposta no Regulamento supra citado, deverá ser respeitado o estipulado em cada Regulamento Específico e Aviso/Convite para apresentação de candidaturas. No caso do disposto nos referidos Regulamentos Específicos apuram-se na tabela que se segue as regras estabelecidas.

<sup>12</sup> Entenda-se por encargos indirectos os que respeitam simultaneamente a vários objectos de custeio. A sua repartição implica a utilização de critérios de imputação. Por sua vez, entenda-se por encargos directos, aqueles cuja natureza é exclusiva e específica de determinado objecto de custeio - não ocorreriam se o objecto de custeio não existisse.

Tabela 15 - Elegibilidade das despesas realizadas com encargos gerais

EIXO	REGULAMENTO ESPECÍFICO	REGRA	ENCARGOS GERAIS		
			NÃO ELEGÍVEIS	PARCIALMENTE ELEGÍVEIS	
				Montante	Condição
EIXO I	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Não são elegíveis as despesas de funcionamento da entidade beneficiária relacionadas com actividades de tipo periódico ou contínuo, se não enquadradas como encargos gerais da operação, nos termos previstos no ponto 3 do Anexo III do 'Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão'.		Até 10% das despesas elegíveis	Desde que incorridas com a execução da operação.
	Energia	Não são elegíveis as despesas relativas a encargos gerais, com as excepções previstas no ponto 3 do Anexo III ao 'Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão'.		Até 10% das despesas elegíveis	Desde que incorridas com a execução da operação.
	Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	Não são elegíveis as despesas relativas a encargos gerais, com as excepções previstas no ponto 3 do Anexo III ao 'Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão'.		Até 10% das despesas elegíveis	Desde que incorridas com a execução da operação.
	Sistema de Apoio a Acções Colectivas - SIAC	Não são elegíveis as despesas de funcionamento do Beneficiário relacionadas com actividades do tipo periódico ou contínuo.	X		
	Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	Não são elegíveis as despesas relativas a encargos gerais, com as excepções previstas no ponto 3 do Anexo III ao 'Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão'.		Até 10% das despesas elegíveis	Desde que incorridas com a execução da operação.
	Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	Não são elegíveis as despesas relativas a encargos gerais, com as excepções previstas no ponto 3 do Anexo III ao 'Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão'.		Até 10% das despesas elegíveis	Desde que incorridas com a execução da operação.



EIXO	REGULAMENTO ESPECÍFICO	REGRA	ENCARGOS GERAIS		
			NÃO ELEGÍVEIS	PARCIALMENTE ELEGÍVEIS Montante	Condição
EIXO II	Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	Não são elegíveis as despesas relativas a encargos gerais, com as exceções previstas no ponto 3 do Anexo III ao 'Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão'.		Até 10% das despesas elegíveis	Desde que incorridas com a execução da operação.
	Valorização Económica dos Recursos Específicos	Não são elegíveis as despesas relativas a encargos gerais, com as exceções previstas no ponto 3 do Anexo III ao 'Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão'.		Até 10% das despesas elegíveis	Desde que incorridas com a execução da operação.
EIXO III	Acções de Valorização do Litoral	Não são elegíveis as despesas ... previstas no Anexo III do 'Regulamento Geral FEDER e do Fundo de Coesão'.		Até 10% das despesas elegíveis	Desde que incorridas com a execução da operação.
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	Não são elegíveis as despesas ... previstas no Anexo III do 'Regulamento Geral FEDER e do Fundo de Coesão'.		Até 10% das despesas elegíveis	Desde que incorridas com a execução da operação.
	Ciclo Urbano da Água "Vertente em baixa - modelo não verticalizado"	Não são elegíveis as despesas resultantes de encargos gerais.	X		
	Equipamentos para a Coesão Local	Não são elegíveis as despesas relativas a encargos gerais.	X		
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	Não são elegíveis as despesas ... previstas no Anexo III do 'Regulamento Geral FEDER e do Fundo de Coesão'.		Até 10% das despesas elegíveis	Desde que incorridas com a execução da operação.

EIXO	REGULAMENTO ESPECÍFICO	REGRA	ENCARGOS GERAIS		
			NÃO ELEGÍVEIS	PARCIALMENTE ELEGÍVEIS Montante	Condição
	Optimização de Gestão de Resíduos	Não são elegíveis as despesas relativas a encargos gerais.	X		
	Património Cultural	Não são elegíveis as despesas de funcionamento corrente das instituições candidatas, mesmo que sejam consideradas extraordinárias por via da realização de operações.	X		
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais	Não são elegíveis as despesas ... previstas no Anexo III do 'Regulamento Geral FEDER e do Fundo de Coesão'.		Até 10% das despesas elegíveis	Desde que incorridas com a execução da operação.
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	Não são elegíveis as despesas ... previstas no Anexo III do 'Regulamento Geral FEDER e do Fundo de Coesão'.		Até 10% das despesas elegíveis	Desde que incorridas com a execução da operação.
	Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas	Não são elegíveis as despesas relativas a encargos gerais.	X		
	Rede de Equipamentos Culturais	Não são elegíveis as despesas relativas a encargos gerais.	X		
	Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	Não são elegíveis as despesas ... previstas no Anexo III do 'Regulamento Geral FEDER e do Fundo de Coesão'.		Até 10% das despesas elegíveis	Desde que incorridas com a execução da operação.
	Saúde	Não são elegíveis as despesas ... previstas no Anexo III do 'Regulamento Geral FEDER e do Fundo de Coesão'.		Até 10% das despesas elegíveis	Desde que incorridas com a execução da operação.

EIXO	REGULAMENTO ESPECÍFICO	REGRA	ENCARGOS GERAIS		
			NÃO ELEGÍVEIS	PARCIALMENTE ELEGÍVEIS Montante	Condição
EIXO IV	Mobilidade Territorial	Não são elegíveis as despesas relativas a encargos gerais.	X		
	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	Não são elegíveis as despesas de funcionamento corrente das instituições candidatas, mesmo que sejam consideradas extraordinárias por via da realização do projecto.	X		
	Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação	Não são elegíveis despesas de funcionamento corrente das instituições candidatas, mesmo que sejam consideradas extraordinárias por via da realização do projecto.	X		
	Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	Não são elegíveis as despesas relativas a encargos gerais, com as excepções previstas no ponto 3 do Anexo III do 'Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão'.		Até 10% das despesas elegíveis	Desde que incorridas com a execução da operação.
EIXO V	Execução do Sistema de Apoios à Modernização Administrativa	Não são elegíveis as despesas de funcionamento da entidade beneficiária relacionadas com actividades de tipo periódico ou contínuo.	X		
	Promoção e Capacitação Institucional	Não são elegíveis as despesas relativas a encargos gerais, com as excepções previstas no ponto 3 do Anexo III do Regulamento Geral FEDER.		Até 10% das despesas elegíveis	Desde que incorridas com a execução da operação.
EIXO VI	Assistência Técnica	São elegíveis as despesas relativas a encargos gerais.		Até 100%	Desde que incorridas com a execução da operação.

Ainda no que respeita às despesas resultantes de encargos gerais, caso tenha sido considerada a sua elegibilidade em sede de candidatura por parte da Autoridade de Gestão do ON.2 (ou da Associação de Municípios por esta designada), e aceite por esta a justificação do Beneficiário para o critério de imputação a utilizar, devem estas despesas, durante a fase de execução da operação, cumprir a elegibilidade aceite, sendo que qualquer alteração à taxa de imputação inicialmente definida deve, em sede de apresentação de pedido de pagamento, ser justificada através de nota anexa à respectiva Lista justificativa de despesas.

Aquando do encerramento da operação, e dado que o critério de imputação aceite pela Autoridade de Gestão do ON.2 (ou pela Associação de Municípios por esta designada) se baseia em indicadores quantificados em fase de candidatura, haverá que averiguar se os mesmos se mantêm ou, no caso de se terem alterado, qual o valor de taxa de imputação que deve ser efectivamente considerado. Caso haja lugar a alteração da taxa de imputação e acautelando sempre o cumprimento do limite estipulado para este tipo de despesas, a Autoridade de Gestão do ON.2 (ou a Associação de Municípios por esta designada) efectuará a necessária correcção da despesa.

No que respeita à monitorização dos limites estipulados para este tipo de despesas no ‘Regulamento Geral FEDER e de Fundo de Coesão’, a Autoridade de Gestão do ON.2 estabeleceu, para as operações imateriais, única tipologia que admite a elegibilidade de despesas com encargos gerais, o apuramento pelo SIGON.2 do montante candidatado para as rubricas orçamentais<sup>13</sup> - encargos com instalações, limpeza e higiene, locação de edifícios, locação de material de informática, locação de material de transporte, locação de outros bens, comunicações, não podendo o respectivo valor ultrapassar o limite de 10% ou de 20%, consoante o caso aplicável, do valor elegível da candidatura.

<sup>13</sup> No caso de entidades beneficiárias que apliquem:

- o POCP/POCAL, estas despesas respeitam às rubricas económicas da despesa 02.02.01, 02.02.02, 02.02.04, 02.02.05, 02.02.06, 02.02.08, 02.02.09.
- o POC, estas despesas respeitam às contas: 62211, 62213, 62219, 62222 e 62234.

Este procedimento permite à Autoridade de Gestão do ON.2 (ou à Associação de Municípios por esta designada), a todo o momento, apurar, por operação, o valor que se encontra aprovado para encargos gerais, e em fase de acompanhamento da execução, apurar ainda os valores das despesas realizadas e montantes efectivamente pagos para esta tipologia de despesas, monitorizando-se, desta forma os limites estabelecidos.

#### D - Subcontratação

No âmbito das operações a co-financiar pelo FEDER, o ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’, determina como não admissíveis:

- Mais de dois níveis de subcontratação, sem qualquer valor acrescentado, ou subcontratações injustificadas;
- Contratos efectuados através de intermediários ou consultores, em que o montante a pagar é expresso em percentagem do montante co-financiado ou das despesas elegíveis da operação.

#### E - Encargos financeiros

De acordo com o ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’, os encargos de operações financeiras, as comissões e perdas cambiais e outras despesas meramente financeiras não são elegíveis para efeitos de co-financiamento pelo FEDER.

Exceptuam-se desta regra os custos inerentes às diferentes modalidades de prestação de garantias, prestadas por bancos ou outras instituições, desde que estas sejam exigidas pela legislação nacional ou comunitária ou pela decisão da Comissão Europeia que aprova o ON.2, ou pela Autoridade de Gestão do ON.2 (ou pela Associação de Municípios por esta designada).

## F - Honorários de consultas jurídicas, despesas notariais, despesas de peritagem

De acordo com o ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’, as despesas com honorários de consultas jurídicas, despesas notariais, despesas de peritagem técnica ou financeira e despesas de contabilidade e de auditoria não são elegíveis para efeitos de co-financiamento pelo FEDER.

Exceptuam-se desta regra as despesas directamente ligadas à operação e necessárias à sua preparação ou execução ou, tratando-se de despesas de contabilidade e auditoria, as que estiverem relacionadas com exigências da Autoridade de Gestão do ON.2 (ou pela Associação de Municípios por esta designada).

## G - Multas, sanções financeiras, despesas com processos judiciais e juros devedores

De acordo com o ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’, as despesas com multas, sanções financeiras, despesas com processos judiciais e juros devedores não são elegíveis para efeitos de co-financiamento pelo FEDER.

Exceptuam-se desta regra as despesas com processos judiciais relativas às acções intentadas pelas autoridades competentes e destinadas a recuperar os montantes indevidamente pagos ao Beneficiário.

## F - Compra de equipamento em segunda mão

De acordo com o ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’, os custos relativos à compra de equipamento em segunda-mão não são elegíveis para efeitos de co-financiamento pelo FEDER.

Exceptuam-se desta regra os custos relativos à compra de equipamento em segunda-mão, que preencham cumulativamente as seguintes condições:

- O Beneficiário comprove que a aquisição do equipamento não foi objecto de ajuda de subvenções nacionais ou comunitárias;
- O preço do equipamento não exceda o seu valor de mercado e seja inferior ao custo de equipamento similar novo;
- O equipamento tenha as características técnicas necessárias para a operação e esteja em conformidade com as normas aplicáveis.

### G - Compra de terrenos e imóveis

De acordo com o ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’:

1. As despesas relativas à aquisição de terrenos e de edifícios já construídos só são elegíveis para co-financiamento pelo FEDER se cumulativamente estiverem preenchidas as seguintes condições:

- Exista uma relação directa entre a compra e os objectivos da operação, só podendo ser utilizados em conformidade com os objectivos da operação em causa;
- Seja apresentada uma declaração de um avaliador acreditado ou de um organismo oficial devidamente autorizado para o efeito, que certifique que o preço não excede o valor de mercado, que o bem está em conformidade com a legislação nacional ou, que especifique os pontos que, não estando conformes, devem ser rectificadados pelo Beneficiário final no âmbito da operação;
- O Beneficiário comprove que nos sete anos precedentes, a aquisição do terreno ou edifício não foi objecto de ajuda de subvenções nacionais ou comunitárias.

2. Os terrenos ou os edifícios devem ser mantidos na posse do Beneficiário e afectos ao destino previsto, pelo período especificado na decisão de aprovação do co-financiamento da operação e/ou no termo de aceitação/contrato de concessão do subsídio celebrado com o Beneficiário.

3. No caso dos regimes de auxílio no âmbito do artigo 87.º do Tratado, a elegibilidade da compra de terrenos deve ser apreciada à luz do respectivo enquadramento legal, nacional ou comunitário.
4. A elegibilidade das despesas relativas à aquisição de terrenos está limitada a 10% das despesas totais elegíveis da operação.
5. No âmbito do FEDER, e para operações relativas à conservação do ambiente, pode a Autoridade de Gestão do ON.2, em casos excepcionais devidamente justificados, considerar elegível uma percentagem mais elevada que a prevista no número anterior, sendo necessário que cumulativamente estejam preenchidas as seguintes condições:
  - O terreno deve ser afectado ao destino previsto durante o período determinado na decisão;
  - O destino do terreno não pode ser agrícola, excepto nos casos devidamente justificados e aprovados pela Autoridade de Gestão do ON.2;
  - A compra deve ser realizada por uma instituição pública, por um organismo regido pelo direito público ou por conta destes.

## H - IVA e outros impostos, contribuições ou taxas

De acordo com o 'Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão', o IVA e outros impostos, contribuições ou taxas, nomeadamente impostos directos e contribuições para a segurança social sobre as remunerações e salários, relativos às operações co-financiadas pelo FEDER não constituem despesas elegíveis, salvo se forem efectiva e definitivamente suportados pelo Beneficiário.

O co-financiamento pelo FEDER não pode ser superior ao custo total elegível da operação, com exclusão do IVA e dos outros impostos, contribuições ou taxas.



O IVA recuperável, por qualquer meio que seja, não pode ser considerado elegível, mesmo que não tenha sido ou não venha a ser efectivamente recuperado pelo Beneficiário.

Na implementação desta regra, em fase de candidatura, é obrigatório o Beneficiário apresentar a Declaração Fiscal, emitida pelos Serviços do IVA, quando ao regime legal do IVA a que se encontra sujeito. A análise desta Declaração permitirá, de imediato, considerar como não elegível o IVA suportado pelos Beneficiários que desenvolvem actividades sujeitas a IVA - IVA recuperável - e considerar elegível o IVA suportado pelos Beneficiários que desenvolvem actividades isentas - IVA não recuperável. Em fase de pagamentos, no caso de o IVA ser recuperável, a entidade beneficiária deve apresentar todas as despesas sem IVA, devendo incluir o IVA nas despesas apresentadas quando este imposto não for recuperável.

Quando a Declaração Fiscal informar que o Beneficiário desenvolve actividades sujeitas e não sujeitas (sujeito passivo misto) - sendo o método de dedução do imposto praticado pelo Beneficiário o pro-rata ou a afectação real - será necessário enquadrar as actividades que fazem parte da operação como actividades em que o IVA é recuperável ou não recuperável. Ou seja, *“é a natureza objectiva da actividade a que se destina o financiamento que ilumina a questão de saber se o IVA é ou não recuperável, e não simplesmente o concreto método de dedução praticado pelo sujeito passivo.*

*Se a actividade for uma actividade sujeita, o IVA deverá ser considerado como recuperável - e, por isso, como uma despesa não elegível - ainda que, na circunstância concreta, por causa de uma escolha do Beneficiário, o imposto não venha a ser efectivamente recuperado.*

*Se, pelo contrário, a actividade a que se destina o financiamento for uma actividade isenta, o método de dedução escolhido passa a ser relevante. Se se tratar do pro-rata, o imposto será recuperável em certa medida, e é nessa exacta medida que ele não poderá ser considerado como despesa elegível. Se, ao invés, o método escolhido for o da afectação real, então o imposto não será definitivamente recuperável e deverá, por isso, ser admitido, como despesa elegível.*

*Saliente-se, por último, que, estando em causa uma actividade isenta, será sempre necessário verificar se tal isenção é susceptível de renúncia. Na verdade, em caso afirmativo, deverá reconhecer-se que, em abstracto, o sujeito passivo pode exercer o direito à dedução - estaremos então em presença de IVA recuperável (...) e por isso, de uma despesa não elegível”<sup>14</sup>. Assim, no caso do método de dedução escolhido ser o de afectação real, cabe à entidade beneficiária, através de declaração específica entregue em fase de candidatura, caracterizar a(s) actividade(s), constituinte(s) da operação, a que o financiamento se destina. É da responsabilidade da entidade beneficiária a apresentação das despesas para comparticipação com ou sem IVA conforme se trate de IVA não recuperável ou IVA recuperável.*

Se o método de dedução adoptado for o pro-rata, a entidade beneficiária deverá comprovar que a(s) actividade(s) a que se destina o financiamento é uma actividade isenta, através da declaração específica em fase de candidatura, referindo a taxa de pro-rata utilizada no ano. As despesas apresentadas para comparticipação deverão incluir o valor do IVA não recuperado pelo pro-rata.

Para efeitos de co-financiamento do IVA, a Autoridade de Gestão do ON.2 estabeleceu que, no caso do IVA associado à operação aprovada ser elegível e o Beneficiário utilizar o método de dedução pro-rata, o processamento do montante da despesa relativa a este imposto só será considerado para efeitos de co-financiamento e respectivo pagamento, desde que a taxa do pro-rata seja a definitiva.

Em síntese, e caso estejamos perante um Beneficiário, sujeito passivo de IVA, que desenvolve actividades sujeitas e não sujeitas, importa clarificar o seguinte:

ELEGIBILIDAD E DO IVA	MÉTODO DE DEDUÇÃO	
	Afectação Real	Pro Rata
IVA Elegível	O montante do IVA releva para o cálculo do ‘Custo Total do Investimento’ e da ‘Despesa Elegível’.	O montante total do IVA releva para o cálculo do ‘Custo Total do Investimento’, sendo que neste caso: <ul style="list-style-type: none"> <li>o montante total do IVA deduzido do valor que resulta da aplicação da ‘taxa pro rata’ (taxa</li> </ul>

<sup>14</sup> Extraído do Parecer solicitado pela Comissão de Gestão do QCA III e elaborado pelo Dr. António Lobo Xavier relativo à interpretação da Regra n.º 7 - IVA do Regulamento (CE) 1685/2000.

ELEGIBILIDAD E DO IVA	MÉTODO DE DEDUÇÃO	
	Afectação Real	Pro Rata
		definitiva do ano anterior) releva para a 'Despesa Elegível'; ▪ o valor do IVA que resulta da aplicação da 'taxa pro rata' (taxa definitiva do ano anterior) releva para a 'Despesa Não Elegível'.
IVA Não Elegível	O montante do IVA releva para o cálculo do 'Custo Total do Investimento' e para a 'Despesa Não Elegível'.	O montante do IVA releva para o cálculo do 'Custo Total do Investimento' e da 'Despesa Não Elegível'.

## I - Despesas de assistência técnica

Os custos incorridos com a coordenação estratégica e técnica, monitorização estratégica, operacional e financeira, auditoria e controlo, certificação, gestão e acompanhamento do FEDER só são elegíveis para efeitos de co-financiamento no âmbito do ON.2, se constituírem despesas relacionadas com a preparação, gestão, execução, avaliação, acompanhamento, auditoria e controlo deste Programa e das operações.

As despesas com remuneração de pessoal, incluindo a remuneração de gestores, coordenadores e chefias de projecto, para realizar as tarefas referidas no parágrafo anterior, incluindo as contribuições para a segurança social, só são elegíveis nos seguintes casos:

- Funcionários estatutários ou outros agentes públicos afectos por força de decisão devidamente documentada da autoridade competente e por período que não exceda o período de elegibilidade das intervenções;
- Outro pessoal contratado.

O período de afectação determinante para cálculo das despesas objecto de financiamento não pode terminar numa data posterior à data limite de elegibilidade das despesas, estabelecida para o ON.2.

Os custos com serviços prestados por um Organismo Intermédio, no âmbito da delegação de competências conferidas e/ou a conferir pela Autoridade de Gestão do ON.2 para execução de tarefas, só são elegíveis para efeitos de financiamento, desde que não decorram das obrigações de serviço público da entidade em causa, nem das funções correntes de gestão, acompanhamento ou controlo dessa entidade.

Além das despesas não elegíveis referidas nos parágrafos anteriores, não são objecto de qualquer apoio financeiro as despesas que tenham sido realizadas sem o respeito pelas regras e princípios aplicáveis, em particular relativos à concorrência, designadamente no que se refere a contratação pública.

#### J - Despesas com as equipas técnicas no âmbito de operações/acções imateriais

Sem prejuízo do disposto nos ‘Regulamentos Específicos do ON.2’ aplicáveis, Orientações Técnicas e Avisos/Convites para apresentação de candidaturas, as despesas com pessoal relativas às Equipas Técnicas, a integrar operações/acções imateriais, devem respeitar as regras de elegibilidade estabelecidas no presente ponto, com os limites infra estabelecidos para a Administração Pública.

Assim:

- a) Não são elegíveis as remunerações dos trabalhadores da Administração Pública, cuja relação jurídica de emprego com o Beneficiário (Entidade Empregadora) seja o do contrato por tempo indeterminado nos termos do disposto na Lei 12-A/2008, de 27/02, e no Decreto-Lei 59/2008, de 11/09;  
Ou seja, tendo em conta que esta relação jurídica de emprego assume, pela sua própria natureza, um instrumento permanente de prossecução das atribuições/competências das Administrações Públicas, e tal como já assumido no anterior Quadro Comunitário<sup>15</sup>, não podem as mesmas ser objecto de co-financiamento no âmbito do ON.2.

---

<sup>15</sup> Cfr. Ponto 4 da regra n.º 11 do Regulamento (CE) 448/2004, de 10/03

- b) São elegíveis as remunerações dos trabalhadores da Administração Pública, cuja relação jurídica de emprego com o Beneficiário (Entidade Empregadora) tenha sido exclusivamente estabelecida por tempo determinado para a execução do objecto da operação;

Com efeito, as despesas das Administrações Públicas só são elegíveis para um co-financiamento no âmbito do ON.2, distinto da Assistência Técnica (Eixo Prioritário VI do ON.2), se estiverem relacionadas com a execução de uma operação e esta não decorra das obrigações de serviço público do Beneficiário, nem das suas funções correntes de gestão, de acompanhamento ou de controlo.

Tendo presente o enquadramento efectuado, na análise da elegibilidade das despesas com pessoal afecto às Equipas Técnicas, deverão assim ser tidas em conta as seguintes regras:

- O pessoal afecto à operação deve estar claramente identificado em sede de candidatura, por entidade, com indicação do nome completo da pessoa, situação contratual, tempo afecto à operação/acção, custo mensal e funções na operação.
- No caso de trabalhadores contratados exclusivamente para a execução da operação/acção, os respectivos custos podem ser comparticipados pelo valor global da sua contratação, sendo obrigatória a apresentação, pela entidade beneficiária, do contrato celebrado entre as partes. Os contratos deverão referir a operação/acção para a qual foram contratados e deverá ser remetida informação relativa ao processo de contratação.
- No que respeita a trabalhadores que não estejam afectos em exclusividade à execução da operação/acção, e caso tenha sido considerada a sua elegibilidade (decorrente da sua previsão em Regulamento Específico/Orientação Técnica/Aviso), os respectivos custos podem ser co-financiados até ao limite da taxa de imputação aprovada pela Autoridade de Gestão do ON.2 (ou pela Associação de Municípios por esta designada) e constante da Decisão de Financiamento. Note-se que, qualquer alteração à taxa de imputação aprovada, em sede de apresentação de pedido de pagamento, deve ser justificada através de nota anexa à respectiva Lista justificativa de despesas.

No que concerne às tipologias/componentes de despesa a imputar às Equipas Técnicas, aceitam-se, relativamente a cada elemento que as integrem:

- Remunerações certas e permanentes (vencimento base, subsídio de férias, subsídio de natal e subsídio de refeição);
- Encargos sobre a remuneração mensal (descontos obrigatórios);
- Deslocações e alojamento.

#### K - Despesas relativas a obras realizadas por Administração Directa

As despesas resultantes da execução de obras por administração directa<sup>16</sup> não são elegíveis para efeitos de co-financiamento pelo FEDER, no âmbito do ON.2.

#### L - Despesas relativas a: trabalhos a mais, adicionais de fornecimentos de bens e de aquisições de serviços e erros e omissões de projecto

De acordo com a generalidade dos Regulamentos Específicos do ON.2, as despesas relacionadas com a execução de trabalhos inicialmente não contratados, designados por ‘trabalhos a mais ou adicionais de fornecimentos de bens e de aquisições de serviços’ não são elegíveis, salvo se inequivocamente cumprirem os requisitos legais estabelecidos.

Ainda a este propósito e desde que verificados os requisitos constantes do parágrafo anterior, poderão ser aceites ‘trabalhos a mais ou adicionais de fornecimentos de bens e de aquisições de serviços’, nomeadamente no âmbito da reprogramação de um

---

<sup>16</sup> A Decreto-Lei 197/99 de 8 de Junho prevê como forma de execução de uma obra pública, a administração directa. Segundo uma possível definição, administração directa “é a faculdade que a lei concede à administração [...] de realizar os trabalhos e obras de construção, reconstrução, restauro, reparação, conservação e adaptação de bens imóveis que deveriam, se assim não fosse, ser realizadas através do normal contrato de empreitada.”. Esta faculdade destina-se a permitir, nos casos previstos na lei, o aproveitamento dos recursos técnicos e humanos de que a entidade pública porventura disponha, assumindo por sua conta e sob sua inteira orientação a realização dos trabalhos.

operação aprovada<sup>17</sup>, e desde que suportados em contratos adicionais, visados pelo Tribunal de Contas, caso estejam sujeitos.

De referir que, no caso das operações aprovadas no âmbito dos Regulamentos Específicos ‘Parcerias para a Regeneração Urbana’ e ‘Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação’, as despesas com ‘trabalhos a mais, adicionais de contratos de fornecimento e de aquisições de serviços’, não são de todo elegíveis. Destes Regulamentos resulta ainda a não elegibilidade de despesas decorrentes de erros e omissões do projecto.

No caso dos Regulamentos Específicos do ON.2 em que não são tratadas, em termos de elegibilidade, as despesas relativas a trabalhos a mais, adicionais de fornecimentos de bens e de aquisições de serviços e erros e omissões de projecto, tais despesas não são elegíveis para efeitos de co-financiamento pelo FEDER, no âmbito do ON.2.

**Tabela 16** - Elegibilidade das despesas relativas a trabalhos a mais, adicionais de fornecimentos de bens e de aquisições de serviços e erros e omissões de projecto

EIXO	REGULAMENTO ESPECÍFICO	REGRA	NÃO ELEGÍVEIS	ELEGÍVEL (Sob condição)
EIXO I	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento		X	
	Energia	Não são elegíveis as despesas relacionadas com a execução de trabalhos não contratados, designados por “trabalhos a mais ou adicionais”, salvo se for inequivocamente evidenciado o cumprimento integral da legislação nacional e comunitária.		X
	Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	Não são elegíveis as despesas relacionadas com a execução de trabalhos não contratados, designados por “trabalhos a mais ou adicionais”, salvo se for inequivocamente evidenciado o cumprimento integral da legislação nacional e comunitária.		X

<sup>17</sup> Ver Módulo E deste Manual.

EIXO	REGULAMENTO ESPECÍFICO	REGRA	NÃO ELEGÍVEIS	ELEGÍVEL (Sob condição)
	Sistema de Apoio a Acções Colectivas - SIAC		X	
	Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	Não são elegíveis as despesas relacionadas com a execução de trabalhos não contratados, designados por “trabalhos a mais ou adicionais”, salvo se for inequivocamente evidenciado o cumprimento integral da legislação nacional e comunitária.		X
	Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	Não são elegíveis as despesas relacionadas com a execução de trabalhos não contratados, designados por “trabalhos a mais ou adicionais”, salvo se for inequivocamente evidenciado o cumprimento integral da legislação nacional e comunitária.		X
	Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	Não são elegíveis as despesas relacionadas com a execução de trabalhos não contratados, designados por “trabalhos a mais ou adicionais”, salvo se for inequivocamente evidenciado o cumprimento integral da legislação nacional e comunitária.		X
EIXO II	Valorização Económica dos Recursos Específicos	Não são elegíveis as despesas relacionadas com a execução de trabalhos não contratados, designados por “trabalhos a mais ou adicionais”, salvo se for inequivocamente evidenciado o cumprimento integral da legislação nacional e comunitária.		X
EIXO III	Acções de Valorização do Litoral		X	
	Acções de Valorização e Qualificação		X	
	Ciclo Urbano da Água "Vertente em baixa - modelo não verticalizado"	Não são elegíveis as despesas relacionadas com a execução de trabalhos não contratados, designados por “trabalhos a mais ou adicionais”, salvo se for inequivocamente evidenciado demonstrada a sua total imprevisibilidade, por razões não imputáveis ao dono da obra e seja evidenciado cumprimento integral da legislação nacional e comunitária aplicável.		X



EIXO	REGULAMENTO ESPECÍFICO	REGRA	NÃO ELEGÍVEIS	ELEGÍVEL (Sob condição)
	Equipamentos para a Coesão Local	Não são elegíveis as despesas relacionadas com a execução de trabalhos não contratados, designados por “trabalhos a mais ou adicionais”, salvo se for inequivocamente evidenciado demonstrada a sua total imprevisibilidade, por razões não imputáveis ao dono da obra e seja evidenciado cumprimento integral da legislação nacional e comunitária aplicável.		X
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados		X	
	Optimização de Gestão de Resíduos	Não são elegíveis as despesas relacionadas com a execução de trabalhos não contratados, designados por “trabalhos a mais ou adicionais”, salvo se for inequivocamente evidenciado demonstrada a sua total imprevisibilidade, por razões não imputáveis ao dono da obra e seja evidenciado cumprimento integral da legislação nacional e comunitária aplicável.		X
	Património Cultural	Não são elegíveis despesas com trabalhos a mais de empreitadas de obras públicas e adicionais de contratos de fornecimento, erros e omissões do projecto.	X	
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais		X	
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais		X	
	Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas	Não são elegíveis as despesas relacionadas com a execução de trabalhos não contratados, designados por “trabalhos a mais ou adicionais”, salvo se for inequivocamente evidenciado demonstrada a sua total imprevisibilidade, por razões não imputáveis ao dono da obra e seja evidenciado cumprimento integral da legislação nacional e comunitária aplicável.		X

EIXO	REGULAMENTO ESPECÍFICO	REGRA	NÃO ELEGÍVEIS	ELEGÍVEL (Sob condição)
	Rede de Equipamentos Culturais	Não são elegíveis as despesas relacionadas com a execução de trabalhos não contratados, designados por “trabalhos a mais ou adicionais”, salvo se for inequivocamente evidenciado demonstrada a sua total imprevisibilidade, por razões não imputáveis ao dono da obra e seja evidenciado cumprimento integral da legislação nacional e comunitária aplicável.		X
	Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar		X	
	Saúde		X	
EIXO IV	Mobilidade Territorial	Não são elegíveis as despesas relacionadas com a execução de trabalhos não contratados, designados por “trabalhos a mais ou adicionais”, salvo se for inequivocamente evidenciado demonstrada a sua total imprevisibilidade, por razões não imputáveis ao dono da obra e seja evidenciado cumprimento integral da legislação nacional e comunitária aplicável.		X
	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	Não são elegíveis despesas com trabalhos a mais de empreitadas de obras públicas, adicionais de contratos de fornecimento, erros e omissões do projecto	X	
	Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e	Não são elegíveis despesas com trabalhos a mais de empreitadas de obras públicas, adicionais de contratos de fornecimento, erros e omissões do projecto	X	
	Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	Não são elegíveis as despesas relacionadas com a execução de trabalhos não contratados, designados por “trabalhos a mais ou adicionais”, salvo se for inequivocamente evidenciado o cumprimento integral da legislação nacional e comunitária.		X
	Sistemas de Apoios à Modernização Administrativa		X	

EIXO	REGULAMENTO ESPECÍFICO	REGRA	NÃO ELEGÍVEIS	ELEGÍVEL (Sob condição)
EIXO V	Promoção e Capacitação Institucional	Não são elegíveis as despesas relacionadas com a execução de trabalhos não contratados, designados por “trabalhos a mais ou adicionais”, salvo se for inequivocamente evidenciado demonstrada a sua total imprevisibilidade, por razões não imputáveis ao dono da obra e seja evidenciado cumprimento integral da legislação nacional e comunitária aplicável.		X
EIXO VI	Assistência Técnica		X	

#### M - Aplicação no âmbito do ON.2 das regras de elegibilidade estabelecidas para o FSE

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 34.º do Regulamento (CE) 1083/2006 e de acordo com o previsto no documento enquadrador do ON.2, aprovado pela Decisão da Comissão C(2007) 5070, de 10/10/2007, prevê-se que os seis Eixos Prioritários do ON.2 possam financiar acções que estejam abrangidas pelo âmbito de intervenção do Fundo Social Europeu (FSE). Face a esta possibilidade, considerar-se-á como limite o montante de 10% do financiamento FEDER afecto a cada Eixo Prioritário e a condição de que acções a co-financiar sejam necessárias à execução satisfatória da operação onde sejam integradas e estejam directamente relacionadas com a mesma.

A este tipo de acções aplicar-se-ão as regras de elegibilidade estabelecidas para o FSE, tanto a nível comunitário como a nível nacional, quer em termos de tipologia de operações quer de despesa, conforme definido no n.º 3 do artigo 7.º do Regulamento (CE) 1080/2006.

## 4.4 | Regras de Elegibilidade da Despesa por Eixo Prioritário /

### Regulamento Específico

Sem prejuízo do estabelecido na regulamentação comunitária aplicável e no ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’, designadamente no seu artigo 6.º e Anexo III, são elegíveis a co-financiamento as despesas, descritas nos quadros seguintes, sob o título “Despesa Elegível”.

Também, sem prejuízo do estabelecido no artigo 7.º do Regulamento (CE) 1080/2006, relativo ao FEDER, bem como no artigo 6.º e Anexo III do ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’, não são elegíveis as despesas, descritas nos quadros seguintes, sob o título “Despesa Não Elegível”.

EIXO I	
Regulamento Específico - Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	
Despesa Elegível	Despesa Não Elegível
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aquisição de serviços a terceiros, incluindo assistência técnica e consultoria, quando demonstrada fundamentadamente na sua necessidade para a operação.</li> <li>▪ Aquisição de equipamento informático expressamente para a operação.</li> <li>▪ Aquisição de software expressamente para a operação.</li> <li>▪ Aquisição de equipamento básico, designadamente mobiliário, sinalética, comunicações e equipamentos, desde que devidamente justificado como necessário para a implementação da operação.</li> <li>▪ Despesas com a protecção da propriedade intelectual e industrial dos resultados da operação.</li> <li>▪ Despesas com a promoção e divulgação da operação.</li> <li>▪ Despesas com pessoal técnico do Beneficiário afecto às actividades da operação.</li> <li>▪ Outras despesas que respeitem o disposto no Regulamento (CE) 1083/2006, bem como o artigo 7º do Regulamento (CE) 1080/2006, quando demonstrada inequivocamente a sua necessidade para implementação da operação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aquisição de terrenos;</li> <li>▪ Compra de imóveis;</li> <li>▪ Aquisição de viaturas;</li> <li>▪ Construção de edifícios;</li> <li>▪ Trespases e direitos de utilização de espaços;</li> <li>▪ Aquisição de bens em estado de uso;</li> <li>▪ Despesas de funcionamento da entidade beneficiária relacionadas com actividades de tipo periódico ou contínuo, se não enquadradas como encargos gerais da operação, nos termos previstos no ponto 3 do Anexo III do Regulamento Geral FEDER.</li> <li>▪ Imobilizado corpóreo já objecto de co-financiamento nacional e comunitário;</li> <li>▪ Encargos financeiros (juros devedores, ágios, despesas de câmbio e outras despesas financeiras).</li> <li>▪ Honorários de consultas jurídicas, despesas notariais e despesas de peritagem.</li> </ul>

Regulamento Específico - Energia	
Despesa Elegível	Despesa Não Elegível
<ul style="list-style-type: none"> <li>Despesas pagas entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2015, conferidas pelas datas dos respectivos recibos ou documentos probatórios equivalentes.</li> <li>As despesas relacionadas com a operação que se enquadrem nas seguintes categorias: <ul style="list-style-type: none"> <li>Estudos, projectos, fiscalização, actividades preparatórias e assessorias;</li> <li>Trabalhos de construção civil, equipamentos, infra-estruturas tecnológicas, sistemas de informação e de comunicação;</li> <li>Acções imateriais;</li> <li>Outras despesas ou custos imprescindíveis à boa execução da operação, desde que se enquadrem na tipologia e limites definidos na regulamentação nacional e comunitária aplicável e sejam devidamente fundamentados e discriminados pelo Beneficiário e aprovados pela Autoridade de Gestão.</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>As despesas relativas a acções, projectos e operações que tenham sido desenvolvidas sem respeito pelas regras e princípios aplicáveis, em particular os relativos a: <ul style="list-style-type: none"> <li>Regras de contratação pública;</li> <li>Legislação ambiental;</li> <li>Regulamentos de acesso e utilização de Fundos Comunitários;</li> <li>Princípios da concorrência e da igualdade de oportunidades.</li> </ul> </li> <li>As despesas relativas a operações realizadas por administração directa.</li> <li>As despesas relativas a encargos gerais, com as excepções previstas no ponto 3 do Anexo III ao 'Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão'.</li> <li>As despesas relacionadas com a execução de trabalhos não contratados, designados por "trabalhos a mais ou adicionais", salvo se for inequivocamente evidenciado o cumprimento integral da legislação nacional e comunitária.</li> <li>No caso da concessão do financiamento corresponder a um auxílio de Estado, as despesas cujo apoio careça de notificação prévia à Comissão Europeia, à luz da legislação comunitária.</li> </ul>
Regulamento Específico - Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	
Despesa Elegível	Despesa Não Elegível
<ul style="list-style-type: none"> <li>Despesas pagas entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2015, conferidas pelas datas dos respectivos recibos ou documentos probatórios equivalentes.</li> <li>As despesas relacionadas com a operação que se enquadrem nas seguintes categorias: <ul style="list-style-type: none"> <li>Estudos, projectos, fiscalização, actividades preparatórias e assessorias, directamente ligados à operação;</li> <li>Nova construção, adaptação e reconversão de espaços;</li> <li>Equipamentos, sistemas de informação e de comunicação;</li> <li>Acções imateriais;</li> <li>Outras despesas ou custos imprescindíveis à boa</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>As despesas relativas a acções, projectos e operações que tenham sido desenvolvidas sem respeito pelas regras e princípios aplicáveis, em particular os relativos a: <ul style="list-style-type: none"> <li>Regras de contratação pública;</li> <li>Legislação ambiental;</li> <li>Regulamentos de acesso e utilização de Fundos Comunitários;</li> <li>Princípios da concorrência e da igualdade de oportunidades.</li> </ul> </li> <li>As despesas relativas a obras de construção, adaptação e reconversão de espaços realizadas por "Administração Directa".</li> <li>As despesas relativas a encargos gerais, com as excepções</li> </ul>

<p>execução da operação, desde que se enquadrem na tipologia e limites definidos na regulamentação nacional e comunitária aplicável e sejam devidamente fundamentados e discriminados pelo Beneficiário e aprovados pela Autoridade de Gestão.</p>	<p>previstas no ponto 3 do Anexo III ao Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>As despesas relacionadas com a execução de trabalhos não contratados, designados por “trabalhos a mais ou adicionais”, salvo se for inequivocamente evidenciado o cumprimento integral da legislação nacional e comunitária.</li> </ul>
Regulamento Específico - Sistema de Apoio a Acções Colectivas	
Despesa Elegível	Despesa Não Elegível
<ul style="list-style-type: none"> <li>Com excepção da tipologia referida na alínea f) do n.º 1 do artigo 4.º, consideram-se elegíveis as seguintes despesas: <ul style="list-style-type: none"> <li>Estudos, pesquisas e diagnósticos directamente relacionados com a concepção, implementação e avaliação do projecto;</li> <li>Aquisição de serviços a terceiros, incluindo assistência técnica, científica e consultoria, quando essencial para o projecto e em áreas do conhecimento que ultrapassem a competência dos Beneficiários;</li> <li>Aquisição de equipamento informático expressamente necessário para o projecto;</li> <li>Aquisição de software expressamente necessário para o projecto;</li> <li>Despesas com a promoção e divulgação do projecto e das actividades nele incluídas;</li> <li>Deslocações e estadas demonstradas como essenciais para o desenvolvimento do projecto;</li> <li>Despesas com a implementação de acções de sensibilização, informação e demonstração incluindo concursos e respectivos prémios;</li> <li>Despesas com a participação em organizações internacionais quando relevantes para o projecto;</li> <li>Investimentos em formação de recursos humanos no âmbito do projecto, a definir em diploma específico;</li> <li>Despesas com a aquisição de conteúdos e informação especializada;</li> <li>Despesas com a intervenção dos Técnicos Oficiais de Contas ou dos Revisores Oficiais de Contas previstas no artigo 21º;</li> <li>Despesas com pessoal técnico dos Beneficiários directamente afectos à operação, incluindo os salários</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Para além das despesas não elegíveis previstas no artigo 4.º e 6.º do ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’ são também não elegíveis: <ul style="list-style-type: none"> <li>As despesas de funcionamento do Beneficiário relacionadas com actividades do tipo periódico ou contínuo;</li> <li>Transacções entre entidades participantes na operação.</li> </ul> </li> </ul>

<p>e encargos sociais - estes custos serão fundamentados em função do grau de intervenção da equipa do Beneficiário na realização da operação e da complexidade da sua realização e a sua soma não poderá exceder 20% do total dos custos elegíveis de cada operação.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Imputação de custos indirectos a comprovar numa base real - estes custos serão fundamentados em função do grau de intervenção da equipa do Beneficiário na realização da operação e da complexidade da sua realização e a sua soma não poderá exceder 20% do total dos custos elegíveis de cada operação.</li> <li>▪ Para os projectos de actividades de promoção, divulgação e imagem internacionais dos sectores, regiões e actividades com relevância para a economia nacional, são ainda consideradas elegíveis as seguintes despesas: <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Custos com campanhas de imagem, promoção, informação e divulgação, incluindo custos com o desenvolvimento criativo, com a produção ou aquisição de media, materiais gráficos de promoção e informação e materiais audiovisuais e de multimédia;</li> <li>▶ Aluguer de espaços e equipamentos demonstrados como indispensáveis para a prossecução do projecto;</li> <li>▶ Montagem/desmontagem construção e decoração de espaços promocionais;</li> <li>▶ Transportes de mostruários e material informativo e promocional;</li> <li>▶ Criação, registo e lançamento internacional de marcas próprias de natureza colectiva.</li> </ul> </li> <li>▪ Para os projectos de actividades de animação, coordenação e gestão da parceria, no âmbito de Estratégias de Eficiência Colectiva, são consideradas elegíveis as seguintes despesas: <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Despesas com a constituição da entidade gestora;</li> <li>▶ Aquisição de equipamento administrativo e informático expressamente necessário para o projecto;</li> <li>▶ Custos com a contratação de máximo de 3 técnicos, com nível de qualificação igual ou superior a IV, por um período até 36 meses;</li> <li>▶ Estudos e aquisição de serviços a terceiros, incluindo assistência técnica, científica e consultoria, quando essencial para o projecto e em áreas de conhecimento que ultrapassem a competência dos Beneficiários;</li> <li>▶ Actividades de animação e coordenação da rede.</li> </ul> </li> </ul>	
--	--

Regulamento Específico - Sistemas de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	
Despesa Elegível	Despesa Não Elegível
<ul style="list-style-type: none"> <li>Despesas pagas entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2015, conferidas pelas datas dos respectivos recibos ou documentos probatórios equivalentes;</li> <li>As despesas relacionadas com a operação que se enquadrem nas seguintes categorias: <ul style="list-style-type: none"> <li>Estudos, projectos, fiscalização, actividades preparatórias e assessorias, directamente ligados à operação;</li> <li>Trabalhos de construção civil, equipamentos, infra-estruturas tecnológicas, sistemas de informação e de comunicação;</li> <li>Acções imateriais;</li> <li>Outras despesas ou custos imprescindíveis à boa execução da operação, desde que se enquadrem na tipologia e limites definidos na regulamentação nacional e comunitária aplicável e sejam devidamente fundamentados e discriminados pelo Beneficiário e aprovados pela Autoridade de Gestão.</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>As despesas relativas a acções, projectos e operações que tenham sido desenvolvidas sem respeito pelas regras e princípios aplicáveis, em particular os relativos a: <ul style="list-style-type: none"> <li>Regras de contratação pública;</li> <li>Legislação ambiental;</li> <li>Regulamentos de acesso e utilização de Fundos Comunitários;</li> <li>Princípios da concorrência e da igualdade de oportunidades.</li> </ul> </li> <li>As despesas relativas a operações realizadas por administração directa.</li> <li>As despesas relativas a encargos gerais, com as excepções previstas no ponto 3 do Anexo III ao 'Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão'.</li> <li>As despesas relacionadas com a execução de trabalhos não contratados, designados por "trabalhos a mais ou adicionais", salvo se for inequivocamente evidenciado o cumprimento integral da legislação nacional e comunitária.</li> <li>No caso da concessão do financiamento corresponder a um auxílio de Estado, as despesas cujo apoio careça de notificação prévia à Comissão Europeia, à luz da legislação comunitária.</li> </ul>
Regulamento Específico - Sistemas de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	
Despesa Elegível	Despesa Não Elegível
<ul style="list-style-type: none"> <li>Despesas pagas entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2015, conferidas pelas datas dos respectivos recibos ou documentos probatórios equivalentes;</li> <li>As despesas relacionadas com a operação que se enquadrem nas seguintes categorias: <ul style="list-style-type: none"> <li>Estudos, projectos, fiscalização, actividades preparatórias e assessorias;</li> <li>Trabalhos de construção civil, equipamentos, infra-estruturas tecnológicas, sistemas de informação e de comunicação;</li> <li>Acções imateriais;</li> <li>Outras despesas ou custos imprescindíveis à boa execução da operação, desde que se enquadrem na tipologia e limites definidos na regulamentação nacional e comunitária aplicável e sejam devidamente</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>As despesas relativas a acções, projectos e operações que tenham sido desenvolvidas sem respeito pelas regras e princípios aplicáveis, em particular os relativos a: <ul style="list-style-type: none"> <li>Regras de contratação pública;</li> <li>Legislação ambiental;</li> <li>Regulamentos de acesso e utilização de Fundos Comunitários;</li> <li>Princípios da concorrência e da igualdade de oportunidades.</li> </ul> </li> <li>As despesas relativas a operações realizadas por administração directa.</li> <li>As despesas relativas a encargos gerais, com as excepções previstas no ponto 3 do Anexo III ao 'Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão'.</li> </ul>



fundamentados e discriminados pelo Beneficiário e aprovados pela Autoridade de Gestão.	<ul style="list-style-type: none"> <li>As despesas relacionadas com a execução de trabalhos não contratados, designados por “trabalhos a mais ou adicionais”, salvo se for inequivocamente evidenciado o cumprimento integral da legislação nacional e comunitária.</li> <li>No caso da concessão do financiamento corresponder a um auxílio de Estado, as despesas cujo apoio careça de notificação prévia à Comissão Europeia, à luz da legislação comunitária.</li> </ul>
--	--

**Regulamento Específico - Sistemas de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresa de Base Tecnológica**

Despesa Elegível	Despesa Não Elegível
<ul style="list-style-type: none"> <li>Despesas pagas entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2015, conferidas pelas datas dos respectivos recibos ou documentos probatórios equivalentes;</li> <li>As despesas relacionadas com a operação que se enquadrem nas seguintes categorias: <ul style="list-style-type: none"> <li>Estudos, projectos, fiscalização, actividades preparatórias e assessorias, directamente ligados à operação;</li> <li>Trabalhos de construção civil, equipamentos, infra-estruturas tecnológicas, sistemas de informação e de comunicação;</li> <li>Acções imateriais;</li> <li>Outras despesas ou custos imprescindíveis à boa execução da operação, desde que se enquadrem na tipologia e limites definidos na regulamentação nacional e comunitária aplicável e sejam devidamente fundamentados e discriminados pelo Beneficiário e aprovados pela Autoridade de Gestão.</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>As despesas relativas a acções, projectos e operações que tenham sido desenvolvidas sem respeito pelas regras e princípios aplicáveis, em particular os relativos a: <ul style="list-style-type: none"> <li>Regras de contratação pública;</li> <li>Legislação ambiental;</li> <li>Regulamentos de acesso e utilização de Fundos Comunitários;</li> <li>Princípios da concorrência e da igualdade de oportunidades.</li> </ul> </li> <li>As despesas relativas a operações realizadas por administração directa.</li> <li>As despesas relativas a encargos gerais, com as excepções previstas no ponto 3 do Anexo III ao ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’.</li> <li>As despesas relacionadas com a execução de trabalhos não contratados, designados por “trabalhos a mais ou adicionais”, salvo se for inequivocamente evidenciado o cumprimento integral da legislação nacional e comunitária.</li> <li>No caso da concessão do financiamento corresponder a um auxílio de Estado, as despesas cujo apoio careça de notificação prévia à Comissão Europeia, à luz da legislação comunitária.</li> </ul>

**EIXO II**

**Regulamento Específico - Valorização Económica de Recursos Específicos**

Despesa Elegível	Despesa Não Elegível
<ul style="list-style-type: none"> <li>Despesas pagas entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2015, conferidas pelas datas dos respectivos recibos ou documentos probatórios equivalentes;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>As despesas relativas a acções, projectos e operações que tenham sido desenvolvidas sem respeito pelas regras e princípios aplicáveis, em particular os relativos a:</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>As despesas relacionadas com a operação que se enquadrem nas seguintes categorias: <ul style="list-style-type: none"> <li>Estudos, projectos, fiscalização, actividades preparatórias e assessorias;</li> <li>Trabalhos de construção civil, equipamentos, infra-estruturas tecnológicas, sistemas de informação e de comunicação;</li> <li>Acções imateriais;</li> <li>Outras despesas ou custos imprescindíveis à boa execução da operação, desde que se enquadrem na tipologia e limites definidos na regulamentação nacional e comunitária aplicável e sejam devidamente fundamentados e discriminados pelo Beneficiário e aprovados pela Autoridade de Gestão.</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Regras de contratação pública;</li> <li>Legislação ambiental;</li> <li>Regulamentos de acesso e utilização de Fundos Comunitários;</li> <li>Princípios da concorrência e da igualdade de oportunidades.</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>As despesas relativas a operações por “Administração Directa”.</li> <li>As despesas relativas a encargos gerais, com as excepções previstas no ponto 3 do Anexo III ao ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’.</li> <li>As despesas relacionadas com a execução de trabalhos inicialmente não contratados, designados por “trabalhos a mais ou adicionais”, salvo se for inequivocamente evidenciado o cumprimento integral da legislação nacional e comunitária aplicável.</li> </ul>
---	--

EIXO III	
Regulamento Específico - Acções de valorização do Litoral	
Despesa Elegível	Despesa Não Elegível
<p>São elegíveis, nomeadamente, as seguintes despesas, desde que enquadradas em operações aprovadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Despesas com a aquisição de terrenos, até ao limite de 10% das despesas totais elegíveis, nos termos do anexo III do ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’;</li> <li>Despesas com a aquisição de imóveis, até ao limite de 10% das despesas totais elegíveis, nos termos do anexo III do ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’;</li> <li>Despesas com equipamento e material;</li> <li>Despesas de empreitadas;</li> <li>Despesas com estudos, projectos e acções imateriais;</li> <li>Outras despesas necessárias à execução do projecto aprovado;</li> <li>Despesas directamente relacionadas com os projectos, realizadas entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2015, conferidas pelas datas dos respectivos recibos ou documentos probatórios equivalentes.</li> </ul>	<p>Não são elegíveis as despesas que se encontram definidas no artigo 7.º do Regulamento (CE) 1080/2006, relativo ao FEDER, bem como as previstas no Anexo III do ‘Regulamento Geral FEDER e do Fundo de Coesão’.</p>
Regulamento Específico - Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	
Despesa Elegível	Despesa Não Elegível
<p>São elegíveis, nomeadamente, as seguintes despesas, desde que enquadradas em operações aprovadas:</p>	<p>Não são elegíveis as despesas que se encontram definidas no artigo 7.º do Regulamento (CE) 1080/2006, relativo ao</p>

<ul style="list-style-type: none"> <li>Despesas com a aquisição de terrenos, até ao limite de 10% das despesas totais elegíveis, nos termos do anexo III do 'Regulamento Geral FEDER e do Fundo de Coesão';</li> <li>Despesas com a aquisição de imóveis, até ao limite de 10% das despesas totais elegíveis, nos termos do anexo III do 'Regulamento Geral FEDER e do Fundo de Coesão';</li> <li>Despesas com equipamento e material;</li> <li>Despesas de empreitadas;</li> <li>Despesas com estudos, projectos e acções imateriais;</li> <li>Outras despesas necessárias à execução do projecto aprovado</li> <li>Despesas directamente relacionadas com os projectos, realizadas entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2015, conferidas pelas datas dos respectivos recibos ou documentos probatórios equivalentes.</li> </ul>	<p>FEDER, bem como as previstas no Anexo III do 'Regulamento Geral FEDER e do Fundo de Coesão'.</p>
<p><b>Regulamento Específico - Ciclo Urbano da Água - “vertente em baixa - modelo não verticalizado”</b></p>	
<p><b>Despesa Elegível</b></p>	<p><b>Despesa Não Elegível</b></p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Despesas pagas entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2015, conferidas pelas datas dos respectivos recibos ou documentos probatórios equivalentes;</li> <li>Despesas relativas a: <ul style="list-style-type: none"> <li>Aquisição de terrenos e constituição de servidões (por expropriação ou negociação directa, bem como eventuais indemnizações a arrendatários), respeitando os limites previstos no n.º 9 do Anexo III do 'Regulamento Geral FEDER e do Fundo de Coesão';</li> <li>Fiscalização;</li> <li>Revisões de preços decorrentes da legislação aplicável, até ao limite de 5% do investimento elegível;</li> <li>Outras despesas previstas nos regulamentos comunitários e nacionais, nomeadamente informação e publicidade;</li> <li>Arranque e entrada em serviço das infra-estruturas e equipamentos (testes e ensaios da operação), até ao cumprimento do licenciamento ambiental ou, num prazo nunca superior a seis meses, e desde que o serviço público não esteja a ser cobrado aos utilizadores.</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não são elegíveis as despesas que se encontram definidas no artigo 7.º do Regulamento (CE) 1080/2006, relativo ao FEDER, bem como as previstas no Anexo III do 'Regulamento Geral FEDER e do Fundo de Coesão' e, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> <li>A remodelação de infra-estruturas e equipamentos que tenham sido objecto de apoio financeiro no âmbito do QCA II e III ou do Fundo de Coesão;</li> <li>A reparação de condutas de distribuição de água e/ou de colectores de drenagem de águas residuais;</li> <li>A construção, substituição, renovação ou reparação de colectores de águas pluviais;</li> <li>A execução de ramais de ligação;</li> <li>A execução de ramais domiciliários;</li> <li>As despesas relativas a acções de requalificação urbana, excepto as que respeitam à reconstrução das condições existentes no espaço directamente intervencionado e ao restabelecimento de infra-estruturas existentes;</li> <li>As despesas efectuadas em regime de administração directa;</li> <li>As despesas resultantes de encargos gerais;</li> <li>As despesas de manutenção/conservação de equipamentos e infra-estruturas;</li> <li>As despesas relacionadas com a execução de trabalhos</li> </ul> </li> </ul>

	não contratados, designados por “trabalhos a mais ou adicionais”, salvo se for inequivocamente evidenciado demonstrada a sua total imprevisibilidade, por razões não imputáveis ao dono da obra e seja evidenciado cumprimento integral da legislação nacional e comunitária aplicável.
<b>Regulamento Específico - Equipamentos para Coesão Local</b>	
<b>Despesa Elegível</b>	<b>Despesa Não Elegível</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Despesas pagas entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2015, conferidas pelas datas dos respectivos recibos ou documentos probatórios equivalentes;</li> <li>Estudos, projectos, fiscalização, actividades preparatórias e assessorias directamente ligados à operação;</li> <li>Trabalhos de construção civil;</li> <li>Equipamentos, infra-estruturas tecnológicas e sistemas de informação e comunicação;</li> <li>Revisões de preços decorrentes da legislação aplicável e do contrato, até ao limite de 5% do valor dos trabalhos contratuais efectivamente executados, e outras despesas ou custos imprescindíveis à boa execução da operação, desde que se enquadrem na tipologia e limites definidos na regulamentação nacional e comunitária aplicável e sejam devidamente fundamentados e discriminados pelo Beneficiário e aprovados pela Autoridade de Gestão.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não são elegíveis as despesas que se encontram definidas no artigo 7.º do Regulamento (CE) 1080/2006, relativo ao FEDER, bem como as previstas no Anexo III do ‘Regulamento Geral FEDER e do Fundo de Coesão’ e, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> <li>As despesas relativas a acções, projectos e operações que tenham sido desenvolvidas sem respeito pelas regras e princípios aplicáveis, em particular os relativos a: <ul style="list-style-type: none"> <li>Regras de contratação pública;</li> <li>Legislação ambiental;</li> <li>Regulamentos de acesso e utilização de Fundos Comunitários;</li> <li>Princípios da concorrência e da igualdade de oportunidades.</li> </ul> </li> <li>As despesas relativas a operações realizadas por “Administração Directa”.</li> <li>As despesas relativas a encargos gerais.</li> <li>As despesas relacionadas com a execução de trabalhos não contratados, designados por “trabalhos a mais ou adicionais”, salvo se for inequivocamente evidenciado demonstrada a sua total imprevisibilidade, por razões não imputáveis ao dono da obra e seja evidenciado cumprimento integral da legislação nacional e comunitária aplicável.</li> </ul> </li> </ul>
<b>Regulamento Específico - Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados</b>	
<b>Despesa Elegível</b>	<b>Despesa Não Elegível</b>
<p>São elegíveis, nomeadamente, as seguintes despesas, desde que enquadradas em operações aprovadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Despesas com a aquisição de terrenos, até ao limite de 10% das despesas totais elegíveis, nos termos do Anexo III do ‘Regulamento Geral FEDER e do Fundo de Coesão’;</li> <li>Despesas com a aquisição de imóveis, até ao limite de 10% das despesas totais elegíveis, nos termos do Anexo III do ‘Regulamento Geral FEDER e do Fundo de Coesão’;</li> <li>Despesas com equipamento e material;</li> </ul>	<p>Não são elegíveis as despesas que se encontram definidas no artigo 7.º do Regulamento (CE) 1080/2006, relativo ao FEDER, bem como as previstas no Anexo III do ‘Regulamento Geral FEDER e do Fundo de Coesão’.</p>

<ul style="list-style-type: none"> <li>Despesas de empreitadas;</li> <li>Despesas com estudos, projectos e acções imateriais;</li> <li>Outras despesas necessárias à execução do projecto aprovado</li> <li>Despesas directamente relacionadas com os projectos, realizadas entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2015, conferidas pelas datas dos respectivos recibos ou documentos probatórios equivalentes.</li> </ul>	
<b>Regulamento Específico - Optimização da Gestão de Resíduos</b>	
<b>Despesa Elegível</b>	<b>Despesa Não Elegível</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Despesas pagas entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2015, conferidas pelas datas dos respectivos recibos ou documentos probatórios equivalentes;</li> <li>As despesas que se enquadrem nas seguintes categorias: <ul style="list-style-type: none"> <li>Estudos, projectos, fiscalização, actividades preparatórias e assessorias directamente ligados à operação;</li> <li>Trabalhos de construção civil;</li> <li>Equipamentos, infra-estruturas tecnológicas, sistemas de informação e de comunicação;</li> <li>Outras despesas ou custos imprescindíveis à boa execução da operação, desde que se enquadrem na tipologia e limites definidos na regulamentação nacional e comunitária aplicável e sejam devidamente fundamentados e discriminados pelo Beneficiário e aprovados pela Autoridade de Gestão.</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>As despesas relativas a acções, projectos e operações que tenham sido desenvolvidas sem respeito pelas regras e princípios aplicáveis, em particular os relativos a: <ul style="list-style-type: none"> <li>Regras de contratação pública;</li> <li>Legislação ambiental;</li> <li>Regulamentos de acesso e utilização de Fundos Comunitários;</li> <li>Princípios da concorrência e da igualdade de oportunidades.</li> </ul> </li> <li>As despesas relativas a operações realizadas por “Administração Directa”.</li> <li>As despesas relativas a encargos gerais.</li> <li>As despesas relacionadas com a execução de trabalhos não contratados, designados por “trabalhos a mais ou adicionais”, salvo se for inequivocamente evidenciado demonstrada a sua total imprevisibilidade, por razões não imputáveis ao dono da obra e seja evidenciado cumprimento integral da legislação nacional e comunitária aplicável.</li> </ul>
<b>Regulamento Específico - Património Cultural</b>	
<b>Despesa Elegível</b>	<b>Despesa Não Elegível</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Despesas directamente relacionadas com a realização das operações, suportadas por documentos contabilísticos que respeitem a legislação comunitária e nacional em vigor;</li> <li>Aquisição de terrenos, nos termos do anexo III do ‘Regulamento Geral FEDER e do Fundo de Coesão’;</li> <li>Aquisição de imóveis, nos termos do anexo III do ‘Regulamento Geral FEDER e do Fundo de Coesão’;</li> <li>Obras de construção civil;</li> <li>Equipamento básico;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Despesas com trabalhos a mais de empreitadas de obras públicas e adicionais de contratos de fornecimento, erros e omissões do projecto;</li> <li>Imputações de custos indirectos incorridos na preparação e realização das operações;</li> <li>Despesas de funcionamento corrente das instituições candidatas, mesmo que sejam consideradas extraordinárias por via da realização de operações.</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>Estudos e projectos;</li> <li>Outros fornecimentos de bens e serviços necessários à implementação do projecto.</li> </ul>	
<b>Regulamento Específico - Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais</b>	
<b>Despesa Elegível</b>	<b>Despesa Não Elegível</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Despesas realizadas entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2015, que directa e justificadamente contribuam para a realização das operações aprovadas pela Autoridade de Gestão, suportadas por documentos contabilísticos que respeitem a legislação nacional e comunitária em vigor;</li> <li>São, ainda, elegíveis as seguintes despesas: <ul style="list-style-type: none"> <li>Estudos, planos, projectos e assessorias na área da protecção civil;</li> <li>Inventariação e cartografia das zonas de risco relevantes;</li> <li>Acções de divulgação e sensibilização direccionadas para o domínio da protecção civil;</li> <li>Outras despesas imprescindíveis à boa execução da operação, desde que sejam devidamente fundamentadas e discriminadas pelo Beneficiário e aprovadas pela Autoridade de Gestão.</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não são elegíveis as despesas que se encontram definidas no artigo 7.º do Regulamento (CE) 1080/2006, relativo ao FEDER, bem como as previstas no Anexo III do 'Regulamento Geral FEDER e do Fundo de Coesão'.</li> <li>As despesas desenvolvidas sem respeito pelas regras e princípios definidos na legislação comunitária e nacional nos seguintes domínios: <ul style="list-style-type: none"> <li>Contratação pública;</li> <li>Ambiente e ordenamento do território;</li> <li>Acesso e utilização de Fundos Comunitários;</li> <li>Concorrência e igualdade de oportunidades.</li> </ul> </li> </ul>
<b>Regulamento Específico - Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais</b>	
<b>Despesa Elegível</b>	<b>Despesa Não Elegível</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Despesas realizadas entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2015, que directa e justificadamente contribuam para a realização das operações aprovadas pela Autoridade de Gestão, suportadas por documentos contabilísticos que respeitem a legislação nacional e comunitária em vigor;</li> <li>São, ainda, elegíveis as seguintes despesas: <ul style="list-style-type: none"> <li>Estudos;</li> <li>Trabalhos de empreitadas;</li> <li>Veículos para operações de socorro de protecção civil;</li> <li>Equipamentos, infra-estruturas tecnológicas e sistemas de informação, de comunicação e de monitorização, incluindo equipamento operacional de protecção civil;</li> <li>Desenvolvimento, concepção e produção de equipamento especial de protecção individual;</li> <li>Software, consultoria, carregamento de dados,</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não são elegíveis as despesas que se encontram definidas no artigo 7.º do Regulamento (CE) 1080/2006, relativo ao FEDER, bem como as previstas no Anexo III do 'Regulamento Geral FEDER e do Fundo de Coesão'.</li> <li>As despesas desenvolvidas sem respeito pelas regras e princípios definidos na legislação comunitária e nacional nos seguintes domínios: <ul style="list-style-type: none"> <li>Contratação pública;</li> <li>Ambiente e ordenamento do território;</li> <li>Acesso e utilização de Fundos Comunitários;</li> <li>Concorrência e igualdade de oportunidades.</li> </ul> </li> </ul>

<p>digitalização de documentos e aquisição de informação;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Fiscalização;</li> <li>▶ Testes e ensaios directamente relacionados com as infra-estruturas e os equipamentos tecnológicos da operação e imprescindíveis à sua operacionalização;</li> <li>▶ Restabelecimento de acessibilidades e de serviços afectos pela construção de infra-estruturas;</li> <li>▶ Acções complementares de compensação e outras medidas adicionais de integração ambiental que as autoridades ambientais competentes venham a exigir como, por exemplo, a minimização de impactes ambientais e outros, auditoria ambiental, gestão ambiental, acompanhamento e monitorização ambiental específica;</li> <li>▶ Revisões de preços decorrentes da legislação aplicável e do contrato, até ao limite de 5% do valor dos trabalhos contratuais efectivamente executados;</li> <li>▶ Outras despesas imprescindíveis à boa execução da operação, desde que sejam devidamente fundamentadas e discriminadas pelo Beneficiário e aprovadas pela Autoridade de Gestão.</li> </ul>	
<p align="center"><b>Regulamento Específico - Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas</b></p>	
<p align="center"><b>Despesa Elegível</b></p>	<p align="center"><b>Despesa Não Elegível</b></p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Despesas pagas entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2015, conferidas pelas datas dos respectivos recibos ou documentos probatórios equivalentes;</li> <li>▪ As despesas que se enquadrem nas seguintes categorias:</li> <li>▪ Estudos, projectos, fiscalização, actividades preparatórias e assessorias directamente ligados à operação;</li> <li>▪ Aquisição de terrenos e constituição de servidões, por expropriação ou negociação directa, bem como eventuais indemnizações a arrendatários;</li> <li>▪ Trabalhos de construção civil, de regularização de terrenos e de revegetação;</li> <li>▪ Equipamentos, infra-estruturas tecnológicas e sistemas de monitorização;</li> <li>▪ Revisões de preços decorrentes da legislação aplicável e do contrato, até ao limite de 5% do valor dos trabalhos contratuais efectivamente executados, e outras despesas ou custos imprescindíveis à boa execução da operação, desde que se enquadrem na tipologia e limites definidos na regulamentação nacional e comunitária aplicável e sejam devidamente fundamentados e discriminados pelo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ As despesas relativas a acções, projectos e operações que tenham sido desenvolvidas sem respeito pelas regras e princípios aplicáveis, em particular os relativos a: <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Regras de contratação pública;</li> <li>▶ Legislação ambiental;</li> <li>▶ Regulamentos de acesso e utilização de Fundos Comunitários;</li> <li>▶ Princípios da concorrência e da igualdade de oportunidades.</li> </ul> </li> <li>▪ As despesas relativas a operações realizadas por “Administração Directa”.</li> <li>▪ As despesas relativas a encargos gerais.</li> <li>▪ As despesas relacionadas com a execução de trabalhos não contratados, designados por “trabalhos a mais ou adicionais”, salvo se for inequivocamente evidenciado demonstrada a sua total imprevisibilidade, por razões não imputáveis ao dono da obra e seja evidenciado cumprimento integral da legislação nacional e comunitária aplicável.</li> </ul>

Beneficiário e aprovados pela Autoridade de Gestão.	
<b>Regulamento Específico - Rede de Equipamentos Culturais</b>	
<b>Despesa Elegível</b>	<b>Despesa Não Elegível</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Despesas directamente relacionadas com a realização das operações, suportadas por documentos contabilísticos que respeitem a legislação comunitária e nacional em vigor;</li> <li>▪ Para a tipologia de criação, ampliação, instalação e desenvolvimento de serviços de Bibliotecas públicas e integrar na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, de acordo com as especificações técnicas definidas no anexo A do Regulamento Específico, são elegíveis as seguintes despesas: <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Aquisição de imóveis de valia patrimonial, nos termos do Anexo III do 'Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão';</li> <li>▶ Aquisição de terrenos de valia patrimonial, nos termos do Anexo III do 'Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão';</li> <li>▶ Estudos e projectos técnicos de execução;</li> <li>▶ Construção/adaptação de edifícios para instalação de Bibliotecas;</li> <li>▶ Aquisição de serviços para fiscalização e assistência técnica externa;</li> <li>▶ Mobiliário e equipamento específico;</li> <li>▶ Colecção inicial de bibliotecas em diferentes suportes;</li> <li>▶ Equipamentos informáticos (hardware e software) de suporte à gestão, tratamento documental e para acesso do público;</li> <li>▶ Aquisição de serviços de digitalização de colecções do fundo local das bibliotecas;</li> <li>▶ Aquisição e transformação de veículos para bibliotecas itinerantes.</li> </ul> </li> <li>▪ Para a tipologia de criação, instalação e desenvolvimento de serviços de Arquivos Públicos, de acordo com as especificações técnicas definidas no anexo B do Regulamento Específico, são elegíveis as seguintes despesas: <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Estudos e projectos técnicos de execução;</li> <li>▶ Construção/adaptação de edifícios para instalação do serviço de Arquivo;</li> <li>▶ Aquisição de serviços para fiscalização e assistência</li> </ul> </li> </ul>	<p>Não são elegíveis as despesas que se encontram definidas no artigo 7.º do Regulamento (CE) 1080/2006, relativo ao FEDER, bem como as previstas no Anexo III do 'Regulamento Geral FEDER e do Fundo de Coesão' e, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ As despesas relativas a acções, projectos e operações que tenham sido desenvolvidas sem respeito pelas regras e princípios aplicáveis, em particular os relativos a: <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Regras de contratação pública;</li> <li>▶ Legislação ambiental;</li> <li>▶ Regulamentos de acesso e utilização de Fundos Comunitários;</li> <li>▶ Princípios da concorrência e da igualdade de oportunidades.</li> </ul> </li> <li>▪ As despesas relativas a operações realizadas por "Administração Directa".</li> <li>▪ As despesas relativas a encargos gerais.</li> <li>▪ As despesas relacionadas com a execução de trabalhos não contratados, designados por "trabalhos a mais ou adicionais", salvo se for inequivocamente evidenciado demonstrada a sua total imprevisibilidade, por razões não imputáveis ao dono da obra e seja evidenciado cumprimento integral da legislação nacional e comunitária aplicável.</li> </ul>



<p>técnica externa;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Aquisição de mobiliário e estantaria;</li> <li>▶ Aquisição de equipamento para laboratório de conservação e restauro e para controlo ambiental e equipamentos informáticos de suporte às funções específicas de arquivo;</li> <li>▶ Aquisição de serviços de digitalização de colecções do fundo local, incluindo custos de operações de emergência para a salvaguarda do património arquivístico a digitalizar (incluindo inventário, acondicionamento, conservação e restauro) e os custos de divulgação e acesso público às representações digitais;</li> <li>▶ Aquisição de terrenos, nos termos do Anexo III do 'Regulamento Geral FEDER e do Fundo de Coesão';</li> </ul> <p>▪ Para a tipologia de recuperação e valorização de teatros e cineteatros, de acordo com as especificações técnicas definidas no Anexo C do Regulamento Específico, são elegíveis as seguintes despesas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Estudos e projectos técnicos de execução;</li> <li>▶ Adaptação e remodelação de instalações existentes;</li> <li>▶ Aquisição de serviços para fiscalização e assistência técnica externa;</li> <li>▶ Aquisição de equipamento técnico: bilheteiras electrónicas, som, luz e equipamento de palco.</li> </ul> <p>▪ Para a tipologia de programação cultural em rede, com a participação de diferentes equipamentos culturais, de acordo com as especificações técnicas definidas no Anexo D do Regulamento Específico, são elegíveis as seguintes despesas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Aquisição de serviços de artistas e técnicos indispensáveis à realização dos espectáculos e outras actividades previstas no projecto, desde que estabelecidos contratualmente. Encontram-se nesta categoria de despesas os cachets dos artistas e das companhias, a aquisição de espectáculos, bem como os custos das co-produções, excluindo as despesas com a aquisição de materiais;</li> <li>▶ As despesas de deslocação e estadia dos artistas e técnicos referidos no ponto anterior, desde que estabelecidas contratualmente;</li> <li>▶ Os direitos de autor correspondentes à realização do evento;</li> <li>▶ A aquisição de serviços destinados à montagem e desmontagem de eventos, designadamente cenários</li> </ul>	
---	--

<p>e espaços de cena ou de exposição, bem como ao seu transporte e respectivos seguros;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ As despesas de divulgação e publicidade, incluindo assessorias específicas de imprensa e comunicação, desde que associadas especificamente à promoção do projecto, podendo excepcionalmente incluir a edição de publicações, monografias, CD's, CD ROM's ou vídeos e concepção e produção de exposições desde que façam parte integrante do projecto e desde que devidamente justificadas pelo tipo de público que se pretende captar;</li> <li>▶ As despesas de concepção e produção de materiais pedagógicos e de formação de públicos;</li> <li>▶ O aluguer de equipamentos, indispensáveis à realização de espectáculos e outros eventos abrangidos pelo projecto.</li> </ul> <p>▪ Para a tipologia de equipamentos de recintos de exibição cinematográfica com sistemas de cinema digital e produção de conteúdos digitais, de acordo com as especificações técnicas definidas no anexo E do Regulamento Específico, são elegíveis as seguintes despesas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ equipamentos de recintos de exibição cinematográfica com sistemas de cinema digital, incluindo todas as componentes e serviços de instalação necessários ao ciclo integrado de processos que culmina na projecção digital de cinema, são elegíveis: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aquisição de equipamento destinado à projecção digital de cinema em sala compatível com a norma Digital Cinema Initiatives, LLC (DCI) versão 1.1 ou norma equivalente;</li> <li>• Aquisição de hardware necessário para o cumprimento da obrigação prevista no Decreto-Lei 125/2003 de 20 de Junho.</li> </ul> </li> <li>▪ Produção de masters digitais encriptados de obras elegíveis na acepção do anexo E do regulamento específico destinado à projecção cinematográfica digital, de acordo com as normas internacionais mais abrangentes em vigor (DCI), ou as que venham a ser adoptadas a nível europeu, com a resolução mínima de 2K, são elegíveis: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Despesas relativas a todo o processo de produção de um master digital encriptado, quer a partir de um registo em película, quer a partir de um registo digital;</li> </ul> </li> </ul>	
--	--

<ul style="list-style-type: none"> <li>Despesas relativas à aquisição de direitos ou licenças necessários à digitalização e, eventualmente, à distribuição das obras.</li> </ul> <p>Para a tipologia de estruturação e consolidação de centros de arte contemporânea, de acordo com as especificações técnicas definidas no Anexo F do Regulamento Específico, são elegíveis as seguintes despesas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Estudos e projectos técnicos de execução;</li> <li>Obras de remodelação e adaptação de edifícios para instalação do Centro de Arte Contemporânea;</li> <li>Aquisição de serviços para fiscalização e assistência técnica externa;</li> <li>Aquisição de equipamentos para instalação das áreas de exposição e de serviços educativos e montagem, preservação das colecções e “conforto público”.</li> </ul>	
<p align="center"><b>Regulamento Específico - Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré - Escolar</b></p>	
Despesa Elegível	Despesa Não Elegível
<p>São consideradas elegíveis as seguintes despesas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>de investimento realizadas entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2015, conferidas pelas datas dos respectivos recibos ou documentos probatórios equivalentes;</li> <li>estudos, projectos, assistência técnica e fiscalização;</li> <li>obras de construção/ampliação/requalificação de estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar;</li> <li>arranjos exteriores dentro do perímetro dos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar a construir/ampliar/requalificar;</li> <li>mobiliário escolar, material didáctico e equipamento informático destinado a apetrechar as novas salas de aula e outros equipamentos necessários ao funcionamento de espaços específicos resultantes da construção ou ampliação de estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar.</li> </ul>	<p>Não são elegíveis as despesas que se encontram definidas no artigo 7.º do Regulamento (CE) 1080/2006, relativo ao FEDER, bem como as previstas no Anexo III do ‘Regulamento Geral FEDER e do Fundo de Coesão’.</p>
<p align="center"><b>Regulamento Específico - Saúde</b></p>	
Despesa Elegível	Despesa Não Elegível
<ul style="list-style-type: none"> <li>Despesas pagas entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2015.</li> <li>Despesas de investimentos necessárias à concretização</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não são elegíveis as despesas que se encontram definidas no artigo 7.º do Regulamento (CE) 1080/2006, relativo ao FEDER, bem como as previstas no Anexo III</li> </ul>

<p>de operações relativas a Unidades Hospitalares - reforço da diferenciação e complementaridade de serviços, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Estudos técnicos preparatórios e de concepção, desenvolvimento e funcionamento da unidade hospitalar objecto do projecto de investimento;</li> <li>▶ Construção, adaptação e remodelação de instalações hospitalares;</li> <li>▶ Aquisição de equipamentos técnicos e clínicos de diagnóstico e terapêutica para as instalações hospitalares, nomeadamente nas áreas de farmácia, diagnóstico e terapêutica;</li> <li>▶ Aquisição de outro equipamento de suporte técnico e administrativo;</li> <li>▶ Desenvolvimento de redes informáticas internas das unidades especializadas;</li> <li>▶ Despesas com fiscalização de obras</li> </ul> <p>▪ Despesas de investimentos necessárias à concretização de operações relativas a Unidades de Rede de urgência e emergência, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Estudos técnicos preparatórios e de concepção e organização da unidade de urgência e/ou de emergência;</li> <li>▶ Construção, adaptação e remodelação de instalações para emergência médica e de sangue;</li> <li>▶ Aquisição de equipamentos para serviços de urgência, tais como ventiladores mecânicos, desfibrilhadores, material de imobilização do traumatizado, equipamentos para telemedicina e sistemas de informação para base de dados de trauma;</li> <li>▶ Construção/beneficiação de heliportos certificados para utilização nas 24 horas, perto dos serviços de urgência;</li> <li>▶ Aquisição de equipamento específico para emergência pré-hospitalar e transporte de doentes críticos, incluindo material clínico não consumível para o seu equipamento, bem como viaturas específicas de distribuição de sangue.</li> </ul> <p>▪ Despesas de investimentos necessárias à concretização de operações relativas a Unidades de Cuidados Primários e de Saúde Pública, incluindo unidades familiar e centros de saúde, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Estudos técnicos ligados ao projecto;</li> <li>▶ Construção, sempre que sectorial e regionalmente</li> </ul>	<p>do 'Regulamento Geral FEDER e do Fundo de Coesão'.</p>
--	---

<p>relevante, adaptação e remodelação de instalações;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Em casos excepcionais e devidamente justificados, aquisição de instalações para unidades de saúde familiar, desde que esteja assegurado o cumprimento das condições estipuladas no n.º 9 do Anexo III do 'Regulamento Geral FEDER e do Fundo de Coesão', sendo certo que os preços praticados terão que ser avaliados por entidade idónea e independente;</li> <li>▶ Aquisição de equipamentos laboratoriais, de diagnóstico e de terapêutica;</li> <li>▶ Aquisição de outro equipamento de suporte técnico e administrativo;</li> <li>▶ Desenvolvimento de redes informáticas internas;</li> <li>▶ Aquisição de unidades móveis para prevenção da doença e para prestação de cuidados de saúde.</li> <li>▶ Despesas realizadas com estudos estratégicos.</li> </ul>	
---	--

EIXO IV	
Regulamento Específico - Mobilidade Territorial	
Despesa Elegível	Despesa Não Elegível
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Despesas pagas entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2015, conferidas pelas datas dos respectivos recibos ou documentos probatórios equivalentes;</li> <li>▪ Estudos, projectos, actividades preparatórias e assessorias directamente ligados à operação;</li> <li>▪ Aquisição de terrenos e constituição de servidões, por expropriação ou negociação directa, bem como eventuais indemnizações a arrendatários;</li> <li>▪ Trabalhos de construção civil;</li> <li>▪ Equipamentos, infra-estruturas tecnológicas, sistemas de informação e de comunicação;</li> <li>▪ Equipamentos de transporte rodoviário colectivo de passageiros, incluindo a modernização e beneficiação, destinados a aumentar a eficiência energética e ambiental;</li> <li>▪ Fiscalização e assistência técnica;</li> <li>▪ Testes e ensaios;</li> <li>▪ Outras despesas ou custos imprescindíveis à boa execução da operação, desde que se enquadrem na tipologia e limites definidos na regulamentação nacional e comunitária aplicável e sejam devidamente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não são elegíveis as despesas que se encontram definidas no artigo 7.º do Regulamento (CE) 1080/2006, relativo ao FEDER, bem como as previstas no Anexo III do 'Regulamento Geral FEDER e do Fundo de Coesão' e, nomeadamente:</li> <li>▪ As despesas relativas a acções, projectos e operações que tenham sido desenvolvidas sem respeito pelas regras e princípios aplicáveis, em particular os relativos a: <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Regras de contratação pública;</li> <li>▶ Legislação ambiental e de ordenamento do território;</li> <li>▶ Regulamentos de acesso e utilização de Fundos Comunitários;</li> <li>▶ Princípios da concorrência e da igualdade de oportunidades.</li> </ul> </li> <li>▪ As despesas relativas a operações realizadas por "Administração Directa".</li> <li>▪ As despesas relativas a encargos gerais.</li> <li>▪ As despesas relacionadas com a execução de trabalhos não contratados, designados por "trabalhos a mais ou adicionais", salvo se for inequivocamente evidenciado demonstrada a sua total imprevisibilidade, por razões não</li> </ul>

fundamentados e discriminados pelo Beneficiário e aprovados pela Autoridade de Gestão.	imputáveis ao dono da obra e seja evidenciado cumprimento integral da legislação nacional e comunitária aplicável.
<b>Regulamento Específico - Parcerias para a regeneração urbana</b>	
<b>Despesa Elegível</b>	<b>Despesa Não Elegível</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Despesas realizadas entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2015, que directamente relacionadas com a realização das operações aprovadas pela Autoridade de Gestão, suportadas por documentos contabilísticos que respeitem a legislação nacional e comunitária em vigor;</li> <li>Aquisições de serviços externas à entidade proponente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Despesas com trabalhos a mais de empreitadas de obras públicas, adicionais de contratos de fornecimento, erros e omissões do projecto;</li> <li>Despesas documentadas como Actos Isolados;</li> <li>Imputações de custos internos incorridos na preparação dos projectos;</li> <li>Despesas de funcionamento corrente das instituições candidatas, mesmo que sejam consideradas extraordinárias por via da realização do projecto.</li> </ul>
<b>Regulamento Específico - Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação</b>	
<b>Despesa Elegível</b>	<b>Despesa Não Elegível</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Despesas realizadas entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2015, directamente relacionadas com a realização das operações aprovadas pela Autoridade de Gestão, suportadas por documentos contabilísticos que respeitem a legislação nacional e comunitária em vigor;</li> <li>Aquisições de serviços externos à entidade proponente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Despesas com trabalhos a mais de empreitadas de obras públicas, adicionais de contratos de fornecimento, erros e omissões do projecto;</li> <li>Despesas documentadas como Actos Isolados;</li> <li>Imputações de custos internos incorridos na preparação dos projectos;</li> <li>Despesas de funcionamento corrente das instituições candidatas, mesmo que sejam consideradas extraordinárias por via da realização do projecto.</li> </ul>
<b>Regulamento Específico - Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística</b>	
<b>Despesa Elegível</b>	<b>Despesa Não Elegível</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Despesas pagas entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2015, conferidas pelas datas dos respectivos recibos ou documentos probatórios equivalentes;</li> <li>As despesas relacionadas com a operação que se enquadrem nas seguintes categorias: <ul style="list-style-type: none"> <li>Estudos, projectos, fiscalização, actividades preparatórias e assessorias, directamente ligados à operação;</li> <li>Trabalhos de construção civil, equipamentos, infra-estruturas tecnológicas, sistemas de informação e de comunicação;</li> <li>Acções imateriais;</li> <li>Outras despesas ou custos imprescindíveis à boa</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>As despesas relativas a acções, projectos e operações que tenham sido desenvolvidas sem respeito pelas regras e princípios aplicáveis, em particular os relativos a: <ul style="list-style-type: none"> <li>Regras de contratação pública;</li> <li>Legislação ambiental;</li> <li>Regulamentos de acesso e utilização de Fundos Comunitários;</li> <li>Princípios da concorrência e da igualdade de oportunidades.</li> </ul> </li> <li>As despesas relativas a operações realizadas por administração directa.</li> <li>As despesas relativas a encargos gerais, com as excepções previstas no ponto 3 do Anexo III ao 'Regulamento Geral</li> </ul>

<p>execução da operação, desde que se enquadrem na tipologia e limites definidos na regulamentação nacional e comunitária aplicável e sejam devidamente fundamentados e discriminados pelo Beneficiário e aprovados pela Autoridade de Gestão.</p>	<p>FEDER e Fundo de Coesão’.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>As despesas relacionadas com a execução de trabalhos não contratados, designados por “trabalhos a mais ou adicionais”, salvo se for inequivocamente evidenciado o cumprimento integral da legislação nacional e comunitária.</li> <li>No caso da concessão do financiamento corresponder a um auxílio de Estado, as despesas cujo apoio careça de notificação prévia à Comissão Europeia, à luz da legislação comunitária.</li> </ul>
--	---

## EIXO V

### Regulamento Específico - Promoção e Capacitação Institucional

Despesa Elegível	Despesa Não Elegível
<ul style="list-style-type: none"> <li>Despesas pagas entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2015, conferidas pelas datas dos respectivos recibos ou documentos probatórios equivalentes;</li> <li>Estudos, projectos, informação e instrumentos para o planeamento e o desenvolvimento territorial, fiscalização, actividades preparatórias e assessorias;</li> <li>Trabalhos de construção civil, equipamentos, infra-estruturas tecnológicas, sistemas de informação e de comunicação (as componentes infra-estruturais só serão financiadas em situações excepcionais e até a um <i>plafond</i> respeitante ao investimento elegível do projecto a definir pela Autoridade de Gestão em sede de avisos de abertura e/ou orientações técnicas gerais e específicas);</li> <li>Ações imateriais;</li> <li>Outras despesas ou custos imprescindíveis à boa execução da operação, desde que se enquadrem na tipologia e limites definidos na regulamentação nacional e comunitária aplicável e sejam devidamente fundamentados e discriminados pelo Beneficiário e aprovados pela Autoridade de Gestão.</li> </ul>	<p>Não são elegíveis as despesas que se encontram definidas no artigo 7.º do Regulamento (CE) 1080/2006, relativo ao FEDER, bem como as previstas no Anexo III do ‘Regulamento Geral FEDER e do Fundo de Coesão’ e, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>As despesas relativas a acções, projectos e operações que tenham sido desenvolvidas sem respeito pelas regras e princípios aplicáveis, em particular os relativos a: <ul style="list-style-type: none"> <li>Regras de contratação pública;</li> <li>Legislação ambiental e de ordenamento do território;</li> <li>Regulamentos de acesso e utilização de Fundos Comunitários;</li> <li>Princípios da concorrência e da igualdade de oportunidades.</li> </ul> </li> <li>As despesas relativas a operações realizadas por “Administração Directa”.</li> <li>As despesas relativas a encargos gerais, com as excepções previstas no ponto 3 do Anexo III do Regulamento Geral FEDER.</li> <li>As despesas relacionadas com a execução de trabalhos não contratados, designados por “trabalhos a mais ou adicionais”, salvo se for inequivocamente evidenciado demonstrada a sua total imprevisibilidade, por razões não imputáveis ao dono da obra e seja evidenciado cumprimento integral da legislação nacional e comunitária aplicável.</li> </ul>

### Regulamento Específico - Sistemas de Apoio à Modernização Administrativa

Despesa Elegível	Despesa Não Elegível
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aquisição de serviços a terceiros incluindo assistência técnica e consultoria, quando demonstrada inequivocamente a sua necessidade para a operação;</li> <li>▪ Aquisição de equipamento informático expressamente para a operação;</li> <li>▪ Aquisição de software expressamente para a operação;</li> <li>▪ Aquisição de equipamento básico, designadamente mobiliário, sinalética, comunicações e equipamentos relacionados com o atendimento, desde que devidamente justificado como necessário para a implementação da operação;</li> <li>▪ Despesas com a protecção da propriedade intelectual e industrial dos resultados da operação;</li> <li>▪ Despesas com promoção e divulgação da operação;</li> <li>▪ Despesas com pessoal técnico do Beneficiário dedicado às actividades da operação;</li> <li>▪ Outras despesas, que respeitem o disposto no Regulamento (CE) 1083/2006, bem como o artigo 7.º do Regulamento (CE) 1080/2006, quando demonstrada inequivocamente a sua necessidade para implementação da operação;</li> <li>▪ Os investimentos em formação de recurso humanos, no âmbito da operação, nas condições a definir em diploma específico;</li> <li>▪ Para os projectos ou grupos de projectos de expansão e reorganização da rede nacional de lojas do cidadão e empresas, são ainda considerados elegíveis os custos de obras de remodelação e adaptação de edifícios, desde que devidamente justificada a sua necessidade para implementação da operação;</li> <li>▪ Para os projectos ou grupos de projectos de criação de unidades móveis associadas à rede de Lojas do cidadão, enquanto complemento vocacionado para melhorar a prestação de serviços públicos em áreas de baixa densidade, através da integração de recursos e de uma maior proximidade aos cidadãos e empresas, são ainda considerados elegíveis os custos com a aquisição e adaptação de veículos automóveis a utilizar como unidades móveis.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aquisição de terrenos;</li> <li>▪ Compra de imóveis;</li> <li>▪ Construção de edifícios;</li> <li>▪ Trespases e direitos de utilização de espaços;</li> <li>▪ Aquisição de bens em estado de uso;</li> <li>▪ Despesas de funcionamento da entidade beneficiária relacionadas com actividades de tipo periódico ou contínuo;</li> <li>▪ Imobilizado corpóreo já objecto de co-financiamento nacional ou comunitário;</li> <li>▪ Prémios, multas, coimas, sanções financeiras e despesas com processos judiciais;</li> <li>▪ Encargos financeiros (juros devedores, ágios, despesas de câmbio e outras despesas financeiras);</li> <li>▪ Honorários de consultas jurídicas, despesas notariais e despesas de peritagens;</li> <li>▪ Outras despesas que determinadas como não elegíveis nos avisos para apresentação de candidaturas.</li> </ul>



EIXO VI	
Regulamento Específico - Assistência Técnica	
Despesa Elegível	Despesa Não Elegível
<ul style="list-style-type: none"> <li>Despesas pagas entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2015, conferidas pelas datas dos respectivos recibos ou documentos probatórios equivalentes, relativas a:</li> <li>Inerentes aos objectivos do Eixo VI, definidos no artigo 3.º do Regulamento Específico, que concorram para regular exercício das competências dos órgãos de governação dos POR e realizadas pelos Beneficiários previstos no artigo 5.º do Regulamento Específico, designadamente remunerações e encargos sociais, contratação de pessoal, aquisições de bens e serviços, equipamentos, recuperação e adaptação de instalações;</li> <li>Encargos respeitantes ao funcionamento de todas as estruturas técnicas e administrativas de planeamento, coordenação, gestão, controlo, acompanhamento, monitorização, avaliação e comunicação do POR;</li> <li>Implementação, desenvolvimento e funcionamento de sistemas de informação para a gestão, acompanhamento, controlo interno, monitorização e avaliação dos POR, incluindo aquisição ou aluguer de equipamento informático e desenvolvimento de aplicações informáticas específicas;</li> <li>Aquisições de serviços necessárias ao planeamento, programação, concepção, preparação, gestão, controlo, acompanhamento, monitorização e avaliação dos POR, incluindo estudos, trabalhos, consultoria técnica e patrocínio judiciário;</li> <li>Aquisição de bens e serviços nos domínios da Internet, multimédia, publicidade, design e comunicação, informação, publicidade, divulgação e sensibilização;</li> <li>Acções específicas de formação e aperfeiçoamento, no âmbito das funções de acompanhamento, avaliação e controlo interno;</li> <li>Encargos com instalações, incluindo rendas e trabalhos de adaptação;</li> <li>Acções de cooperação, intercâmbio de experiências e <i>benchmarking</i> com outros Estados - Membros;</li> <li>Outras despesas ou custos imprescindíveis à boa execução das operações desde que se enquadrem na tipologia e limites definidos na regulamentação nacional e comunitária aplicável e sejam devidamente fundamentadas e discriminadas pelo Beneficiário e aprovadas pela Autoridade de Gestão.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não são elegíveis as despesas que se encontram definidas no artigo 7.º do Regulamento (CE) 1080/2006, relativo ao FEDER, bem como as previstas no Anexo III do 'Regulamento Geral FEDER e do Fundo de Coesão'.</li> <li>Não são objecto de qualquer apoio financeiro as despesas que tenham sido realizadas sem o respeito pelas regras e princípios aplicáveis, em particular relativos à concorrência, designadamente no que se refere à contratação pública.</li> </ul>



## MÓDULO D | DECISÃO DE FINANCIAMENTO

Os procedimentos descritos nos pontos que integram este Módulo aplicam-se à Autoridade de Gestão do ON.2, bem como aos Organismos Intermédios/Associações de Municípios aos quais foram delegadas as competências constantes das alíneas a), b), c) e d) do n.º 1 e alínea r) do n.º 2 ambos do artigo 46º do Decreto-Lei 312/2007.

Assim, no que diz respeito à definição dos circuitos internos, deve ser assumida a estrutura organizacional quer da Autoridade de Gestão do ON.2 (Comissão Directiva e Secretariado Técnico) quer de cada Organismo Intermédio/Associação de Municípios (Conselho Executivo e EAT). De realçar que as estruturas de gestão destas entidades se encontram descritas no ponto 2 do Módulo B do presente Manual.

### 1 | ADMISSÃO E ACEITAÇÃO DA CANDIDATURA

O processo de verificação do cumprimento das condições de admissibilidade e aceitação do Beneficiário e da operação, ou seja, a análise da candidatura, é da responsabilidade dos respectivos Secretariados Técnicos/EAT, com funções de gestão e acompanhamento, que sobre a mesma, elaboram um Parecer Técnico.

O Parecer Técnico será elaborado pelo Secretariado Técnico/EAT ao qual a candidatura foi atribuída para análise, tendo em conta as condições de elegibilidade previstas no 'Regulamento Geral do FEDER e Fundo de Coesão', nos regulamentos específicos do Eixo/Domínio em que a candidatura tem enquadramento, no Aviso/Convite para apresentação de candidaturas, nas orientações técnicas bem como nas orientações gerais e específicas emitidas pela Autoridade de Gestão do ON.2.

Ao longo do processo de análise das candidaturas podem ser solicitados aos Beneficiários esclarecimentos necessários à respectiva apreciação.

Esse processo de verificação assenta num conjunto de *check-lists*, agrupadas por cada um dos Domínios de Intervenção do Programa (Eixos Prioritários) e por cada Regulamento Específico.

As *check-lists* para verificação das condições de admissibilidade e aceitação para cada um dos domínios de intervenção do ON.2 encontram-se no ANEXO D1 do presente Manual e são compostas pelos seguintes itens gerais:

- Verificação do enquadramento do Beneficiário e da operação;
- Verificação do cumprimento das condições gerais e específicas relativas aos Beneficiários;
- Verificação do cumprimento das condições gerais e específicas relativas às operações;
- Verificação dos documentos a incluir no Dossier de Candidatura.

A cada um dos itens supra mencionados corresponde um conjunto de requisitos, que se devem verificar, quer ao nível do Beneficiário, quer ao nível da operação, para que a candidatura possa ser admitida (ver MÓDULO C ponto 2).

No conjunto das ‘Fichas de verificação’ e, no que concerne ao cumprimento das condições gerais relativas às operações, existe uma Ficha exclusiva para a verificação da conformidade legal atinente aos procedimentos de contratação pública. (ANEXO C2)

## 1.1 | Verificação das condições gerais e específicas de admissão e aceitação do Beneficiário e da Operação

Recepcionada a candidatura, o Secretariado Técnico/EAT responsável pelas funções de gestão e acompanhamento no âmbito da Área de Intervenção para a qual foi aberto o concurso, utilizando as respectivas ‘Fichas de verificação’ confirmando:

- o enquadramento do Beneficiário e da operação;
- as condições de admissibilidade e aceitação gerais e específicas do Beneficiário e da operação.

## 1.2 | Proposta de decisão de admissão ou não admissão da candidatura e sua notificação

Nesta etapa, poderão ocorrer as seguintes situações:

- a) Se o Beneficiário e a Operação tiverem enquadramento, bem como estando verificadas as condições de admissibilidade e aceitação da operação (gerais e específicas), o Secretariado Técnico/EAT elabora um Parecer com proposta de decisão de admissão da candidatura.
- b) Se o Beneficiário e a Operação não tiverem enquadramento e/ou a operação e o Beneficiário não cumprirem as condições de admissibilidade e aceitação (gerais e específicas), o Secretariado Técnico/EAT elabora um Parecer com proposta de decisão de não admissão da candidatura.
- c) O Beneficiário pode ainda ser notificado pelo Secretariado Técnico/EAT para prestar esclarecimentos necessários à plena instrução da candidatura, podendo neste caso, na sequência dos esclarecimentos prestados, ocorrer a situação descrita

em a) caso o Beneficiário satisfaça os requisitos exigidos, a situação descrita em b) caso o Beneficiário não satisfaça os requisitos exigidos. (minuta n.º 6 do ANEXO D2)

Estes Pareceres com propostas de decisão de admissão ou não admissão da candidatura são remetidos pelo Secretariado Técnico/EAT para deliberação da Comissão Directiva/Conselho Executivo:

- a) A deliberação da Comissão Directiva/Conselho Executivo que recair sobre o Parecer Técnico da proposta de admissão ou não admissão da candidatura, é notificada ao Beneficiário; (minutas n.º 1 e 5 do ANEXO D2)
- b) Para os casos em que a deliberação seja de não admissão da candidatura os Beneficiários, são notificados para se pronunciarem, no âmbito da audiência prévia de interessados, ao abrigo dos artigos 100.º e seguintes do CPA. (minutas n.º 1 e 5 do ANEXO D2)

Em sede de audiência de interessados, poderão verificar-se as seguintes situações:

- b1) Se o Beneficiário não responde em sede de audiência de interessados, o Secretário Técnico elabora um Parecer que consubstancia a manutenção de não admissão da candidatura.
- b2) Se o Beneficiário responde, apresentando alegações que contestam a proposta de decisão de não admissão, o Secretariado Técnico/EAT analisa as alegações, de forma a concluir se os argumentos invocados são susceptíveis de gerar uma revisão da proposta de decisão de não admissão.

Neste contexto, poderão ocorrer as seguintes situações:

- b2.1) Se os argumentos invocados forem factual e juridicamente aceites, o Secretariado Técnico elabora um Parecer que conclui pela admissão da candidatura;

- b2.2) Se os argumentos invocados não forem factual e juridicamente aceites, o Secretariado Técnico elabora um Parecer que conclui pela não admissão da candidatura.

### 1.3 | Decisões de admissão ou não admissão

Os referidos pareceres, cujos modelos se encontram descritos no ANEXO D1, são remetidas pelo Secretariado Técnico à Comissão Directiva para deliberação.

As deliberações da Comissão Directiva que recaírem sobre os Pareceres Técnicos são posteriormente notificadas aos Beneficiários (minutas n.º 2, 3 e 4 do ANEXO D2).

## 2 | ANÁLISE DA CANDIDATURA

As candidaturas dos Beneficiários que tenham merecido decisão de admissão por deliberação da Comissão Directiva/Conselho Executivo passam para a fase seguinte de análise e selecção da candidatura, que consiste na avaliação do mérito da operação, análise da elegibilidade das despesas e do investimento bem como na análise dos contributos da operação para os resultados do ON.2.

### 2.1 | Metodologia de análise

A avaliação do mérito da operação é efectuada, em regra, pelo respectivo Secretariado Técnico/EAT, segundo critérios de selecção, aprovados pela Comissão de Acompanhamento nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 43º do Decreto-Lei 312/2007, e que no ponto seguinte se identificam.

Estes critérios são posteriormente tratados, pelo Secretariado Técnico/EAT responsável, mediante a definição de regras específicas para a sua aplicação, em particular através da identificação dos parâmetros que os densificam e correspondente medição, quantificação e pontuação.

A pontuação final do mérito da operação / Programa da Acção / Programa Estratégico, é determinada com relevância até às duas casas decimais.

Os resultados desta operacionalização dos critérios de selecção são submetidos à aprovação da Comissão Directiva/Conselho Executivo e posteriormente fixados nos Avisos/Convites para apresentação de candidaturas.

Para efeitos de selecção os Avisos/Convites estabelecem ainda uma pontuação mínima final, bem como os critérios a considerar em caso de empate.

Como suporte à execução desta tarefa o Secretariado Técnico/EAT utiliza *chek-lists* conforme minutas constantes do ANEXO D1, as quais identificam:

- os critérios e sub-critérios de selecção aplicáveis;
- os parâmetros de avaliação de cada critério, de acordo com a metodologia aprovada;
- os indicadores e pontuação atribuída;
- a pontuação final obtida.

Esta análise dará origem à emissão de um Parecer Técnico, que pode incluir Pareceres de entidades externas e/ou de peritos externos de acordo com o previsto na regulamentação aplicável, bem como o apuramento do seu mérito para efeitos da selecção e uma proposta de Decisão de Financiamento.

No caso de avaliação dos Programas de Acção no âmbito do ‘Regulamento Específico Parcerias para a Regeneração Urbana’, o Parecer Técnico envolve um Parecer não vinculativo elaborado por peritos independentes.



## 2.2 | Critérios de selecção das operações por Regulamento Específico

### 2.2.1 | EIXO I - Regulamento Específico Apoio às Acções Colectivas

1. As operações são seleccionadas com base no Mérito do Projecto (MP), cuja metodologia de cálculo é definida nos Avisos/Convites para apresentação de candidaturas, em função dos seguintes critérios:
  - A. **Relevância e qualidade do projecto** (objectivos, que resposta a riscos/ oportunidades, metodologia associada à concepção e montagem do projecto, meios físicos e humanos envolvidos, etc.);
  - B. **Grau de inovação da abordagem** (risco, ambição, grau de inovação da abordagem metodológica, de implementação, dos recursos utilizados e mobilizados, do acompanhamento e avaliação, etc.);
  - C. **Abordagem e potencial de demonstração e disseminação** (efeito de alavancagem e intensidade das externalidades positivas, métodos e instrumentos de demonstração e disseminação);
  - D. **Grau de relevância dos resultados e efeitos comuns ou públicos** (intensidade dos efeitos previstos em matéria de competitividade nacional, regional, sectorial/ *clusters*/ pólos ou outras redes competitivas; sustentabilidade futura).
2. No caso de convite, os critérios de selecção são fixados respeitando os critérios definidos no n.º 1, podendo o procedimento de selecção incluir uma fase de negociação.
3. O Mérito dos Projectos (MP) é determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares, atribuídas numa escala compreendida entre 1 e 5, obtidas em cada um dos critérios.
4. Os projectos que obtenham uma pontuação superior a 1 em cada critério e uma pontuação global superior a 3 serão submetidos à hierarquização no respectivo concurso.

### 2.2.2 | *EIXO I - Regulamento Específico Apoio às Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas*

O mérito das operações inscritas na alínea a) do ponto 1 do artigo 5º deste Regulamento é definido em função dos seguintes critérios:

- A. Qualidade intrínseca da Operação**, tendo como referencia as melhores práticas internacionais, nomeadamente no que se concerne a: capacidade para gerar emprego científico nas entidades do SCTN e nas empresas; capacidade para gerar investimento público e privado em I&D nas entidades do SCTN e nas empresas; capacidade para gerar criação de empresas de base científica e tecnológica; capacidade para atrair empresas de elevada intensidade tecnológica, e ou actividades de I&D empresarial, demonstrada através da especificação de metodologias que englobem a atracção de investimento externo estruturante; contributo dos estabelecimentos de educação e ensino para o desenvolvimento da economia do conhecimento (medido, nomeadamente, pelo seguinte indicador: número de alunos por computador com acesso à Internet em banda larga de alta velocidade); contributo para o interface entre a escola e o tecido empresarial (medido, designadamente, pelo seguinte indicador: número de alunos dos cursos profissionais com formação em contexto real de trabalho em empresas tecnológicas); coerência e razoabilidade do projecto e seu alinhamento com a missão e a estratégia da entidade ou entidade proponentes, evidenciando objectivos claros, fundamentando os resultados previstos com eficácia e eficiência e definindo metas e indicadores apropriados para avaliar a evolução da sua execução (incluindo a justificação da natureza colectiva do projecto, a identificação do objectivo e das questões/problemas/oportunidades a desenvolver, dos aspectos científicos, tecnológicos, económicos, financeiros, de organização e de coordenação); qualificação da equipa responsável pela execução do projecto analisada através dos seus currículos académicos e profissionais, com destaque para as competências técnicas adquiridas no âmbito de desenvolvimento de projectos similares;

- B. Contributo para a competitividade nacional**, ponderando, nomeadamente: o grau de adequação à envolvente empresarial nacional bem como às prioridades estratégicas nacionais em matéria de I&D e inovação; o aumento e consolidação das capacidades nacionais de I&DT e inovação tecnológica, bem como de valorização comercial da investigação feita nas instituições do SCT.
- C. Contributo para a competitividade regional**, ponderando, nomeadamente: o grau de adequação à envolvente empresarial regional bem como às prioridades estratégicas regionais em matéria de I&D e inovação; o aumento e consolidação das capacidades regionais de I&DT e inovação tecnológica, bem como de valorização comercial da investigação feita nas instituições do SCT; a importância no suprimento de gaps na cadeia de valor da região; os efeitos de demonstração e de disseminação dos resultados a outras empresas e sectores; a capacidade de transferência de tecnologia e potencial de geração de efeitos de spillover sobre a economia regional; a complementaridade e sinergias com as demais infra-estruturas regionais de apoio à competitividade; o contributo do projecto para a concretização das metas quantificadas estabelecidas para o Programa Regional.
- D. Grau de inovação e abrangência do projecto**, tendo como referência, designadamente: o carácter inovador do projecto relativamente ao estado da arte e às melhores práticas internacionais; a existência de ligações institucionais nomeadamente consórcios com centros de I&D, tais como Universidades, laboratórios e institutos públicos e privados de investigação; a existência de ligações institucionais a redes internacionais de Universidades, Laboratórios, Institutos públicos ou privados de investigação e a entidades que prosseguem objectivos análogos aos do promotor.

O mérito das operações inscritas na alínea b) do ponto 1 do artigo 5º deste Regulamento é definido em função dos seguintes critérios:

- A. Qualidade do projecto**, tendo por referência, as melhores práticas internacionais, nomeadamente no que se refere: coerência e razoabilidade do projecto e seu alinhamento com a missão e a estratégia da entidade ou entidade proponentes,

evidenciando objectivos claros, fundamentando os resultados previstos com eficácia e eficiência e definindo metas e indicadores apropriados para avaliar a evolução da sua execução (incluindo a justificação da natureza colectiva do projecto, a identificação do objectivo e das questões/problemas/oportunidades a desenvolver, dos aspectos científicos, tecnológicos, económicos, financeiros, de organização e de coordenação); mérito científico da equipa responsável pela execução do projecto, analisado através dos seus currículos académicos e profissionais; a qualidade e adequação técnica do programa de infra-estruturas e/ou dos equipamentos, nomeadamente, dos seus objectivos e das suas características orgânicas e funcionais.

- B. Contributo do projecto para a estratégia de desenvolvimento nacional,** ponderando, nomeadamente: o grau de adequação do projecto nas prioridades estratégicas nacionais e o seu contributo para o aumento e consolidação das capacidades científicas nacionais.
- C. Contributo para a competitividade regional,** ponderando, nomeadamente: relação com a existência na região de massa crítica relevante, nomeadamente em termos da entidade promotora e que apresente reconhecidas valências no campo científico em que o projecto aposta; o grau de adequação e de relação com a envolvente empresarial regional bem como às prioridades estratégicas e capacidades regionais em matéria de I&D e inovação; os efeitos de demonstração e de disseminação dos resultados a empresas e sectores; a capacidade de transferência de tecnologia e potencial de geração de efeitos de spillover sobre a economia regional; a complementaridade e sinergias com as infra-estruturas regionais de suporte à competitividade; o contributo do projecto para a concretização dos indicadores e metas dos respectivos Programas Operacionais.
- D. Grau de inovação e abrangência do projecto,** tendo como referência, designadamente: o carácter inovador do projecto relativamente ao estado da arte e às melhores práticas internacionais.

### 2.2.3 | *EIXO I - Regulamento Específico Economia Digital e Sociedade de Conhecimento*

O mérito das operações inscritas neste Regulamento é definido em função dos seguintes critérios:

- Contributo para a prossecução dos objectivos definidos nos PO Regionais;
- Contribuir para a prossecução dos objectivos definidos no âmbito das políticas públicas nacionais para as áreas da Sociedade da Informação e do Conhecimento;
- Contributo para a inovação nos processos de ensino e aprendizagem;
- Qualidade e carácter inovador do projecto;
- Impacto socioeconómico dos projectos, atendendo designadamente à satisfação de necessidades sociais;
- Contributo para a dinamização, divulgação e difusão de conteúdos e aplicações em Língua Portuguesa;
- Contributo positivo do projecto em matéria de igualdade de oportunidades;
- Contributo positivo do projecto em matéria de satisfação de carências de cidadãos com necessidades especiais;
- Capacidade de potencializar as intervenções financiadas no âmbito do SAMA;

Para a tipologia de operações prevista na alínea e) do artigo 3º serão considerados, cumulativamente, os seguintes critérios de selecção:

- Constituírem espaços de familiarização dos cidadãos com as tecnologias da informação e a Internet;
- Estarem instalados em locais de grande visibilidade e fácil e frequente acesso pelas populações;
- Funcionarem em horários alargados de abertura ao público;
- Disporem de um mínimo de 8 postos públicos de acesso gratuito à Internet;
- Apresentarem um programa de iniciativas de combate à info-exclusão;
- Preverem a participação de cidadãos com necessidades especiais;

#### 2.2.4 | *EIXO I - Regulamento Específico Economia Energia*

O mérito das operações inscritas neste Regulamento é definido em função dos seguintes critérios:

- A. Qualidade do projecto**, ponderando, nomeadamente, quando aplicável, a coerência e razoabilidade do projecto (aspectos tecnológicos, económico-financeiros, de mercado e organizacionais) para alcançar os resultados previstos com eficácia e eficiência, a qualidade técnica do projecto de infra-estruturas e dos equipamentos, nomeadamente, dos seus objectivos e das suas características orgânicas e funcionais, o contributo do projecto para a promoção das condições de segurança e da eficiência energética e o grau de inovação e abrangência do projecto.
- B. Contributo do projecto para a estratégia de desenvolvimento regional/nacional**, ponderando, nomeadamente, quando aplicável, o grau de adequação do projecto nas prioridades estratégicas regionais/nacionais e o contributo do projecto para a concretização dos objectivos e metas dos respectivos PO.
- C. Contributo de cada projecto para os objectivos nacionais e comunitários de redução das emissões de CO<sub>2</sub>, de aumento da penetração das energias renováveis e da diminuição da intensidade energética do PIB** num quadro de *benchmarking* do estado da arte e das melhores práticas.

#### 2.2.5 | *EIXO I - Regulamento Específico Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento*

I. O mérito das operações inscritas na alínea a) do n.º 1, do Artigo 3º, deste regulamento específico é definido em função dos seguintes critérios:

**A. Qualidade do projecto:** tendo como referência, nomeadamente, a existência de um projecto original e coerente a nível científico e tecnológico, integrando as especificidades da região em função do património natural, tecnológico e social; o envolvimento directo das autarquias, nomeadamente através dos Municípios, os quais serão os principais responsáveis pela implementação das infra-estruturas necessárias e pela participação na manutenção futura das mesmas; o envolvimento dos actores regionais mais activos em áreas científicas e tecnológicas, nomeadamente através de parcerias com centros de investigação, educação e empresas, devendo daí resultar os recursos humanos necessários à concretização e continuidade do projecto.

**B. Caracterização do Impacto e abrangência do projecto:** ponderando, nomeadamente, a localização geográfica, em especial no que diz respeito à população potencialmente abrangida; a existência de parcerias com instituições congéneres internacionais, nomeadamente, centros de investigação, museus e centros de ciência.

**C. Contributo do projecto para a estratégia de desenvolvimento regional/nacional:** ponderando, nomeadamente, o grau de adequação do projecto nas prioridades estratégicas regionais/nacionais; o contributo do projecto para a concretização dos indicadores e metas dos respectivos PO.

**II. O mérito das operações inscritas na alínea b) do nº1 do artigo 3º deste é definido em função dos seguintes critérios:**

**A. Qualidade do projecto:** tendo como referência, nomeadamente, a adequação do projecto aos objectivos e condições definidas nos avisos de abertura de concurso; a coerência e correcção da abordagem científica; a adequação ao público-alvo; a capacidade e credibilidade da equipa para a realização do projecto;

**B. Caracterização do Impacto:** ponderando, nomeadamente, o grau de difusão e abrangência dos resultados em relação aos objectivos; a relação montante solicitado/impacto;

- C. Contributo do projecto para a estratégia de desenvolvimento regional:** ponderando, nomeadamente, quando aplicável, o grau de adequação do projecto nas prioridades estratégicas regionais/nacionais; o contributo do projecto para a concretização dos indicadores e metas dos respectivos PO.

### **2.2.6 | *EIXO I - Regulamento Específico Sistema de Apoios a Parques de Tecnologia e Incubadoras de Empresa de Base Tecnológica***

O mérito das operações inscritas neste Regulamento é definido em função dos seguintes critérios:

- A. Qualidade intrínseca do projecto,** tendo como referência as melhores práticas internacionais, nomeadamente no que se concerne a: capacidade para gerar emprego científico nas entidades do SCTN e nas empresas; capacidade para gerar investimento público e privado em I&D nas entidades do SCTN e nas empresas; capacidade para gerar criação de empresas de base científica e tecnológica; capacidade para atrair empresas de elevada intensidade tecnológica, e ou actividades de I&D empresarial, demonstrada através da especificação de metodologias que englobem a atracção de investimento externo estruturante; coerência e razoabilidade do projecto e seu alinhamento com a missão e a estratégia da entidade ou entidade proponentes, evidenciando objectivos claros, fundamentando os resultados previstos com eficácia e eficiência e definindo metas e indicadores apropriados para avaliar a evolução da sua execução (incluindo a justificação da natureza colectiva do projecto, a identificação do objectivo e das questões / problemas / oportunidades a desenvolver, dos aspectos científicos, tecnológicos, económicos, financeiros, de organização e de coordenação); qualificação da equipa responsável pela execução do projecto analisada através dos seus currículos académicos e profissionais, com destaque para as competências técnicas adquiridas no âmbito de desenvolvimento de projectos similares.



- B. Contributo para a competitividade nacional**, ponderando, nomeadamente, o aumento e consolidação das capacidades nacionais de I&DT e inovação tecnológica, bem como de valorização comercial dos resultados de I&D, incluindo a capacidade prevista de acolher e/ou incubar empresas de base tecnológica ou com actividades de I&D, novas ou já existentes.
- C. Contributo para a competitividade regional**, tendo como referência, designadamente: o aumento e consolidação das capacidades regionais de I&DT e inovação tecnológica, bem como de valorização comercial dos resultados de I&D, incluindo a capacidade prevista de acolher e/ou incubar empresas de base tecnológica ou com actividades de I&D, novas ou já existentes; a relação com a existência na região de massa crítica relevante, nomeadamente em termos da entidade promotora e que apresente reconhecidas valências no campo científico em que o projecto aposta; o grau de adequação às prioridades estratégicas regionais em matéria de I&D e Inovação; os efeitos de demonstração e de disseminação dos resultados e outras externalidades para outras empresas e sectores na região.
- D. Grau de abrangência do projecto**, ponderando, em particular: a existência de ligações institucionais nomeadamente consórcios com centros de I&D, tais como Universidades, laboratórios e institutos públicos e privados de investigação; a existência de ligações institucionais a redes internacionais de Universidades, Laboratórios, Institutos públicos ou privados de investigação e a entidades que prosseguem objectivos análogos aos do promotor.

### **2.2.7 | EIXO I - Regulamento Específico Sistemas de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística**

O mérito das operações inseridas neste Regulamento é definido em função dos seguintes critérios:

- A. Qualidade intrínseca da Operação**, tendo como referencia as melhores práticas internacionais, nomeadamente, no que se refere a: coerência e razoabilidade do projecto (designadamente, aspectos económico-financeiros, técnicos, de mercado, científicos, tecnológicos e organizacionais) para alcançar os resultados previstos com eficácia e eficiência; equipa de direcção com perfil de competências adequado à realização do projecto; qualidade e adequação dos serviços avançados, das infra-estruturas básicas e dos serviços de apoio; adequação institucional do modelo de gestão e existência de ligações institucionais à rede regional e supra-municipal de AAE bem como à rede de PCT e outras infra-estruturas de apoio à competitividade.
- B. Contributo para a criação e instalação de empresas na região**, ponderando, nomeadamente: a capacidade de instalação e atracção de empresas; o volume de emprego técnico qualificado que se prevê criar; o impacto sobre a competitividade das empresas e da região; o grau de adequação da oferta à envolvente empresarial regional e sub-regional (Procura) bem como às prioridades estratégicas regionais.
- C. Contributo para a política de coesão regional e ordenamento do território**, tendo como referência, nomeadamente: o contributo para: o ambiente e ordenamento do território, disciplina da procura por solo industrial e geração de economias de rede e aglomeração; o contributo para a dinamização de empreendedorismo local, nomeadamente, em *lagging* sub-regiões; o contributo do projecto para a concretização das metas quantificadas estabelecidas para o PO Regional.

### 2.2.8 | *EIXO II - Regulamento Específico Valorização Económica de Recursos Específicos*

O mérito das operações inseridas neste Regulamento é definido em função dos seguintes critérios:

1. **Avaliação do Programa de Acção, Candidatura ou Pré-candidatura**, valorizando, nomeadamente, quando aplicável, (i) os níveis de integração e coerência da abordagem proposta face ao diagnóstico sintético efectuado; (ii) a coerência interna do programa de acção, candidatura ou pré-candidatura; (iii) a pertinência e exequibilidade das metas assumidas; (iv) as condições de durabilidade dos resultados após a conclusão; (v) a articulação com outros instrumentos de financiamento; (vi) a inovação e efeito demonstrativo; (vii) a credibilidade e razoabilidade da estrutura de custos; (viii) relação custo-benefício do programa de acção, candidatura ou pré-candidatura.
2. **Avaliação dos Beneficiários**, valorizando, nomeadamente, quando aplicável, os níveis (i) de capacidade técnica, financeira e de gestão, (ii) de adequação institucional do modelo de governação e de (iii) constituição ou reforço de parcerias.
3. **Impacto regional do Programa de Acção, Candidatura ou Pré-candidatura**, valorizando, nomeadamente, quando aplicável, (i) contributo para os objectivos do PO Regional, respectivos indicadores de realização e de resultado e categorização de despesas “earmarking”; (ii) âmbito territorial; (iii) contributo para a visão, prioridades estratégicas e agendas prioritárias regionais.

### **2.2.9 | EIXO III - Regulamento Específico Acções de Valorização do Litoral**

O mérito das operações inseridas neste Regulamento é definido em função dos seguintes critérios:

1. Enquadramento na Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional, nos planos de ordenamento da orla costeira, nos planos de ordenamento de estuários, em programas de acção plurianuais para a Valorização do Litoral ou em planos e programas que comprovadamente prossigam objectivos de valorização e requalificação das áreas litorais;
2. Enquadramento em operações de natureza integrada de requalificação do litoral;

3. Enquadramento nos documentos produzidos pelo Grupo de Coordenação Estratégica para o Litoral e das Coordenações Operacionais dos diferentes planos de ordenamento da orla costeira;
4. Incidência em zonas designadas como balneares no âmbito da Directiva 76/160/CEE.
5. Impacte do projecto/acção na melhoria da segurança das pessoas e na prevenção da degradação dos ecossistemas costeiros.
6. Contributo para os objectivos do PO, respectivos indicadores e categorização de despesa earmarking.
7. Grau de inovação e de demonstração das acções candidatas a co-financiamento;
8. Nível do impacto actual e futuro sobre a despesa pública, resultantes da manutenção dos efeitos pretendidos com a execução das acções candidatas a co-financiamento, tendo em consideração a satisfação do interesse público;
9. Nível de envolvimento dos diferentes agentes relevantes na gestão da área territorial a intervencionar, traduzido no número de entidades que participam como parceiros, contribuintes ou se revelem beneficiários das acções candidatas a co-financiamento, com prioridade para projectos supramunicipais;
10. Nível de complementaridade com acções co-financiadas por outros instrumentos de financiamento, nacionais e comunitários.

### **2.2.10 | EIXO III - Regulamento Específico Acções de Valorização e Qualificação Ambiental**

O mérito das operações inseridas neste Regulamento é definido em função dos seguintes critérios:

1. Contributo para os objectivos do PO, respectivos indicadores e categorização de despesa earmarking.

2. Acção prevista em Plano Sectorial ou Especial ou outro documento estratégico de enquadramento ambiental.
3. Nível de complementaridade com acções co-financiadas por outros instrumentos de financiamento, nacionais e comunitários.
4. Grau de inovação e de demonstração das acções candidatas a co-financiamento.
5. Nível de envolvimento dos diferentes agentes relevantes na gestão da área territorial a intervencionar, traduzido no número de entidades que participam como parceiros, contribuintes ou se revelem beneficiários das acções candidatas a co-financiamento.
6. Âmbito territorial, com prioridade para projectos supramunicipais.
7. Nível do impacto actual e futuro sobre a despesa pública, resultantes da manutenção dos efeitos pretendidos com a execução das acções candidatas a co-financiamento, tendo em consideração a satisfação do interesse público.

### **2.2.11 | EIXO III - Regulamento Específico Ciclo Urbano da Água - “vertente em baixa - modelo não verticalizado”**

O mérito das operações inseridas neste Regulamento é definido em função dos seguintes critérios:

#### **1. De enquadramento sectorial**

- Contributo para o cumprimento da Directiva Águas Residuais Urbanas (Directiva 91/271/CEE, do Conselho de 21 de Maio);
- Contributo para o cumprimento da Directiva da Qualidade da Água destinada ao consumo humano (Directiva n.º 98/83/CE do Conselho de 3 de Novembro);
- Contributo para o cumprimento do PNUEA nomeadamente através do, i) contributo para o uso eficiente da água, pela optimização da gestão das disponibilidades e reservas e/ou pela optimização da sua utilização, ii) contributo para o uso eficiente da

água, pela sensibilização e/ou informação, iii) contributo para a reutilização da água residual tratada e/ou eco-eficiência energética.

## 2. De enquadramento Territorial

- Contributo para os objectivos previstos no PO Regional, respectivos indicadores de realização e de resultado e categorização de despesas earmarking ou para os objectivos estratégicos e operacionais do PEAASAR;
- Enquadramento em municípios onde se verificam baixos níveis de atendimento em abastecimento público de água ou em saneamento de águas residuais;
- Enquadramento em zonas de intervenção prioritária tendo em vista a eliminação de focos poluidores junto a captações para o abastecimento público ou a zonas balneares;
- Contributo para a articulação com outros projectos relevantes na área territorial onde a intervenção se enquadra, nomeadamente através da articulação com a vertente em “alta” que serve o sistema garantindo-se, desse modo, a viabilização de investimentos já realizados e/ou a complementaridade com acções a co-financiar por outros instrumentos de financiamento, nacionais e comunitários.

### 2.2.12 | *EIXO III - Regulamento Específico Equipamentos para a Coesão Local*

Na selecção das operações, observando as tipologias previstas no artigo 3º do presente regulamento, serão considerados os seguintes critérios:

1. Contributo para o cumprimento dos objectivos e metas previstos no Programa Operacional;
2. Inserção em municípios com níveis de cobertura mais reduzidos;
3. Valorização do âmbito supra-concelhio e existência de parcerias que garantam a sustentabilidade do projecto;

4. Adequação do equipamento à pertinência das necessidades locais (identificadas pelas plataformas supra-concelhias das redes sociais, no caso dos sociais);
5. Adopção das melhores tecnologias e boas práticas, nomeadamente, em termos de eficiência energética e utilização sustentável dos recursos naturais.

### **2.2.13 | EIXO III - Regulamento Específico Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados**

O mérito das operações inseridas neste Regulamento é definido em função dos seguintes critérios:

1. Contribuição para os objectivos do PO, respectivos indicadores e categorização de despesas earmarking;
2. Contribuição para a promoção da conservação dos valores naturais em áreas classificadas ou em territórios que interferem directamente com a integridade daquelas áreas e com o estado de conservação dos valores naturais delas dependentes;
3. Conservação ou recuperação de espécies e habitats prioritários e/ou com estatuto de conservação desfavorável no contexto nacional;
4. Incidência em áreas classificadas, num contexto transfronteiriço, com destaque para aquelas com bacias hidrográficas partilhadas;
5. Acções com carácter de integração visando, nomeadamente, iniciativas comuns a várias áreas classificadas;
6. Acções que materializem os objectivos do “Programa de visitação e comunicação na Rede Nacional de Áreas Protegidas”;
7. Acções com carácter de auto-sustentabilidade ou de demonstração;
8. Acções de âmbito regional ou multi-regional e cujo impacto de execução exiba um valor acrescentado à escala nacional ou supra-nacional;

9. Acções que resultem de parcerias público-privadas entre a Autoridade Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade, instituições da administração central e local e organizações privadas;
10. Acções que agreguem uma dimensão social e económica relevante.

#### **2.2.14 | EIXO III - Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos**

Na selecção das candidaturas, observando as tipologias de operações previstas no Artigo 3º do presente Regulamento, serão considerados os seguintes critérios:

1. Contributo para o cumprimento dos objectivos e metas previstas no Programa Operacional, no PERSU II e nos Planos multimunicipais, intermunicipais e municipais de acção aplicáveis;
2. Incidência em áreas deficitárias em infra-estruturas e equipamentos de gestão de resíduos sólidos urbanos;
3. Grau de inovação e/ou de adopção das melhores tecnologias disponíveis;
4. Número e diversidade de entidades que participam como parceiros ou beneficiários das acções candidatas a co-financiamento.

#### **2.2.15 | EIXO III - Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos**

##### ***Naturais e Tecnológicos - Acções imateriais***

O mérito das operações inseridas neste Regulamento é definido em função dos seguintes critérios:

1. Relevância regional do tipo de perigo considerado, de acordo com o estabelecido no Quadro I do regulamento específico;



2. Relevância sub-regional do perigo considerado, de acordo com o estabelecido no Quadros II do regulamento específico;
3. Operações que contemplem a candidatura conjunta de vários municípios;
4. Operações que contribuam para o reforço da capacidade de previsão e que incluam instrumentos fiáveis de planeamento de emergência;
5. Operações com carácter inovador para a protecção civil, numa lógica de eficiência e eficácia dos serviços;
6. Operações que privilegiem a análise multi-risco, seja na inventariação e cartografia de zonas de susceptibilidade, perigosidade, vulnerabilidade e riscos, seja nas acções de divulgação e sensibilização direccionadas para o domínio da protecção civil;
7. Operações de inventariação e cartografia de zonas de riscos relevantes, de apoio ao ordenamento do território ou ao planeamento de emergência, que contemplem a realização de estudos detalhados, compatíveis com a elaboração de cartas temáticas, na escala 1:10.000, ou excepcionalmente outra, que se mostre mais adequada ao âmbito espacial da carta ou do estudo e à natureza do risco;
8. Operações de inventariação e cartografia de zonas de susceptibilidade, perigosidade ou risco que prevejam a definição dos respectivos usos compatíveis.

## **2.2.16 | EIXO III - Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos**

### ***Naturais tecnológicos - Acções Materiais***

O mérito das operações inseridas neste Regulamento é definido em função dos seguintes critérios:

1. Contribuição para os objectivos e metas do PO;
2. Operações que contemplem a candidatura conjunta de vários municípios ou de várias associações humanitárias de bombeiros, respectivamente a centros municipais de

protecção civil e correspondentes sistemas de gestão e a equipamentos dos agentes de protecção civil;

3. Operações que contemplem a resolução das vulnerabilidades do território em termos de infra-estruturas e equipamentos de protecção civil;
4. Operações que contemplem o aumento da capacidade de intervenção e a rapidez da resposta;
5. Operações com carácter inovador para a protecção civil, numa lógica de eficácia e de eficiência dos serviços.

### **2.2.17 | EIXO III - Regulamento Específico Reabilitação de Locais**

#### ***Contaminados e Zonas Extractivas***

Na selecção das operações respeitantes às tipologias previstas no artigo 3.º do presente regulamento específico, serão aplicados os seguintes critérios:

1. Enquadramento em planos ou programas que, comprovadamente, prossigam objectivos de reabilitação de sítios e solos contaminados ou de áreas degradadas afectas à indústria extractiva ou, em casos de comprovada situação de risco, se enquadrem em medidas de prevenção, protecção e salvaguarda de risco;
2. Nível de envolvimento dos diferentes agentes relevantes na gestão da área territorial a intervencionar, traduzido na adequação de entidades que participam como parceiros, contribuintes ou beneficiários das acções candidatas a co-financiamento;
3. Complementaridade com acções co-financiadas por outros instrumentos de financiamento, nacionais e comunitários, a apreciar em “grupo de articulação temática” previsto no regulamento específico “recuperação do passivo ambiental” do POVT;
4. Carácter inovador e de demonstração das acções candidatas a co-financiamento;

5. Carácter prioritário assegurado pela CCDR territorialmente competente, tendo por base documento orientador, elaborado em complementaridade com o documento enquadrador de âmbito nacional da responsabilidade da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), que contemple os investimentos e a estratégia de actuação no domínio da reabilitação de áreas degradadas afectas à indústria extractiva e de sítios e solos contaminados que constituem passivos ambientais.

### 2.2.18 | *EIXO III - Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais*

1. Nos termos previstos no artigo 10º deste Regulamento, as tipologias de operações enunciadas nos Anexos A, B, C, D, E e F são seleccionadas com base na avaliação de mérito em função dos seguintes critérios:

**A. Valia patrimonial:**

- A1. Valor patrimonial do imóvel a intervencionar do ponto de vista cultural, histórico, arqueológico, etnográfico, científico e social
- A2. Valor patrimonial dos fundos e das colecções

**B. Prioridade para a política sectorial:**

- B1. Integração nas políticas culturais
- B2. Potencial de dinamização da procura de bens culturais (criação de públicos, dinamização de actividades educativas e pedagógicas)
- B3. Contribuição para o aumento, diversificação e enriquecimento da oferta cultural

**C. Valia específica da operação:**

- C1. Relevância técnica e cultural da operação
- C2. Adequação do equipamento à pertinência das necessidades locais
- C3. Capacitação e envolvimento de agentes e da comunidade
- C4. Adopção das melhores tecnologias e boas práticas, nomeadamente, em termos de eficiência energética e utilização sustentável dos recursos naturais

**D. Impacte da operação no desenvolvimento regional:**

- D1. Contributo para o cumprimento dos objectivos e metas previstas no Programa Operacional
  - D2. Contributo da operação para a estratégia regional
  - D3. População servida
  - D4. Inserção em municípios com níveis de cobertura mais reduzidos
- 
- 2. As tipologias de operações enunciadas nos Anexos D e E são seleccionadas com base na avaliação de mérito em função dos critérios B, C e D.
  - 3. A avaliação de mérito das operações é determinada pela soma ponderada das pontuações parcelares, atribuídas numa escala compreendida entre 1 e 5, obtidas em cada um dos critérios.
  - 4. As pontuações parcelares relativas aos sub-critérios serão atribuídas numa escala de 1 a 5, bem como os respectivos ponderadores, cuja soma em cada critério deve ser igual a 1, os quais serão definidos nos avisos de abertura de concurso, de forma a melhor corresponderem aos objectivos específicos dos mesmos.

### **2.2.19 | EIXO III - Regulamento Específico Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo Ensino Básico e de Educação Pré - Escolar**

O mérito das operações inseridas neste Regulamento é definido em função dos seguintes critérios:

- 1. Projectos que promovam o aumento do número de alunos por escola, tendo em conta as necessidades identificadas na respectiva Carta Educativa Municipal;
- 2. Projectos cujo orçamento proposto apresente maior proximidade aos custos-referência definidos nos termos dos Anexos I e II do presente Regulamento no que à componente educativa diz respeito, sem prejuízo de sempre que os custos excederem os valores máximos de referência o diferencial entre ambos seja suportado pelos promotores.

3. Projectos de construção/ampliação/requalificação que integrem o desenvolvimento de investimentos que contribuam para a eficiência energética dos estabelecimentos.

### 2.2.20 | *EIXO III - Regulamento Específico Saúde*

O mérito das operações inseridas neste Regulamento é definido em função dos seguintes critérios:

1. A operação deverá enquadrar-se nas orientações estratégicas da política sectorial em causa e estar em consonância com as políticas de desenvolvimento regional / local prosseguidas;
2. Articular-se com outros tipos de operações desenvolvidas no âmbito do acesso das populações a serviços básicos;
3. Evidenciar uma inegável qualidade através de:
  - Conceção geral, consistência, viabilidade técnica e sustentabilidade financeira;
  - Monitorização e controlo de execução;
  - Metodologia prevista para a sua avaliação;
  - Plano de informação e publicidade;
4. Demonstrar a sua mais-valia para as populações, em termos de:
  - Melhoria do acesso;
  - Ganhos em saúde;
  - Redução de desigualdades, nomeadamente em razão do sexo.
5. Compromisso de níveis de desempenho e de rentabilização dos equipamentos nos anos seguintes à implementação do(s) projecto(s).

### 2.2.21 | EIXO IV - Regulamento Específico Mobilidade Territorial

O mérito das operações inseridas neste Regulamento é definido em função dos seguintes critérios:

1. Contribuam para a melhoria das ligações intra-regionais ou supramunicipais, envolvam mais do que um município e se enquadrem nas orientações estratégicas do PROT;
2. Contribuam para o reforço da conectividade e os fechos de malha, nomeadamente entre redes nacional, regional e municipal, sempre que assumam carácter supramunicipal, envolvam mais do que um município e constituam prioridades expressas em PROT;
3. Proporcionem melhores condições de acesso aos centros urbanos solucionando situações evidentes de congestionamento e permitindo melhores articulações entre os centros urbanos e os territórios envolventes;
4. Privilegiem o acesso a portos, áreas de localização empresarial e logística, centros turísticos e outros locais de relevância regional e/ou contribuam para a valorização da paisagem natural;
5. Contribuam para o reforço da intermodalidade, quer em termos interurbanos como intraurbanos;
6. Contribuam para reduzir a sinistralidade rodoviária e proporcionem melhorias de segurança ou na qualidade de serviço prestado às populações;
7. Demonstrem ganhos ambientais, contribuam para a redução da dependência energética do exterior e contribuam para o desenvolvimento de uma mobilidade mais sustentável;
8. Promovam soluções de mobilidade e transporte de carácter inovador, designadamente em áreas de baixa densidade demográfica;
9. Contribuam para a qualificação da mobilidade em meio urbano;

10. Contribuam para a estratégia e objectivos definidos no respectivo PO, designadamente, para os indicadores de realização e resultado aprovados.

### 2.2.22 | *EIXO IV - Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana*

1. A selecção dos Programas de Acção é feita pela Autoridade de Gestão mediante a aplicação dos seguintes critérios:
  - a) Qualidade do Programa de Acção:
    - coerência da abordagem proposta face à natureza do espaço urbano em referência, em particular a adequação à superação das dificuldades e problemas (urbanísticos, ambientais, sociais, culturais e económicos) e ao aproveitamento das potencialidades do território abrangido;
    - coerência interna do Programa de Acção e grau de integração das dimensões física e ambiental, económica, social e cultural;
    - pertinência e exequibilidade das metas assumidas;
    - condições de durabilidade dos resultados após o fim da operação.
  - b) Articulação com as políticas de desenvolvimento territorial:
    - coerência com as prioridades de desenvolvimento urbano definidas no PROT;
    - valia ambiental das operações.
  - c) População directamente beneficiada pela intervenção;
  - d) Custos da intervenção face às metas objecto de compromisso;
  - e) Grau de envolvimento dos parceiros e populações locais na preparação do Programa de Acção e na sua implementação;
  - f) Efeito multiplicador dos fundos comunitários envolvidos e participação dos parceiros privados na execução do Programa de Acção;

- g) Maturação da estratégia e rapidez de arranque das operações;
  - h) Capacidade das estruturas propostas para a gestão e animação da intervenção.
2. Para efeitos dos critérios referidos nas alíneas a) e b) do número anterior, as candidaturas de Programas de Acção serão objecto da avaliação de mérito a que se refere o nº 7 do artigo 13º do presente regulamento.

### *2.2.23 | EIXO IV - Regulamento Específico Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação*

1. Os Programas Estratégicos das Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação são seleccionados pela Autoridade de Gestão mediante avaliação em função de:
- a) Potencial e Coerência do Programa Estratégico:
    - visão prospectiva para o cidade ou rede de cidades e do seu papel no contexto nacional e europeu;
    - natureza dos elementos e factores em que se apoia a estratégia de competitividade e internacionalização;
    - pertinência da rede de cidades para a cooperação sobre os temas propostos;
    - carácter inovador da metodologia de trabalho e clareza da identificação dos resultados a atingir;
    - potencial dinamizador das acções propostas;
    - pertinência e exequibilidade das metas assumidas;
    - condições de durabilidade dos resultados após o fim da operação;
    - grau de maturação da reflexão quanto aos projectos âncora;
  - b) Articulação com as políticas de desenvolvimento territorial:
    - articulação da rede de cidades e da estratégia proposta com as orientações do PNPOT
    - coerência com as orientações /prioridades do PROT;



- coerência com a estratégia de desenvolvimento regional;
  - c) Natureza e qualidade das parcerias:
    - Implicação dos actores urbanos na preparação da candidatura do Programa Estratégico e na sua implementação;
    - Potencial da rede de actores para implementação da estratégia proposta.
  - d) Efeito multiplicador dos fundos comunitários envolvidos e participação dos parceiros privados na execução do Programa Estratégico;
  - e) Custos da operação face às metas objecto de compromisso;
  - f) Maturação da estratégia e rapidez de arranque das acções;
  - g) Capacidade da estrutura proposta para a gestão e animação da intervenção.
2. Para efeitos dos critérios referidos nas alíneas a), b) e c) do número anterior, as candidaturas de Programas Estratégicos serão objecto da avaliação de mérito a que se refere o n.º 7 do artigo 12.º do presente regulamento.

## 2.2.24 | *EIXO V - Regulamento Específico Promoção e Capacitação*

### *Institucional*

O mérito das operações inseridas neste Regulamento é definido em função dos seguintes critérios:

1. **Avaliação do Programa de Acção, Candidatura ou Pré-candidatura**, valorizando, nomeadamente, quando aplicável, (i) os níveis de integração e coerência da abordagem proposta face ao diagnóstico sintético efectuado; (ii) a coerência interna do programa de acção, candidatura ou pré-candidatura; (iii) a pertinência e exequibilidade das metas assumidas; (iv) as condições de durabilidade dos resultados após a conclusão; (v) a articulação com outros instrumentos de financiamento; (vi) a inovação e efeito demonstrativo; (vii) a credibilidade e razoabilidade da estrutura de custos; (viii) relação custo-benefício do programa de acção, candidatura ou pré-candidatura.

2. **Avaliação do(s) Beneficiário(s)**, valorizando, nomeadamente, quando aplicável, os níveis (i) de capacidade técnica, financeira e de gestão, (ii) de adequação institucional do modelo de governação e de (iii) constituição ou reforço de parcerias.
3. **Impacto regional do Programa de Acção, Candidatura ou Pré-candidatura**, valorizando, nomeadamente, quando aplicável, (i) contributo para os objectivos do PO Regional, respectivos indicadores de realização e de resultado e categorização de despesas “earmarking”; (ii) âmbito territorial; (iii) contributo para a visão, prioridades estratégicas e agendas prioritárias regionais.

#### **2.2.25 | EIXO V - Regulamento Específico Sistema de Apoios à Modernização Administrativa**

O mérito das operações inseridas neste Regulamento é definido em função dos seguintes critérios:

##### **A. OPERAÇÕES INDIVIDUAIS E TRANSVERSAIS**

1. As operações individuais e transversais são seleccionadas com base no Mérito da Operação (MO), calculado em função dos seguintes critérios:

##### **A. Contributo para a melhoria da prestação do serviço aos cidadãos e às empresas:**

- A1. Contributo para a execução dos indicadores e metas dos respectivos PO;
- A2. Acessibilidade física, temporal e digital dos cidadãos e das empresas aos serviços da Administração Pública;
- A3. População-alvo directamente beneficiada com a intervenção.

##### **B. Contributo para a modernização da entidade beneficiária (efeitos e resultados):**

- B1. Qualidade técnica e tecnológica da operação;

- B2. Relevância da operação (custos/benefícios, resultados esperados);
- B3. Impacto na organização interna das entidades;
- B4. Impacto na qualificação dos Recursos Humanos;
- B5. Criação de redes de cooperação permanentes com outras entidades públicas.

**C. Contributo para a estratégia e objectivos da política nacional para a modernização administrativa e administração electrónica:**

- C1. Grau de adequação às prioridades nacionais e prioridades regionais em matéria de modernização administrativa e administração electrónica;
- C2. Potencial de demonstração e disseminação de resultados a outras entidades.

**D. Grau de inovação ou de utilização de “boas práticas” da operação:**

- D1. Inovação da operação (à escala nacional ou internacional);
- D2. Utilização de “boas práticas” (aplicação testada noutros contextos).

**E. Grau de envolvimento dos parceiros relevantes ou representatividade à escala nacional/regional.**

2. O Mérito das Operações (MO) é determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares, atribuídas numa escala compreendida entre 1 e 10, obtidas em cada um dos critérios.
3. Os ponderadores específicos serão definidos nos avisos de abertura, sendo que os de primeiro nível, respeitantes aos critérios A, B, C, D e E, variam entre um mínimo de 0,1 e um máximo de 0,3, num total de 1.
4. Os critérios de segundo nível, cujas pontuações parcelares serão atribuídas numa escala de 1 a 10, bem como os respectivos ponderadores, cuja soma em cada critério deve ser igual a 1, serão ajustados nos Avisos de abertura de forma a melhor corresponderem aos objectivos específicos dos respectivos concursos.
5. As Autoridades de Gestão poderão estabelecer, em sede de Aviso de Abertura de Concurso, limites mínimos de pontuação, abaixo dos quais as operações não serão submetidas à hierarquização estabelecida no artigo 14.º do regulamento do SAMA.

## **B. OPERAÇÕES NÃO SUJEITAS A CONCURSO**

As operações não sujeitas a concurso são apreciadas com base nos critérios A, C, D e E referidos em A (operações individuais e transversais).

## **C. OPERAÇÕES INDIVIDUAIS DE ADESÃO A OPERAÇÕES GLOBAIS**

As operações individuais de adesão a operações globais são hierarquizadas e seleccionadas em função do grau de cumprimento dos requisitos específicos de adesão fixados para os beneficiários e das prioridades que venham a ser definidos em sede do respectivo Aviso de Abertura de Concurso.

### **2.2.26 | EIXO VI - Regulamento Específico Assistência Técnica**

O mérito das operações inseridas neste Regulamento é definido em função dos seguintes critérios:

1. Contributo para os objectivos e metas fixados no Eixo Prioritário;
2. Contributo para assegurar o cumprimento dos objectivos e atribuições contratualizados (quando aplicável);
3. Contributo para a dinamização e disseminação de acções inovadoras que constituam "boas práticas" do projecto e para o planeamento, gestão e avaliação estratégica ao nível regional das políticas, em particular, para a qualificação das propostas, das iniciativas, dos programas de acção e dos projectos-piloto de desenvolvimento regional.

## 2.3 | Projectos geradores de receitas

### 2.3.1 | Definição e âmbito de aplicação

Um Projecto Gerador de Receitas é, segundo o n.º 1 do artigo 55.º do Regulamento (CE) 1083/2006, *“uma operação que inclui um investimento em infra-estruturas cuja utilização implique o pagamento de taxas directamente a cargo dos utilizadores, ou qualquer operação de venda ou aluguer de terrenos ou edifícios, ou qualquer outra prestação de serviços a título oneroso”*.

Face ao exposto, o teor deste artigo aplica-se a operações de investimento geradoras de receitas líquidas através de encargos suportados directamente pelos utilizadores, não se aplica nos casos seguintes:

- Projectos que não gerem receitas
- Projectos cujas receitas não cubram integralmente os custos de funcionamento
- Projectos sujeitos às normas sobre auxílios estatais - n.º 6 do artigo 55.º

De facto, e como regra, para todos os projectos que podem ser sujeitos a uma análise de custo-benefício (ACB) devem ser estimadas as receitas esperadas, se as houver, em conformidade com o n.º 2 do artigo 55.º, o qual determina que quando a avaliação das receitas futuras se revela difícil, deve ser prestada atenção particular à análise de sensibilidade e de risco<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> Sobre este tipo de análise atenda-se ao disposto no Documento de Trabalho 4 “Orientações sobre a metodologia para a realização de análises custo-benefício”, elaborado pela Comissão Europeia, e disponível no Inforegio.

### 2.3.2 | Quadro regulamentar

Dos n.os 2 e 3 do artigo 55.º do Regulamento (CE) 1083/2006, resulta o seguinte:

- As despesas elegíveis para os projectos geradores de receitas não devem exceder o valor do custo do investimento actualizado, depois de deduzido o valor do rendimento líquido do investimento actualizado durante um determinado período de referência, para Investimentos em infra-estruturas ou outros projectos cujas receitas possam ser objectivamente estimadas com antecedência;
- Nos casos em que não seja elegível para co-financiamento a totalidade do custo do investimento, o rendimento líquido deve ser afectado proporcionalmente à parte elegível e à parte não elegível do investimento;
- No cálculo, a Autoridade de Gestão do ON.2 (ou a Associação de Municípios por esta designada) tem em conta o período de referência adequado para a categoria de investimento em causa, a categoria do projecto, a rentabilidade normalmente prevista nesta categoria de investimento, a aplicação do princípio do poluidor-pagador e, se for caso disso, considerações de equidade relacionadas com a prosperidade relativa do Estado-Membro em causa.
- Sempre que não seja objectivamente possível estimar com antecedência as receitas, as receitas geradas nos cinco anos seguintes à conclusão de uma operação devem ser deduzidas das despesas declaradas à Comissão. A dedução deve ser efectuada pela autoridade de certificação o mais tardar no momento do encerramento parcial ou final do programa operacional. O pedido de pagamento final deve ser corrigido em conformidade.

De referir ainda que, de acordo com o n.º 4 do referido artigo 55.º, *“quando, no prazo máximo de três anos a contar do encerramento do programa operacional, se determinar que uma operação gerou receitas não tidas em conta nos termos dos n.os 2 e 3, essas receitas devem ser restituídas ao Orçamento Geral da União Europeia na proporção da participação dos fundos.”*

Ainda, o n.º 5 do artigo 55.º, com as alterações decorrentes do Regulamento (CE) 1341/2008, estipula que *‘os n.ºs 1 a 4 aplicam-se exclusivamente às operações co-financiadas pelo FEDER ou pelo Fundo de Coesão cujo custo total do investimento seja superior a 1 000 000 EUR’*.

### 2.3.3 | Processo de determinação do fundo comunitário

No que se refere a Projectos Geradores de Receitas, a Comissão Europeia, no Documento de Trabalho 4 ‘Orientações sobre a metodologia para a realização de análises custo-benefício’, propõe a utilização do chamado “método da diferença de financiamento” na determinação da taxa de auxílio dos Fundos para Projectos Geradores de Receitas.

A determinação do nível de auxílio comunitário baseia-se na taxa de «diferença de financiamento» do projecto, ou seja, a parte do custo actualizado do investimento inicial não coberta pela receita líquida actualizada do projecto.

A identificação das despesas elegíveis de acordo com o n.º 2 do artigo 55.º assegura que o projecto tem recursos financeiros suficientes para aplicar e evita a concessão de uma vantagem indevida ao destinatário da ajuda, ou seja, um sobrefinanciamento do projecto.

Na figura que se segue esquematizam-se os passos a dar para determinar o montante do Fundo em conformidade com o artigo 55.º.

Passo 1: Encontrar a taxa da diferença de financiamento (R)
$R = \text{Max EE} / \text{DIC}$ <p>em que:</p> <p>Max EE é o máximo das despesas elegíveis = DIC-DNR (art. 55.º, n.º 2)</p> <p>DIC é o custo de investimento actualizado (<i>discounted investment cost</i>)</p> <p>DNR é a receita líquida actualizada (<i>discounted net revenue</i>) = receitas actualizadas - custos de funcionamento actualizados + valor residual actualizado</p>



**Passo 2:** Encontrar o «montante de decisão» (DA - *decision amount*), ou seja, “o montante a que se aplica a taxa de co-financiamento do Eixo prioritário” (artigo 41.º, n.º 2)

$$DA = EC * R$$

em que:

EC é o custo elegível.



**Passo 3:** Encontrar a subvenção (máxima) da UE

$$\text{Subvenção da UE} = DA * \text{Max CRpa}$$

em que

Max CRpa é a taxa máxima de co-financiamento fixada para o Eixo prioritário na decisão da Comissão que adopta o programa operacional (artigo 53.º, n.º 6).

**Fig. 8** - Passos para determinar o montante do Fundo no âmbito de Projectos Geradores de Receitas

### 2.3.4 | Obrigações do Beneficiário e da Autoridade de Gestão

Em relação a Projectos Geradores de Receitas cujo custo total do investimento seja superior a 1.000.000 €, decorre do artigo 15.º do ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’ em articulação com o artigo 55.º do Regulamento (CE) 1083/2006 que, à Autoridade de Gestão do ON.2 cabe manter o IFDR informado sobre:

- Os projectos cujas receitas líquidas não puderam ser estimadas com antecedência, bem como a respectiva contabilização nos cinco anos seguintes à sua conclusão;
- Alterações substanciais nas receitas líquidas que levaram ao cálculo da taxa de comparticipação após a conclusão da operação.

A este propósito, o Contrato de Financiamento a celebrar entre a Autoridade de Gestão do ON.2 (ou a Associação de Municípios por esta designada) e o Beneficiário obriga este último perante o primeiro:



- A informar das receitas líquidas geradas ao longo de 5 anos após a conclusão da operação, no caso de não ser possível estimar com antecedência as respectivas receitas;
- A informar quando as receitas líquidas determinadas para efeito do cálculo de comparticipação sofrerem alteração substancial;
- A restituir os montantes que venham a ser devolvidos ao orçamento geral da União Europeia na sequência da identificação de receitas que não tenham sido devidamente consideradas no âmbito de pagamentos efectuados à operação.

## 2.4 | Selecção da Candidatura

Sendo as candidaturas ao ON.2, seleccionadas por concurso, o mérito absoluto e relativo da operação é apurado, após a análise técnica atrás explicitada, através da hierarquização das candidaturas, por ordem decrescente da pontuação final da operação. Deste modo, serão seleccionadas as operações que estiverem acima da pontuação mínima definida no Aviso/Convite para apresentação de candidaturas, e enquanto exista enquadramento na dotação orçamental disponível.

### 3 | DECISÃO DE FINANCIAMENTO

#### 3.1 | Proposta de Decisão de Financiamento

Nesta etapa, poderão ocorrer as seguintes situações:

- a) Se a operação for seleccionada, o Secretariado Técnico/EAT elabora um Parecer com proposta de decisão de financiamento favorável da candidatura;
- b) Se a operação não for seleccionada, o Secretariado Técnico/EAT elabora um Parecer com proposta de decisão de financiamento desfavorável;
- c) O Beneficiário pode ainda ser notificado pelo Secretariado Técnico/EAT para prestar esclarecimentos necessários ao apuramento do mérito da operação, podendo neste caso, ocorrer a situação descrita em a) caso o Beneficiário esclareça o Secretariado Técnico/EAT ou a situação descrita em b) caso não esclareça.
- d) Se a operação for seleccionada mas tiver condicionantes que impeçam o Secretariado Técnico/EAT de emitir, de imediato, proposta de decisão favorável, elabora um Parecer com proposta de decisão de financiamento condicionada da candidatura.
- e) Da análise da operação pelo Secretariado Técnico/EAT pode resultar uma alteração à proposta apresentada pelo Beneficiário, originando uma necessidade de se proceder ao ajustamento dos termos em que foi submetida a candidatura, nomeadamente no que respeita ao valor da comparticipação financeira a atribuir, que é apurado após análise da candidatura. Neste caso, o Secretariado Técnico/EAT elabora um Parecer com uma proposta de decisão de financiamento favorável com alterações.

Estes Pareceres com as propostas de decisão de financiamento favorável, desfavorável, condicionada e favorável com alterações, são submetidos pelo Secretariado Técnico/EAT para deliberação da Comissão Directiva/Conselho Executivo.

As deliberações da Comissão Directiva/Conselho Executivo que recaírem sobre os Pareceres das propostas de supra mencionadas são, posteriormente, enviadas ao Beneficiário com notificação para se pronunciar, no âmbito da audiência prévia de interessados, ao abrigo dos artigos 100º e seguintes do CPA. (minutas n.º 7, 11, 12, 15 ANEXO D2).

Em sede de audiência de interessados, poderão verificar-se as seguintes situações:

- a) Se o Beneficiário não responde em sede de audiência de interessados, o Secretariado Técnico/EAT emite um Parecer de financiamento desfavorável ou favorável, consoante o caso.
- b) Se o Beneficiário responde, apresentando alegações que contestam a proposta de decisão de financiamento desfavorável ou favorável com alterações, o Secretariado Técnico/EAT analisa as alegações, de forma a concluir se os argumentos invocados são susceptíveis de gerar uma revisão da proposta de decisão de financiamento.

Neste contexto, poderão ocorrer as seguintes situações:

- b.1) Se os argumentos invocados forem factual e juridicamente aceites, o Secretariado Técnico/EAT emite um Parecer de financiamento favorável da candidatura;
  - b.2) Se os argumentos invocados não forem factual e juridicamente aceites, o Secretariado Técnico/EAT emite um Parecer de financiamento desfavorável da candidatura.
- c) Se o Beneficiário responder, em sede de audiência de interessados à proposta de decisão condicionada, poderão verificar-se, uma das seguintes situações:

- c.1) Se o Secretariado Técnico/EAT constata que as condicionantes foram ultrapassadas, emite um Parecer de financiamento favorável;
- c.2) Se o Secretariado Técnico/EAT constata que as condicionantes não foram ultrapassadas, emite um Parecer de financiamento favorável condicionado;
- c.3) Se o Secretariado Técnico/EAT constata que as condicionantes não foram ultrapassadas, nem poderão vir a ser, emite um Parecer de financiamento desfavorável.

### 3.2 | Desistência da candidatura

De salientar que, no âmbito da tramitação da candidatura, desde a sua submissão até à emissão de Decisão de Financiamento, o Beneficiário pode, a qualquer momento, exprimir vontade no sentido de não prosseguir ou de não aceitar os efeitos da candidatura.

Este caso configura uma situação de desistência da candidatura, a qual será submetida, pelo Secretariado Técnico/EAT responsável, à Comissão Directiva/Conselho Executivo para decisão/deliberação.

### 3.3 | Decisão de Financiamento

Os Pareceres com as referidas conclusões são remetidos pelo Secretariado Técnico/EAT à Comissão Directiva/Conselho Executivo para deliberação.

As deliberações da Comissão Directiva/Conselho Executivo que recaírem sobre os referidos Pareceres, são posteriormente notificadas aos Beneficiários (minutas n.º 8, 9, 10, 12, 14, 16, 17 do ANEXO D2).

### 3.4 | Prazo de notificação da Decisão de Financiamento

Sem prejuízo do disposto no Regulamento Específico, Avisos/Convites para apresentação de candidaturas e orientações técnicas ou de gestão, a notificação ao Beneficiário da decisão de financiamento ocorrerá no prazo máximo de 3 meses contados do final do período de apresentação de candidaturas definido no Aviso/Convite. A decisão favorável ou desfavorável de financiamento, será comunicada no prazo de oito dias úteis após a respectiva decisão, nos termos do CPA<sup>19</sup>, em respeito pelo disposto no ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’ e nos Regulamentos Específicos do ON.2.

### 3.5 | Decisão de Financiamento sujeita a confirmação

#### 3.5.1 | *Por parte da Autoridade de Gestão do ON.2*<sup>20</sup>

No caso das decisões de aprovação de financiamento das operações proferidas pelas Associações de Municípios, são as mesmas objecto de confirmação pela Autoridade de Gestão do ON.2.

No caso de não se verificar, fundamentadamente, por parte da Autoridade de Gestão do ON.2 o acto de confirmação, as candidaturas são consideradas não aprovadas.

Após a recepção do pedido de confirmação, a Autoridade de Gestão do ON.2, tem um prazo máximo de 10 dias úteis para proferir a respectiva decisão.

<sup>19</sup> N° 1 do artigo 16° do Regulamento Geral do FEDER e Fundo de Coesão.

<sup>20</sup> Cf. Cláusula 17.ª dos Contratos de Delegação de Competências com Subvenção Global, celebrados entre a Autoridade de Gestão do ON.2 e as Associações de Municípios.

### 3.5.2 | *Por parte da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais (CMC)*

A Decisão de Financiamento favorável será objecto de confirmação por parte da CMC<sup>21</sup> sempre que as operações correspondam a:

1. Projectos cujo custo total seja superior a 6,25 milhões de euros e inferior ou igual a 25 milhões de euros, no domínio do Ambiente, ou superior a 12,5 milhões de euros e inferior ou igual a 50 milhões de euros nos restantes domínios;
2. Outros projectos, considerados de especial relevância e sensibilidade, cujo custo total seja inferior ou igual a 25 milhões de euros, no domínio do Ambiente ou inferior ou igual a 50 milhões de euros no caso de outros domínios.

O pedido de confirmação à CMC é sempre apresentado pela Autoridade de Gestão do ON.2, independentemente da Decisão de Financiamento ter sido proferida pela própria ou por uma Associação de Municípios.

## 4 | *CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO*

A Decisão de Financiamento favorável é formalizada através do Contrato de Financiamento escrito, a celebrar entre o Beneficiário e a Autoridade de Gestão do ON.2 (ou a Associação de Municípios por esta designada), cuja minuta se encontra no ANEXO D3.

Com a comunicação da Decisão de Financiamento favorável serão remetidas ao Beneficiário duas vias do Contrato de Financiamento, que deverão ser assinadas e uma das quais deverá ser remetida pelo Beneficiário à Autoridade de Gestão do ON.2 (ou à

---

<sup>21</sup> Alínea e) do nº 7 do artigo 40 do Decreto-Lei 312/2007.

Associação de Municípios por esta designada), no prazo previsto no respectivo Regulamento Específico.

Na falta de disposição sobre prazo no Regulamento Específico, o Beneficiário deverá remeter o Contrato à Autoridade de Gestão do ON.2 (ou à Associação de Municípios por esta designada), no prazo de 30 dias, previsto no ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’<sup>22</sup>.

A não assinatura e envio do Contrato de Financiamento no prazo referido, determina a caducidade da Decisão de Financiamento, salvo se o Beneficiário apresentar fundamentos que venham a ser aceites pela Autoridade de Gestão do ON.2 (ou pela Associação de Municípios por esta designada).

Atendendo, contudo, às características dos dois Regulamentos Específicos inseridos no Eixo IV Qualificação do Sistema Urbano, relativos à ‘Politica de Cidades - Parecerias para a Regeneração Urbana’ e ‘Redes Urbanas para a competitividade e Inovação’ - em que são previamente seleccionados, respectivamente Programas de Acção e Programas Estratégicos, são celebrados Protocolos de Financiamento, conforme minuta ANEXO D4 que têm por objecto a implementação dos referidos Programas para que as operações neles contidos sejam submetidas à Autoridade de Gestão do ON.2 (ou à Associação de Municípios por esta designada) em condições de serem aprovados.

---

<sup>22</sup> Artigo 16º n.º 6 do ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’.

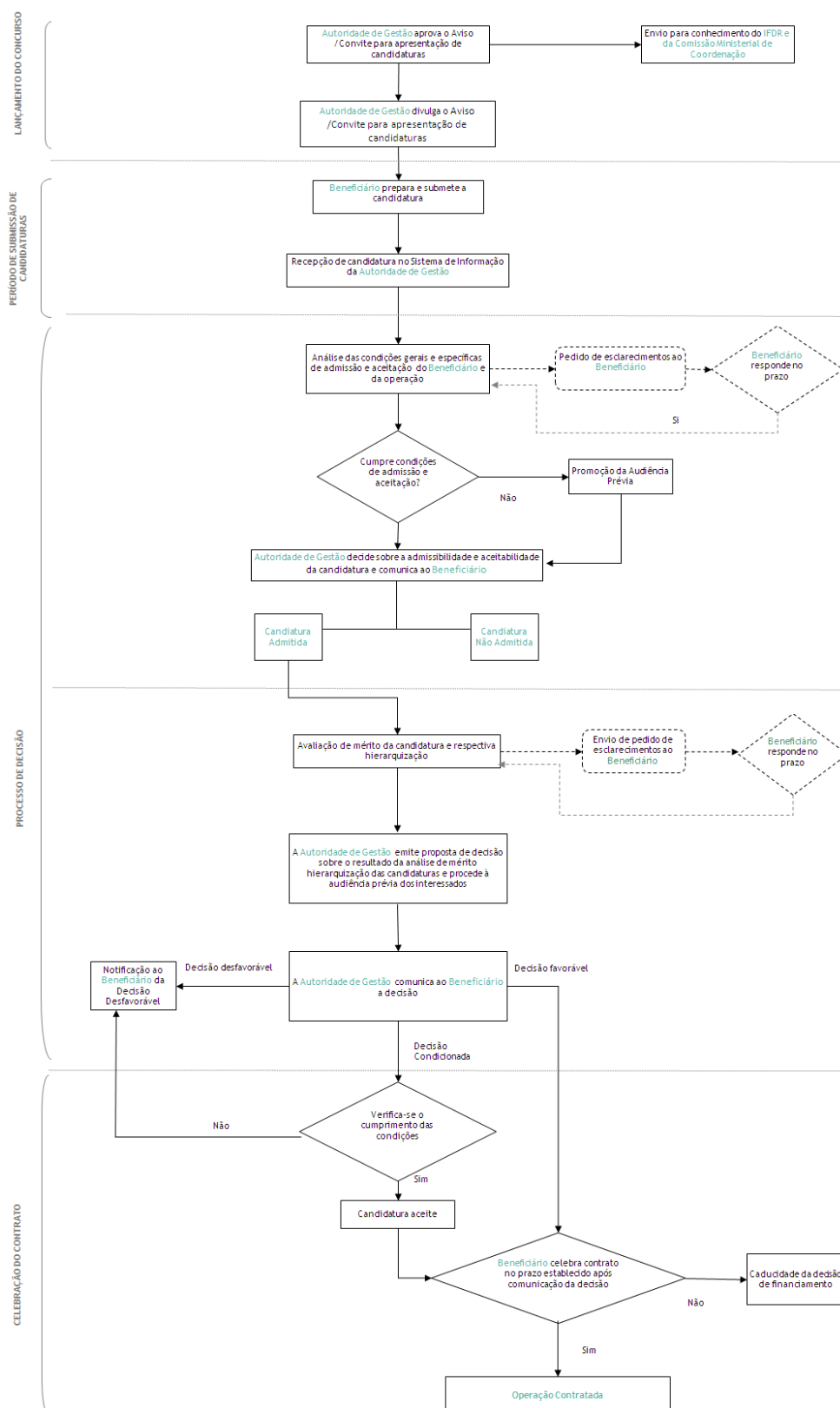


Fig. 9 - Fluxograma de admissão de análise de candidaturas



## 5 | DECISÃO DE FINANCIAMENTO DOS GRANDES PROJECTOS

De acordo com o disposto no artigo 39.º do Regulamento (CE) 1083/2006, a identificação de um Grande Projecto assenta num limiar de custo total da operação, o qual ascende a 25 milhões de euros no domínio do Ambiente e 50 milhões de euros nos restantes domínios.

Saliente-se que os limiares são relevantes não só na fase de instrução da candidatura mas também deverão ser aplicados a qualquer operação já aprovada e cujo acréscimo do custo total durante a sua execução ultrapasse os limiares em causa, determinando o seu enquadramento na categoria de Grande Projecto.

Este facto implica a instalação de procedimentos de acompanhamento da execução dos projectos que permitam identificar estas situações e consequente apresentação à Comissão Europeia do formulário de Grande Projecto, o mais rapidamente possível.

Ainda que a submissão à Comissão Europeia do formulário de Grande Projecto não implique a suspensão da execução da operação, a despesa realizada e validada a partir do momento em que a operação é identificada como Grande Projecto, não poderá ser certificada até à adopção da decisão da Comissão Europeia.

As candidaturas relativas a Grandes Projectos, na acepção que lhes foi conferida no artigo 39.º do Regulamento (CE) 1083/2006, serão seleccionadas pela Autoridade de Gestão do ON.2 e submetidas à CMC, para concordância, nos termos definidos nos Regulamentos Específicos do Programa.

Após a concordância da CMC, a Autoridade de Gestão do ON.2, comunicará ao Beneficiário, que a operação foi seleccionada para financiamento e será enviada para decisão da Comissão Europeia, por intermédio do IFDR.

Findo aquele processo, nos termos do artigo 14º do ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’, os Grandes Projectos seleccionados para financiamento serão remetidos pela

Autoridade de Gestão ao IFDR, que os envia à Comissão Europeia, através do Sistema de Informação da Comissão Europeia (SFC 2007).

A Autoridade de Gestão deve fornecer ao IFDR as informações que lhe permitam apreciar e transmitir à Comissão Europeia as propostas relativas a Grandes Projectos, nos termos dos artigos 45º e 46º do Decreto-Lei 312/2007 e artigo 14º do ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’.

A informação a disponibilizar ao IFDR deverá incluir os formulários e respectivos anexos, devidamente preenchidos, previstos nos Anexos XXI e XXII do Regulamento (CE) 1828/2006, assim como a restante documentação necessária, atenta a natureza específica do projecto.

O acompanhamento da instrução pela Comissão Europeia será assegurado pela Autoridade de Gestão, por intermédio do IFDR.

As informações a apresentar à Comissão Europeia na instrução dos Grandes Projectos, deverão atender às orientações da Comissão Europeia sobre esta matéria, que poderão ser complementadas por orientações a definir pelo IFDR, no âmbito da tipologia de investimentos.

A apreciação da Comissão será efectuada com base na informação remetida pelo IFDR e considerando a sua compatibilidade com as prioridades do Programa, a sua participação para a realização dos objectivos dessas prioridades e à sua coerência com outras políticas comunitárias.<sup>23</sup>

A Comissão aprovará uma decisão num prazo máximo de 3 meses<sup>24</sup>, após a apresentação pelo Estado Membro, de todos os elementos necessários à correcta instrução da candidatura, nos moldes definidos<sup>25</sup>, bem como os demais elementos que a Comissão venha a requer.

<sup>23</sup> N° 1 do artigo 41º do Regulamento (CE) 1083/2006.

<sup>24</sup> N° 2 do artigo 41º do Regulamento (CE) 1083/2006.

<sup>25</sup> Artigo 40º do Regulamento (CE) 1083/2006.

Na Decisão de Financiamento a Comissão define:<sup>26</sup>:

- O objecto físico da operação - descrição, de acordo com a informação remetida no formulário, das características essenciais da operação;
- O montante a que se aplica a taxa de co-financiamento do Eixo Prioritário (Montante da Decisão);
- O plano anual de participação financeira do Fundo - corresponderá ao plano anual de financiamento da participação comunitária.

Ao prazo anteriormente referido de 3 meses, e para efeitos da comunicação da Decisão de Financiamento, acrescerá o prazo relativo à decisão da Comissão Europeia, nos moldes atrás descritos.

---

<sup>26</sup> N° 2 do artigo 41° do Regulamento (CE) 1083/2006.



## MÓDULO E | MODIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DA DECISÃO DE FINANCIAMENTO

Os procedimentos descritos nos pontos que integram este Módulo aplicam-se à Autoridade de Gestão do ON.2, bem como aos Organismos Intermédios/Associações de Municípios aos quais foram delegadas as competências constantes das alíneas a), b), c) e d) do n.º 1 e alínea r) do n.º 2 ambos do artigo 46º do Decreto-Lei 312/07.

Assim, no que diz respeito à definição dos circuitos internos, deve ser assumida a estrutura organizacional quer da Autoridade de Gestão do ON.2 (Comissão Directiva e Secretariado Técnico) quer de cada Organismo Intermédio/Associação de Municípios (Conselho Executivo e EAT). De realçar que as estruturas de gestão destas entidades se encontram descritas no ponto 2 do Módulo B do presente Manual

### 1 | MODIFICAÇÃO DA DECISÃO DE FINANCIAMENTO

#### 1.1 | Situações que podem originar Modificação da Decisão de Financiamento

Excepto nos Grandes Projectos, a decisão de financiamento pode, em casos devidamente fundamentados, ser objecto de alteração, a pedido do Beneficiário ou por iniciativa da Autoridade de Gestão do ON.2 (ou da Associação de Municípios por esta designada), nomeadamente nas seguintes situações:

- a) Alteração do Beneficiário;

- b) Alterações ao montante máximo do apoio, taxa de comparticipação, investimento total e investimento elegível:
  - ▶ Para se propor uma alteração na decisão de financiamento no sentido do reforço do financiamento comunitário, será necessário avaliar se existe disponibilidade de dotação financeira no Eixo Prioritário onde a operação se enquadra, se está assegurada a ligação física e/ou funcional entre componentes propostas e as componentes existentes e a coerência com os objectivos iniciais da operação. Os valores propostos deverão basear-se em informações/elementos que permitam estimar com grande rigor o custo final da operação. No caso da alteração proposta conduzir a uma redução no montante máximo de apoio, no investimento total e/ou elegível, será necessário garantir que estão salvaguardados os objectivos fundamentais da operação e confirmar que a mesma está num estado de avanço que permita garantir o seu custo final, não sendo previsível a necessidade de nova alteração da Decisão de Financiamento.
- c) Alterações às componentes de investimento previstas:
  - ▶ A introdução, substituição ou redução de componentes de investimento que constam da decisão de financiamento, poderão dar origem a uma alteração da decisão de financiamento. Neste caso é necessário garantir a ligação física e/ou funcional das componentes propostas com as iniciais e com os objectivos da operação previstos.
- d) Alterações substanciais nos objectivos da operação;
- e) Modificação das condições financeiras ou de mercado que justifiquem a interrupção do investimento;
- f) Modificação das condições de execução;
- g) Alterações relativas aos Beneficiários;
- h) Alterações ao período de execução da operação constante no Contrato de Financiamento, correspondendo este ao período de execução da operação no Programa Operacional.

- ▶ Neste caso é necessário garantir que o novo prazo proposto se inclua no período de elegibilidade do ON.2 e não contrarie o disposto nos respectivos regulamentos específicos relativamente aos prazos de execução da operação, nos casos aplicáveis;
- i) Alteração à data indicada em candidatura como data de início da operação (efectiva ou prevista).
  - ▶ A situação poderá ocorrer quando se pretende antecipar a data de início de execução da operação;

As situações identificadas nas alíneas a) a d) darão lugar a uma nova decisão de financiamento cuja tramitação obedece ao disposto no Módulo D e reclama a celebração de uma Adenda ao Contrato de Financiamento celebrado.

Nos casos identificados nas alíneas e) a i), as alterações decorrentes das mesmas deverão ser consagradas em Adenda ao Contrato de Financiamento celebrado.

## 1.2 | Modificação da Decisão de Financiamento dos Grandes Projectos

No caso de Grandes Projectos, as modificações que alterem os elementos constantes da decisão inicial serão submetidas a nova decisão de financiamento da Comissão. As demais alterações anteriormente identificadas deverão ser submetidas a autorização da Autoridade de Gestão.

Sempre que, em fase de execução, se verifique ou seja possível antecipar que o custo total da operação que não tenha sido aprovada como Grande Projecto ultrapassa os limiares que definem essa categoria de operações, a mesma ficará sujeita aquele regime, devendo ser apresentado, de imediato, o respectivo formulário e documentos exigidos para os Grandes Projectos, os quais serão submetidos à Comissão Europeia,

através do IFDR, ficando suspensos os pagamentos da comparticipação relativos à operação, até decisão comunitária.

### 1.3 | Limite de modificações à Decisão de Financiamento

Para cada operação aprovada, apenas será aceite, por ano, um pedido de alteração à Decisão de Financiamento, em função do período de execução da operação estabelecido no Contrato de Financiamento.

Poderão ser aceites pedidos de alteração à Decisão de Financiamento em número superior ao indicado, em situações excepcionais e devidamente fundamentadas, decorrentes de causas extraordinárias e inimputáveis ao Beneficiário.

## 2 | *APRESENTAÇÃO DE UM PEDIDO DE MODIFICAÇÃO À DECISÃO DE FINANCIAMENTO POR INICIATIVA DO BENEFICIÁRIO*

O pedido do Beneficiário de alteração à Decisão de Financiamento deverá ser formalizado junto da Autoridade de Gestão, sempre que as alterações obriguem a uma nova Decisão, acompanhado de nota justificativa com a síntese das alterações solicitadas, seus fundamentos e a respectiva documentação de suporte

Quando a alteração solicitada inclua um reforço do co-financiamento da comparticipação comunitária, a mesma deve ser suportada por documentação comprovativa.



Quando, no caso dos Grandes Projectos, as alterações não obriguem a nova Decisão de Financiamento, deverá ser enviada uma nota justificativa das alterações que se pretendem introduzir, os seus fundamentos e a respectiva documentação de suporte.

## 2.1 | Análise do pedido de modificação à Decisão de Financiamento

O Secretariado Técnico/EAT recebe o pedido e analisa-o, utilizando, se aplicável, as *check-lists* (ANEXO D1) do Regulamento Específico e do correspondente Aviso/Convite para apresentação de candidaturas.

Neste contexto, podem verificar-se as seguintes situações:

- a) Se o Secretariado Técnico/EAT entende que a proposta é susceptível de modificar a Decisão de Financiamento e esta está devidamente instruída com os elementos necessários à emissão da 'Ficha de alteração', emite sobre a mesma Parecer favorável.
- b) Se o Secretariado Técnico/EAT entende que a proposta não é susceptível de modificar a Decisão de Financiamento, emite sobre a mesma Parecer desfavorável.
- c) No caso de existirem elementos em falta ou esclarecimentos adicionais necessários para analisar o pedido de modificação da Decisão de Financiamento, o Secretariado Técnico/EAT enviará ao Beneficiário um pedido de esclarecimentos/elementos adicionais (minuta nº 6 do ANEXO D2), que culminará, na situação descrita em a) caso o Beneficiário responda e instrua devidamente o solicitado e com a situação descrita em b) caso não responda.

Estes Pareceres são remetidos pelo Secretariado Técnico/EAT à Comissão Directiva/Conselho Executivo para deliberação nos casos em que dos mesmos resulte, nos termos do ponto 1.1 do presente Módulo, proposta de nova Decisão de Financiamento, subsequentemente:

- As deliberações da Comissão Directiva/Conselho Executivo que recaírem sobre os referidos Pareceres, são enviadas ao Beneficiário. (minuta n.º 18 do ANEXO E1)
- No caso, de proposta de Parecer desfavorável, o Beneficiário é notificado para se pronunciar, em sede de audiência prévia de interessados. (minuta n.º 19 do ANEXO E1)

Em sede de audiência de interessados, poderão verificar-se as seguintes situações:

- Se o Beneficiário não responde, o Secretariado Técnico/EAT emite um Parecer desfavorável sobre as alterações apresentadas.
- Se o Beneficiário responde, apresentando alegações que contestam a proposta de decisão desfavorável, o Secretariado Técnico/EAT analisa as alegações, de forma a concluir se os argumentos invocados são susceptíveis de gerar uma revisão da proposta anteriormente comunicada.

Neste contexto, poderão ocorrer as seguintes situações:

- Se os argumentos invocados forem técnica e juridicamente aceites, o Secretariado Técnico/EAT emite um Parecer favorável sobre as alterações apresentadas;
- Se os argumentos invocados não forem técnica e juridicamente aceites, o Secretariado Técnico/EAT emite um Parecer desfavorável sobre as alterações apresentadas.

Nos casos em que os pedidos de modificação não dêem lugar a uma nova Decisão de Financiamento deve o Secretariado Técnico/EAT promover a elaboração da competente Adenda ao Contrato de Financiamento.

## 2.2 | Decisão sobre o pedido de modificação à Decisão de Financiamento

Os Pareceres favoráveis que reclamem uma nova Decisão de Financiamento são remetidos pelo Secretariado Técnico/EAT à Comissão Directiva/Conselho Executivo para deliberação.

As deliberações da Comissão Directiva/Conselho Executivo que recaírem sobre os referidos Pareceres técnicos são enviadas ao Beneficiário, (minutas n.º 18 e 20 do ANEXO E1).

A decisão desfavorável sobre a proposta de alterações apresentadas pelo Beneficiário mantém a candidatura nos termos aprovados inicialmente.

A decisão favorável sobre a proposta de alterações apresentadas pelo Beneficiário, dará origem a uma Adenda ao Contrato de Financiamento.

## 3 | MODIFICAÇÃO DA DECISÃO DE FINANCIAMENTO POR INICIATIVA DA AUTORIDADE DE GESTÃO

No caso da alteração à Decisão de Financiamento ser por iniciativa da Autoridade de Gestão do ON.2 (ou da Associação de Municípios por esta designada), o processo será desencadeado pelo Secretariado Técnico/EAT, sugerindo as alterações à Decisão de Financiamento que entender apropriadas, tendo designadamente em consideração o atraso na execução, valores adjudicados inferiores aos inicialmente previstos, recomendações das acções de controlo e auditoria.

Neste caso, o Secretariado Técnico/EAT elabora um Parecer de proposta que contempla uma ou mais das referidas alterações, submetendo-o, à Comissão Directiva/Conselho Executivo, para deliberação.

A deliberação da Comissão Directiva/Conselho Executivo sobre a proposta de alterações à Decisão de Financiamento é, posteriormente, notificada ao Beneficiário, para se pronunciar, em sede de audiência de interessados, nos termos dos artigos 100º e seguintes do CPA.

Em sede de audiência de interessados, poderão verificar-se as seguintes situações:

- Se o Beneficiário não responde, o Secretariado Técnico/EAT emite um Parecer favorável sobre as alterações à decisão de financiamento;
- Se o Beneficiário responde, apresentando alegações que contestam a proposta de alterações apresentada pela Autoridade de Gestão do ON.2 (ou pela Associação de Municípios por esta designada), o Secretariado Técnico/EAT analisa as alegações, de forma a concluir se os argumentos invocados são susceptíveis de gerar uma revisão da proposta anteriormente comunicada.

Neste contexto, poderão ocorrer as seguintes situações:

- Se os argumentos invocados não forem técnica e juridicamente aceites, o Secretariado Técnico/EAT emite um Parecer favorável, no sentido de manter as alterações à Decisão de Financiamento;
- Se os argumentos invocados forem técnica e juridicamente aceites, o Secretariado Técnico/EAT emite um Parecer onde reformula as alterações anteriormente comunicadas, aceitando a argumentação do Beneficiário e propondo decisão em conformidade.

Aqueles Pareceres são remetidos pelo Secretariado Técnico/EAT à Comissão Directiva/Conselho Executivo para deliberação.

As deliberações da Comissão Directiva/Conselho Executivo que recaírem sobre os referidos Pareceres técnicos são notificadas ao Beneficiário. (minutas n.º 21 e 22 do ANEXO E1)

A decisão favorável sobre a proposta de alterações dará origem a uma Adenda ao Contrato de Financiamento.

As modificações da Decisão de Financiamento que impliquem uma nova Decisão de Financiamento, aprovadas pelas Associações de Municípios, estão sujeitas a confirmação, por parte da Autoridade de Gestão do ON.2, a qual deve ser emitida no prazo máximo de 10 dias úteis.

## 4 | *EXTINÇÃO DA DECISÃO DE FINANCIAMENTO*

### 4.1 | *Desistência da candidatura*

#### 4.1.1 | *Antes da celebração do Contrato de Financiamento*

A desistência do Beneficiário pode ser expressa (através de requerimento) ou tácita (quando, por razões imputáveis ao Beneficiário, o mesmo não outorgue o Contrato de Financiamento, no prazo estabelecido pela Autoridade de Gestão do ON.2 (ou pela Associação de Municípios por esta designada)), dando a mesma origem à caducidade da Decisão de Financiamento.

A verificação da caducidade da Decisão de Financiamento deve ser proposta pelo competente Secretariado Técnico/EAT à Comissão Directiva/Conselho Executivo para deliberação.

No caso das Associações de Municípios a declaração da caducidade da Decisão de Financiamento deve ser transmitida à Autoridade de Gestão do ON.2.

#### 4.1.2 | *Após a celebração do Contrato de Financiamento*

A desistência do Beneficiário deve ser expressa, através de requerimento apresentado à Autoridade de Gestão do ON.2 (ou à Associação de Municípios por esta designada), acompanhado da competente justificação. Esta desistência configura uma denúncia do contrato que reclama, por parte da Autoridade de Gestão do ON.2 (ou da Associação de Municípios por esta designada) a verificação da situação processual da operação, nomeadamente quanto à submissão de eventuais pedidos de pagamento, de forma a que se desencadeie, conforme os casos, os competentes processos de cancelamento ou recuperação de verbas.

O Secretariado Técnico/EAT analisa o pedido efectuado pelo Beneficiário e elabora uma informação na qual propõe a revogação da Decisão de Financiamento com a indicação das ulteriores consequências.

No caso das Associações de Municípios, a revogação da Decisão de Financiamento está sujeita a confirmação por parte da Autoridade de Gestão do ON.2, a qual deve ser emitida no prazo máximo de 10 dias úteis.

### 4.2 | **Invalidade da Decisão de Financiamento**

#### 4.2.1 | *Antes da celebração do Contrato de Financiamento*

A Decisão de Financiamento é um acto administrativo através do qual o Beneficiário adquire o direito à atribuição de financiamento comunitário tendo em vista a realização de uma operação em concreto.

Quer o Beneficiário quer a Autoridade de Gestão do ON.2 (ou a Associação de Municípios por esta designada) podem constatar que a Decisão de Financiamento proferida está

eivada de vícios legais. Estes vícios podem consubstanciar a nulidade ou anulabilidade da Decisão.

Assim, a pedido do Beneficiário, por iniciativa da Autoridade de Gestão do ON.2 (ou da Associação de Municípios por esta designada) ou por decisão judicial, a Decisão de Financiamento pode ser declarada nula (não produzindo efeitos) ou anulada e neste caso poderá, nos termos do CPA, ser objecto de revogação por parte da Autoridade de Gestão do ON.2 (ou da Associação de Municípios por esta designada).

No caso da declaração de nulidade ou a anulação da Decisão de Financiamento ser da iniciativa da Associação de Municípios, carece esta revogação de confirmação por parte da Autoridade de Gestão do ON.2, a qual deve ser proferida no prazo máximo de 10 dias úteis<sup>27</sup>.

A anulação ou a declaração de nulidade da Decisão de Financiamento, por parte da Autoridade de Gestão do ON.2 (ou da Associação de Municípios por esta designada) será proposta pelo Secretariado Técnico/EAT responsável, à Comissão Directiva/Conselho Executivo para deliberação, precedida do cumprimento do artigo 100º e seguintes do CPA.

No caso das Associações de Municípios, a anulação ou a declaração de nulidade da Decisão de Financiamento está sujeita a confirmação por parte da Autoridade de Gestão do ON.2, a qual deve ser emitida no prazo máximo de 10 dias úteis.

#### 4.2.2 | *Após a celebração do Contrato de Financiamento*

O Contrato de Financiamento será nulo se tiver sido declarada a nulidade da Decisão de Financiamento ou anulável se a mesma tiver sido anulada nos termos do disposto nos artigos 283.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP).

<sup>27</sup> Cf. Cláusula 17.ª dos ‘Contratos de Delegação de Competências com Subvenção Global,’ celebrados entre a Autoridade de Gestão do ON.2 e as Associações de Municípios.

### 4.3 | Efeitos do incumprimento do Contrato de Financiamento

De acordo com a minuta de Contrato de Financiamento aprovada, o contrato pode ser rescindido unilateralmente, pela Autoridade de Gestão do ON.2 (ou pela Associação de Municípios por esta designada) sempre que se verifique, pelo menos, uma das seguintes situações, imputáveis ao Beneficiário:

- a) Não cumprimento, das obrigações estabelecidas no contrato e na legislação aplicável, no âmbito da realização da operação;
- b) Não cumprimento das obrigações legais e fiscais;
- c) Prestação de informações falsas sobre a sua situação ou viciação de dados fornecidos na apresentação e realização da operação;
- d) Incumprimento da obrigação de registo contabilístico das despesas e receitas da operação, de acordo com as normas contabilísticas em vigor;
- e) Recusa da prestação de informações ou de elementos de prova que forem solicitados pela Autoridade de Gestão do ON.2 (ou pela Associação de Municípios por esta designada);
- f) Explorar ou utilizar para outro fim, locar, alienar ou, por qualquer outro modo, onerar, no todo ou em parte, os empreendimentos participados e os bens de equipamento adquiridos para realização da operação aprovada.

A rescisão do Contrato de Financiamento pela Autoridade de Gestão do ON.2 (ou pela Associação de Municípios por esta designada) implica a revogação da Decisão de Financiamento a qual será tomada em conformidade com o CPA, com as ulteriores consequências.

No caso da rescisão do Contrato de Financiamento ser da iniciativa da Associação de Municípios, a revogação da Decisão de Financiamento carece de confirmação por parte da Autoridade de Gestão do ON.2, a qual deve ser emitida no prazo máximo de 10 dias úteis.



## MÓDULO F | EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Os procedimentos descritos nos pontos que integram este Módulo aplicam-se à Autoridade de Gestão do ON.2, bem como aos Organismos Intermédios/Associações de Municípios aos quais foram delegadas as competências constantes das alíneas a), b), c) e d) do n.º 1 e alínea r) do n.º 2 ambos do artigo 46º do Decreto-Lei 312/2007.

Assim, no que diz respeito à definição dos circuitos internos, deve ser assumida a estrutura organizacional quer da Autoridade de Gestão do ON.2 (Comissão Directiva e Secretariado Técnico) quer de cada Organismo Intermédio/Associação de Municípios (Conselho Executivo e EAT). De realçar que as estruturas de gestão destas entidades se encontram descritas no ponto 2 do Módulo B do presente Manual.

### 1 | EXECUÇÃO DAS OPERAÇÕES

#### 1.1 | Âmbito

A execução física e financeira de cada operação é condição fundamental para a atribuição do financiamento comunitário aprovado. Nesse sentido, pretende-se neste Módulo explicar o conceito de execução física e financeira, as modalidades de pagamentos e os respectivos circuitos financeiros, a forma de articulação entre o Beneficiário e a Autoridade de Gestão (ou a Associação de Municípios por esta designada) e os mecanismos e requisitos necessários à formalização dos Pedidos de Pagamento que servirão de suporte ao financiamento a conceder.

O disposto neste Módulo aplica-se às operações aprovadas ao abrigo dos seguintes regulamentos específicos do ON.2:

Tabela 17 - Identificação dos Regulamentos Específicos de cada Eixo Prioritário do ON.2

EIXO PRIORITÁRIO	REGULAMENTO ESPECÍFICO
<b>EIXO I - Competitividade, Inovação e Conhecimento</b>	<p>Economia Digital e Sociedade do Conhecimento</p> <p>Energia</p> <p>Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento</p> <p>Sistema de Apoio a Acções Colectivas - SIAC</p> <p>Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística</p> <p>Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas</p> <p>Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica</p>
<b>EIXO II - Valorização Económica de Recursos Específicos</b>	<p>Valorização Económica dos Recursos Específicos</p>
<b>EIXO III - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial</b>	<p>Acções de Valorização do Litoral</p> <p>Acções de Valorização e Qualificação Ambiental</p> <p>Ciclo Urbano da Água "Vertente em baixa - modelo não verticalizado"</p> <p>Equipamentos para a Coesão Local</p> <p>Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados</p> <p>Optimização de Gestão de Resíduos</p> <p>Património Cultural</p> <p>Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais</p> <p>Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais</p> <p>Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas</p> <p>Rede de Equipamentos Culturais</p> <p>Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar</p> <p>Saúde</p>
<b>EIXO IV - Qualificação do Sistema Urbano</b>	<p>Mobilidade Territorial</p> <p>Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana</p> <p>Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação</p> <p>Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística</p>
<b>EIXO V - Governança e Capacitação Institucional</b>	<p>Execução do Sistema de Apoios à Modernização Administrativa</p> <p>Promoção e Capacitação Institucional</p>
<b>EIXO VI - Assistência Técnica</b>	<p>Assistência Técnica</p>

## Execução Física

A execução física de uma operação corresponde à realização efectiva das suas componentes (no caso de ser de natureza infra-estrutural) e/ou da realização efectiva das suas acções (no caso de ser de natureza imaterial), devendo ser avaliada pela Autoridade de Gestão do ON.2 (ou pela Associação de Municípios por esta designada) (considerando a conformidade da execução da operação com a candidatura aprovada nos termos e prazos estabelecidos na Decisão de Financiamento proferida e no Contrato de Financiamento celebrado) quer em sede de análise dos Pedidos de Pagamento apresentados pelo Beneficiário, quer por verificações periódicas a efectuar no seu local de realização, quer, ainda, por análise dos relatórios de execução que o Beneficiário esteja obrigado a apresentar.

Releva para a avaliação da execução física de uma operação, a análise de todo um conjunto de elementos de suporte aos Pedidos de Pagamento a apresentar pelo Beneficiário (ANEXO F1), como sejam os autos de medição de trabalhos, no caso de execução de empreitadas, o grau de desenvolvimento de trabalho da equipa técnica e a documentação sobre fornecimentos realizados, no caso de operações imateriais, e a informação sobre os graus de execução dos indicadores de realização física e de resultados estabelecidos.

A medição/avaliação da execução física de uma operação efectua-se através do ‘Mapa de Medição dos Trabalhos’, no caso de se tratar de uma operação infra-estrutural, ou do ‘Mapa de Realização do Investimento’, no caso de se tratar de uma operação imaterial, do ‘Mapa de Indicadores de Realização Física e de Resultados’, e da ‘Ficha de verificações no local’ (ANEXO F6), esta última a elaborar pela Autoridade de Gestão do ON.2 (ou pela Associação de Municípios por esta designada) no âmbito das visitas ao local da operação.

## Execução Financeira

A execução financeira de uma operação corresponde à realização, comprovada pelo respectivo pagamento, por parte do Beneficiário, da despesa relativa ao investimento

previsto na candidatura e aprovado nos termos e prazos estabelecidos na Decisão de Financiamento proferida e no Contrato de Financiamento celebrado.

O apuramento da execução financeira de uma operação é efectuado pela Autoridade de Gestão do ON.2 (ou pela Associação de Municípios por esta designada), através da análise dos Pedidos de Pagamento apresentados pelo Beneficiário, suportados pelo conjunto de documentos a seguir indicados, cujos Modelos se encontram em anexo (ANEXO F1):

- Formulário de Pedido de Pagamento, constituído por Folha de Rosto do Pedido de Pagamento, Lista de Documentos Justificativos da Despesa Realizada e/ou Lista de Documentos Justificativos da Despesa Paga;
- Mapa de Medição dos Trabalhos, no caso das operações infra-estruturais;
- Mapa de Realização do Investimento, no caso das operações imateriais;
- Mapa de Indicadores de Realização Física e de Resultados;
- Cópia de todos os documentos justificativos da despesa, incluídos no Pedido de Pagamento.

Da análise, em termos de elegibilidade temporal, material e formal da despesa incluída nos Pedidos de Pagamento, com base na respectiva documentação de suporte apresentada, resulta a sua comparticipação comunitária.

## 1.2 | Modalidades de Pedido de Pagamento

### 1.2.1 | Tipo

As modalidades de Pedido de Pagamento aceites<sup>28</sup> são as seguintes:

---

<sup>28</sup> Cf. N.º 4 do Artigo 23.º do ‘Regulamento Geral do FEDER e do Fundo de Coesão’.

**Pedido de Pagamento a título de Reembolso** (vulgarmente designado por Pedido de Pagamento normal) - trata-se do reembolso da despesa efectuada e paga pelo Beneficiário, comprovada por factura (ou documento de valor equivalente), auto de medição (se aplicável), recibo (ou documento de valor probatório equivalente) e comprovativos do movimento bancário inerente aos pagamentos realizados (extracto bancário e/ou ordem de transferência);

**Pedido de Pagamento a título de Adiantamento Contra-Factura** - trata-se de comparticipação da despesa efectuada, comprovada pela apresentação de factura (ou documento de valor equivalente) e auto de medição (se aplicável). Quando esta modalidade de Pedido de Pagamento é apresentada por entidades beneficiárias externas à Administração Pública, é obrigatória a apresentação de garantia bancária (ANEXO F2), válida para o prazo de execução da operação, com valor igual ao da comparticipação comunitária aprovada;

**Pedido de Pagamento a título de Adiantamento** - tipo de pagamento previsto no âmbito do Regulamento Específico do Eixo VI - Assistência Técnica, comprovado nos termos previstos do n.º 3 do seu artigo 17.º.

### **1.2.2 | Procedimentos para apresentação do Pedido de Pagamento**

#### **1.2.2.1 | Normas comuns a todas as modalidades de Pedido de Pagamento**

- a) O Beneficiário poderá proceder à apresentação de Pedidos de Pagamento da comparticipação imediatamente após a celebração do Contrato de Financiamento da operação;
- b) A justificação das despesas por parte do Beneficiário pressupõe a apresentação à Autoridade de Gestão do ON.2 (ou à Associação de Municípios por esta designada), de

Pedidos de Pagamento devidamente preenchidos, datados e assinados, acompanhados dos documentos justificativos de despesa e dos demais documentos adiante indicados.

- c) Do Formulário de Pedido de Pagamento (ANEXO F1) fazem parte:
  - ▶ Folha de Rosto do Pedido de Pagamento;
  - ▶ Lista de Documentos Justificativos da Despesa Realizada;
  - ▶ Lista de Documentos Justificativos da Despesa Paga.
- d) Os Pedidos de Pagamento só serão considerados válidos com o correcto preenchimento destes elementos do Formulário e apresentação de cópia de todos os documentos de despesa neles incluídos, bem como os demais que se identificam nas Instruções para o preenchimento do Formulário, que lhe são anexas, e ainda:
  - ▶ Mapa de Indicadores de Realização Física e de Resultados;
  - ▶ Mapa de Medição dos Trabalhos, no caso das operações infra-estruturais;
  - ▶ Mapa de Realização do Investimento, no caso das operações imateriais.
- e) A formalização do Pedido de Pagamento junto da Autoridade de Gestão do ON.2 (ou da Associação de Municípios por esta designada) deve ser efectuada através do Módulo ‘Pedidos de Pagamento’ do SIGON.2. Caso a dimensão da informação de suporte ao Pedido não permita o seu envio pelo Sistema, a mesma deverá ser enviada em suporte digital apropriado para a Autoridade de Gestão do ON.2, cujo endereço é Rua Rainha D. Estefânia, 251, 4150-304 PORTO, ou para o endereço da Associação de Municípios designada para o efeito.
- f) Caso não tenha sido dada pelo Beneficiário, em sede de candidatura da operação, autorização para a consulta pela Autoridade de Gestão do ON.2 (ou pela Associação de Municípios por esta designada), da sua situação tributária ou contributiva nos sítios da Internet relativos às declarações electrónicas, deverá o mesmo apresentar com cada Pedido de Pagamento, certidões actualizadas de ausência de dívidas junto da Administração Fiscal e da Segurança Social.

- g) Os Pedidos de Pagamento, acompanhados dos respectivos anexos, deverão ser apresentados à Autoridade de Gestão do ON.2 (ou à Associação de Municípios por esta designada), num período inferior a 3 meses em relação ao último Pedido apresentado<sup>29</sup>.
- h) A apresentação de um primeiro Pedido de Pagamento válido para a operação deverá ocorrer num prazo máximo de seis meses após a celebração do Contrato de Financiamento, salvo em situações cuja justificação apresentada pelo Beneficiário seja aceite pela Autoridade de Gestão ou pela Associação de Municípios por esta designada.
- i) Para situações em que, à data da apresentação da candidatura, o processo de adjudicação de trabalhos não se encontre terminado, o Beneficiário enviará à Autoridade de Gestão do ON.2 (ou à Associação de Municípios por esta designada), antes da apresentação do Pedido de Pagamento que contempla a primeira despesa do contrato, a respectiva Ficha de Cumprimento<sup>30</sup> relativa à conformidade dos procedimentos da Contratação Pública.
- j) Nas operações infra-estruturais só serão iniciados os pagamentos no âmbito da operação aprovada, quando estiver iniciada fisicamente (contrato, com Visto do Tribunal de Contas, se aplicável, e auto de consignação de trabalhos) a execução de pelo menos uma das infra-estruturas que determinaram a elegibilidade da operação ao Programa.
- k) O Beneficiário deve assegurar que os custos objecto de comparticipação correspondem efectivamente a custos reais<sup>31</sup>, suportados por documentos comprovativos de despesa, e que os mesmos não foram nem serão imputados a qualquer outro mecanismo de apoio financeiro comunitário<sup>32</sup>. Assim, a apresentação dos Pedidos de Pagamento nestes moldes pressupõe, imperativamente, que:
  - ▶ os originais dos documentos de despesa ou cópias autenticadas dos mesmos inscritos nas Listas de Documentos Justificativos de Despesa estarão sempre disponíveis, quer para efeito de verificação pela Autoridade de Gestão do ON.2 (ou pela Associação de Municípios por esta designada), quer para efeito de

<sup>29</sup> Cf. Ponto 3 da Cláusula 5.ª do Contrato de Financiamento.

<sup>30</sup> Ver modelo disponível no website do ON.2 (<http://www.novonorte.qren.pt>).

<sup>31</sup> Cf. Alínea a) d ponto 3 do Anexo III do 'Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão'.

<sup>32</sup> Cf. N.º 2 do artigo 13.º do Regulamento (CE) 1828/2006 e alínea l) da Cláusula 6.ª do Contrato de Financiamento.

controlo e auditoria, durante um período que vai até três anos após o encerramento parcial ou aceitação da Comissão Europeia sobre a declaração de encerramento do ON.2, consoante a fase em que o encerramento da operação tiver sido incluído<sup>33</sup>;

- ▶ os originais dos documentos de despesa relativos à operação (facturas, recibos ou documentos de valor equivalente) são objecto de aposição de um carimbo<sup>34</sup> (ANEXO F4), contendo as seguintes indicações:

- Co-financiamento: FEDER/ON.2,
- Eixo Prioritário,
- Código da operação,
- N.º de Lançamento na Contabilidade,
- Taxa de Imputação,
- Valor para co-financiamento (valor do documento de despesa apresentado a co-financiamento),
- Componente do investimento/Acção,
- Rubrica orçamental,

antes de efectuadas as cópias dos documentos de despesa que suportam o Pedido de Pagamento a enviar à Autoridade de Gestão do ON.2 (ou à Associação de Municípios por esta designada).

- ▶ as cópias dos documentos comprovativos de despesa têm a indicação nelas expressa, pelo Beneficiário, de conformidade com os originais;
- l) As despesas apresentadas em sede de Pedido de Pagamento, por componente (no caso de operações infra-estruturais) ou por acção/componente (no caso de operações imateriais), não podem ultrapassar os montantes definidos na Decisão de Financiamento em vigor, ou o valor do Contrato, caso este seja inferior ao valor da Decisão.

<sup>33</sup> Cf. Alínea b) do n.º 1 do artigo 19.º do ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’; cf. alínea d) do n.º 1 da Cláusula 6.ª do Contrato de Financiamento; cf. n.º 1 do Artigo 90.º do Regulamento (CE) 1083/2006, de 11 de Julho.

<sup>34</sup> Cf. Ponto 2 do artigo 19.º do ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’; cf. alínea s) do ponto 1 da Cláusula 6.ª do Contrato de Financiamento.



- m) O valor de cada Pedido de Pagamento deverá ser igual ou superior a € 5.000, no caso de execução de operações infra-estruturais e igual ou superior a € 1.500, para operações imateriais. Estes montantes mínimos não se aplicam aos Pedidos finais de comparticipação.
- n) Os últimos 5% do montante de compromisso aprovado para cada operação só poderão ser pedidos quando for apresentado o Relatório Final de Execução da operação e auto(s) de recepção provisória (quando aplicável), sendo que o pagamento da respectiva comparticipação só será efectuado caso o referido Relatório seja aprovado<sup>35</sup>.

### 1.2.2.2 | Normas específicas dos Pedidos de Pagamento

Na apresentação do Pedido de Pagamento o Beneficiário deve, consoante a modalidade de pagamento aplicável, remeter os documentos indicados no quadro abaixo:

Tabela 18 - Documentos a remeter pelo Beneficiário

FORMULÁRIOS / OUTROS DOCUMENTOS	MODALIDADE DE PAGAMENTO	
	REEMBOLSO	ADIANTAMENTO CONTRA-FACTURA
FOLHA DE ROSTO DO PEDIDO DE PAGAMENTO	X	X
LISTA DE DOCUMENTOS JUSTIFICATIVOS DA DESPESA REALIZADA	X	X
LISTA DE DOCUMENTOS JUSTIFICATIVOS DA DESPESA PAGA	X	
CÓPIA DOS JUSTIFICATIVOS DA DESPESA REALIZADA (facturas, autos de medição (se aplicável))	X	X
CÓPIA DOS JUSTIFICATIVOS DA DESPESA PAGA (recibos ou documentos de valor probatório equivalente)	X	
COMPROVATIVOS DOS PAGAMENTOS EFECTUADOS	X	
MAPA DOS INDICADORES DE REALIZAÇÃO FÍSICA E DE RESULTADOS	X	X

<sup>35</sup> Cf. Ponto 6 do artigo 23.º do 'Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão'; cf. ponto 8 da Cláusula 5.ª do Contrato de Financiamento.

FORMULÁRIOS / OUTROS DOCUMENTOS	MODALIDADE DE PAGAMENTO	
	REEMBOLSO	ADIANTAMENTO CONTRA-FACTURA
MAPA DE MEDIÇÃO DOS TRABALHOS (no caso das operações infra-estruturais)	X	X
MAPA DE REALIZAÇÃO DO INVESTIMENTO (no caso das operações imateriais)	X	X

### Normas específicas a cumprir na informação/documentação de suporte aos pedidos de pagamento a título de adiantamento contra-factura

No caso de o Beneficiário optar pela modalidade de pagamento a título de adiantamento contra-factura, fica obrigado a apresentar à Autoridade de Gestão do ON.2 (ou à Associação de Municípios por esta designada), no prazo de 20 dias úteis, contado a partir da data de pagamento da comparticipação, os documentos justificativos do pagamento integral da despesa que serviu de base ao pagamento do adiantamento (recibos ou documentos de valor probatório equivalente), assim como, os comprovativos dos movimentos bancários inerentes aos pagamentos das facturas (ou documentos de valor equivalente) anteriormente comparticipadas<sup>36</sup>. Simultaneamente, o Beneficiário apresentará, devidamente preenchida, a correspondente Lista de Documentos Justificativos da Despesa Paga.

Em caso de incumprimento do prazo referido no número anterior, não serão efectuados quaisquer outros pagamentos ao Beneficiário, na operação subjacente ou em qualquer outro da sua responsabilidade no âmbito do ON.2, enquanto por este não forem apresentados os comprovativos em falta.

A utilização da modalidade de pagamento a título de adiantamento contra-factura pressupõe que o Beneficiário, no momento de formulação do pedido, tem já disponível o montante da respectiva componente nacional.

<sup>36</sup> Cf. Alínea b) do ponto 4 do artigo 23.º do ‘Regulamento Geral do FEDER e Fundo de Coesão’; cf. alínea b) do Ponto 1 da Cláusula 5.ª do Contrato de Financiamento.

### Normas específicas a cumprir na informação/documentação de suporte aos Pedidos de Pagamento para operações imateriais

No caso de Pedidos de Pagamento associados a operações imateriais, para além dos documentos já enunciados, deve, se elegíveis, ser anexado o ‘Mapa mensal referente a despesas com deslocações’ (ANEXO F1), quer sejam em viatura própria do membro da equipa técnica, quer sejam em viatura da entidade beneficiária.

### Normas específicas a cumprir na informação/documentação de suporte aos Pedidos de Pagamento para operações mistas

No caso de uma operação incluir componentes infra-estruturais e acções/componentes imateriais, os Pedidos de Pagamento a apresentar pelo Beneficiário, devem cumprir isoladamente as regras anteriormente identificadas para as operações de natureza infra-estrutural e de natureza imaterial.

### Norma sobre procedimentos a respeitar no caso de à data da apresentação da candidatura, o processo de adjudicação de trabalhos não se encontre terminado

A despesa a incluir em Pedidos de Pagamento por reembolso ou adiantamento contra-factura deverá, obrigatoriamente, corresponder a adjudicações cujos processos se encontrem concluídos e evidenciados pela apresentação, pelo Beneficiário, da respectiva ‘Ficha de cumprimento dos procedimentos de contratação pública’ (ANEXO C1) que tenha já sido verificado e validado pelo Secretariado Técnico/EAT responsável.

Nas situações em que, à data da instrução da candidatura, o processo de adjudicação de uma determinada despesa incluída na operação não se encontrasse completo ou ainda não tivesse sido iniciado, o Beneficiário deve proceder ao envio, logo que possível, da ‘Ficha de cumprimento dos procedimentos de contratação pública’ (ANEXO C1) para o procedimento de contratação que enquadre essa despesa. Nesta situação, o envio da Ficha e da documentação que serve de suporte à sua verificação deverá ocorrer em momento anterior

ao da apresentação do Pedido de Pagamento em que o Beneficiário pretenda incluir aquela despesa, preferencialmente assim que o processo de adjudicação se encontre concluído.

As ‘Fichas de cumprimento dos procedimentos de contratação pública’ apresentados em fase posterior à Decisão Favorável de Financiamento serão verificadas e validadas pelo Secretariado Técnico/EAT. Após verificação, e caso não sejam necessários elementos/esclarecimentos adicionais, o procedimento de contratação será validado e carregado em *back-office do SIGON.2*, sendo o Beneficiário notificado da conformidade do procedimento e informado da criação do contrato/conta do fornecedor. Sempre que a informação disponibilizada na Ficha e documentação anexa não permita a sua validação, o Beneficiário será notificado da necessidade de apresentação de elementos/esclarecimentos adicionais.

Se do processo de verificação da Ficha resultar na detecção de alguma irregularidade formal ou processual que inviabilize a elegibilidade da despesa associada aquele procedimento de contratação, deverá o Beneficiário ser notificado nesse sentido.

Assim, em *front-office* só será possível ao Beneficiário apresentar despesa relativa a procedimentos de contratação completos que tenham sido validados e que estejam carregados em SIGON.2, com a criação de um contrato/conta de fornecedor.

### 1.3 | Pagamento da Comparticipação Comunitária

O pagamento, ao Beneficiário, da comparticipação comunitária relativa aos Pedidos de Pagamento que apresenta sobre as operações aprovadas, é assegurado por transferência directa ordenada pelo Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP (IFDR), com base nas autorizações de pagamento emitidas pela Autoridade de Gestão do ON.2 (ou pela Associação de Municípios por esta designada), após efectuada a competente verificação dos referidos Pedidos.

A Autoridade de Gestão do ON.2 (ou a Associação de Municípios por esta designada) assegura, nos primeiros 20 dias úteis do mês seguinte, a verificação da elegibilidade das despesas constantes dos documentos que acompanham o Pedido de Pagamento, relativas aos Pedidos de Pagamento apresentados pelo Beneficiário num determinado mês, desde que os Pedidos tenham sido correctamente instruídos e correspondam exclusivamente à execução do mês anterior. Este prazo é suspenso, caso seja necessário fundamentar o Pedido de Pagamento com outros elementos para além daqueles identificados neste Manual.

O prazo definido no parágrafo anterior não poderá ser considerado quando o Beneficiário inclui num Pedido de Pagamento a execução de despesa relativa a vários meses anteriores de execução (normalmente acontece em situações de atraso na apresentação de Pedidos de Pagamento, ou em situações de apresentação do primeiro Pedido de Pagamento que inclui a execução de vários meses de implementação da operação).

A Autoridade de Gestão do ON.2 (ou a Associação de Municípios por esta designada), após a confirmação da elegibilidade das despesas constantes dos documentos que acompanham o Pedido de Pagamento, emitirá no prazo máximo de 15 dias, a autorização de pagamento ao IFDR<sup>37</sup>.

O pagamento é efectuado por transferência para a conta de depósito à ordem do Beneficiário, cujo NIB foi identificado nomeadamente no Contrato de Financiamento da operação, que deve ser específica para recebimentos dos co-financiamentos FEDER e mantida até ao final do Contrato<sup>38</sup>.

Os pagamentos do apoio financeiro ao Beneficiário serão efectuados até ao limite de 95% do montante máximo do apoio aprovado para a operação, sendo o pagamento dos restantes 5% autorizado pela Autoridade de Gestão do ON.2 (ou pela Associação de Municípios por esta designada), após a apresentação pelo Beneficiário do Pedido de

<sup>37</sup> Cf. Ponto 6 da Cláusula 5.<sup>a</sup> do Contrato de Financiamento.

<sup>38</sup> Cf. Alínea d) do Ponto 3 do Artigo 17.º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão; cf. ponto 5 da Cláusula 5.<sup>a</sup> do Contrato de Financiamento.

Pagamento Final e do Relatório Final de Execução e a confirmação da execução da operação nos termos previstos no Contrato<sup>39</sup>.

O IFDR assegura a execução dos Pedidos de Pagamento apresentados pela Autoridade de Gestão do ON.2 (ou pela Associação de Municípios por esta designada) no prazo de 15 dias desde que satisfeitas as seguintes condições<sup>40</sup>:

- Existência de disponibilidade de tesouraria;
- Suficiência das informações exigíveis na fundamentação do Pedido de Pagamento;
- Comprovação das condições de regularidade do Beneficiário;
- Inexistência de decisão de suspensão de pagamentos ao Beneficiário.

## 1.4 | Parcerias

No caso de operações a executar por vários parceiros, os documentos justificativos de despesa devem, em sede de Pedido de Pagamento, ser sempre apresentados pelo “chefe de fila” da operação.

Sempre que da candidatura aprovada resulte a execução de mais do que uma acção (no caso de operações imateriais) ou do que uma componente (no caso de operações infra-estruturais), não será de admitir mais do que um parceiro responsável pela sua realização, pelo que os documentos justificativos da despesa devem, face a cada acção/componente, ser titulados pelo parceiro indicado como responsável.

<sup>39</sup> Cf. Ponto 6 do Artigo 23.º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão; cf. ponto 8 da Cláusula 5.ª do Contrato de Financiamento.

<sup>40</sup> Cf. Ponto 7 do Artigo 23.º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão; cf. ponto 7 da Cláusula 5.ª do Contrato de Financiamento.

## 1.5 | Requisitos dos Documentos de Despesa

Para que os documentos de despesa e respectiva quitação sejam considerados elegíveis, devem cumprir os normativos legais nacionais e comunitários em vigor, designadamente o seguinte:

- a) os documentos de despesa poderão assumir as seguintes formas: factura, factura-recibo, venda a dinheiro, nota de honorários, recibo modelo oficial (exigido pelo n.º 6 do artigo 115.º do CIRS) ou outros documentos equivalentes previstos na lei;
- b) os documentos de quitação poderão assumir as seguintes formas: recibo, factura-recibo, venda a dinheiro, recibo modelo oficial (n.º 6 do artigo 115.º do CIRS) e outros documentos equivalentes previstos na legislação em vigor;
- c) todos os documentos de despesa e de quitação apresentados deverão estar devidamente classificados e registados contabilisticamente, sendo o registo dessa classificação inscrito nos próprios documentos e comprovado através dos extractos contabilísticos. A classificação deverá estar contemplada na operação aprovada;
- d) o documento de quitação apresentado pode corresponder a um só ou a diversos documentos de despesa, devendo tais situações ser sempre correcta e claramente identificadas;
- e) não podem ser consideradas elegíveis as despesas cujas facturas ou documentos equivalentes, emitidas por fornecedores nacionais, não cumpram com a regularidade formal prevista no artigo 35.º do CIVA e legislação complementar. Neste sentido, as facturas ou documentos equivalentes devem ser datados, numerados sequencialmente e conter os seguintes elementos:
  - ▶ os nomes, firmas ou denominações sociais e a sede ou domicílio do fornecedor de bens ou prestador de serviços e respectivo número de identificação fiscal;
  - ▶ os nomes, firmas ou denominações sociais e a sede ou domicílio do adquirente dos bens e serviços e respectivo número de identificação fiscal;

- ▶ a quantidade e denominação usual dos bens transmitidos ou dos serviços prestados, os quais devem evidenciar claramente a sua relação com o projecto co-financiado no âmbito do programa operacional;
- ▶ a especificação dos elementos necessários à determinação da taxa de IVA, aplicável aos bens transmitidos ou aos serviços prestados;
- ▶ o preço, líquido de imposto, e os outros elementos incluídos no valor tributável em sede de IVA;
- ▶ as taxas de IVA aplicáveis e o montante de IVA devido;
- ▶ o motivo justificativo da não aplicação do IVA, se for caso disso, nomeadamente a menção expressa ao número e alínea do artigo 9.º do CIVA em que se baseia a isenção deste imposto;
- ▶ a expressão “IVA devido pelo adquirente”, nas situações previstas nas alíneas i) e j) do n.º 1 do artigo 2.º do CIVA.

No caso das facturas cujo conteúdo seja processado por mecanismos de saída de computador, decorre do Ofício-Circulado 60015, de 26/03/1989, da Direcção de Serviços do IVA (DSI), que estas deverão ser datadas e numeradas sequencialmente e conterem os elementos referidos no n.º 5 do artigo 35.º do CIVA. Note-se que, as facturas impressas tipograficamente devem conter a pré-numeração sequencial. Em qualquer dos casos, não são aceitáveis as facturas que não evidenciem que a numeração foi aposta no acto de impressão, de forma progressiva e contenham mais de onze dígitos, conforme decorre do número 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei 147/2003 de 11 de Julho<sup>41</sup>.

Sobre a obrigatoriedade e requisitos de emissão de facturas, para além do exposto anteriormente, decorre do Ofício-Circulado 30091, de 05/04/2006, da DSI, que:

- Nas prestações de serviços cujos destinatários sejam sujeitos passivos do IVA, as facturas devem, no momento da sua emissão, conter a identificação do destinatário,

---

<sup>41</sup> Diploma que aprova o regime de bens em circulação objecto de transacções entre sujeitos passivos de IVA, nomeadamente quanto à obrigatoriedade e requisitos dos documentos de transporte que os acompanham, anexo ao presente diploma e que dele faz parte integrante.



bem como o respectivo número de identificação fiscal. O conteúdo das facturas processadas em computador deve provir integralmente de programas de facturação.

- No caso de prestações de serviços massificadas correspondentes por regra, a consumos próprios de particulares e caracterizadas pela sua uniformidade e frequência, podem aceitar-se como válidas as facturas que, cumprindo os restantes requisitos legais, não contenham a identificação do destinatário.

## 1.6 | Dossier da Operação

O acompanhamento de cada operação, por parte da Autoridade de Gestão do ON.2 (ou da Associação de Municípios por esta designada), é fundamental para a verificação da sua correcta execução física e financeira. O mesmo pressupõe, da parte do Beneficiário, a adopção de um conjunto de procedimentos que permitam o acesso a toda a informação relativa à operação.

De acordo com o artigo 90.º do Regulamento (CE) 1083/2006, deverão ser mantidos à disposição da Comissão Europeia e do Tribunal de Contas todos os documentos comprovativos das despesas e das auditorias, conservados sob a forma de documentos originais ou de cópias autenticadas, em suportes de dados vulgarmente aceites, durante:

- Um período de três anos após o encerramento do ON.2, tal como definido no n.º 3 do artigo 89.º do Regulamento (CE) 1083/2006;
- Um período de três anos após o ano do encerramento parcial do ON.2, no caso dos documentos relativos às despesas e auditorias das operações que tenham sido objecto de encerramento parcial nos termos do artigo 88.º do Regulamento (CE) 1083/2006.

Acresce o mesmo artigo que, esses períodos são interrompidos em caso de acções judiciais ou na sequência de um pedido devidamente fundamentado da Comissão Europeia.

De acordo com o n.º 4 do artigo 19.º do Regulamento (CE) 1828/2006, são considerados ‘suportes de dados vulgarmente aceites’:

- Fotocópias de documentos originais,
- Microficha de documentos originais,
- Versões electrónicas de documentos originais,
- Documentos existentes apenas em versão electrónica.

No caso dos documentos existem apenas em versão electrónica, acresce o n.º 6 do referido artigo 19.º que, o sistema informático utilizado deve estar em conformidade com as normas de segurança aceites, que assegurem que os documentos conservados satisfazem os requisitos legais nacionais e são válidos para efeitos de auditoria.

O artigo 19.º do Regulamento (CE) 1828/2006 define, ainda, a obrigatoriedade, por parte da Autoridade de Gestão do ON.2 (ou da Associação de Municípios por esta designada), de conservar as informações necessárias para efeitos de avaliação e comunicação, designadamente os registos contabilísticos de cada operação e os dados sobre a execução necessários à gestão financeira, ao acompanhamento e às auditorias.

Com este propósito, a Autoridade de Gestão do ON.2 definiu os instrumentos necessários e aptos a dar uma resposta eficaz às exigências de compilação, armazenamento e disponibilização da informação, recorrendo ao SIGON.2 e ao Sistema de Informação da CCDRN (designado por ‘Expedientíssimo’), os quais em conjunto garantem a existência de toda a informação relativa ao ciclo de vida da operação.

No caso do Beneficiário, e de acordo com o estabelecido na alínea d) da cláusula sexta do Contrato de Financiamento, este é obrigado a *“organizar e conservar o Dossier da Operação com toda a documentação técnica, contabilística, financeira e das auditorias, que comprova a realização física e financeira da operação e do seu financiamento, de acordo com a regulamentação em vigor, durante um período de três anos, após o encerramento parcial ou total do Programa, consoante a fase em que o encerramento da operação tiver sido incluída”*.

Com este propósito, o Dossier de Operação deverá conter todos os elementos adiante indicados e obedecer à seguinte estrutura.

## ÍNDICE

### PARTE I - Candidatura e antecedentes

1. Formulário de candidatura;
2. Projecto Técnico e Estudos Preparatórios, quando se justifique;
3. Processo de Avaliação de Impacte Ambiental, quando aplicável;
4. Processo de licenciamento, pareceres, enquadramento em PDM, declarações das entidades competentes da sua apresentação, comprovativo do cumprimento ou cronograma de execução de eventuais medidas condicionantes;
5. Análises financeira e documentação que suportou o preenchimento do formulário de candidatura;
6. Para as operações com IVA elegível, documentos que comprovem o seu enquadramento em sede de IVA, do executor e da actividade a que se destina o financiamento, nomeadamente:
  - ▶ Declaração de início de actividade e declarações de alteração, quando aplicável;
  - ▶ Elementos de suporte ao cálculo do pró rata, quando aplicável;
7. Eventuais alterações introduzidas durante a fase de instrução da candidatura e cópia integral da última versão dos documentos quando se justifique;
8. Correspondência trocada para efeito da instrução da candidatura, incluindo elementos adicionais solicitados e apresentados em aditamento à candidatura, bem como os que respeitem a eventuais processos de audiência prévia.

### PARTE II - Aprovações e Reprogramações

1. Decisão de aprovação no âmbito da operação;
2. Comunicação da Decisão Favorável de Financiamento;
3. Contrato de Financiamento;
4. Eventuais pedidos de alteração à Decisão de Financiamento, incluindo formulário, nota justificativa e respectiva documentação de suporte;
5. Decisão de reprogramação da operação;
6. Comunicação de nova Decisão Favorável de Financiamento;
7. Adenda ao Contrato de Financiamento.

### PARTE III - Execução

1. Formulários dos Pedidos de Pagamento (Folha de Rosto e Listas de Documentos Justificativos da Despesa);
2. Documentos de despesa realizada e de quitação - facturas e recibos ou documentos equivalentes (incluindo, quando aplicável, as guias de pagamento à Caixa Geral de Aposentações/Segurança Social e autos de medição), organizados de acordo com as respectivas Listas de Documentos Justificativos da Despesa (nos casos em que os originais dos documentos de despesa, devidamente carimbados, estejam arquivados noutro dossier, p.e. serviços de contabilidade, a sua localização deve ser facilitada);
3. Fotocópias dos extractos bancários que evidenciam os respectivos descontos/pagamentos aos fornecedores;
4. Documentos que tenham suportado a apresentação dos Pedidos de Pagamento, nomeadamente, execução física, execução de medidas de minimização de impacte ambiental, medidas de publicidade, contratação pública;
5. Extractos contabilísticos com evidência dos fluxos financeiros correspondentes à execução da despesa (pagamentos aos fornecedores) e da comparticipação comunitária recebida (transferências do Fundo);
6. Extractos de conta bancária com evidência do(s) recebimentos dos co-financiamentos FEDER (no caso em que as entidades beneficiárias são Secretarias ou Direcções Regionais, deve apenas constar a comunicação da transferência da Autoridade de Gestão do ON.2 para o Beneficiário);
7. Documentos justificativos dos critérios de imputação de despesa, quando aplicável;
8. Comprovativo da situação regularizada perante a Segurança Social e Fazenda Pública à data de envio dos Pedidos de Pagamento à Autoridade de Gestão do ON.2 (ou à Associação de Municípios por esta designada) e sempre que a Autoridade de Gestão do ON.2 (ou a Associação de Municípios por esta designada) o tenha solicitado para efeitos de pagamento do Fundo;
9. Comunicações da Autoridade de Gestão do ON.2 (ou da Associação de Municípios por esta designada) sobre pagamentos efectuados pelo IFDR à operação;
10. Relatórios Anuais e Final de Execução, com os respectivos documentos anexos, e eventuais correcções e versões finais dos Relatórios.
11. Correspondência trocada com a Autoridade de Gestão do ON.2 (ou a Associação de Municípios por esta designada) sobre a instrução de Pedidos de Pagamento e informação complementar à sua formalização.

### PARTE IV - Contratação Pública

1. Documentação organizada de acordo com o ANEXO C1 (esta informação é prestada na fase de candidatura para os contratos já celebrados, mas deverá ser actualizada durante a fase de execução da operação à medida que os contratos vão sendo celebrados);
2. Documentação relativa a cada contrato:

- Auto de consignação;
- Inquérito administrativo<sup>42</sup>;
- Auto de recepção / Conta de empreitada;
- Protocolos ou contratos de colaboração entre entidades que forneçam bens e/ou serviços (despesas elegíveis);
- Libertação de garantias relacionadas com as cauções.

#### PARTE V - Acompanhamento e Controlo

3. Documentação fotográfica que ilustre o avanço dos trabalhos, quando aplicável;
4. Comprovativos do cumprimento de obrigações em matéria de publicidade do apoio do FEDER pelo ON.2, nomeadamente, fotografias de painéis de obra e placas permanentes, comunicados de imprensa, publicações que façam referência à execução da operação;
5. Relatórios resultantes das visitas ao local da operação desenvolvidas pela Autoridade de Gestão do ON.2 (ou pela Associação de Municípios por esta designada), acompanhados da documentação que evidencie o cumprimento de eventuais recomendações /correções dirigidas ao Beneficiário;
6. Relatórios resultantes de auditorias à operação desenvolvidas por autoridades nacionais e comunitário de controlo e auditoria, acompanhados dos esclarecimentos prestados em sede de contraditório, conclusões e demais documentação que evidencie o cumprimento de eventuais recomendações/correções resultantes dessas auditorias.

**Fig. 10** - Índice do Dossier da Operação

Sendo este índice um modelo único para todas as tipologias de operação, deverá ser ajustado pelo Beneficiário, indicando nas observações ao mesmo a eventual não aplicabilidade de algum dos elementos acima enumerados.

Este índice deverá acompanhar o Dossier de Operação, com a indicação, para cada elemento que o constitui, do local onde se encontra armazenado, do suporte em que este se encontra disponível e, em observações, as informações relevantes à boa compreensão da organização da informação.

<sup>42</sup> Para os procedimentos de contratação pública iniciados após o dia 30 de Julho de 2008 não é exigível o inquérito administrativo (Cfr. Decreto-Lei 18/2008 de 29 de Janeiro que aprovou o Código dos Contratos Públicos).

## 2 | ACOMPANHAMENTO DAS OPERAÇÕES

### 2.1 | Âmbito

O acompanhamento das operações por parte da Autoridade de Gestão do ON.2 (ou da Associação de Municípios por esta designada) é fundamental para a verificação da boa execução de cada operação.

Os Pedidos de Pagamento submetidos à Autoridade de Gestão do ON.2 (ou à Associação de Municípios por esta designada) serão verificados, tendo em vista a conformidade da despesa face às regras de elegibilidade do Programa e ao seu enquadramento na operação aprovada, garantindo as condições necessárias à sua efectiva participação.

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 13.º do Regulamento (CE) 1828/2006, as verificações a realizar pela Autoridade de Gestão do ON.2 (ou pela Associação de Municípios por esta designada) cobrirão aspectos administrativos, financeiros, técnicos e físicos das operações, nos termos estabelecidos por este Módulo.

Em suma, à Autoridade de Gestão do ON.2 (ou à Associação de Municípios por esta designada) cabe o acompanhamento das operações através da realização de:

- **Verificações dos Pedidos de Pagamento**, a incidir de forma exaustiva sobre todos os Pedidos de Pagamento apresentados pelos Beneficiários e que têm em vista verificar a conformidade da despesa face às regras de elegibilidade do Programa e ao seu enquadramento na operação aprovada, bem como face aos normativos em vigor, nomeadamente no que respeita ao cumprimento das regras de contratação pública;
- **Verificações no local**, cujo objectivo é verificar o efectivo fornecimento dos bens e serviços co-financiados e se as respectivas despesas foram efectuadas no cumprimento das regras comunitárias e nacionais, designadamente no que concerne às regras em matéria de auxílios estatais, ambientais e de igualdade e não discriminação.

Sobre o processo de verificação e processamento dos Pedidos de Pagamento submetidos pelos Beneficiários através do SIGON.2, este desenvolve-se em três fases:

### 1.<sup>a</sup> Fase: Verificação do Pedido de Pagamento

Esta fase é executada pelo Secretariado Técnico/EAT, nos termos dispostos no ponto 2.2.1 deste Módulo, nos primeiros 20 dias úteis do mês seguinte após a apresentação do Pedido de Pagamento, desde que este tenha sido correctamente instruído e corresponda à execução do mês anterior. Este prazo é suspenso, caso seja necessário fundamentar o Pedido de Pagamento com outros elementos para além dos apresentados ou o Beneficiário inclua num Pedido de Pagamento a despesa relativa a vários meses anteriores de execução.

### 2.<sup>a</sup> Fase: Validação do Pagamento

Num prazo de 15 dias, após a confirmação da elegibilidade das despesas constantes dos documentos que acompanham o Pedido de Pagamento, a Autoridade de Gestão do ON.2 (ou a Associação de Municípios por esta designada) emitirá a autorização de pagamento ao IFDR

### 3.<sup>a</sup> Fase: Pagamento

A execução do pagamento é efectuada pelo IFDR por transferência bancária para a conta de depósito à ordem do Beneficiário, no prazo de 15 dias após a apresentação, por parte da Autoridade de Gestão do ON.2 (ou da Associação de Municípios por esta designada) do respectivo pedido.

Relativamente ao processo de acompanhamento das operações, este assenta essencialmente na realização das visitas ao local, que pretendem:

- Aferir sobre a execução física real da operação, quer ao nível do respeito pelos trabalhos e cronogramas de execução previstos, consubstanciados nos termos que

deram origem à Decisão Favorável de Financiamento ou a Decisões ulteriores, quer ao nível da sua consonância material com os trabalhos já facturados e comparticipados;

- Confirmar a adopção por parte do Beneficiário, de um conjunto de procedimentos que permitam o acesso a toda a informação relativa à operação (Dossier da Operação e documentação que o deve compor, processos de aquisição, documentos contabilísticos e outra documentação relevante), bem como o relato periódico dos aspectos mais significativos da sua execução, através da apresentação de um Relatório Anual de Execução.

Assim, definem-se de seguida os aspectos sobre os quais, regra geral, incidirão as verificações da Autoridade de Gestão do ON.2 (ou da Associação de Municípios por esta designada), sem prejuízo de outras que venham a ser realizadas, nomeadamente no âmbito do exercício de competências das autoridades nacionais e comunitárias de controlo e auditoria.

Sobre as modalidades de Pedido de Pagamento e os respectivos circuitos financeiros, a forma de articulação entre o Beneficiário e a Autoridade de Gestão do ON.2 (ou a Associação de Municípios por esta designada) e os mecanismos e requisitos necessários à formalização dos Pedidos de Pagamento que servirão de suporte ao financiamento comunitário a conceder no âmbito do ON.2, a Autoridade de Gestão deste Programa elaborou a Orientação de Gestão 1/2008, cujo conteúdo se encontra vertido no ponto 1 deste Módulo, que importa ter em conta por todos os intervenientes no processo de verificação a realizar.



## 2.2 | Processo de Verificação do Pedido de Pagamento

### 2.2.1 | Verificação do cumprimento dos procedimentos de contratação pública

Em momento prévio à apresentação de um Pedido de Pagamento, de acordo com o descrito no item ‘Norma sobre procedimentos a respeitar em casos em que à data da candidatura o processo de adjudicação de trabalhos não se encontre terminado’ constante do ponto 1.2.2.2 deste Módulo, o Secretariado Técnico/EAT com funções atribuídas neste domínio deve proceder às verificações da contratação pública por forma a demonstrar o cumprimento por parte do Beneficiário das regras nacionais e comunitárias sobre esta matéria, utilizando para o efeito as ‘Fichas de verificação dos procedimentos de contratação pública’ (ANEXO C2).

**REQUISITO 0 - OS DOCUMENTOS RELATIVOS AOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA APRESENTADOS COMPROVAM O CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS COMUNITÁRIAS E NACIONAIS APLICÁVEIS EM MATÉRIA DE MERCADOS PÚBLICOS.**

PROCEDIMENTO(S)	Verificar se os processos de adjudicação e contratação pública, relativos à despesa a apresentar pelo Beneficiário, cumpriram todas as disposições exigidas na legislação nacional e comunitária aplicável.
ELEMENTO(S) A VERIFICAR	A(s) ‘Ficha(s) de cumprimento dos procedimentos de contratação pública’, incluindo as apresentadas e validadas em sede de Candidatura, e todos os elementos dos elementos documentais nela(s) exigido(s).
DOCUMENTO A PREENCHER PELO EXECUTOR DA TAREFA	<i>Ficha(s) de Verificação dos Procedimentos de Contratação Pública (ANEXO C2)</i>
SECRETARIADO TÉCNICO RESPONSÁVEL	<i>Secretariado Técnico/EAT responsável pelo acompanhamento técnico/físico</i>

### 2.2.2 | Verificação do Pedido de Pagamento

Compete ao Secretariado Técnico/EAT a verificação do Pedido de Pagamento e das condições que permitem efectuar o pagamento da comparticipação, ou seja, aferir da conformidade da despesa face às regras de elegibilidade do Programa e ao seu enquadramento na operação aprovada. Nesta fase deve igualmente ser verificado o cumprimento das normas dispostas no presente ponto, que incidem concretamente sobre prazos de remessa dos Pedidos de Pagamento.

Com este propósito, foi desenhada uma ‘Ficha de verificação de Pedidos de Pagamento’ (ANEXO F5), aplicável a cada Pedido de Pagamento submetido, através do SIGON.2, pelo Beneficiário. Sendo uma Ficha genérica, o seu preenchimento deve ter em conta as especificidades da modalidade de Pedido de Pagamento em causa.

Face ao exposto, cumpre de seguida enunciar as verificações a realizar nesta primeira fase, de forma exaustiva, pelo Secretariado Técnico/EAT, as quais se encontram estruturadas em 11 Requisitos.

**REQUISITO 1 - OS DOCUMENTOS DE DESPESA REFEREM-SE A DESPESAS DE NATUREZA ELEGÍVEL E TÊM CORRESPONDÊNCIA INEQUÍVOCA COM A OPERAÇÃO APROVADA.**

PROCEDIMENTO(S)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Verificar se as despesas apresentadas correspondem a despesas de natureza elegível, de acordo com a tipologia definida no regulamento específico do domínio de intervenção em que a operação tem enquadramento.</li> <li>2. Verificar se as despesas têm correspondência inequívoca com a operação e estão explicitamente previstas, material e financeiramente, nas componentes aprovadas.</li> <li>3. Verificar se os trabalhos facturados correspondem a trabalhos contratuais.</li> <li>4. Verificar se quando o co-financiamento não incide sobre a totalidade do valor do documento da despesa, o valor inscrito na Lista corresponde ao montante elegível, determinado de acordo com as regras de elegibilidade e tipologia de despesa elegível e o coeficiente de imputação utilizado está de acordo com o definido na candidatura aprovada para despesas dessa natureza, ou caso não conste da candidatura aprovada, de acordo com a nota justificativa anexa à Lista.</li> <li>5. Verificar se o montante elegível do IVA inscrito na Lista é elegível nos termos da análise de elegibilidade do IVA efectuada em sede de candidatura ou em anteriores reprogramações financeiras aprovadas.</li> <li>6. Verificar se os documentos relativos à entrega do IVA ao Estado (nos casos do “IVA devido pelo adquirente”) reflectem as facturas a que respeitam, correspondem a facturas de</li> </ol>
-----------------	---

ELEMENTO(S) A VERIFICAR	despesa elegível da operação e comprovam o seu pagamento.
	7. Verificar se o valor acumulado das despesas não ultrapassa a dotação prevista para a componente/contrato a que respeitam.
	8. Verificar se os documentos de quitação apresentados encontram-se dentro do período de elegibilidade temporal definido para a operação e para o PO.
	9. Verificar se os documentos de despesa realizada e de quitação apresentados encontram-se dentro do período de execução financeira prevista para a componente a que respeitam, de acordo com os cronogramas aprovados pela Autoridade de Gestão do ON.2 (ou pela Associação de Municípios por esta designada).
DOCUMENTO A PREENCHER PELO EXECUTOR DA TAREFA	No SIGON.2 - os elementos de cada componente da operação a co-financiar
	Folha de rosto do Pedido de Pagamento
	Lista de documentos justificativos da despesa realizada
	Lista de documentos justificativos da despesa paga
SECRETARIADO TÉCNICO RESPONSÁVEL	Cópia dos documentos justificativos da despesa realizada
	Cópia dos documentos justificativos da despesa paga (inclusive, se aplicável, a Declaração de apuramento do IVA e extractos contabilísticos que evidenciem os lançamentos inerentes ao IVA elegível das facturas que mencionem “IVA devido pelo adquirente”)
	Comprovativos dos pagamentos efectuados
	Mapa dos indicadores de realização física e de resultados
DOCUMENTO A PREENCHER PELO EXECUTOR DA TAREFA	Mapa de medição dos trabalhos (no caso de operações infra-estruturais)
	Mapa de realização do investimento (no caso de operações imateriais)
	Ficha de Verificação de Pedidos de Pagamento (ANEXO F5)
	<i>Secretariado Técnico/EAT responsável pelo acompanhamento técnico/físico</i>

## REQUISITO 2 - A APRESENTAÇÃO DO PRIMEIRO PEDIDO DE PAGAMENTO OCORRE NO PRAZO ESTABELECIDO.

PROCEDIMENTO(S)	Verificar se o primeiro Pedido de Pagamento ocorre num prazo inferior ou igual a 6 meses após a celebração do Contrato de Financiamento, salvo se trate de uma situação cuja justificação de incumprimento desse prazo pelo Beneficiário seja aceite pela Autoridade de Gestão do ON.2 (ou pela Associação de Municípios por esta designada).
ELEMENTO(S) A VERIFICAR	No Contrato de Financiamento - a data; No formulário do primeiro Pedido de Pagamento - a data.
DOCUMENTO A PREENCHER PELO EXECUTOR DA TAREFA	Com a entrada em funcionamento do Módulo “Execução: Pedido de Pagamento” no front-office do Sistema de Informação do ON.2, este emite, através do próprio sistema, uma notificação de alerta ao quinto mês após a celebração do Contrato, bem como uma notificação de incumprimento quando esse prazo seja ultrapassado sem justificação prévia. Estas notificações realizam-se, utilizando para o efeito o modelo de minuta de ofício nºs 23 e 24 constante do ANEXO F7.
OBSERVAÇÃO	O SIGON.2 não permite a submissão de Pedidos de Pagamento após o prazo estabelecido.

SECRETARIADO TÉCNICO RESPONSÁVEL	Secretariado Técnico/EAT responsável pelo <i>acompanhamento técnico/físico</i>
--	--

### REQUISITO 3 - O PRAZO DE APRESENTAÇÃO ENTRE PEDIDOS DE PAGAMENTO NÃO ULTRAPASSA TRÊS MESES.

PROCEDIMENTO(S)	Verificar se o Pedido de Pagamento apresentado pelo Beneficiário ocorre num período inferior a 3 meses em relação ao último Pedido apresentado à Autoridade de Gestão do ON.2 (ou à Associação de Municípios por esta designada).
ELEMENTO(S) A VERIFICAR	No último formulário de Pedido de Pagamento - a data; No actual formulário de Pedido de Pagamento - a data.
DOCUMENTO A PREENCHER PELO EXECUTOR DA TAREFA	Com a entrada em funcionamento do Módulo “Execução: Pedido de Pagamento” no front-office do Sistema de Informação do ON.2, este emite, através do próprio sistema, uma notificação de alerta ao final do terceiro mês após a apresentação do Pedido de Pagamento anterior.  Esta notificação é realizada, utilizando para o efeito o modelo de minuta de ofício nº 25 constante do ANEXO F7.
SECRETARIADO TÉCNICO RESPONSÁVEL	Secretariado Técnico/EAT responsável pelo acompanhamento administrativo/financeiro

### REQUISITO 4 - A REGULARIZAÇÃO DO PEDIDO DE PAGAMENTO A TÍTULO DE ADIANTAMENTO CONTRA FACTURA OCORRE NO PRAZO ESTABELECIDO.

PROCEDIMENTO(S)	Verificar se a regularização dos Pedidos de Pagamento a título de adiantamento contra factura apresentados não ultrapassa o prazo de 20 dias úteis, contados da data de pagamento da comparticipação.
ELEMENTO(S) A VERIFICAR	No Sistema de Informação do ON.2 - a data do Pedido de Pagamento; No Sistema de Informação do ON.2 - a data do último pagamento <sup>43</sup> contra-factura efectuado ao Beneficiário.
DOCUMENTO A PREENCHER PELO EXECUTOR DA TAREFA	Com a entrada em funcionamento do Módulo “Execução: Pedido de Pagamento” no front-office do SIGON.2, quando esse prazo seja ultrapassado, este emite, através do próprio sistema, uma notificação de incumprimento dirigida ao Beneficiário.  Esta notificação é realizada, utilizando para o efeito o modelo de minuta de ofício nº 26 constante do ANEXO F7.
SECRETARIADO TÉCNICO RESPONSÁVEL	Secretariado Técnico/EAT responsável pelo acompanhamento administrativo/financeiro

<sup>43</sup> De acordo com o disposto no n.º 13 do Anexo 4 do Despacho de 20/05/2008 dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, “o IFDR dará conhecimento às AG dos pagamentos efectuados aos beneficiários e das transferências efectuadas para os organismos intermédios para os quais as competências de pagamento tenham sido delegadas, bem como dos montantes recuperados, no âmbito do respectivo PO”.

**REQUISITO 5 - A REGULARIZAÇÃO DO PEDIDO DE PAGAMENTO A TÍTULO DE ADIANTAMENTO<sup>44</sup> OCORRE NO PRAZO ESTABELECIDO.**

PROCEDIMENTO(S)	Verificar até à data de encerramento da operação, se os Pedidos de Pagamento apresentados, no âmbito de uma operação que recorreu a um adiantamento, permitem a sua total absorção.
ELEMENTO(S) A VERIFICAR	No Contrato de Financiamento - montante total elegível, montante total da comparticipação e montante do adiantamento concedido. No SIGON.2 - montante total elegível justificado e montante da comparticipação paga.
DOCUMENTO A PREENCHER PELO EXECUTOR DA TAREFA	Com a entrada em funcionamento do Módulo “Execução: Pedido de Pagamento” no front-office do Sistema de Informação do ON.2, este emite, através do próprio sistema, uma notificação de alerta ao antepenúltimo mês do encerramento da operação. Caso à data de análise do pedido de saldo final, o total do adiantamento pago ao Beneficiário não esteja totalmente justificado, é efectuada uma notificação para recuperação da parte não absorvida. Esta notificação é realizada, utilizando para o efeito o modelo de minuta de ofício nº 27 constante do ANEXO F7.
SECRETARIADO TÉCNICO RESPONSÁVEL	Secretariado Técnico/EAT responsável pelo acompanhamento administrativo/financeiro

**REQUISITO 6 - O PEDIDO DE PAGAMENTO ESTÁ DEVIDAMENTE INSTRUÍDO.**

PROCEDIMENTO(S)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Verificar se, face à modalidade de Pedido de Pagamento e natureza da operação, foram apresentados os documentos exigíveis.</li> <li>2. Verificar se a Folha de Rosto e a(s) Lista(s) de documentos justificativos da despesa estão devidamente preenchidas.</li> <li>3. Verificar se existe conformidade entre os elementos constantes da(s) Lista(s) de documentos justificativos de despesa com as cópias dos documentos de despesa realizada, de quitação e de pagamento apresentados. No caso do valor da despesa a inscrever na(s) Lista(s), este pode, por questões de elegibilidade, ser inferior ao valor total do documento de despesa.</li> <li>4. Verificar se as cópias dos documentos justificativos da despesa realizada (facturas, ...) e paga (recibos, ...) cumprem os requisitos exigidos na lei.<sup>45</sup></li> <li>5. Verificar, no caso de se tratar de um Pedido de Pagamento a título de reembolso, se os documentos de quitação se encontram acompanhados de cópia do cheque e do extracto bancário que evidencie o respectivo desconto, ou da ordem de transferência bancária.</li> </ol>
-----------------	---

<sup>44</sup> Esta modalidade de Pedido de Pagamento só se aplica no Eixo VI - Assistência Técnica.

<sup>45</sup> Os documentos de despesa poderão assumir as seguintes formas: factura, factura-recibo, venda a dinheiro (nos casos admitidos por lei), recibo modelo oficial (exigido pelo n.º 6 do artigo 115.º do CIRS) ou outros documentos equivalentes previstos na lei. Os tipos definidos para os documentos de quitação são: factura-recibo, venda a dinheiro, recibo, recibo modelo oficial (n.º 6 do artigo 115.º do CIRS), comprovativo de transferência bancária, cópia dos cheques acompanhados do extracto bancário com evidência do respectivo desconto, pedido de autorização de pagamento (PAP) e documentos anexos - mapas dos meios de pagamento emitidos e ofício ao fornecedor - que comprovem os pagamentos efectuados, no caso de entidades que utilizam o Sistema de Informação Contabilística (SIC) da Direcção-Geral do Orçamento e outros documentos equivalentes previstos na legislação em vigor.

ELEMENTO(S) A VERIFICAR	<p>6. Verificar se são apresentados os documentos comprovativos das entregas relativas à retenção de montantes para efeitos de IRS, contribuições para a Caixa Geral de Aposentações e constituição/reforço de caução, acompanhados dos documentos contabilísticos de suporte, que permitam aferir da veracidade das entregas efectuadas.</p> <p>No caso de se tratar de um reembolso:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Folha de rosto do Pedido de Pagamento</li> <li>▪ Lista de documentos justificativos da despesa realizada</li> <li>▪ Lista de documentos justificativos da despesa paga</li> <li>▪ Cópia dos documentos justificativos da despesa realizada</li> <li>▪ Cópia dos documentos justificativos da despesa paga (inclusive, se aplicável, a Declaração de apuramento do IVA e documentos de suporte que evidenciem os lançamentos inerentes ao IVA elegível das facturas que mencionem “IVA devido pelo adquirente”)</li> <li>▪ Comprovativos dos pagamentos efectuados</li> <li>▪ Mapa dos indicadores de realização física e de resultados</li> <li>▪ Mapa de medição dos trabalhos (no caso de operações infra-estruturais)</li> <li>▪ Mapa de realização do investimento (no caso de operações imateriais)</li> </ul> <p>No caso de se tratar de um adiantamento contra factura:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Folha de rosto do Pedido de Pagamento</li> <li>▪ Lista de documentos justificativos da despesa realizada</li> <li>▪ Cópia dos documentos justificativos da despesa realizada</li> <li>▪ Mapa dos indicadores de realização física e de resultados</li> <li>▪ Mapa de medição dos trabalhos (no caso de operações infra-estruturais)</li> <li>▪ Mapa de realização do investimento (no caso de operações imateriais)</li> </ul> <p>No caso de se tratar da regularização de um adiantamento contra factura:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Lista de documentos justificativos da despesa paga</li> <li>▪ Cópia dos documentos justificativos da despesa paga (inclusive, se aplicável, a Declaração de apuramento do IVA e documentos de suporte que evidenciem os lançamentos inerentes ao IVA elegível das facturas que mencionem “IVA devido pelo adquirente”)</li> <li>▪ Comprovativos dos pagamentos efectuados</li> </ul>
DOCUMENTO A PREENCHER PELO EXECUTOR DA TAREFA	Ficha de Verificação de Pedidos de Pagamento (ANEXO F5)
SECRETARIADO TÉCNICO RESPONSÁVEL	Secretariado Técnico/EAT responsável pelo acompanhamento administrativo/financeiro

#### REQUISITO 7 - OS DOCUMENTOS JUSTIFICATIVOS DE DESPESA CUMPREM OS ASPECTOS FORMAIS EXIGIDOS.

PROCEDIMENTO(S)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Verificar se os cálculos constantes nas facturas (incluído, quando aplicável, os autos de medição que lhe são anexos) e recibos (ou documentos de igual valor probatório) estão correctamente efectuados.</li> <li>2. Verificar se os documentos de quitação mencionam claramente o(s) documento(s) de despesa realizada a que respeitam.</li> <li>3. Verificar se os documentos de despesa emitidos pelos fornecedores de bens nacionais cumprem todos os requisitos de regularidade formal previstos no artigo 35.º do CIVA e legislação complementar, contendo, nomeadamente: <ol style="list-style-type: none"> <li>3.1. Número sequencial através de emissão por computador ou impresso</li> </ol> </li> </ol>
-----------------	---

<p>ELEMENTO(S) A VERIFICAR</p> <p>DOCUMENTO A PREENCHER PELO EXECUTOR DA TAREFA</p> <p>SECRETARIADO TÉCNICO RESPONSÁVEL</p>	<p>tipograficamente;</p> <p>3.2. No caso da factura ser processada por mecanismos de saída de computador, nenhum elemento foi completado por qualquer meio manual ou mecânico, após a referida emissão, excepto nos casos previstos no Ofício-Circulado 30.091 de 05/04/2006 da Direcção de Serviços do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (DSIVA);</p> <p>3.3. O nome, firma ou denominação social, a sede ou domicílio do fornecedor e respectivo número de identificação fiscal;</p> <p>3.4. As datas de emissão da factura e do recibo, ou dos documentos de valor probatório equivalente;</p> <p>3.5. As quantidades e denominação usual dos bens transmitidos ou dos serviços prestados, os quais devem claramente evidenciar a sua relação com o projecto co-financiado no âmbito do ON.2;</p> <p>3.6. As taxas de IVA aplicáveis e o montante de IVA devido;</p> <p>3.7. No caso das situações previstas nas alíneas i) e j) do n.º 1 do artigo 2.º do CIVA, as facturas ou documentos equivalentes contêm a expressão «IVA devido pelo adquirente»;</p> <p>3.8. O preço, líquido de imposto, e os outros elementos incluídos no valor tributável;</p> <p>3.9. O motivo justificativo da não aplicação do IVA, se for caso disso, nomeadamente a menção expressa ao número e alínea do artigo 9.º do CIVA em que se baseia a isenção deste imposto.</p> <p>4. Verificar se são apresentados os documentos comprovativos das entregas relativas à retenção de montantes para efeitos de IRS, contribuições para a Caixa Geral de Aposentações e constituição/reforço de caução, acompanhados dos documentos contabilísticos de suporte, que permitam aferir da veracidade das entregas efectuadas.</p> <p>5. Verificar se as cópias dos documentos de despesa apresentados reflectem que o carimbo relativo à comparticipação comunitária, cujo modelo consta do Anexo F4, terá sido apostado nos originais dos documentos de despesa.</p> <p>6. Verificar se as cópias dos documentos justificativos da despesa têm a indicação nelas expressa de “Conforme o original.”</p>
	<p>Cópia dos documentos justificativos de despesa realizada: factura, factura/recibo, venda a dinheiro, nota de honorários, recibo verde ou outro documento de valor equivalente;</p> <p>Cópia dos documentos justificativos de despesa paga: recibo, factura/recibo, venda a dinheiro, recibo verde ou outro de igual valor probatório. No caso das entidades públicas deve ainda ser verificada a ordem de pagamento correspondente à autorização de pagamento da despesa;</p> <p>Comprovativos dos pagamentos efectuados: cópia dos cheques e extractos bancários que evidenciem o respectivo desconto ou ordem de transferência bancária.</p>
	<p>Ficha de Verificação de Pedidos de Pagamento (ANEXO F5)</p>
	<p>Secretariado Técnico/EAT responsável pelo acompanhamento administrativo/financeiro</p>

**REQUISITO 8 - AS DESPESAS NÃO FORAM OBJECTO DE FINANCIAMENTO POR OUTROS REGIMES COMUNITÁRIOS OU NACIONAIS OU EM OUTROS PERÍODOS DE PROGRAMAÇÃO.**

PROCEDIMENTO(S)	Verificar se as despesas apresentadas não foram alvo de comparticipação anterior no âmbito do Programa, de outros regimes comunitários ou nacionais, através da visível inexistência de
-----------------	---

ELEMENTO(S) A VERIFICAR	carimbo prévio àquele aposto para efeito do Pedido de Pagamento em verificação.
	Cópia dos documentos justificativos da despesa realizada Cópia dos documentos justificativos da despesa paga
DOCUMENTO A PREENCHER PELO EXECUTOR DA TAREFA	Ficha de Verificação de Pedidos de Pagamento (ANEXO F5)
OBSERVAÇÃO	O Sistema de Informação do ON.2: - bloqueia a hipótese de inscrição de um documento cuja despesa total já tenha sido apresentada em anteriores Pedidos de Pagamento no âmbito do ON.2; - bloqueia a hipótese de inscrição de um documento relativo a despesas parcialmente imputadas a Pedidos de Pagamento anteriores no momento em que ultrapassem 100% do valor do documento.
SECRETARIADO TÉCNICO RESPONSÁVEL	Secretariado Técnico/EAT responsável pelo acompanhamento administrativo/financeiro

#### REQUISITO 9 - OS DOCUMENTOS DE DESPESA EVIDENCIAM A CLASSIFICAÇÃO CONTABILÍSTICA UTILIZADA.

PROCEDIMENTO(S)	1. Verificar se os documentos de despesa realizada e de quitação apresentados estão classificados e registados <sup>46</sup> contabilisticamente, sendo o registo dessa classificação inscrito nos próprios documentos. 2. Verificar se a rubrica orçamental utilizada está de acordo com o previsto no “Plano Anual de Investimentos por rubrica” aprovado.
ELEMENTO(S) A VERIFICAR	No SIGON.2 - ver formulário de candidatura on-line. Lista de documentos justificativos da despesa realizada - coluna “Rubrica POCP / Conta POC” Cópia dos documentos justificativos da despesa realizada - campo “Rubrica orçamental” do carimbo FEDER Cópia dos documentos justificativos da despesa paga - campo “Rubrica orçamental” do carimbo FEDER
	Ficha de Verificação de Pedidos de Pagamento.
DOCUMENTO A PREENCHER PELO EXECUTOR DA TAREFA	
SECRETARIADO TÉCNICO RESPONSÁVEL	Secretariado Técnico/EAT responsável pelo acompanhamento administrativo/financeiro

<sup>46</sup> A classificação a utilizar é, em regra, no caso das entidades pertencentes à Administração Central e as à Administração Local, o classificador constante do Decreto-Lei 26/2006 de 14/02, no caso das restantes entidades o Plano Oficial de Contabilidade (POC). As autarquias locais, apesar de estarem obrigadas à utilização da adaptação, elaborada pelo Subgrupo de Apoio Técnico pela Aplicação do POCAL (SATAPOCAL), do classificador das receitas e das despesas públicas aprovado pelo Decreto-Lei 26/2002, de 14/02, nada obsta à utilização dos códigos económicos constantes do Sistema de Informação do ON.2, visto que o nível de desagregação que estão obrigadas a utilizar está em conformidade com a referida adaptação.



**REQUISITO 10 - AS DESPESAS APRESENTADAS BASEIAM-SE EM CUSTOS REAIS EFECTIVAMENTE INCORRIDOS.**

PROCEDIMENTO(S)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Verificar se, no caso da despesa incluir IVA, este ser elegível e o Beneficiário aplicar a taxa pro-rata, a despesa considerada resulta da aplicação da taxa definitiva.</li> <li>2. Verificar se, no caso da despesa incluir IVA, este ser elegível e se aplicar a “inversão do sujeito passivo”, a despesa considerada encontra-se suportada numa declaração periódica de IVA e em extractos contabilísticos que comprovem a sua efectiva liquidação.</li> <li>3. Verificar se, no caso da revisão de preços, a despesa apresentada foi calculada com base em índices definitivos.</li> </ol>
ELEMENTO(S) A VERIFICAR	<p>No SIGON.2 - formulário de candidatura aprovada on-line</p> <p>Folha de rosto do formulário de Pedido de Pagamento</p> <p>Lista de documentos justificativos da despesa realizada</p> <p>Cópia dos documentos justificativos da despesa realizada</p> <p>Cópia dos documentos justificativos da despesa paga</p> <p>Portaria (publicada em DR)</p>
DOCUMENTO A PREENCHER PELO EXECUTOR DA TAREFA	Ficha de Verificação de Pedidos de Pagamento (ANEXO F5)
SECRETARIADO TÉCNICO RESPONSÁVEL	Secretariado Técnico/EAT responsável pelo acompanhamento administrativo/financeiro

**REQUISITO 11 - AS CONDIÇÕES PARA SE EFECTIVAR O PAGAMENTO ESTÃO CUMPRIDAS.**

PROCEDIMENTO(S)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Verificar se as declarações/certidões emitidas pela Administração Fiscal e pela Segurança Social, ou, em alternativa, tendo por base os documentos de autorização de consulta da situação tributária ou contributiva nos sítios da Internet, atestam a inexistência de dívidas do Beneficiário junto destas entidades. No caso das declarações/certidões importa verificar o prazo de validade das mesmas.</li> <li>2. Verificar se o montante de fundo já recebido, acrescido do presente Pedido de Pagamento, não ultrapassa 95% do montante máximo do apoio concedido à operação.</li> </ol>
ELEMENTO(S) A VERIFICAR	<p>Declarações/certidões emitidas pela Administração Fiscal e pela Segurança Social ou</p> <p>Documentos de autorização de consulta da situação tributária ou contributiva nos sítios da Internet.</p> <p>No SIGON.2 - o montante acumulado da comparticipação paga.</p>
DOCUMENTO A PREENCHER PELO EXECUTOR DA TAREFA	Ficha de Verificação de Pedidos de Pagamento (ANEXO F5)
SECRETARIADO TÉCNICO RESPONSÁVEL	Secretariado Técnico/EAT responsável pelo acompanhamento administrativo/financeiro

A verificação dos Requisitos 2 a 5, que resultam essencialmente em averiguar o cumprimento de prazos de apresentação dos Pedidos de Pagamento, é realizada de uma forma automática pelo SIGON.2. Somente no caso desta funcionalidade não estar operacional, cabe ao Secretariado Técnico proceder à monitorização dos mesmos. De referir que a verificação destes Requisitos deve ser prévia à verificação dos restantes Requisitos, sob pena do incumprimento de um determinado prazo, salvo justificação aceite pela Autoridade de Gestão do ON.2 (ou da entidade designada para o efeito), poder implicar a não aceitação do Pedido de Pagamento apresentado.

Relativamente à verificação dos Requisitos, 1 e 6 a 11, esta consubstancia-se no preenchimento, pelo Secretariado Técnico/EAT da já referida ‘Ficha de verificação de Pedidos de Pagamento’, incidindo sobre cada uma das despesas incluídas no Pedido de Pagamento, com vista à confirmação de que têm correspondência inequívoca com a operação e estão explicitamente previstas, material e financeiramente, nas componentes aprovadas, reúnem as condições de elegibilidade previstas nos regulamentos comunitários e específicos do Programa e os montantes elegíveis e da comparticipação solicitada estão correctos.

Pelo exposto, todos os Pedidos de Pagamento apresentados pelos Beneficiários têm de ser sujeitos a verificações exaustivas baseadas na análise do Pedido e da documentação relevante de suporte ao enquadramento e realização da despesa.

As despesas que não verificarem todos os pressupostos de elegibilidade serão retiradas da lista, através de edição em *back-office* no SIGON.2. O Pedido de Pagamento a submeter a confirmação corresponderá, portanto, à versão editada em *back-office*, quando a sua análise implique algum tipo de correcção.

### 2.2.2 | Validação do Pedido de Pagamento

Os Pedidos de Pagamento são confirmados em *back-office* no SIGON.2 e submetidos ao Secretário Técnico/EAT responsável para confirmação.

De seguida, os Pedidos de Pagamento confirmados no Sistema de Informação serão submetidos à Comissão Directiva/Conselho Executivo para validação/autorização.

Da análise do Pedido de Pagamento, caso resulte alteração dos valores apresentados pelo Beneficiário, será nesta fase que o mesmo deve ser notificado da despesa efectivamente validada (minuta nº 28 do ANEXO F7), no qual se explicita a forma de apuramento do montante elegível final.

### 2.2.3 | Pagamento

O registo da Autorização de Pagamento é uma operação autónoma mas dependente da confirmação dos Pedidos de Pagamento. Apenas os Pedidos a título de reembolso, adiantamento contra-factura e adiantamento darão origem à emissão de uma Autorização de Pagamento.

A Autorização de Pagamento é registada em *back-office*, logo após a confirmação dos Pedidos de Pagamento. A Autorização de Pagamento deverá ser submetida a confirmação do Secretário Técnico/EAT responsável pelo acompanhamento administrativo/financeiro. Se confirmada, será submetida à autorização da Comissão Directiva/Conselho Executivo, sendo que:

- Caso seja autorizada, a Autorização de Pagamento será emitida e comunicada, numa base semanal<sup>47</sup>, ao IFDR para processamento da transferência bancária para as contas bancárias indicadas pelos Beneficiários aquando da celebração dos respectivos Contratos de Financiamento.

Com a emissão do pedido de pagamento ao IFDR devem ser apresentados os elementos necessários à fundamentação do mesmo, conforme modelo que venha a ser estabelecido por esse Instituto, e à regularidade da situação destes perante a Administração Fiscal e a Segurança Social.

Os Beneficiários serão notificados, mediante comunicação da Autorização de Pagamento (minuta n.º 28 do ANEXO F7).

Os pagamentos aos Beneficiários serão efectuados até ao limite de 95% do montante programado, à data, sendo o pagamento do respectivo saldo (5%) pedido pela Autoridade de Gestão do ON.2 (ou pela Associação de Municípios por esta designada) após a apresentação pelos Beneficiários do Relatório Final de Execução e confirmação da execução das operações nos termos previstos nos Contratos de Financiamento e processado em parte ou em todo, na medida das disponibilidades do IFDR.

O IFDR dará conhecimento à Autoridade de Gestão do ON.2 (ou à Associação de Municípios por esta designada) dos pagamentos efectuados aos Beneficiários.

- Caso não seja autorizada, a Autorização de Pagamento será cancelada, reiniciando-se se necessário a análise do Pedido de Pagamento.

---

<sup>47</sup> Cf. Número 8 do Anexo 4 do Despacho n.º 16068/2008 dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, publicado no DR n.º 112, 2.ª série, de 12/06/2008.



Fig. 11 - Fluxograma do Pedido de Pagamento

## 2.3 | Processo de verificações no local

As verificações no local têm como objectivo comprovar a real execução da operação e a sua conformidade com os moldes em que foi aprovada, designadamente, no que respeita ao efectivo fornecimento dos bens e serviços cujas despesas tenham sido comparticipadas e à regularidade dos registos contabilísticos respeitantes à operação.

Em termos de periodicidade, será realizada:

- Pelo menos uma verificação no local, por operação, o mais tardar até ao seu encerramento,
- Uma verificação no local em cada ano de execução da operação e uma última no final, aquando do envio do Relatório Final de Execução e antes da comparticipação do último Pedido de Pagamento, no caso de a operação configurar um Grande Projecto ou se verificar pelo menos uma das seguintes circunstâncias de risco previsível ou efectivo ao nível da operação:
  - ▶ Falta de transparência ou de rigor nos documentos de despesa apresentados;
  - ▶ Persistência de não envio, dentro dos prazos fixados, dos documentos de despesa, dos relatórios de execução ou de quaisquer outros elementos relevantes;
  - ▶ Desvios face ao cronograma de execução da operação aprovado, quer em termos físicos quer financeiros, que comprometam o cumprimento dos prazos estabelecidos;
  - ▶ Evidência do incumprimento sistemático das normas relativas a informação e publicidade;
  - ▶ Existência de reprogramações em análise;
  - ▶ Indícios de irregularidades financeiras, contabilísticas ou organizativas verificadas e/ou apuradas, nomeadamente em processos de auditoria;
  - ▶ Outras que resultam da avaliação casuística da Autoridade de Gestão do ON.2 (ou da entidade por esta designada),

As verificações no local terão como objectivo comprovar os aspectos a seguir listados, devendo no plano de visita a estabelecer em momento prévio ser identificados aqueles a verificar.

### Em termos administrativos e financeiros

- a) a existência e organização do Dossier de Operação, nos termos definidos no ponto 1.6 deste Módulo, com todos os elementos que o constituem (devidamente indexados) ou referência do local do arquivo onde possam ser consultados;
- b) a existência dos originais dos documentos de despesa ou cópias autenticadas dos mesmos, nos moldes previstos na lei, que tenham sido inscritos na listas de documentos justificativos de despesa já apresentadas em Pedidos de Pagamento;
- c) a existência, no caso de empreitadas, dos autos de medição dos trabalhos facturados;
- d) a evidência nos originais dos documentos de despesa da aposição do carimbo de participação FEDER;
- e) a existência, nos casos de Projectos Geradores de Receitas, dos documentos comprovativos destas e dos documentos relativos a despesas não elegíveis, dado que as despesas relacionadas com o custo total do investimento têm que ser objecto de validação e certificação pelas autoridades competentes;
- f) a existência dos Autos de Recepção das empreitadas concluídas à data da verificação;
- g) a evidência (através de ordens de transferência, cópias de cheques e extractos bancários e/ou contas correntes de fornecedores) do efectivo pagamento, por parte do Beneficiário, das despesas já realizadas e participadas. No caso de Projectos Geradores de Receitas esta evidência aplica-se também às despesas não elegíveis;
- h) a existência de um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para todas as transacções relacionadas com a operação, quer para as despesas quer para a participação comunitária, de acordo com as normas contabilísticas nacionais;
- i) a evidência de classificação e registo contabilístico de todos os documentos de despesa apresentados em Pedidos de Pagamento ou que relevem para o apuramento do custo total da operação;

### Em termos técnicos e físicos

- a) a adequação dos trabalhos realizados e soluções técnicas adoptadas - verificados no local - face ao(s) Mapa(s) de Medição dos Trabalhos e cronograma(s) de execução aprovado(s) para a operação e aos trabalhos facturados, de acordo com os respectivos autos de medição;
- b) a adequação dos equipamentos e soluções técnicas adoptadas - verificados no local - face às especificações previstas e contratualizadas no âmbito da operação e que correspondam a despesa já apresentada em Pedidos de Pagamento;
- c) a existência dos estudos e projectos ou outros trabalhos de natureza imaterial desenvolvidos no âmbito da operação e que correspondam a despesa já apresentada em Pedidos de Pagamento ou que relevem para o apuramento do custo total da operação, no caso dos projectos geradores de receitas líquidas;
- d) a evidência de que os bens ou os serviços foram efectivamente entregues ou realizados, de acordo com a Decisão Favorável de Aprovação da operação;
- e) o cumprimento das regras em termos de auxílios estatais, ambientais e de igualdade e não discriminação;
- f) o cumprimento das disposições em matéria de informação e publicidade do apoio FEDER.

As verificações no local darão origem a uma ‘Ficha de verificações no local’ (ANEXO F6) que evidencie os trabalhos efectuados, os seus resultados/conclusões e as medidas a adoptar para correcção das anomalias eventualmente detectadas.

A ‘Ficha de verificações no local’ será emitida através do SIGON.2, e preenchida pela equipa técnica responsável pelas verificações. Esta equipa deve ser composta, pelo menos, por dois elementos, um com perfil adequado à verificação dos aspectos administrativos e financeiros, e o outro com perfil adequado à verificação dos aspectos técnicos e físicos.



Depois de preenchida, a Ficha deverá ser carregada no SIGON.2 e submetida, através do mesmo, ao Secretário Técnico/EAT responsável pela operação para validação, e de seguida à Comissão Directiva/Conselho Executivo para aprovação.

As conclusões vertidas na Ficha deverão, após aprovação da Comissão Directiva/Conselho Executivo sobre aquele documento, ser comunicadas ao Beneficiário estabelecendo, sempre que existam recomendações nesse sentido, um prazo para a regularização das anomalias detectadas. (minuta nº 29 do ANEXO F7)

Com vista ao planeamento das verificações no local a realizar, nos termos definidos nesta Norma, as mesmas deverão constar de um Plano anual de verificações no local, elaborado pela Autoridade de Gestão do ON.2 (ou pela Associação de Municípios por esta designada).

Este Plano terá carácter indicativo, não devendo limitar ou condicionar a actuação da Autoridade de Gestão no exercício do acompanhamento das operações. Neste sentido, poderão ser realizadas verificações no local que, não tendo sido previstas no Plano, se tornem necessárias por força das circunstâncias anteriormente enunciadas.

## 3 | RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO

### 3.1 | Apresentação dos Relatórios de Execução

Nos termos das alíneas r) e u) do número 1 da cláusula sexta do Contrato de Financiamento e dos Regulamentos Específicos do ON.2, os Beneficiários estão obrigados a apresentar:

- **Relatório Anual de Execução** da operação, reportado a 31 de Dezembro de cada ano, até 15 de Fevereiro do ano seguinte a que se reporta, excepto para operações cujo período previsto de execução seja inferior a 1 ano (e totalmente executada

dentro de 1 ano civil), em que neste caso o Beneficiário fica obrigado a apresentar apenas o Relatório Final de Execução. No caso de operações, cujo período de execução no Programa (definido no Contrato) seja superior a 1 ano e no primeiro ano de programação o período de execução material e financeira (contado a partir da data de início prevista ou efectiva registada na Decisão Favorável de Financiamento) não ultrapasse três meses, o Beneficiário, relativamente a este primeiro ano civil, não está obrigado a apresentar este tipo de Relatório.

- **Relatório Final de Execução** da operação, no prazo de 60 dias após a sua conclusão.

Estes Relatórios devem, salvo orientação diversa emanada pela Autoridade de Gestão do ON.2, ser elaborados com base no formulário que consta do SIGON.2 (ANEXO F8), de acordo com as normas de preenchimento previstas no mesmo. O preenchimento dos Relatórios de Execução será realizado directamente no Sistema pelo Beneficiário.

A falta de entrega dos Relatórios de Execução nos prazos definidos, determina, de acordo com o disposto no número 3 da cláusula sexta do Contrato de Financiamento, a suspensão de todos os pagamentos de comparticipação comunitária ao Beneficiário no âmbito deste Programa, até à regularização da situação, salvo nos casos em que a eventual fundamentação invocada venha a ser aceite pela Autoridade de Gestão do ON.2 (ou pela Associação de Municípios por esta designada).

Cada Relatório deverá reflectir de forma detalhada a evolução da operação durante o período de referência desse mesmo Relatório, em matéria de:

- Execução física e financeira;
- Custos elegíveis associados à realização física;
- Cumprimento dos indicadores de realização, de resultados e de emprego;
- Medidas de publicidade/informação adoptadas;
- Exigência específica, nomeadamente alguma condicionante a observar na execução da operação, constante da Decisão Favorável de Financiamento, quando aplicável.

No caso de existirem desvios de desempenho face aos objectivos de desenvolvimento da operação, previstos na Decisão Favorável de Financiamento, estes devem ser assinalados e justificados.

Em cumprimento aos objectivos traçados, descrevem-se no quadro que de seguida se apresenta os elementos a remeter em anexo a cada um dos Relatórios, sem prejuízo de qualquer outro elemento que possa ser solicitado pela Autoridade de Gestão do ON.2 (ou pela Associação de Municípios por esta designada).

**Tabela 19** - Elementos a acompanhar os Relatórios de Execução das operações

TIPO DE ELEMENTOS	RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO	RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO
Extractos contabilísticos que evidenciem o registo individualizado das despesas totais realizadas e das receitas obtidas no âmbito da operação, nos termos do sistema contabilístico aplicável, reportados ao período a que o Relatório respeita.	X	X
Declaração da despesa de investimento realizada e paga, devidamente validada por um ROC ou SROC, no caso de operações imateriais promovidas por entidades beneficiárias que não da Administração Pública, com um valor total elegível superior a €250.000.	X	X
Fotos e outros elementos informativos: dos trabalhos realizados, dos materiais de divulgação que foram produzidos e distribuídos e das principais acções realizadas.	X	X
Fotos que evidenciem o cumprimento das obrigações em matéria de publicidade do apoio do Fundo - painéis de obra e placas comemorativas, comunicados de imprensa e publicações que façam referência à execução da operação e ao seu co-financiamento comunitário.	X	X
Auto de recepção provisória da(s) obra(s) ou documento(s) equivalente(s) para outro tipo de fornecimentos, que comprove a sua conclusão.		X
Licenças necessárias para a entrada em fase de exploração.		X

### 3.2 | Análise e aprovação dos Relatórios de Execução

Compete ao Secretariado Técnico/EAT verificar se:

- a) Os Relatórios de Execução se encontram preenchidos de acordo com as respectivas normas de preenchimento,
- b) Todos os elementos obrigatórios que devem acompanhar os Relatórios de Execução foram enviados,
- c) A informação prestada nos Relatórios de Execução é consistente com a existente no SIGON.2,
- d) Os desvios de desempenho face aos objectivos de realização da operação previstos na Decisão Favorável de Financiamento estão assinalados e justificados nos Relatórios de Execução.

Em relação ao Relatório Anual de Execução, cabe ao Secretariado Técnico/EAT verificar os seguintes aspectos:

- a) Evolução da execução física da operação, ou seja, verificar se a execução da operação está de acordo com o cronograma aprovado e as datas de adjudicação dos procedimentos de contratação de despesa já apresentada em Pedidos de Pagamento;
- b) Evolução da execução financeira, ou seja, verificar se os custos totais e elegíveis, correspondentes à despesa realizada e paga pelo Beneficiário estão associados à realização financeira da operação, e ainda analisar as eventuais discrepâncias entre o nível de execução indicado pelo Beneficiário e o volume de despesa elegível validada pela Autoridade de Gestão do ON.2 (ou pela Associação de Municípios por esta designada), bem como os desvios face à programação aprovada;
- c) Contributo da operação para os indicadores de realização e de resultados, ou seja, verificar se os dados apresentados pelo Beneficiário, considerando os indicadores e

respectivas metas fixados para a operação, conforme Decisão Favorável de Financiamento, estão a ser cumpridos;

- d) Contributo da operação para o emprego, ou seja, verificar se os objectivos aprovados ao nível da criação/manutenção de postos de trabalho estão a ser cumpridos.
- e) Medidas de publicidade adoptadas, ou seja, verificar se as medidas já adoptadas, face ao nível de execução da operação, estão em conformidade com os requisitos em matéria de publicitação do fundo comunitário.

Neste processo, sempre que ocorram desvios à programação e a justificação apresentada pelo Beneficiário seja insuficiente, deverão ser solicitados esclarecimentos adicionais.

Em relação ao Relatório Final de Execução, para além da verificação dos aspectos já identificados para o Relatório Anual de Execução, o Secretariado Técnico/EAT deverá ainda aferir se se encontram reunidas as condições para a prossecução dos objectivos enunciados para a fase de exploração da operação e, no caso das operações geradoras de receitas, se contem todas as informações necessárias sobre a evolução dos pressupostos da análise económica e financeira, nomeadamente:

- Custo do investimento total e da despesa total elegível efectivos;
- Receitas geradas durante a fase de execução da operação e actualização da estimativa inicialmente prevista do rendimento líquido actualizado a obter durante o período de referência;
- Alteração de qualquer outro pressuposto utilizado no apuramento do referido rendimento líquido actualizado, com relevância no apuramento das receitas e dos custos operacionais de exploração no pós-operação, durante o período de referência previsto no artigo 55.º do Regulamento (CE) 1083/2006. e tratado no ponto 4 deste Módulo.

As verificações desenvolvidas pelo Secretariado Técnico/EAT aos Relatórios de Execução serão vertidas directamente no SIGON.2, o qual produz um relatório de análise associado a cada Relatório de Execução. O Beneficiário deverá ser notificado sempre que o conteúdo

de cada Relatório de Execução e/ou documentação a anexar seja insuficiente para concluir a sua análise.

A confirmação dos elementos inscritos nos Relatórios de Execução, nomeadamente aqueles que se prendam com os aspectos temporais, físicos e financeiros da execução, será realizada através do Sistema de Informação do ON.2.

Os relatórios de análise aos Relatórios de Execução serão submetidos a validação do Secretário Técnico/EAT responsável pelo Eixo em que se enquadre a operação. No caso do Relatório de Execução Final será submetido à aprovação da Comissão Directiva/Conselho Executivo.

Só com a aprovação do Relatório Final será possível encerrar a operação e processar o pagamento do Saldo Final. A emissão da autorização de Pagamento Final respeitará os mesmos processos definidos para os restantes pagamentos.

Com a comunicação da autorização de Pagamento do Saldo Final, o Beneficiário será informado da emissão da autorização de pagamento bem como dos termos em que foi encerrada a operação e das suas obrigações subsequentes.

## MÓDULO G | ENCERRAMENTO

### 1 | ENCERRAMENTO DAS OPERAÇÕES

Após a conclusão física e financeira da operação, encontram-se reunidas as condições para se proceder ao seu encerramento.

Nos termos da alínea u) do n.º 1 da cláusula sexta do Contrato de Financiamento, o Beneficiário é obrigado, no prazo de 60 dias a contar da conclusão da execução física e do pagamento integral da despesa relativa à operação, consoante o que ocorrer mais tarde, a apresentar:

- **Pedido de Pagamento Final**, que complete o montante do Fundo a atribuir, de acordo com a despesa total elegível justificada à Autoridade de Gestão do ON.2 (ou à Associação de Municípios por esta designada);
- **Relatório Final de Execução**, acompanhado de todos os elementos descritos na Tabela 13 do Módulo F.

Uma operação considera-se concluída física e financeiramente quando todos os trabalhos se encontrem terminados e entregues ao Beneficiário e quando a totalidade da despesa correspondente estiver integralmente paga pelo Beneficiário e justificada junto da Autoridade de Gestão do ON.2 (ou da Associação de Municípios por esta designada). Só com a conclusão, nestes termos, da operação, poderá ser desencadeado o seu processo de encerramento.

Segundo o disposto no ponto 2.3 do Módulo F, no caso de a operação configurar um Grande Projecto ou se verificar pelo menos uma das circunstâncias de risco previsível ou efectivo ao nível da operação indicadas no mesmo ponto, realizar-se-á uma verificação no local em cada ano de execução da operação e uma última no final, aquando do envio do Relatório Final de Execução e antes da comparticipação do último Pedido de Pagamento. Nos

restantes casos, será realizada uma verificação no local de cada operação, o mais tardar até ao seu encerramento.

Assim, durante a fase de execução da operação deverá ter sido realizada pelo menos uma visita ao local da operação, o mais tardar até ao encerramento. Caso não tenha ainda sido realizada, o processo de encerramento da operação fica suspenso até à realização da mesma

Da realização desta visita ao local da operação, o Secretariado Técnico/EAT responsável procederá à elaboração do Relatório de Verificações no Local, o qual depois de aprovado pela Comissão Directiva/Conselho Executivo, deve ser comunicado ao Beneficiário. Neste Relatório devem ser assinalados os resultados/conclusões e as medidas a adoptar para correcção das anomalias eventualmente detectadas. De referir que, a aprovação deste Relatório, por parte da Comissão Directiva/Conselho Executivo e a demonstrada regularização por parte do Beneficiário das anomalias eventualmente detectadas, serão condição necessária para o encerramento da operação.

Face ao exposto, e cumpridos os pressupostos para o encerramento de uma operação, nomeadamente:

- Relatório Final de Execução da operação, aprovado pela Comissão Directiva/Conselho Executivo,
- Relatório de Verificações no Local, relativo à última visita, aprovado pela Comissão Directiva/Conselho Executivo,
- Pedido de Pagamento do Saldo Final, aprovado pela Comissão Directiva/Conselho Executivo,

estão reunidas as condições para o pagamento do Saldo Final da operação, o qual se processa de modo idêntico ao dos restantes pagamentos, e consequente encerramento financeiro da operação.



## 2 | ACOMPANHAMENTO DAS OPERAÇÕES APÓS O SEU ENCERRAMENTO

Decorre da alínea d) do n.º 1 do artigo 19.º do ‘Regulamento Geral Feder e Fundo de Coesão’ que o Beneficiário fica obrigado a manter o investimento compartilhado afecto à respectiva actividade, e, quando aplicável, com a localização geográfica definida na operação, pelo menos durante cinco anos, contados a partir da conclusão da operação.

Por outro lado, do n.º 1 do artigo 57.º do Regulamento (CE) 1083/2006, resulta que a Autoridade de Gestão deve assegurar que a participação dos fundos só fique definitivamente afectada a uma operação se, no prazo de cinco anos a contar da conclusão da operação, ou de três anos a contar da conclusão da operação nos Estados-Membros que tenham optado por reduzir este prazo para a manutenção de um investimento ou de empregos criados por Pequenas e Médias Empresas (PME), a operação não sofrer qualquer alteração substancial que:

- Afecte a sua natureza ou as suas condições de execução ou proporcione uma vantagem indevida a uma empresa ou a um organismo público;
- Resulte quer de uma mudança na natureza da propriedade de uma infra-estrutura, quer da cessação de uma actividade produtiva.

Caso se verifique a alteração substancial referida, os montantes indevidamente pagos ao Beneficiário são recuperados nos termos definidos no Módulo H deste Manual.

O acompanhamento a cargo da Autoridade de Gestão incidirá sobre dois aspectos fundamentais:

### Projectos Geradores de Receitas:

No caso em que tenha sido possível na fase de candidatura e de execução da operação estimar essas receitas, a sua evolução será acompanhada até ao final de 3 anos após o encerramento do Programa;

No caso em que não tenha sido possível estimar objectivamente as receitas com antecedência na fase de candidatura e de execução da operação, a sua evolução será acompanhada durante 5 anos. Nesta situação é aplicável o disposto no n.º 3 do artigo 55.º, onde se estabelece que “... *as receitas geradas nos cinco anos seguintes à conclusão de uma operação devem ser deduzidas nas despesas declaradas à Comissão ...*”.

### Criação de postos de trabalho:

Durante um período de dois anos após a conclusão da operação, deverá ser reportado à Autoridade de Gestão, o número de postos de trabalho permanentes e temporários criados, com a distinção por género e por nível de qualificação, com uma justificação dos desvios em relação ao indicado no Relatório Final de Execução da operação.

A informação a prestar pelos Beneficiários, para efeitos do acompanhamento durante esta fase, deverá ser realizada até 15 de Fevereiro do ano seguinte a que respeita. À Autoridade de Gestão cabe, por um lado, controlar o cumprimento deste prazo, e por outro analisar e validar os respectivos dados.

## MÓDULO H - GESTÃO DE DEVEDORES

### 1 | COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES À COMISSÃO EUROPEIA

A definição de irregularidade consta do n.º 7 do artigo 2.º do Regulamento (CE) 1083/2006, sendo referido que irregularidade é *“qualquer violação de uma disposição de direito comunitário que resulte de um acto ou omissão de um agente económico que tenha por efeito lesar o Orçamento Geral da União Europeia através da imputação de uma despesa indevida.”*.

Neste âmbito considera-se que, em termos de disposições de direito comunitário violadas, está incluída a regulamentação nacional produzida, bem como todas as normas do ON.2 que, em conjunto com a regulamentação comunitária, regem e operacionalizam a intervenção do FEDER no Programa.

A Autoridade de Gestão do ON.2 dará cumprimento às orientações que vierem a ser definidas pelas Autoridades de Certificação e de Auditoria (nos termos do disposto no artigo 25.º, n.º 2, alínea c), do Decreto-Lei 312/2007 para cumprimento do estabelecido no artigo 28.º do Regulamento (CE) 1828/2006, designadamente:

- *“nos dois meses seguintes ao termo de cada trimestre, os Estados-Membros comunicarão à Comissão eventuais irregularidades que tenham sido objecto de um primeiro auto administrativo ou judicial”, entendendo-se por este, conforme alínea b) do artigo 27.º do mesmo Regulamento, “uma primeira avaliação escrita de uma autoridade competente, quer administrativa, quer judicial, que conclua, com base em factos concretos, da existência de uma irregularidade, sem prejuízo da possibilidade de esta conclusão vir a ser revista ou afastada posteriormente na sequência do desenrolar do processo administrativo ou judicial.”*

Em cumprimento do estabelecido, também neste mesmo artigo, para os casos em que a irregularidade é encontrada/determinada pela Autoridade de Gestão do ON.2, evidenciada pela supra citada avaliação escrita, assumida por despacho da Comissão Directiva do ON.2, será fornecido um relatório à Autoridade de Certificação, a nível de operação, contendo as seguintes informações:

- Numeração sequencial da irregularidade a transmitir e respectiva data de registo;
- Fundo FEDER, objectivo, referência ao ON.2, eixo prioritário e operação em causa e número de CCI (Código Comum de Identificação) do Programa;
- Disposição que foi transgredida;
- Data e fonte da primeira informação que tiver permitido suspeitar da existência de uma irregularidade;
- Práticas utilizadas para cometer a irregularidade;
- Período durante o qual ou momento em que a irregularidade foi cometida;
- Serviços ou organismos nacionais que elaboraram o relatório oficial sobre a irregularidade e autoridades responsáveis pelo seguimento administrativo ou judicial;
- Data do primeiro auto administrativo ou judicial da irregularidade;
- Identificação das pessoas singulares e colectivas implicadas ou de outras entidades que participem, excepto no caso de esta indicação não ser útil no âmbito da luta contra as irregularidades devido à natureza da irregularidade em causa;
- Orçamento total e contribuição pública aprovados para a operação em causa e repartição do seu co-financiamento entre contribuição comunitária e nacional;
- Montante da contribuição pública a que a irregularidade diz respeito e correspondente contribuição comunitária em risco;
- Sempre que a contribuição pública não tiver sido paga às pessoas ou entidades identificadas nos termos indicados acima, os montantes que teriam sido pagos indevidamente se a irregularidade não tivesse sido detectada;
- Eventual suspensão de pagamentos e possibilidade de recuperação;

- Natureza da despesa irregular.

Conforme ainda o n.º 2 deste mesmo artigo, não serão comunicados à Comissão os seguintes casos de irregularidade:

- Os que consistem só na falta de execução parcial ou total da operação incluída no ON.2 devido a falência do Beneficiário;
- Os casos apresentados à Autoridade de Gestão do ON.2, ou às entidades por esta designadas, voluntariamente pelo Beneficiário, tanto antes como após o pagamento do co-financiamento FEDER, desde que essa apresentação ocorra antes da sua descoberta por qualquer daquelas entidades;
- As irregularidades detectadas e corrigidas pela Autoridade de Gestão do ON.2, pelas entidades por esta designadas ou pela Autoridade de Certificação, antes do seu co-financiamento e antes da inclusão da correspondente despesa numa declaração de certificação de despesas apresentada à Comissão Europeia;
- As irregularidades que incidam sobre montantes inferiores a 10 000 euros em termos de montante FEDER, a não ser que a Comissão solicite expressamente a sua comunicação.

Todavia, devem ser comunicadas as irregularidades que precedem uma falência e qualquer suspeita de fraude.

Em termos de acompanhamento das irregularidades comunicadas, a Autoridade de Gestão do ON.2, comunicará, via Autoridade de Certificação, as informações da sua responsabilidade, que permitam cumprir o que está definido no n.º 1 do artigo 30.º, do Regulamento (CE) 1828/2006. Concretamente, que *“nos dois meses seguintes ao fim de cada trimestre, deverá a Comissão ser informada, fazendo referência a qualquer comunicação anterior feita nos termos do artigo 28º, dos procedimentos iniciados relativamente a todas as irregularidades anteriormente comunicadas, bem como de importantes alterações daí resultantes. Tais informações devem incluir, pelo menos:*

- *Os montantes das recuperações efectuadas ou esperadas;*
- *As providências cautelares adoptadas pelo Estado-Membro para salvaguardar a recuperação dos montantes pagos indevidamente;*
- *Os processos administrativos e judiciais instaurados com vista à recuperação dos montantes indevidamente pagos e à aplicação de sanções;*
- *A eventual extinção de acções penais.”.*

Em termos de comunicação de irregularidades a nível nacional, a Autoridade de Gestão do ON.2 procederão da seguinte forma:

- Será transmitida, logo que detectada, ao Ministério Público, ao abrigo do artigo 51.º n.º 2 do Decreto-Lei 28/84, de 20 de Janeiro, alterado pelo Decreto-Lei 347/89, de 12 Outubro, qualquer irregularidade que pela sua configuração possa indiciar uma situação crime (crime de fraude na obtenção de subsídio, previsto e punido no mesmo diploma), nomeadamente, prestação de declarações falsas, falsificação de documentos justificativos (facturas e outros documentos), falsificação de contabilidade.
- Quaisquer outras situações que configurem ilícitos fiscais ou contra-ordenacionais, devem ser comunicadas às entidades competentes para os devidos efeitos.

Os relatórios emitidos sobre irregularidades, independentemente da entidade que os emitem - Autoridade de Gestão, Autoridade de Certificação ou Autoridade de Auditoria - serão anexados no Sistema de Informação do ON.2 / Módulo: Gestão de Devedores, à operação a que dizem respeito.

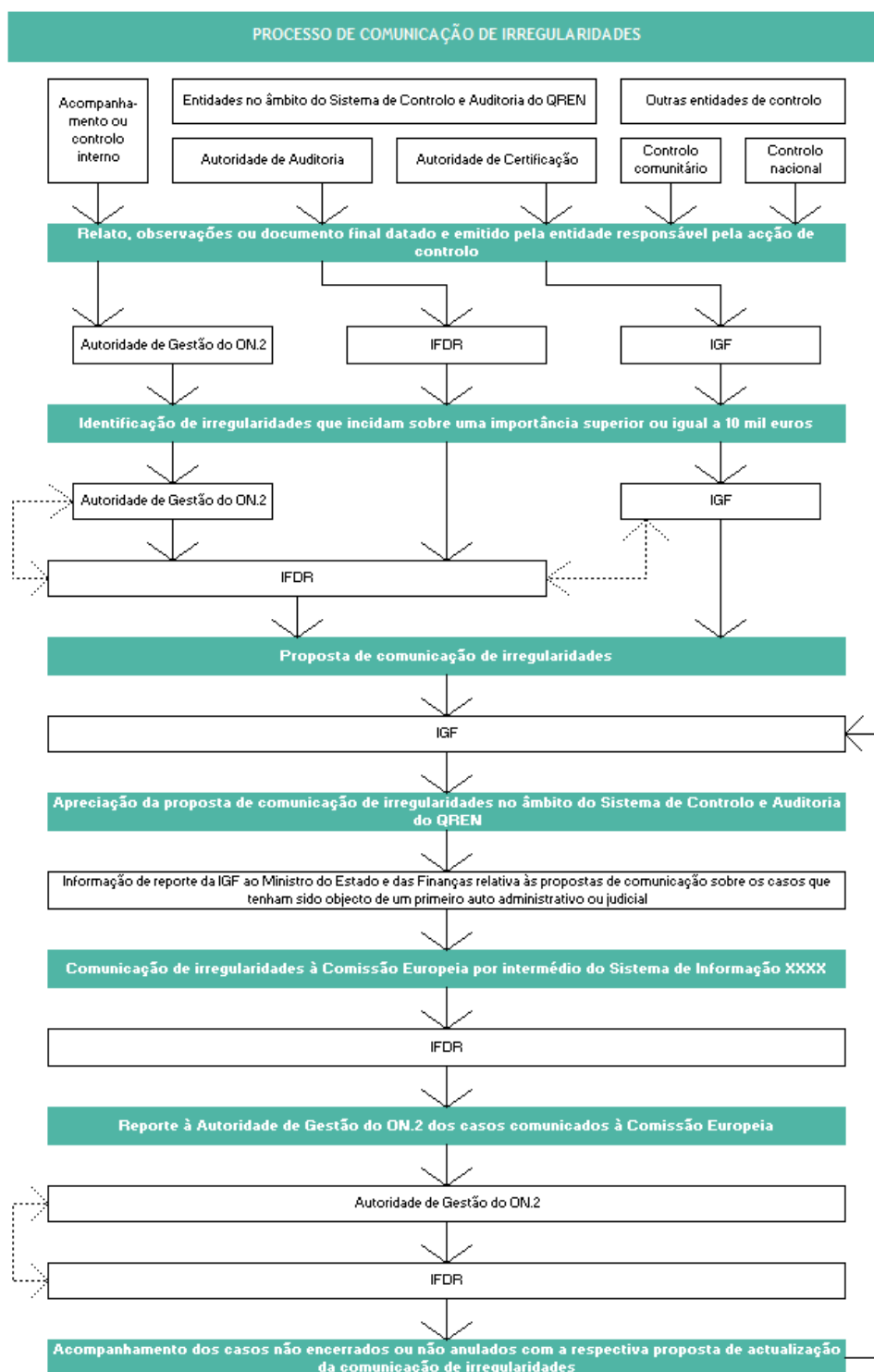


Fig. 12 - Fluxograma sobre etapas do processo de comunicação de irregularidades<sup>48</sup>

<sup>48</sup> Este fluxograma resulta de uma adaptação ao existente na Norma 2/2003 - Comunicação de irregularidades em financiamentos pagos pelo FEDER/QCA III, emanado pela ex DGDR.

## 2 | CORRECÇÃO DE IRREGULARIDADES

A Autoridade de Gestão do ON.2 actuará de forma a cumprir o estabelecido no artigo 98.º do Regulamento (CE) 1083/2006 sobre correcções financeiras.

Assim, face ao estabelecido:

- As correcções financeiras necessárias respeitantes a irregularidades pontuais ou sistémicas detectadas no âmbito das operações ou do Programa efectuar-se-ão sem atrasos sobre a data de aceitação pela Autoridade de Gestão do ON.2 do relatório previsto na alínea b) do artigo 27.º do Regulamento (CE) 1828/2006.
- No caso da detecção de irregularidades sistémicas, a Autoridade de Gestão do ON.2 alargará o alcance da sua análise de modo a cobrir todas as operações afectadas, com vista a delimitar o perímetro do erro, quantificar a eventual despesa não elegível e a proceder aos necessários ajustamentos, sejam eles de correcção de despesa e/ou ajustamentos a procedimentos de Gestão, de forma a eliminar situações que dêem origem ao surgimento da mesma tipologia de erro;
- As correcções efectuadas consistem na anulação total ou parcial da participação pública nas respectivas operações e no Programa;
- Os recursos do FEDER assim libertados podem ser reutilizados no âmbito do ON.2 considerando-se, porém, que *“a participação anulada não pode ser reutilizada para a operação ou operações que tenham sido objecto da correcção nem, no caso de uma correcção financeira efectuada devido a uma irregularidade sistémica, para operações realizadas no quadro da totalidade ou parte do Eixo prioritário em que ocorreu a irregularidade sistémica.”*.

Nestes termos, a Autoridade de Gestão do ON.2 com vista a garantir que a despesa executada no âmbito da operação objecto de correcção não excede o montante aprovado deduzido da respectiva correcção, procederá à modificação da Decisão de Financiamento reduzindo o investimento elegível da operação e a comparticipação FEDER nos montantes da correcção determinada.



### 3 | REGISTO DE DÍVIDAS E RECUPERAÇÃO DE PAGAMENTOS

#### INDEVIDOS

Para permitir à Autoridade de Certificação o cumprimento do estabelecido na alínea f) do artigo 61.º do Regulamento (CE) 1083/2006, que define como sua função “*manter a contabilidade dos montantes a recuperar e dos montantes retirados na sequência da anulação, na totalidade ou em parte, da participação numa operação. Os montantes recuperados devem ser restituídos ao Orçamento Geral da União Europeia antes do encerramento do Programa operacional, mediante dedução à declaração de despesas seguinte*”, a Autoridade de Gestão do ON.2 instituirá um Sistema de Gestão de Devedores, em módulo próprio do Sistema de Informação do Programa, e considerará o estipulado sobre recuperações:

- no artigo 24.º do ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’,
- as instruções emitidas no Anexo 6 - Recuperações - do Despacho 16068/2008 de 12 de Junho, dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional,
- na Norma 2/2008 do IFDR ‘Sistema Contabilístico de Dívidas FEDER e Fundo de Coesão’, datada de 16/10/2008,
- na Norma 3/2008 do IFDR ‘Procedimento de contingência do registo de dívidas FEDER e Fundo de Coesão’, datada de 12/12/2008.

Todos os montantes indevidamente pagos, independentemente da modalidade de recuperação adoptada, serão registados no referido módulo próprio do SIGON.2. Esta obrigação é aplicável, designadamente, às despesas não elegíveis que resultem de irregularidades, independentemente da obrigatoriedade de comunicação<sup>49</sup>, detectadas no âmbito de:

<sup>49</sup> Cfr. Artigos 27.º a 36.º do Regulamento CE 1828/2006.

- a) Verificações no local das operações realizadas pela Autoridade de Gestão do ON.2 (ou pela Associação de Municípios designada para o efeito);
- b) Todas as auditorias realizadas ao Programa pela Autoridade de Auditoria, pela estrutura de auditoria segregada do IFDR, pela Autoridade de Certificação, pela Comissão Europeia, pelo Tribunal de Contas Europeu, pelo Organismo de Luta Anti-Fraude e outras entidades de controlo (v. g. Tribunal de Contas, Inspeções Sectoriais).

Serão igualmente registadas como dívidas, os montantes indevidamente pagos resultantes de erros administrativos ou técnicos, assim como os montantes resultantes da anulação de operações por desistência do Beneficiário.

### 3.1 | Sistema de Gestão de Devedores do ON.2

O IFDR, enquanto entidade pagadora do FEDER, definiu, na Norma 2/2008 ‘Sistema Contabilístico de Dívidas FEDER e Fundo de Coesão’ datada de 16/10/2008, que organiza e assegura o funcionamento do Sistema Contabilístico de Dívidas FEDER e Fundo de Coesão, através de um módulo ‘Sistema Contabilístico de Dívidas’ do Sistema de Informação FEDER e Fundo de Coesão.

À Autoridade de Gestão do ON.2, através do acesso disponibilizado pelo IFDR, cabe aceder ao referido Sistema de Informação para consulta e registo dos elementos da informação de que é responsável.

No que respeita ao registo dos referidos elementos pela Autoridade de Gestão do ON.2, este será assegurado por *web service*.

Com este propósito, o SIGON.2 integrará, em módulo próprio, o ‘Sistema de Gestão de Devedores’, onde serão efectuados os registos de devedores e das respectivas dívidas por operação co-financiada, sendo possível a cada momento, por um lado, conhecer e acompanhar a evolução processual de todos os casos que envolvam montantes a recuperar, bem como conhecer a programação dos respectivos prazos de recuperação, e por outro,

transferir, através de um procedimento automático para o módulo ‘Sistema Contabilístico de Dívidas’ do ‘Sistema de Informação FEDER e Fundo de Coesão’, toda a informação que resulta da constituição de uma dívida.

Com vista à actualização permanente do ‘Sistema Contabilístico de Dívidas FEDER e Fundo de Coesão’, a Autoridade de Gestão do ON.2 irá efectuar os necessários registos sempre que se constitua uma nova dívida e sempre que exista uma alteração significativa do processo.

O ‘Sistema Contabilístico de Dívidas FEDER e Fundo de Coesão’ contém os seguintes elementos de informação, identificando-se, para cada um, a entidade responsável pelo seu registo:

**Tabela 20** - Informação constante do Sistema Contabilístico de Dívidas

Variáveis	Responsável pelo registo	Descrição
Dados gerais da dívida, devedor e projecto		
Código da dívida	A gerar pelo SI	A cada dívida deverá ser atribuído um n.º sequencial dentro do PO.
Data de registo	A gerar pelo SI	Identificação da data de inscrição da dívida no Sistema Contabilístico de Dívidas.
Data de actualização	A gerar pelo SI	Identificação da data de actualização do processo de dívida.
Código do projecto	Autoridade de Gestão	Identificação do código do projecto.
Devedor	Autoridade de Gestão	Identificação do NIF e designação do Beneficiário.
Montantes aprovados	Autoridade de Gestão	Identificação dos montantes aprovados para o projecto, desagregados ao nível de Despesa Pública Total Elegível, Fundo e Financiamento Privado.
Montantes executados	Autoridade de Gestão	Identificação dos montantes executados para o projecto, desagregados ao nível de Despesa Pública Total Elegível, Fundo e Financiamento Privado.
Montantes pagos	Autoridade de Gestão	Identificação dos montantes pagos para o projecto, desagregados por fonte de financiamento.

Variáveis	Responsável pelo registo	Descrição
<b>Dados gerais da constatação da dívida</b>		
Entidade responsável pela detecção da irregularidade e/ou anomalia	Autoridade de Gestão	Identificação da entidade responsável pela auditoria/ acção de acompanhamento: Autoridade de Gestão, Organismo Intermédio, Autoridade de Certificação, Autoridade de Auditoria, Comissão Europeia, Tribunal de Contas Europeu, Organismo de Luta Anti-Fraude, Outras a especificar (v. g. Tribunal de Contas, Inspeções Sectoriais).
Referência documental (n.º e data)	Autoridade de Gestão	Referência do documento de constatação da irregularidade e/ou anomalia (v. g. relatório, informação, ofício, nota), bem como a sua data (no caso de ter origem numa auditoria ou acção de acompanhamento será a data do despacho do dirigente máximo do organismo responsável pela auditoria/ acção de acompanhamento).
Data da recepção do documento de constatação da irregularidade e/ou anomalia	Autoridade de Gestão	Identificação da data de recepção pela Autoridade de Gestão do documento de constatação da irregularidade e/ou anomalia
Natureza da dívida	Autoridade de Gestão	Identificação da natureza da dívida: irregularidade ou anomalia.
Comunicação de Irregularidade	Autoridade de Gestão	Identificação da data e referência da comunicação da irregularidade à Comissão Europeia, e respectivas actualizações, nos termos do artigos 27.º a 36.º do Regulamento (CE) 1828/2006.
Medida correctiva aplicada nos termos do artigo 98.º do Regulamento (CE) 1083/2006 (n.º, data e valor)	Autoridade de Gestão	Identificação da referência documental com a adopção da medida correctiva, da data de aplicação da medida correctiva e do valor suprimido.
<b>Dados da dívida e montantes recuperados</b>		
Data da constituição da dívida	Autoridade de Gestão	Data da notificação da Autoridade de Gestão, com conhecimento ao IFDR, ao Beneficiário a comunicar a existência de uma dívida e respectiva fundamentação <sup>50</sup> . Esta data marca o início do procedimento de recuperação.
Montante da dívida	Autoridade de Gestão	Montante inicial a recuperar desagregado por fonte de financiamento. Este montante deverá ser actualizado sempre que o montante da dívida seja diferente do montante identificado em sede de auditoria/verificação no local, por exemplo na sequência do apuramento pela Autoridade de Gestão das despesas irregulares identificadas para uma amostra à totalidade da despesa apresentada no projecto.

<sup>50</sup> Cfr. N.º 2 do artigo 24.º do ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’.

Variáveis	Responsável pelo registo	Descrição
Modalidade de recuperação	Autoridade de Gestão	Identificar a modalidade de recuperação:  Por compensação com créditos já apurados ou passíveis de apuramento a curto prazo relativos à mesma operação <sup>51</sup>  Por restituição <sup>52</sup> .
	Entidade Pagadora *	Por compensação por créditos relativos ao mesmo Beneficiário, no mesmo fundo e no mesmo PO <sup>53</sup> .  Por compensação com créditos relativos ao mesmo Beneficiário, no mesmo fundo e noutro PO <sup>54</sup> .
Montante recuperado por compensação	Autoridade de Gestão	Identificação do montante recuperado por compensação:  Identificação do montante compensado no mesmo projecto, desagregado por fonte de financiamento
	Entidade Pagadora *	Identificação do montante compensado noutros projectos do mesmo beneficiário, no mesmo Fundo e no mesmo PO ou noutro PO, desagregado por fonte de financiamento
Projecto onde foi realizada a compensação	Entidade Pagadora *	Identificação do(s) projecto(s) em que foi efectuada a respectiva compensação desagregada por código e montante.
Data da compensação	Autoridade de Gestão	Identificação da data da compensação:  Identificação da data da compensação no mesmo projecto
	Entidade Pagadora *	Identificação da data da compensação noutros projectos do mesmo beneficiário, no mesmo fundo e no mesmo PO ou noutro PO
Data da notificação do montante a restituir	Entidade Pagadora *	Identificação da data da notificação ao Beneficiário, pela entidade responsável pela recuperação do montante a restituir, do respectivo prazo e da fundamentação da decisão <sup>55</sup> .
Montante a recuperar por restituição	Entidade Pagadora *	Identificação do montante a recuperar por restituição (montante da dívida deduzido de eventuais montantes recuperados por compensação) desagregado por fonte de financiamento.
Prazo para a restituição	Entidade Pagadora **	Identificação do prazo estipulado pela entidade responsável pela recuperação para a restituição da dívida e eventuais prorrogações de prazo <sup>56</sup> .

<sup>51</sup> Cfr. N.º 3 do artigo 24.º do ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’.

<sup>52</sup> Cfr. N.º 4 do artigo 24.º do ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’.

<sup>53</sup> Cfr. N.º 8 do artigo 24.º do ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’.

<sup>54</sup> Cfr. N.º 9 do artigo 24.º do ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’.

<sup>55</sup> Cfr. N.º 4 e 5 do artigo 24.º do ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’.

<sup>56</sup> Cfr. N.º 5 e 6 do artigo 24.º do ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’.

Variáveis	Responsável pelo registo	Descrição
<b>Plano de recuperação no caso de autorização de devolução faseada (quando aplicável)<sup>57</sup></b>		
Data do pedido do Beneficiário	Entidade Pagadora *	Identificação da data de recepção do documento onde o Beneficiário coloca à consideração da entidade responsável pela recuperação a restituição do montante em dívida em prestações.
Data de autorização	Entidade Pagadora *	Identificação da data do despacho de autorização da devolução faseada emitido pela entidade responsável pela recuperação.
Prazo acordado e número de prestações	Entidade Pagadora *	Identificação do prazo e do número de prestações estipulados.
Garantia bancária	Entidade Pagadora *	Identificação do número, da data e do montante.
<b>Montante restituído</b>		
Montante recuperado por restituição	Entidade Pagadora *	Identificação do montante recuperado desagregado por fonte de financiamento e, quando aplicável, identificação do montante de juros de mora e juros compensatórios associados.
Data da restituição	Entidade Pagadora *	Data do crédito bancário na conta definida pela entidade responsável pela recuperação.
Montante pendente de recuperação	Entidade Pagadora *	Identificação da dívida pendente de recuperação (montante da dívida deduzido dos montantes recuperados) desagregado por fonte de financiamento.
<b>Processo de execução fiscal<sup>58</sup></b>		
Acto administrativo	Entidade Pagadora *	Identificação da referência documental e respectiva data.
Certidão de dívida	Entidade Pagadora *	Identificação da data de emissão da certidão de dívida.
Data de envio da Certidão de dívida à DGCI	Entidade Pagadora *	Identificação da data do ofício de envio da certidão de dívida para a DGCI.

<sup>57</sup> Cfr. N.º 7 do artigo 24.º do ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’.

<sup>58</sup> Vide n.º 12 do artigo 24.º do ‘Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão’.

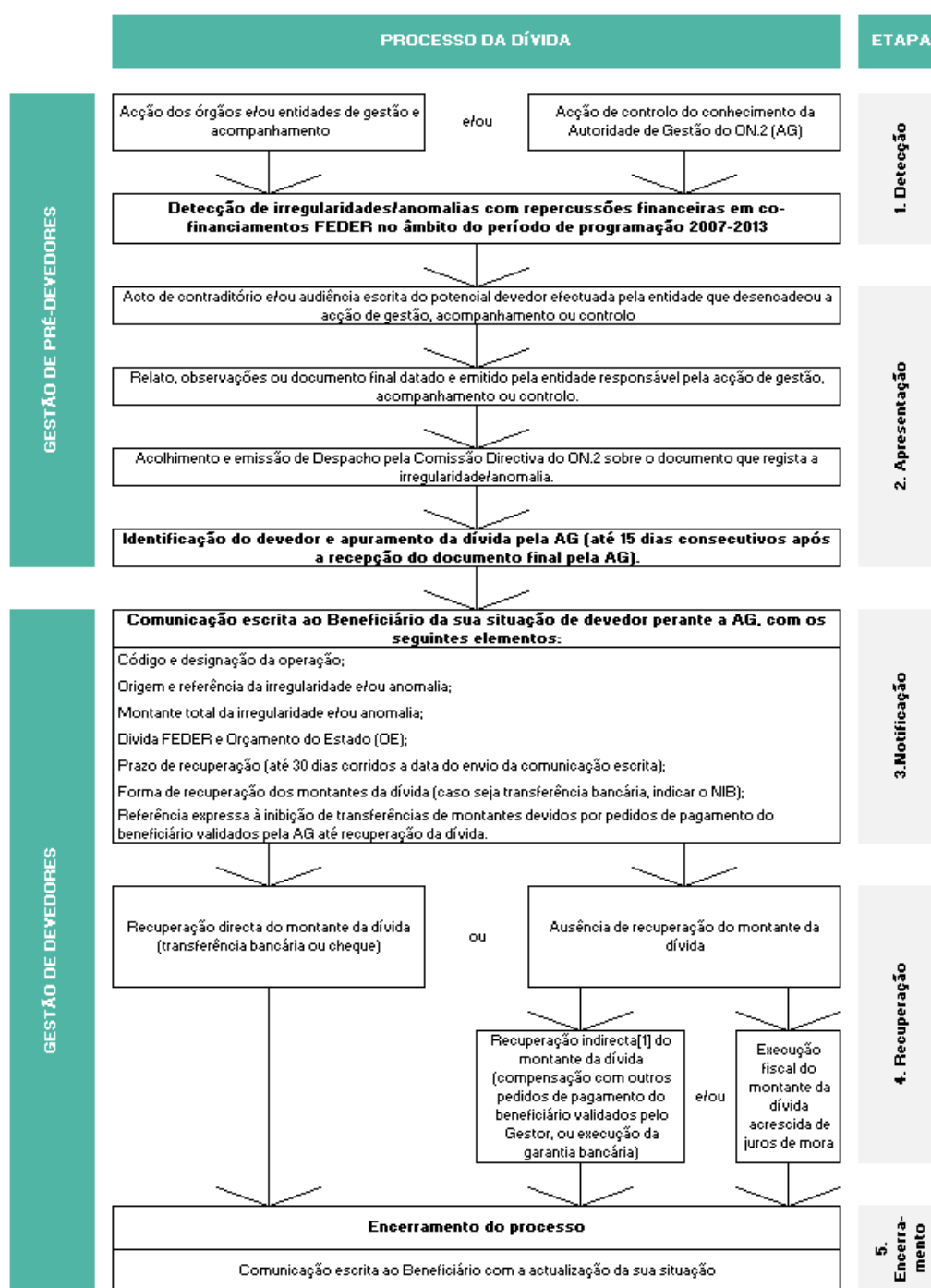
Variáveis	Responsável pelo registo	Descrição
Registo do estorno das irregularidades/anomalias no Sistema de Informação da Autoridade de Gestão		
Data de registo	Autoridade de Gestão	Identificação da data em que as irregularidades e/ou anomalias foram estornadas/anuladas em sistema de informação. No caso de uma irregularidade, o estorno terá que ocorrer após a recepção pela Autoridade de Gestão do documento de constatação da irregularidade e o mais tardar até à emissão de um pedido de certificação de despesas à Autoridade de Certificação. No caso de uma anomalia, o estorno deverá ocorrer no limite até à data da recuperação independentemente da modalidade de recuperação adoptada (data da compensação e/ou restituição da dívida).
Encerramento da dívida		
Data	Autoridade de Gestão	Identificação da data de encerramento do processo de dívida.

\* IFDR e Organismos Intermédios (IAPMEI e TP).

De referir que, para efeitos do disposto na Norma 2/2008 do IFDR, e tendo presente o artigo 16.º do Decreto-Lei 312/2007, considera-se:

- a) Entidade Pagadora FEDER e Fundo de Coesão: o IFDR;
- b) Entidade Pagadora do ON.2: o IFDR e os Organismos Intermédios (Organismos Técnicos) que efectuem transferências directas para os Beneficiários no exercício de competências delegadas.

De acordo com o modelo de Governação do QREN, e considerando os protocolos já celebrados, são entidades pagadoras do ON.2: o IFDR, o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI) e o Turismo de Portugal, IP (ITP).



[1] Cf. N.º 3 do artigo 24.º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão.

Fig. 13 - Fluxograma sobre as etapas do processo da dívida<sup>59</sup>

<sup>59</sup> Este fluxograma resulta de uma adaptação ao existente na Norma 1/2003 - Sistema de Gestão e Controlo de Dívidas - FEDER/QCA III, emanada pela ex DGDR.



### 3.2 | Recuperação de pagamentos indevidos

Tendo em consideração a legislação e as instruções referidas no início deste ponto, no ON.2 proceder-se-á, relativamente a recuperação junto dos Beneficiários de verbas respeitantes a pagamentos indevidos, do modo explicitado nos pontos que se seguem. De referir que o suporte para cumprimento e sistematização das tarefas a desenvolver neste âmbito, será efectuado através dos Sistemas de Informação do ON.2 e do IFDR, utilizando respectivamente os Módulos ‘Gestão de Devedores’ e ‘Sistema Contabilístico de Dívidas’, cujo funcionamento e interligação, em detalhe se explicitou no ponto anterior:

- A Autoridade de Gestão comunicará ao IFDR, com uma periodicidade mensal, todas as informações relevantes em relação às dívidas ao ON.2.
- A Autoridade de Gestão comunicará ao Beneficiário, com conhecimento ao IFDR, a constituição da dívida e respectiva fundamentação, independentemente do processo de recuperação adoptado.
- Quando se justificar a recuperação de montantes indevidamente pagos ou não justificados, a respectiva restituição será efectuada através da compensação com créditos já apurados ou passíveis de apuramento a curto prazo, relativos à mesma operação, salvaguardando o disposto no n.º 3 do artigo 98.º do Regulamento (CE) 1083/2006.
- Na impossibilidade de ser efectuada a compensação prevista no número anterior, o IFDR, que é a entidade que efectuou o pagamento, notificará o Beneficiário sobre o montante a restituir, o respectivo prazo e a fundamentação da decisão.
- Os Beneficiários devem restituir os montantes em causa no prazo de 30 dias úteis a contar da respectiva notificação efectuada pelo IFDR, em execução da decisão da Autoridade de Gestão, após o que os mesmos são acrescidos de juros de mora à taxa em vigor para as dívidas ao Estado.
- Em situações devidamente fundamentadas, o IFDR pode autorizar a prorrogação do prazo referido no número anterior, caso em que os juros de mora são devidos a partir do termo do prazo concedido à entidade para proceder à restituição.

- As restituições podem ser faseadas, até ao limite de 3 anos, mediante prestação de garantia bancária e autorização do IFDR, vencendo-se juros de mora, à taxa legal em vigor para as dívidas ao Estado, até ao deferimento do pedido de restituição faseada, caso este ocorra após o termo do prazo de 30 dias a contar da notificação da dívida.
- Em alternativa à restituição referida nos números anteriores, poderá ser acordada entre o IFDR e a Autoridade de Gestão a compensação por créditos relativos ao mesmo Beneficiário, no ON.2.
- Em situações excepcionais, a compensação poderá ser efectuada com créditos relativos ao mesmo Fundo noutro PO, mediante acordo entre o IFDR e as Autoridades de Gestão dos PO envolvidos.
- Caso não se verifique a restituição nos moldes referidos nos números anteriores, o Contrato de Financiamento será objecto de rescisão, implicando a obrigação de restituição pelas Entidades Beneficiárias da totalidade dos montantes recebidos.
- Os montantes que sejam objecto de restituição ao orçamento geral da UE, em resultado das receitas não tidas em conta para efeitos do cálculo da comparticipação comunitária ou não deduzidas nas despesas, serão recuperados pelo IFDR aos Beneficiários responsáveis pelas respectivas operações.
- Sempre que os Beneficiários obrigados à restituição de qualquer quantia recebida não cumpram a sua obrigação no prazo estipulado, é a mesma realizada através de execução fiscal, a promover nos termos da legislação aplicável.

## MÓDULO I | CONTROLO INTERNO

Tendo em conta o disposto no artigo 49.º do Decreto-Lei 312/2007, bem como no artigo 13.º do Regulamento (CE) 1828/2006 e no artigo 60.º do Regulamento (CE) 1083/2006, deverá a Autoridade de Gestão do ON.2 implementar *“um sistema de controlo interno que previna e detecte as situações de irregularidade, e de um sistema adequado de verificação da realização física e financeira das intervenções e de validação das despesas contribuindo para a concretização dos objectivos que presidem à auditoria do QREN”*. Este sistema deve igualmente permitir a adopção de medidas correctivas, oportunas e adequadas.

De referir que, nos termos do número 3 do referido artigo 49.º, os procedimentos de controlo interno, a instituir pela Autoridade de Gestão do ON.2, não relevam para o esforço de controlo, embora a avaliação da sua fiabilidade seja fundamental para:

- a avaliação do risco, a efectuar pela Autoridade de Auditoria,
- a definição dos parâmetros de amostragem, incluindo a dimensão das amostras, a efectuar pelas Estruturas de Auditoria Segregadas.

A este propósito, e tendo em conta a definição de controlo interno pelo COSO<sup>60</sup>, será instituído um Sistema de Controlo Interno para permitir à Autoridade de Gestão do ON.2 garantir que, com um grau de confiança razoável, os seguintes objectivos serão alcançados:

- Eficácia e eficiência das operações,
- Fiabilidade da informação financeira,
- Cumprimento das disposições legislativas e regulamentares em vigor.

---

<sup>60</sup> Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO).

Esta actividade de controlo interno, a desenvolver pela Unidade de Controlo Interno do ON.2, poderá apoiar a Autoridade de Gestão do Programa, não só procedendo à avaliação da eficiência e eficácia da sua gestão, quer directamente sobre a actividade interna desta, como através de controlos sobre os Beneficiários, proporcionando informações /recomendações relevantes para o aperfeiçoamento contínuo da Gestão, mas igualmente na supervisão das tarefas confiadas aos Organismos Intermédios, contribuindo para assegurar que estas são correctamente executadas.

A Autoridade de Gestão do ON.2 é responsável por todas as competências que lhe estão atribuídas, independentemente de poder delegar parte dessas competências nos Organismos Intermédios. Aliás, é pelo facto de certas competências poderem ser delegadas noutras entidades que, a Autoridade de Gestão deve, na qualidade de “supervisor” assegurar que estas são correctamente executadas.

Contribuindo para este fim, a Unidade de Controlo Interno do ON.2 irá proceder à:

- Análise dos relatórios que a Autoridade de Gestão solicitar aos Organismos Intermédios sobre temas relativamente aos quais considere existir risco;
- Análise dos relatórios de auditoria produzidos pelas Autoridades de Controlo, com vista à emissão de orientações a implementar pelos Organismos Intermédios, no sentido destes ultrapassarem os problemas/incorrecções/irregularidades/omissões detectados;
- Realização de avaliações sobre os procedimentos de gestão levada a cabo pelos Organismos Intermédios.

Na definição do Plano Anual de Controlo, documento enquadrador da actividade a desenvolver anualmente pela Unidade de Controlo Interno do ON.2, serão observados os seguintes procedimentos:

- A dimensão da amostra será calculada em função dos factores de risco e do limiar estimado, a fixar anualmente.

- O número de operações a auditar e correspondente identificação serão determinados pela dimensão da amostra, contemplando uma base de 35% da despesa certificada dentro da mesma, por atribuição de factores de risco a variáveis extraídas do Sistema de Informação, nomeadamente, tipo e natureza do projecto, categoria do executor e complementaridade com o QCAIII e/ou QREN, bem como pela ordenação de uma Matriz de Risco.

Por analogia ao disposto nas alíneas c) e d) do artigo 62.º do Regulamento (CE) 1083/2006, para a actividade a desenvolver pela Autoridade de Auditoria, à Unidade de Controlo Interno do ON.2 cabe elaborar:

- Os Planos Anuais de Controlo, os quais devem ser repartidos uniformemente ao longo de todo o período de programação, de forma a cada Plano anual ser submetido à Comissão Directiva para aprovação, até 31 de Dezembro do ano anterior a que respeita;
- O Relatório Anual de Controlo, o qual deve traduzir a execução do Plano do ano a que respeita, de forma a ser submetido à Comissão Directiva para aprovação, até 30 de Junho do ano seguinte.

A realização de acções de controlo serão, caso se justifique, articuladas com os competentes Secretariados Técnicos, assumindo as seguintes formas:

- Intervenções Sistemáticas de acordo com o Plano Anual de Controlo,
- Intervenções Temáticas dirigidas a áreas de risco a identificar.

O documento de suporte a utilizar pela Equipa Técnica responsável por cada acção de controlo será idêntico à *check-list* emanada pela então DGDR, usado para acções co-financiadas pelo FEDER no âmbito do QCA III, sendo constituída por três pontos:

### 1. Procedimentos

- 1.1. Análise da operação - identificação e caracterização
- 1.2. Análise do dossier da operação e dos procedimentos de gestão nos Secretariados Técnicos e Organismos Intermédios
- 1.3. Análise do dossier da operação e execução junto do Beneficiário
- 1.4. Apreciação das verificações efectuada e recomendações aos Secretariados Técnicos

### 2. Anexos de suporte das verificações

- 2.1. Totalidade dos documentos de despesa da operação - Identificação
- 2.2. Documentos de despesa que constituem a amostra - Identificação e análise
- 2.3. Enquadramento das despesas da amostra - Caracterização e análise

### 3. Anexos da verificação dos procedimentos de contratação e da verificação da execução física

Nos casos em que os problemas detectados tenham um carácter sistémico, a amostra deverá ser alargada até à fixação do perímetro total do erro.

Nas acções de controlo a desenvolver verificar-se-á sempre o cumprimento das seguintes condições:

- a operação satisfaz os critérios de selecção definidos para o ON.2, foi realizada em conformidade com a decisão de aprovação e observa todas as condições aplicáveis relativamente à sua funcionalidade e utilização ou aos objectivos a concretizar;
- as despesas declaradas correspondem aos registos contabilísticos e aos documentos comprovativos conservados pelo Beneficiário;
- as despesas declaradas pelo Beneficiário estão em conformidade com as regras comunitárias e nacionais;
- a contribuição pública foi paga ao Beneficiário, nos termos do artigo 80.º do Regulamento (CE) 1083/2006.

Ainda de acordo com a experiência, deverão ser considerados os factores de risco mais frequentes, tais como:

- Procedimentos de adjudicação de contratos públicos;
- Elegibilidade do IVA;
- Dossier da operação e sua manutenção pelo período obrigatório;
- Manutenção por parte dos Beneficiários ou outros organismos abrangidos de um sistema contabilístico separado ou código contabilístico adequado para todas as transacções sem prejuízo das normas nacionais;
- Cumprimento das regras sobre auxílios estatais devendo para o efeito ter em consideração as orientações transmitidas pela Comissão Europeia no Documento VADEMECUM - Regras Comunitárias em matéria de auxílios estatais, actualizado em 15/02/2007.





## MÓDULO J | INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE

### 1 | ENQUADRAMENTO

A divulgação e a publicitação do apoio concedido constituem uma responsabilidade das entidades beneficiárias, consagrada na legislação comunitária e nacional.

Tal obrigação tem como principal objectivo informar os públicos-alvo da intervenção (ou os Beneficiários finais) e a opinião pública, em geral, sobre o papel desempenhado pela União Europeia, através dos Fundos Estruturais, e pelo Estado Português, no âmbito do QREN, nos projectos e operações co-financiados e nos seus respectivos impactes e resultados.

A eficiência e eficácia no desenvolvimento e cumprimento daquela obrigação é tanto mais relevante quanto maior é o espaço e o potencial comunicacionais das entidades beneficiárias, podendo estas, no seu todo, constituir-se como o principal e mais permanente canal de notoriedade do PO.

Neste contexto, os Beneficiários são considerados actores de comunicação, devendo respeitar as obrigações e procedimentos específicos em vigor no âmbito do PO que co-financia o seu projecto, associar-se aos esforços da respectiva Autoridade de Gestão na execução do seu Plano de Comunicação e disponibilizar-se para colaborar em realizações informativas ou demonstrativas.

Por seu lado, a Autoridade de Gestão propõe-se desenvolver acções específicas de informação e sensibilização neste domínio junto das entidades beneficiárias, assegurando meios de apoio e esclarecimento adequados (dos quais o Website será o principal) e realizando operações regulares de verificação e acompanhamento.

De seguida, sistematizam-se os normativos e as suas fontes, as obrigações e os procedimentos que serão implementados, bem como as acções propostas em matéria de apoio e acompanhamento, a que estão também sujeitos, regra geral, os Organismos intermédios/Associações de Municípios.

## 2 | OBRIGAÇÕES E ESPECIFICAÇÕES

Uma candidatura aprovada no âmbito do QREN, para co-financiamento dos Fundos Estruturais, torna o(s) seu(s) Beneficiário(s) sujeito(s), no âmbito da sua execução, ao cumprimento de um conjunto de exigências, regras e procedimentos em matéria de informação e publicidade, determinado por legislação comunitária e nacional e através de disposições específicas das Autoridades de Gestão dos PO.

As entidades titulares de candidaturas aprovadas (Beneficiários) comprometem-se, assim, a respeitar e aplicar tais obrigações, em vigor à data da homologação da respectiva candidatura.

Todas as disposições sobre informação e publicidade, bem como os manuais de normas gráficas e ficheiros respeitantes a candidaturas aprovadas no âmbito do ON.2, estão disponíveis no site - [www.novonorte.qren.pt](http://www.novonorte.qren.pt) -, incluindo as que se encontram no ‘Manual de Identidade ON.2’

### Documentos fundamentais

Sem prejuízo das orientações e especificações que a seguir se apresentam, consideram-se, neste contexto, documentos de leitura e aplicação imprescindível os seguintes:

- Secção 1 “Informação e divulgação” do Módulo II “Normas de Execução” do Regulamento (CE) 1828/2006;
- “Anexo ... - Instruções para a criação do emblema e indicação das cores normalizadas” do Regulamento (CE) 1828/2006;
- “Manual de Identidade ON.2” adoptado pela Autoridade de Gestão do ON.2.

O carácter relativamente detalhado das disposições em apreço e das respectivas especificações técnicas visa facilitar e uniformizar a sua compreensão e aplicação pelo conjunto das entidades beneficiárias, traçando requisitos mínimos universais, no contexto das diversas possibilidades de realização de acções de comunicação.

Com efeito, em caso de dúvida ou dificuldade de aplicação, a Autoridade de Gestão do ON.2 garantirá um apoio e esclarecimento especializados, facilitando o acesso a demonstrações concretas e soluções comunicacionalmente viáveis.

### 3 | OBRIGAÇÕES DE INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE DOS BENEFICIÁRIOS

#### 3.1 | Na fase inicial

**Consentir a inclusão na lista de Beneficiários:** Consentimento (tácito) na inclusão na “Lista de Beneficiários” para publicitação por parte da Autoridade de Gestão, nos termos previstos na alínea d) do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento (CE) 1828/2006;

**Informar os participantes no projecto do financiamento:** Sempre que aplicável, “o Beneficiário garantirá que os participantes na operação foram informados desse financiamento”, nos termos previstos no artigo 8.º do Regulamento (CE) 1828/2006 (essa comunicação tem lugar através de uma ou mais acções a definir pelo Beneficiário);

**Publicitar a operação no Website:** Criação de uma página informativa no Website da entidade beneficiária (se existente), subordinada à identificação e apresentação da operação, acessível através da sua *homepage* ou estrutura de navegação principal (no caso do projecto desenvolver um Website com domínio próprio, a *homepage* do sítio da instituição deverá disponibilizar um *hyperlink*).

### 3.2 | Durante a execução

**Publicitar o financiamento em todas as acções junto da comunicação social:** Informação explícita, nos dossiers de imprensa, *press releases*, entrevistas, artigos e outras acções desenvolvidas com órgãos de comunicação social sobre a operação, do co-financiamento comunitário em presença, no âmbito do QREN e do ON.2;

**Afixar Painel Publicitário:** Afixação bem visível de painel publicitário no local de cada intervenção, no caso de infra-estrutural ou de construção cujo montante de “participação pública” exceda 500 mil euros, nas condições previstas no nº 3 do artigo 8º do Regulamento (CE) 1828/2006, e de acordo com as especificações gráficas previstas no “Manual de Identidade ON.2”. Uma vez concluída a intervenção, o painel será substituído por uma “placa descritiva permanente”;

**Publicitar o financiamento em todas as aplicações de informação e divulgação da operação:** Referência bem visível, em todas as aplicações de informação e divulgação da operação (ou a ela relativas), ao co-financiamento comunitário, através da reprodução da logomarca do ON.2, a logomarca QREN e da insígnia da União Europeia com indicação do FEDER, cf. Modelo de barra de assinaturas apresentado no “Manual de Identidade ON.2”. No caso de *spots* de rádio, através da menção áudio, precedida da expressão “Co-financiamento” ou “Apoio”;

**Comprovar o cumprimento das obrigações de publicitação:** Apresentação nos Relatórios Anuais de Execução da operação de indicadores e demonstrações de realização (materiais ou fotográficas) das acções e aplicações de comunicação realizados no âmbito da operação, ou sobre a sua execução, e sempre que possível dos seus impactes ou resultados (os ficheiros de imagem, áudio e vídeo deverão ser disponibilizados. No caso de notícias de imprensa, incluir os respectivos documentos).

### 3.3 | Antes do encerramento

**Afixar placa comemorativa permanente:** Afixação bem visível no local de cada intervenção de uma “placa descritiva permanente”, no caso de uma operação infra-estrutural, de construção ou de “aquisição de um objecto físico”, cujo montante de “participação pública” exceda 500 mil euros, nas condições previstas no n.º 2 do artigo 8.º do Regulamento (CE) 1828/2006 e de acordo com as especificações gráficas previstas no “Manual de Identidade do ON.2”;

**Publicitar o projecto no Website:** Informação de conclusão da operação na página informativa do *Website* da entidade beneficiária (se existente), ou no domínio de Internet específico, fazendo referência aos resultados finais da sua execução, durante um período temporal não inferior a 12 meses, acessível através da sua *homepage* ou estrutura de navegação principal;

**Comprovar o cumprimento das obrigações de publicitação:** Apresentação no Relatório Final de Execução de indicadores e demonstrações de realização (materiais ou fotográficas) das acções e aplicações de comunicação realizados no âmbito da operação, ou sobre a sua execução, e dos seus impactos ou resultados (os ficheiros de imagem, áudio e vídeo deverão ser disponibilizados. No caso de notícias de imprensa, incluir os respectivos documentos). O montante global investido em comunicação, através da operação, deve ser explicitado;

**Demonstrar a realização das acções e aplicações de comunicação:** Apresentação nos Relatórios de Execução da operação de indicadores e demonstrações de realização (materiais ou fotográficas) das acções e aplicações de comunicação realizados no âmbito da operação, ou sobre a sua execução, e sempre que possível dos seus impactos ou resultados. (os ficheiros de imagem, áudio e vídeo deverão ser disponibilizados. No caso de notícias de imprensa, incluir os respectivos documentos).

**Atenção:** O não cumprimento das regras de informação e publicidade implica a inelegibilidade das despesas.

OBRIGAÇÃO	ESPECIFICAÇÕES DE EXECUÇÃO	SABER MAIS
<p><b>COMUNICAÇÃO SOCIAL</b></p> <p>Informação explícita, nos <i>dossiers</i> de imprensa, <i>press releases</i> e acções desenvolvidas com órgãos de comunicação social sobre a operação, do co-financiamento comunitário em presença, no âmbito do QREN e do ON.2.</p>	<p>Os <i>press releases</i> relativos à operação deverão incluir um parágrafo relativo ao co-financiamento, referindo o ON.2 e o Fundo Estrutural em causa (FEDER), o objectivo global da operação e os montantes de investimento e de apoio.</p> <p>No caso dos “dossiers de imprensa” ou “acções de visita”, aquela informação pode figurar sob a forma de um “memorando” sobre a operação.</p> <p>(Aplicam-se nos materiais produzidos a obrigação de figuração da barra de assinaturas do co-financiamento.)</p>	<p>O website do ON.2 disponibilizar exemplos de redacção e aplicação.</p>
<p><b>PRODUTOS DE DIVULGAÇÃO</b></p> <p>Referência bem visível em todas as aplicações de informação e divulgação da operação (ou a ela relativas) ao co-financiamento comunitário, através da reprodução logomarca QREN, da logomarca do ON.2 e da insígnia da União Europeia com indicação do FEDER, cf. modelo de barra de assinaturas apresentado no ‘Manual de Identidade do ON.2’. Uma vez concluída a intervenção, o painel será substituído por uma “<i>placa descritiva permanente</i>”.</p>	<p>i) No caso de brochuras, livros, cartazes, capas, convites e todas as aplicações impressas (por via tipográfica ou outra), a reprodução das logomarcas e insígnia será feita obrigatoriamente na capa ou contra-capas; nos sítios <i>Web</i>, na respectiva <i>homepage</i>; no caso de filmes e animações electrónicas, na respectiva abertura; no caso de <i>spots</i> de rádio, através da menção áudio, precedida da expressão “Co-financiamento” ou “Apoio”; no caso de anúncios publicitários impressos, na sua base ou local equivalente.</p> <p>Não serão permitidas adulterações ou utilizações incorrectas das logomarcas e da insígnia da União Europeia.</p>	<p>Consulte as normas de comportamento gráfico e cromático no “Manual de Identidade do ON.2”</p> <p>Todos os ficheiros de imagem e exemplo/<i>script</i> das menções áudio serão disponibilizados no <i>website</i> do ON.2.</p>
	<p>ii) No caso de figurarem outras logomarcas nessas aplicações (relativas p. ex. a patrocínios, “<i>media partners</i>” ou outro tipo de apoios), a “barra de assinaturas” relativa ao co-financiamento deve ser individualizada daquelas, precedida da expressão “Co-financiamento” e merecer, pelo menos, igual destaque.</p>	<p>É apresentado exemplo no <i>website</i> do ON.2</p>
	<p>iii) No caso de serem emitidos certificados de participação ou documentos equivalentes relativos a operações financiadas, os mesmos devem incluir a “barra de assinaturas” do co-financiamento cf. modelo instituído.</p>	

OBRIGAÇÃO	ESPECIFICAÇÕES DE EXECUÇÃO	SABER MAIS
	iv) No caso de pequenos objectos promocionais (e.g. “ <i>merchandising</i> ” de pequeno formato), apenas serão aplicados o símbolo “ON.2” e a insígnia da União Europeia, sem texto, cf. apresentado no ‘Manual de Identidade do ON.2’.	Apresentado exemplo no “Manual de Identidade do ON.2”
	v) Aplicações de estacionário (economato) produzidas pela entidade beneficiária (papel de carta, envelopes, cartões e similares) não deverão apresentar a “barra de assinaturas” relativas ao co-financiamento.	
	vi) Apenas em casos excepcionais, previamente autorizados, podem ser aplicadas no mesmo material ou recurso as logomarcas de dois PO distintos.	
<b>PAINEL PUBLICITÁRIO</b> Afixação bem visível de um painel publicitário no local de cada intervenção, no caso de um projecto infra-estrutural ou de construção cujo montante de “ <i>participação pública</i> ” exceda 500 mil euros, nas condições previstas no n.º 3 do artigo 8.º do Regulamento (CE) 1828/2006 e de acordo com as especificações gráficas previstas no ‘Manual de Identidade do ON.2’. Uma vez concluída a intervenção, o painel será substituído por uma “ <i>placa descritiva permanente</i> ”.	O painel publicitário deverá ser erigido e mantido no exterior e junto da intervenção (ou intervenções), em local de acesso público ou evidente visibilidade, e em boas condições de manutenção. (A demonstração da afixação deste painel, através de fotografia, será condição necessária para a execução do “primeiro pedido de pagamento” da operação)  Uma vez preparado o ficheiro com a designação da candidatura e da entidade beneficiária, recomenda-se a produção em material autocolante para exterior para contracolagem numa base metálica (chapa zincada, ferro ou outro.)  Deverá ser substituído por uma “placa descritiva permanente”, no máximo, após seis meses da conclusão da obra e antes do encerramento da operação.  O ficheiro fornecido destina-se a ser utilizado pelo Beneficiário, sem adulterações do formato e dimensões mínimas, <i>design</i> e comportamento gráfico dos seus elementos.	Apresentado modelo no ‘Manual de Identidade do ON.2’  Fornecidos ficheiros em diversos formatos no <i>Website do ON.2</i>
<b>PLACA PERMANENTE</b> Afixação bem visível no local de cada	A “ <i>placa descritiva permanente</i> ” deverá ser erigida, no máximo, após seis meses da conclusão da intervenção infra-estrutural, de	Apresentado modelo no ‘Manual de

OBRIGAÇÃO	ESPECIFICAÇÕES DE EXECUÇÃO	SABER MAIS
<p>intervenção de uma <i>“placa descritiva permanente”</i>, no caso de um projecto infra-estrutural, de construção ou de <i>“aquisição de um objecto físico”</i>, cujo montante de <i>“participação pública”</i> exceda 500 mil euros, nas condições previstas no n.º 2 do artigo 8.º do Regulamento (CE) 1828/2006 e de acordo com as especificações gráficas previstas ‘Manual de Identidade do ON.2’.</p>	<p>construção ou aquisição do equipamento relevante, no interior do edifício, em local de acesso público ou evidente visibilidade (preferencialmente em entradas ou átrios públicos), em boas condições de manutenção, e antes do encerramento da operação (deve ser apresentada evidência física da mesma, através de fotografia, no relatório final).</p> <p>A data a figurar na placa será a de conclusão da intervenção ou de inauguração, mas sempre anterior ao encerramento da operação.</p> <p>Uma vez preparado o ficheiro com a designação da candidatura e da entidade beneficiária, recomenda-se a produção em material autocolante (e.g., vinil) para contracolagem numa base de acrílico ou aço escovado. (As condições de leitura sobre a parede ou fundo em causa devem ser acauteladas.)</p> <p>O ficheiro fornecido destina-se a ser utilizado pelo Beneficiário, sem adulterações do formato e dimensões mínimas, <i>design</i> e comportamento gráfico dos seus elementos.</p> <p>Casos excepcionais devem ser submetidos para decisão pela Autoridade de Gestão.</p>	<p>Identidade do ON.2’.</p> <p>Fornecidos ficheiros em diversos formatos no <i>Website do ON.2</i>.</p>

Para saber como utilizar correctamente cada um dos elementos e obter os respectivos ficheiros (disponíveis em vários formatos) consulte, no site do ON.2:

**‘Manual de Identidade do ON.2’:** Este documento apresenta as normas gráficas de utilização da imagem de marca deste Programa, assim como os modelos publicitários exigíveis às entidades beneficiárias, no cumprimento das exigências e regras a que estão sujeitas.

**‘Guia de Informação e Publicidade para Beneficiários’:** Trata-se de um documento de apoio para o cumprimento das exigências, regras e procedimentos em matéria de informação e publicidade no âmbito do ON.2.



## 4 | ACÇÕES DE APOIO E ESCLARECIMENTO

A implementação de um conjunto de disposições e procedimentos neste domínio, tendo como destinatários um universo não uniforme de Beneficiários, será necessariamente acompanhada de um conjunto de acções e mecanismos de apoio e esclarecimento, numa lógica pró-activa e de *helpdesk*, âmbito em que a Autoridade de Gestão usufruirá do conhecimento e experiência proporcionados pelos anteriores PO, designadamente no período 2000-2006.

Pese embora o carácter relativamente detalhado das regras em apreço e das especificações técnicas, considera-se que sua compreensão e aplicação poderão suscitar dúvidas interpretativas ou de aplicação, face ao sem número de contextos possíveis de execução de acções de comunicação.

A Autoridade de Gestão promove um apoio especializado, *one to one*, que garanta, por um lado, o cumprimento universal das disposições legais em vigor e, por outro, a protecção da viabilidade e qualidade dos objectivos de comunicação da entidade beneficiária, em prol dos objectivos de comunicação, transparência e notoriedade do PO.

A seguir, apresentam-se as acções propostas.

ANO	ACÇÃO DE APOIO E ESCLARECIMENTO
2008	Edição de um documento de apoio ao Beneficiário, produzido com base nas especificações apresentadas no 'Plano de Comunicação do ON.2', a integrar nos manuais de procedimentos a adoptar.
	Publicação do 'Manual de Identidade do ON.2' com a vertente normativa gráfica e uma síntese das obrigações e procedimentos em vigor.
2008 / 2010	Criação e desenvolvimento de uma área específica, no <i>Website</i> do ON.2, de cariz informativo e demonstrativo, incluindo a disponibilização de documentos, ficheiros de imagem, exemplos de aplicação, "casos" e contactos úteis para apoio.
	Criação e <i>mailing</i> de <i>box</i> info-promocional de apoio ao Beneficiário relativo às obrigações de informação e publicidade.
	Prestação de informação específica ou esclarecimentos em eventos presenciais de cariz técnico de divulgação das iniciativas do Programa.

ANO	ACÇÃO DE APOIO E ESCLARECIMENTO
2008 / 2013	Fornecimento de <i>helpdesk</i> técnico especializado, via <i>e-mail</i> , telefone ou Sistema de Informação, incluindo ainda o eventual aconselhamento na concepção de acções de comunicação e eventual colaboração na disseminação de informação relevante.
	Publicação de “Questões Mais Frequentes” no <i>Website</i> ou Sistema de Informação do Programa, bem como de exemplos de “boas práticas”.

### Contactos úteis

Para informações ou esclarecimentos complementares, poderão ser usados os seguintes contactos:

Linha Telefónica de Atendimento: 22 609 07 13

E-Mail: [novonorte.comunicacao@ccdr-n.pt](mailto:novonorte.comunicacao@ccdr-n.pt)

## 5 | ACÇÕES DE ACOMPANHAMENTO

A verificação e o acompanhamento do cumprimento e aplicação das obrigações e disposições em matéria de informação e publicidade constituem uma obrigação das Autoridades de Gestão dos PO, mas também um instrumento fundamental na gestão e defesa da imagem institucional dos PO e dos fundos estruturais da União Europeia, assim como de promoção da sua notoriedade pública no contexto das realizações proporcionadas pelo Programa.

O exercício de tal responsabilidade configura ainda um meio de aferição da compreensão e adequação das mesmas aos casos concretos suscitados no contexto das acções de informação e comunicação das operações por parte do universo de destinatários.

Sendo assim, reconhece-se às tarefas de verificação e acompanhamento da aplicação destas disposições um papel muito relevante, sendo as mesmas complementares às desenvolvidas no acompanhamento técnico do projecto ou nas acções de auditoria e

controlo. Abaixo, apresenta-se uma síntese das iniciativas de verificação e acompanhamento propostas.

ACÇÕES VERIFICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO 2008-2010	
2008	Realização de uma ou mais sessões técnicas internas destinadas ao Secretariado Técnico do Programa e outros intervenientes no acompanhamento de execução de candidaturas, subordinada às disposições e procedimentos em vigor, designadamente dos Organismos Intermédios.
Anualmente, com início no ano de 2009	Realização de reportagem fotográfica a pelo menos 25 operações infra-estruturais, elaboração de relatório específico e comunicação informativa às entidades beneficiárias. Apresentação de resultados no Relatório Anual de Execução.
	Realização de consulta, análise e relatório a aplicações e recursos de comunicação desenvolvidos em pelo menos 15 operações, para além da que é assegurada de forma corrente pelos serviços do Secretariado Técnico. Comunicação informativa às entidades beneficiárias. Apresentação de resultados no Relatório Anual de Execução.
2010	Auscultação a uma amostra de entidades beneficiárias ou intervenientes sobre a aplicação dos normativos e procedimentos em vigor, através da realização de inquérito de opinião. Apresentação de resultados no Relatório Anual de Execução.

## 6 | MANUAL DE IDENTIDADE DO ON.2

### 6.1 | Coexistência com outros símbolos e logótipos

Em todas as aplicações de informação e publicidade, divulgação da operação (ou a ela relativas) deverá ser efectuada uma referência bem visível ao co-financiamento comunitário, através da reprodução da logomarca ON.2, da logomarca do QREN e da insígnia da União Europeia com indicação do Fundo de Desenvolvimento Regional, conforme modelo de barra de assinaturas apresentado no “Manual de Identidade do ON.2”.

No caso de figurarem outras logomarcas nessas aplicações (relativas p. ex. a patrocínios, “media partners” ou outro tipo de apoios), a “barra de assinaturas” relativa ao co-financiamento deve ser individualizada daquelas, precedida da expressão “Co-financiamento” e merecer, pelo menos, igual destaque.

### Modelo da Barra de Assinaturas

Numa barra de assinaturas, a logomarca ON.2 é acompanhada da logomarca QREN e da insígnia da União Europeia

Espaço de inserção de outros logótipos (promotores etc.)



## 6.2 | Painel publicitário

manual de identidade

**ON.2**

Operações Infra-estruturais

### Operações Infra-estruturais

#### Painel Publicitário

No caso de uma operação de natureza infra-estrutural ou de construção cujo montante de "participação pública" exceda 500 Mil Euros, é obrigatória a afixação bem visível de um painel publicitário no local de cada intervenção, nas condições previstas no n.º 3 do artigo 8.º do Rec. (CE) N.º 1828/2006 de 8 de Dezembro de 2006 e de acordo com as especificações gráficas previstas neste Manual de Identidade.

O painel publicitário deverá ser erigido e mantido no exterior e junto da intervenção (ou intervenções, no caso de várias frentes de obra), em local de acesso público ou evidente visibilidade, e em boas condições de manutenção.

**Materiais recomendados para o Painel Publicitário:**  
Recomenda-se a produção em material autocolante para exterior para contracolagem numa base metálica (chapa zincada, ferro ou outro).

Para mais informações e aceder aos ficheiros exemplificativos destes painéis\*, consulte a área "Imagem e Publicidade" do website do ON.2.

*\*Os ficheiros fornecidos destinam-se a ser utilizados pelo beneficiário, sem adulterações do formato e dimensões mínimas, design e comportamento gráfico dos seus elementos.*



Operações Infra-estruturais

**ON.2**

manual de identidade

### Operações Infra-estruturais

#### Placa Permanente

A "placa descritiva permanente" deverá ser erigida, no máximo, após seis meses da conclusão da intervenção infra-estrutural, no interior do edifício, em local de acesso público ou evidente visibilidade (preferencialmente em entradas ou átrios públicos), em boas condições de manutenção, e antes do encerramento da operação. Este procedimento é uma obrigação para operações infra-estruturais, de construção ou de "aquisição de um objecto físico", cujo montante de "participação pública" exceda 500 Mil Euros, nas condições previstas no n.º 2 do artigo 8.º do Reg. (CE) N.º 1828/2006 de 8 de Dezembro de 2006 e de acordo com as especificações gráficas previstas neste Manual de Identidade.

**Materiais recomendados para a Placa Permanente:**  
Recomenda-se a produção do ficheiro em material autocolante (e.g., vinil) para contracolagem numa base de acrílico ou aço escovado. (As condições de leitura sobre a parede ou fundo em causa devem ser acauteladas.)  
Casos excepcionais devem ser submetidos para decisão pela Autoridade de Gestão.

Para mais informações e aceder aos ficheiros exemplificativos destes painéis\*, consulte a área "Imagem e Publicidade" do website do ON.2.

*\*Os ficheiros fornecidos destinam-se a ser utilizados pelo beneficiário, sem adulterações do formato e dimensões mínimas, design e comportamento gráfico dos seus elementos.*



Sempre que sejam produzidos suportes multimédia ou vídeo (anúncios, CD-ROM, etc.), cujos conteúdos sejam apoiados pelo ON.2, o respectivo logótipo deverá ser inserido na parte inicial ou final do filme ou apresentação, conjuntamente com a insígnia da União Europeia com referência ao FEDER e com a logomarca do QREN.

O *packshot* pode ocupar 100% do ecrã televisivo. No mínimo deve ocupar 20% do total do ecrã. A visualização nunca deve ser inferior a cinco segundos.

Na rádio, há que respeitar a voz de companhia\* aqui apresentada:

\* Voz de companhia - “Co-financiamento: QREN - Programa Operacional Regional do Norte e União Europeia - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.”

Em todos os contactos com a Comunicação Social relativos ao projecto, como sejam, *press releases*, entrevistas,... os Beneficiários deverão identificá-lo como uma Iniciativa QREN e

incluir um parágrafo relativo ao co-financiamento, referindo o apoio do ON.2 e do FEDER, o objectivo global do projecto e os montantes de investimento e de apoio.

No caso dos “dossiers de imprensa” ou “acções de visita”, aquela informação pode figurar sob a forma de um “memorando” sobre o projecto.

## 6.5 | Ficheiros disponíveis

Encontram-se disponíveis no site do ON.2 - [www.novonorte.qren.pt](http://www.novonorte.qren.pt) -, os seguintes ficheiros:

- Modelo de Barra de Assinaturas
- Painéis Publicitários (Operações infra-estruturais)
  - ▶ Paineil Publicitário
  - ▶ Placa Permanente
- Ficheiros Áudio - Exemplo para Spot
- Logomarca ON.2
  - ▶ Logótipo positivo (cores)
  - ▶ Logótipo negativo (cores)
  - ▶ Logótipo positivo (p&b)
  - ▶ Logótipo negativo (p&b)
- Logomarca QREN
  - ▶ Logotipo horizontal (cores)
  - ▶ Logótipo vertical (cores)
  - ▶ Logótipo negativo (p&b)
  - ▶ Logótipo positivo (p&b)
  - ▶ Manual de Normas QREN
- Insígnia da União Europeia
  - ▶ Insígnia da União Europeia (com referência ao “Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional”)
  - ▶ Guia de Normas gráficas da Insígnia da União Europeia (Regulamento (CE) 1828/2006)

